

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VERA LÚCIA FERREIRA VARGAS

A DIMENSÃO SÓCIOPOLÍTICA DO TERRITÓRIO PARA OS TERENA:
as aldeias nos séculos XX e XXI

Niterói, RJ
2011

VERA LÚCIA FERREIRA VARGAS

**A DIMENSÃO SÓCIOPOLÍTICA DO TERRITÓRIO PARA OS TERENA:
as aldeias nos séculos XX e XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense/UFF, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. MARIA REGINA CELESTINO DEALMEIDA

Niterói, RJ
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

V297 Vargas, Vera Lúcia Ferreira.

A dimensão sócio-política do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI/ Vera Lúcia Ferreira Vargas – 2011.

187 f.

Orientador: Maria Regina Celestino de Almeida.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

Bibliografia: f. 176-185.

1. Índio Terena. 2. Territorialidade humana. 3. Índio; aspecto histórico – Mato Grosso do Sul. I. Almeida, Maria Regina Celestino de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 980.417

VERA LÚCIA FERREIRA VARGAS

**A DIMENSÃO SÓCIOPOLÍTICA DO TERRITÓRIO PARA OS TERENA:
as aldeias nos séculos XX e XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense/UFF, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor. Área de Concentração: História Social.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA - Orientadora
Universidade Federal Fluminense - UFF

Profa. Dra. ELISA FRÜHAUF GARCIA
Universidade Federal Fluminense -UFF

Prof. Dr. JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro - MN/UFRJ

Prof. Dr. JOHN MANUEL MONTEIRO
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Profa. Dra. NOÊMIA DOS SANTOS PEREIRA MOURA
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

*Dedico esse trabalho a pessoas muito especiais
Sylvio meu companheiro, meu amigo....
Meus pais Sebastiana e Ramão;
Meus irmãos Claudeir e Alan;
Minhas amigas, minhas irmãs Iára e Noêmia;
Endrigo, Angelita, Caetano, Thiesa e Ettore
Sylvia Cesco, Leda e Diana Carvalho;
Daicy Saldanha;
Maria Nazareth;
Em memória de vó Alice (Lice), vó Deborah e do amigo Jorgão
Em memória das minhas matriarcas
tata Cecília, bisa Paschoala e vó Maria índias que me trouxeram até aqui.
Em memória do Professor Ramão Pinto Alves e
Oswaldo Alcântara índios Terena com quem muito aprendi!
Aos Terena e ao seu “tempo do despertar”*

AGRADECIMENTOS

Essa não é tarefa fácil, pois foram tantas pessoas e instituições que contribuíram para o desenvolvimento desta tese, que seria impossível apontar todas elas e desde já peço desculpas pela “falha” da memória. Aproveito para agradecer imensamente a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta jornada, auxiliando, apoiando, incentivando, participando, cada um a sua maneira. Aproveito para registrar que os possíveis equívocos, falhas e erros desta tese são da minha inteira responsabilidade.

Nesta jornada, agradeço imensamente à professora Maria Regina Celestino de Almeida, minha orientadora, pela compreensão e paciência com minhas dificuldades e limitações, pelo incentivo, confiança e pelo crédito a mim concedido para a conclusão deste trabalho. Minha gratidão pela oportunidade que me concedeu.

Ao professor João Pacheco de Oliveira e à professora Elisa Frühauf Garcia pelas contribuições na banca de qualificação desta tese e por gentilmente terem aceito fazer parte da banca final. Assim como o professor John Monteiro e à professora Noêmia Moura.

No Rio de Janeiro, um obrigada especial à Lidia, da Biblioteca Marechal Rondon no Museu do Índio, e ao Carlos Augusto, que gentilmente me auxiliaram com seus conhecimentos sobre o acervo e os documentos do SPI. No Forte de Copacabana, às tenentes Solange e Vânia, pela ajuda com os documentos de Rondon.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul/FUNDECT, pelo financiamento do primeiro ano desta pesquisa.

Agradeço ainda a meus pais, base sólida da minha vida, da minha história: Ramão e Sebastiana, em especial à minha mãe, pela cumplicidade em todas as horas e, sobretudo, naquelas em que eu mais necessitava. Agradeço a vocês pela simplicidade da vida, pelo amor, pela confiança, pelos incentivos constantes e por sempre terem acreditado em mim. Aos meus

irmãos, Claudeir e Alan, pela confiança, amizade, compreensão e pelo companheirismo de sempre, sobretudo nas horas mais difíceis.

Ao meu companheiro, Sylvio Cesco, que partilhou as alegrias e as angústias desta experiência, a quem agradeço pela compreensão e incentivo, pela vida juntos, por acreditar em mim e apoiar-me sempre, por fazer parte da minha história e por torná-la mais bonita, por termos passado pela curva do rio e chegarmos juntos e seguros a *Unati*, nosso lugar sagrado.

Agradeço ainda ao Endrigo, à Angelita, ao Caetano, à Thiesa e ao Ettore, por fazerem parte dessa história, da minha história; à Elisa Aparecida, pelos cuidados e constantes palavras de carinho e incentivo durante o final desse caminho.

À Sylvia Cesco, pelas oportunidades, pela sua rede de amigos que me permitiu permanecer tranquila no Rio de Janeiro, pela sua generosidade, amizade, incentivo, companheirismo, competência e ajuda com este texto.

À família Cesco: Daisy, Artemis, Danilo, Darilo, Cidinha, Eliza e Neide, torcedores e incentivadores desta jornada, cada qual com sua contribuição e, acima de tudo, com a sua torcida e a compreensão de minhas ausências em horas significativas para nós.

À família conquistada no Rio de Janeiro, à Leda e à Diana Carvalho, por terem-me recebido e acolhido em sua casa como se fosse da família, pela generosidade, companheirismo e amizade, que me possibilitaram suportar as dificuldades iniciais deste trabalho e as saudades de minha casa. A vocês duas, muito obrigada por tudo, especialmente pelo suporte afetivo! À Aninha, pelo incentivo e amizade. Agradeço imensamente a todas vocês por terem compartilhado comigo essa trajetória.

Agradeço ainda a duas pessoas muito especiais, muito caras em vida, incentivadoras deste trabalho e parceiras nesta jornada: Iára Quelho de Castro e Noêmia dos Santos Pereira Moura, minhas amigas, minhas irmãs. Obrigada por tudo que vocês fizeram por mim! Pelo companheirismo, pelo aprendizado, pela generosidade, pelo incentivo, pelo diálogo, pelo apoio em todos os momentos desse caminho, sobretudo naqueles em que seria impossível suportar sozinha. Muito obrigada aos seus respectivos companheiros, Douglas e Raimundo, que conviveram comigo, torceram por mim e incentivaram-me, além de contribuírem com a

produção de três dissertações e três teses. A vocês também o meu super obrigada pelo carinho e pelo apoio de sempre!

À tia Isabel Maria pelo incentivo, pelas palavras de carinho, pelos abraços cheios de energias positivas, pelas preces realizadas, muito obrigada. Agradeço ainda as suas filhas Severina (Nina) e Maria (Nenê) por compartilharem comigo parte dessa trajetória, pelo incentivo, por me receberem em suas casas e na sua família.

Ao Edmundo Pires, pela generosidade e incentivo, pela atenção e pelo carinho sempre demonstrados, muito obrigada!

Aos meus queridos amigos que contribuíram diretamente para minha adaptação no Rio de Janeiro: Alan Kardec (Alanzinho), Helidacy (Lila), Sônia Meneses e Andrea Bonfim, muito obrigada por tudo! Ao Alan, agradeço ainda pelos constantes gestos de carinho e pelo incentivo para a conclusão deste trabalho, pela preciosa ajuda com as “fichas”, pelo trâmite da burocracia final da tese e por sua rede de amigos que me auxiliaram para a entrega deste trabalho. À Monica e Priscila Piccolo, muito obrigada pela gentileza e solidariedade ímpar, na ajuda com a burocracia da tese.

À Daicy Saldanha, por toda sua beleza e sabedoria que me permitiram chegar até aqui. Sou-lhe grata pelo ensinamento, pela generosidade e pelo carinho, minha mestra preferida.

Aos meus colegas do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Câmpus de Aquidauana/CPAQ; ao professor Miguel Rodrigues, sempre gentil e compreensivo com minhas ausências; ao professor Carlos Martins, que gentilmente concordou em dividir minhas aulas para que eu tivesse mais tempo para me dedicar ao texto da tese; ao professor Edvaldo Sotana e novamente à professora Iára Quelho de Castro, que, além de todas as contribuições, também gentilmente ministrou minhas disciplinas para que eu pudesse ter mais tempo de estudo; ao professor Firmino Oliveira Neto, diretor do Câmpus de Aquidauana, meu muito obrigada, pelo incentivo e apoio. À Nazaré Nogueira pela gentileza que sempre me atendeu na biblioteca do CPAQ e principalmente por ter acompanhado minha trajetória desde a graduação em História, muito obrigada.

Aos meus alunos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, em especial à Érica de Lima Bordowicz, pela gentileza e amizade e por ter transcrito boa parte das entrevistas que compõem esta tese. À Elisângela Prete Borges, à Héliida Lipú Mariano e à Jussara Nimbú, à Suely Yurico de Moraes dos Santos, à Nayara Sanabria, ao Sergio Gonçalves de Moraes e à Lidiane Paiva, agradeço pela paciência e pelo carinho sempre demonstrados por mim e pela compreensão de minhas ausências em suas atividades acadêmicas.

Aos meus ex-alunos da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, que, durante a escrita deste texto, souberam compreender minhas dificuldades, ao Adonis, pelo incentivo e amizade. Ao apoio da professora Isabel Cristina, então minha coordenadora nessa instituição, que me conduziu às atividades do Programa Terena junto à professora Ieda Marques de Carvalho, que carinhosamente me acolheu em seu grupo de pesquisa, compartilhando suas experiências junto aos Terena. Aos amigos “tereanos” Marta Brostolin, Fernando Azambuja, Simone Cruz, pelo incentivo e ajuda constantes na realização do trabalho de campo na aldeia Buriti, pela torcida e pelo companheirismo sempre demonstrado, fazendo parte desse grupo Icléia de Vargas e Suzete Wiziack. À Simone Cruz, agradeço ainda pela preciosa ajuda com as entrevistas na aldeia Buriti. Ao Antonio Brand e à Eva Maria, pelo carinho e a compreensão de minhas ausências em nossas atividades. Ao Celso Smaniotto, pela elaboração dos mapas que constituem este trabalho. À Evelyn Aline pela gentileza e competência de sempre Junto ao Rede de Saberes.

Ao Antônio Hilário, que, ao acreditar neste trabalho, contribuiu diretamente para que ele tivesse condições de ser desenvolvido. Obrigada pela sua confiança e pela sua amizade.

À Isabel Radun, agradeço pelo ombro amigo e pelas palavras de conforto em momentos tão importantes no final deste trabalho. Sou-lhe grata pela preciosa ajuda com a língua inglesa.

À Vilma e ao Arnaldo Begossi, por gentilmente me receberem em sua casa e por me apoiarem desde a graduação. À Vilma, especialmente pela ajuda com o texto e o carinho com que cuidou das minhas dificuldades com a sua estrutura.

À Patrícia Pereira Neves, por nossa amizade, pelas nossas superações, pelas nossas histórias, por acreditar que *tudo vale a pena.... se a alma não é pequena*. E a sua é de uma grandeza imensa! Obrigada por você ser minha amiga, obrigada pelos sobrinhos maravilhosos que você me deu, Beatriz e Lucas.

À Lucimara pela nossa amizade, pela torcida, pelas nossas histórias, pelos gestos simples de demonstração de carinho e compreensão das minhas constantes ausências, pelos presentes maravilhosos que também me deu: as minhas sobrinhas Maria Luiza e Carolina, a quem agradeço pela alegria que me fazem sentir sempre que estamos juntas.

E ainda obrigada a Piraputanga, lugar mágico, especial, que deu a paz de que necessitava para concluir este trabalho; pela energia exuberante da natureza e por sua simplicidade, a lembrar-me sempre dos valores da vida, do amor, da família e dos amigos.

Ainda nesses últimos anos pessoas muito queridas partiram e nos deixaram muitas saudades: meus avós, Antônio e Maria Lucila, que muito me ensinaram do ser que sou hoje. O mesmo digo da minha amada avozinha Alice, ou simplesmente vó Lice, como a chamávamos, sempre com um sorriso a nos receber na porta de sua casa, deixando clara sua alegria e o seu amor por todos nós. À Deborah Mathias Cesco, por ter-me concedido a felicidade de conhecê-la e de conviver com sua sabedoria e o seu exemplo de mulher. Ao amigo Jorge Ramalho, nosso Jorjão, pela sua alegria.

Em memória do Vandimar, nosso querido “mano”, Terena de coração, que tão cedo nos deixou; ao professor Ramão Pinto Alves e ao Osvaldo Alcântara, índios Terena com cujas memórias muito aprendi sobre a sua história!

Ao Cacique Rodrigues Alcântara da aldeia Buriti, que autorizou a realização da pesquisa de campo junto aos Terena, muito obrigada.

Aos professores da Escola Alexina Rosa de Figueiredo da aldeia Buriti: Ramão Firmino, Edineide Bernardo Farias, Eder Alcântara, Gerson Pinto Alves e Alexandra (sua esposa), Sueli Pinto Alves, Cledeir Pinto Alves, José Claudir Pinto Alves (e a todos os demais membros de sua família), Ana Sueli Fermino Delgado, Angelina Mamedes, Arildo Alves Alcântara, Cecília Rodrigues, Rafael, Alberto França, Genildo Alcântara Mamedes, Jurandir

Pinto Gabriel, Luciano Gabriel Fermino, Aldinez Gabriel, Noel Patrocínio, Antonio Fernandes Bernardo, Eva Bernardo Fernandes, Fulvia Andre Fernandes.

Ao senhor Juscelino Bernardo, sua esposa, suas filhas Antonia, Fátima e a todos os outros filhos e netos. À Mãe Veriana Alcântara, pelo carinho sempre demonstrado e pela acolhida em sua casa e na sua família, e a todos os seus filhos e filhas, netos e netas, muito obrigada!

Ao mais jovem advogado Terena, Luis Henrique Eloy Amado, ao Sidnei e a todos os outros Terena que me auxiliaram em suas respectivas aldeias, que gentilmente conversaram e compartilharam suas histórias. Ao Chico Ramiro, sua esposa Sônia e todas as suas filhas, que nos acolheram em sua casa na aldeia Ipegue. À dona Miguelina da Silva, ao Antônio Francelino, ao Donato Rondora, por concederem entrevistas e dividirem suas histórias.

Na aldeia Colônia Nova, agradeço ao senhor Manoel Amado e sua família, ao senhor Arlindo Eloy e sua família. Na aldeia Bananal, À professora Dalila Candido e toda sua família, À professora Nilza Leite Antônio e toda sua família, por nos receberem em suas casas e nos auxiliarem com as realizações das entrevistas.

Aos acadêmicos indígenas de Mato Grosso do Sul e a todos os Terena, muito obrigada!

E a nossa aldeia vai pra onde? As pessoas vão morar a onde? Por que se não tem terra mais, (...) meu avô plantava antigamente, hoje não planta mais, porque lá onde ele plantava já vai construir casa, aqui não tem mais roça. (...) Assim dizia um índio: daqui a pouco eu vou começar a fazer a moda do branco, vou começar a fazer prédio, se vocês olhar para cima é pra lá que eu estou indo, mas da minha aldeia eu não saio, nem que eu tenha que subir”. (Entrevista Edineide Bernardo Faria, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas, depositada no acervo do Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ)

RESUMO

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira Vargas. A dimensão sóciopolítica do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI. Tese de doutorado em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense/UFF.

Palavras-chave: 1. Consciência Histórica 2. Terena. 3. Aldeia. 4. Professores Terena

Esta tese tem por objetivo compreender as táticas desenvolvidas pelos Terena que habitam a região do atual estado do Mato Grosso do Sul, principalmente os que vivem nas aldeias Bananal, Colônia Nova e Ipegue, na Terra Indígena de Taunay/Ipegue e da aldeia Buriti, na Terra Indígena Buriti, para a conquista e a garantia de seus direitos territoriais, compreendido através do fortalecimento das suas relações com a aldeia e dessa com o seu entorno, entre o final do século XX e o início do século XXI. As ações reivindicatórias dos Terena pela posse do território, que eles denominam atualmente de “retomada” não é recente, ocorre desde o século XIX, principalmente após os conflitos da Guerra do Paraguai (1864-1870), pois intensifica o povoamento da região. Desde então, índios e não-índios disputam os territórios e dessa forma, os conflitos entre eles também se intensificaram e se estenderam para o século XX. Quando ocorre a demarcação das reservas indígenas, que embora não tenham respeitado a lógica dos índios sobre o território, reconheceram e demarcaram as terras onde eles deveriam permanecer sob a proteção do Estado brasileiro. Os Terena voltaram a se reorganizar dentro das reservas, em seus núcleos populacionais, vinculados pela relação do parentesco e dos interesses comuns que possuíam, esses núcleos foram chamados de aldeias. Nesse sentido, pretende mostrar as táticas que esses índios desenvolveram e desenvolvem para nelas permanecerem, fortalecendo as suas relações políticas e identitárias através da sua consciência histórica, elegendo o que é significativo para o grupo, a partir da aldeia, lugar que legitima ações e reconhece liderança e da escola por meio das ações dos professores Terena, na busca pela legitimação dos direitos indígenas. Essa pesquisa foi desenvolvida mediante fontes escritas e orais por meio dos depoimentos dos Terena nas aldeias mencionadas anteriormente, entre o período de 2007 a 2010, porém outros depoimentos realizados antes do desenvolvimento dessa tese também foram citados por serem relevantes para esse estudo. As informações obtidas indicam que a aldeia é o principal núcleo dos Terena, é através dela que se organizam e reorganizam buscando soluções para os seus problemas e necessidades, entre os quais, destaca-se a ampliação e demarcação do território. Entre as táticas estabelecidas, para as suas reivindicações junto ao Estado brasileiro, constam as atividades desenvolvidas pelos professores indígenas, apropriando-se do conhecimento acadêmico que foi produzido sobre eles, bem como produzindo o seu próprio, enquanto pesquisadores do seu povo e assim, ampliam o diálogo com a sociedade envolvente através das universidades e das escolas nas aldeias, provocando discussões em torno dos seus direitos indígenas.

ABSTRACT

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira Vargas. Social-political territory dimension of the Terena territory in villages of the XX and XXI century. Doctoral thesis in Social History, Human Science and Philosophy Institute of the Fluminense Federal University /UFF.

Key-words: 1. Historic Consciousness 2. Terena. 3. Village 4. Indigenous teachers

The purpose of this thesis is to understand the tactics developed by the Terena Indians who live in the villages of Bananal, Colonia Nova and Ipegue of the Indigenous Land of Taunay/ and from Buriti village, in the indigenous land of Buriti, in the state of Mato Grosso do Sul, to conquer and guarantee their territorial rights. These strategies were strengthened by their relationships within the village and their surroundings, from the late XX century into the early XXI century. The Terena's actions claiming for land ownership, which nowadays is called "retaking", is not something recent, but has occurred since the XIX century when regional population was intensified. Since then, indigenous and non-indigenous people fight for territory; their conflicts have become more intense and have extended into the 20th century. When the Indian reservation territory was delimited by the State, although the indigenous logic about territory was not respected, the land where the Indians should stay under the Brazilian's State protection was recognized and demarked. This way the Terena reorganized themselves in reservations again, called "aldeias" – villages in their populations basis, linked by their relative bonds and/or common interests. This way, this paper intends to show the strategies that these indigenous people developed and are developing, so they can keep engaged in strengthening the political relations and identities, through their historical conscience, by electing what is significant for the group, starting from the village, the place that legitimates actions and recognizes leadership. This research was developed with written and oral sources, from statements given by the Terena of the villages mentioned before, during the period of 2007 to 2010. Yet, other statements, prior to this thesis, were also referred, to due to their relevance to this study. The information obtained points out that, for the Terena, the village is their nucleus. It is within the village that they organize and re-organize themselves, trying to find solutions for their problems and needs, in which the highlight issues are widening and delimiting their territory. Among the strategies they established to claim their rights for the Brazilian State, are the activities that the indigenous teachers develop. These activities reflect their appropriation of the academic knowledge produced about them, as well as the knowledge they produced themselves as researchers of their own people, enlarging the dialogue with the surrounding society like the universities and schools in the village, inciting new discussions around indigenous rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Capítulo I – OS PESQUISADORES DE ÍNDIOS E OS ÍNDIOS PESQUISADORES: A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE OS TERENA	30
Os pesquisadores de índios.....	31
O diálogo entre a antropologia e a história.....	35
Os Terena como sujeitos históricos.....	43
Índios pesquisadores	49
Capítulo II - O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS TERENA NO SUL DE MATO GROSSO	56
As aldeias no Chaco Paraguai.....	56
Os Terena no sul de Mato Grosso.....	60
As aldeias Terena e a Guerra do Paraguai.....	63
As aldeias no pós guerra.....	64
O SPI e as aldeias Terena.....	72
Capítulo III – A REORGANIZAÇÃO TERENA NAS RESERVAS FEDERAIS: PROTEÇÃO, APROPRIAÇÃO E TRABALHO	93
Reservas e a “proteção” do SPI.....	95
Os postos indígenas e os seus funcionários.....	99
As lideranças Terena e a reorganização em novos núcleos dentro das reservas.....	104
A religião e a reorganização interna Terena.....	107
A relação reserva, cidade, fazenda e escola.....	113
O trabalho Terena na região.....	120
A relação de “compadrio”.....	126
Capítulo IV – ALDEIAS, MEMÓRIAS, HISTÓRIA, PODER E POLITICAS DE ALIANÇAS ENTRE OS TERENA	132
As aldeias Terena no século XXI.....	133
Novas lideranças indígenas.....	136
A escola indígena Alexina rosa de Figueiredo.....	151
Memórias de velhos, história de índios contadas na escola.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176

ANEXOS

Anexo A - Mapa elaborado pelos índios Terena de Buriti referente aos anos 1897-1922.....	186
Anexo B - Mapa referente aos cemitérios dos índios Terena que ficaram de fora das terras que conquistaram em Buriti.....	187

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01 – Povos indígenas no Mato Grosso do Sul.....	22
IMAGEM 02 – Aldeias Terena no Mato Grosso do Sul.....	24
IMAGEM 03 – Reunião dos professores na escola Alexina Rosa de Figueiredo Aldeia Buriti para a elaboração de Projeto.....	48
IMAGEM 04 – Reunião dos professores na escola Alexina Rosa de Figueiredo Aldeia Buriti Para elaboração de Projeto.....	49
IMAGEM 05 – Movimentação dos povos indígenas do Chaco Paraguai.....	59
IMAGEM 06 – Povos indígenas no Chaco Paraguai.....	61
IMAGEM 07 – Povos indígenas no Chaco Paraguai.....	62
IMAGEM 08 – Mapa de 1890-1922 elaborado pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon.....	73
IMAGEM 09 – Índios Terena na Aldeia Ipegue para início da medição das terras junto a Comissão Rondon.....	77
IMAGEM 10 – Índios Terena na Aldeia Ipegue para início da medição das terras junto a Comissão Rondon.....	77
IMAGEM 11 – Índios Terena na Aldeia Ipegue para início da medição das terras junto a Comissão Rondon.....	78
IMAGEM 12 – Índios Terena na construção das linhas telegráficas.....	121
IMAGEM 13 – Índios Terena na construção das linhas telegráficas.....	121
IMAGEM 14 – Índios Terena na construção das linhas telegráficas.....	122
IMAGEM 15 – “Oca” Terena na Escola Alexina Rosa Figueiredo.....	153
IMAGEM 16 – Construção do prédio para a biblioteca da Escola Indígena Alexina Rosa de Figueiredo.....	153
IMAGEM 17 – Professores Terena da escola Alexina Rosa Figueiredo na Conferência de Educação em 2008.....	154

LISTA DE ABREVIACÕES

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

CPAQ – Câmpus de Aquidauana

DAF – Diretoria de Ação Fundiária

DEDOC – Departamento de Documentação.

DGI – Diretoria Geral dos Índios

DID - Departamento de Identificação

DOC – Documento

FOTG – Fotograma

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

ISAMU – Inland South America Mission Union

LHIN – Laboratório de História Indígena

NOB – Noroeste do Brasil

PROC – Processo

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SIASI – Sistema de Informações da atenção à Saúde Indígena

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos trabalhadores Nacionais

SUAF – Superintendência de Assuntos Fundiários

SUER – Superintendência Executiva Regional

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNIEDAS – União das Igrejas Evangélicas da América do Sul

INTRODUÇÃO

Os Terena fazem parte do grupo Chané-Guaná, vinculado à família linguística Aruak. Suas relações com os não índios ocorreram a partir das primeiras incursões espanholas no interior da América Meridional, o que contribuiu diretamente para a presença dos colonizadores em territórios ocupados por eles a partir do século XVI, provocando mudanças significativas na região do Chaco¹ paraguaio, onde se encontravam.

As disputas territoriais entre Portugal e Espanha nas Américas, implicou desde seu início, conflitos com os vários povos indígenas que viviam no Chaco, porém isso não os impediu de estabelecer relações de alianças, ou de guerras, com os colonizadores, de acordo com as situações que vivenciavam. Os índios Guaná² - entre os quais se encontravam os Terena, os Kinikinau, os Layana e os Echoaladi - interagiram com as políticas que se desenvolviam, naquele e em outros contextos, como é possível perceber com a produção dos novos estudos, que mostram a participação indígena na constituição da colônia³.

Os Terena estabeleceram-se em território brasileiro em meados do século XVIII, principalmente nas margens dos rios Aquidauana e Miranda, onde se localizavam suas

¹ Segundo Carvalho (1992), Chaco é uma região formada por, aproximadamente 700 mil quilômetros, compreendendo partes dos territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil e estabelecendo limites com os pampas ao sul do Rio Salado, com a Região Andina a oeste, com o Planalto de Chiquitos e Velascos a noroeste e com os Rios Paraguai e Paraná. No Brasil, onde atualmente encontra-se o estado de Mato Grosso do Sul, região alagadiça, estende-se até pouco abaixo da cidade de Miranda, formando o Pantanal sul-mato-grossense.

² Os Terena foram registrados nos documentos coloniais sob algumas denominações entre elas: Chané, Guaná e Aruaques. Essas denominações foram mantidas nesse texto de acordo com as menções realizadas.

³ Atualmente existe um considerável número de estudos produzidos, principalmente no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras referente à participação dos povos indígenas na formação da sociedade colonial entre eles destacam-se alguns: Schuch (1995), Silva (2001), Vargas (2003), Garcia, (2008), Castro (2011).

principais aldeias. De acordo com os documentos da Diretoria Geral dos Índios/DGI⁴ mantiveram contatos esporádicos com os colonizadores portugueses, situação que foi alterada com a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando os Terena passaram a fazer parte do Exército brasileiro. Ao término dessa guerra, esses índios reestabeleceram as relações de “amizade” mantidas com as autoridades brasileiras e, por meio delas, reivindicavam junto ao Estado o direito de permanecer nas terras que ocupavam. Assim, interagiam com a política indigenista que se desenvolvia e contribuía para o processo de legalização das suas terras, que se constituíram como suas primeiras reservas, onde se encontram até hoje.

Meus estudos sobre os Terena tiveram início ainda na graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Aquidauana. Na pós-graduação, mantive o tema e minha pesquisa resultou em 2003, na dissertação de mestrado: “A construção do território Terena (1864-1870): uma sociedade entre a imposição e a opção”⁵. Nesse trabalho, o objetivo era compreender as perdas territoriais dos Terena no curso da Guerra do Paraguai, considerando-se ainda o avanço da colonização no então sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul e a reconstrução de parte do seu território.

Nesse período, os índios perderam muitas de suas terras para a formação das propriedades particulares que aumentavam na região. Nesse contexto, procurou-se demonstrar as táticas que os Terena exerceram junto às autoridades brasileiras, negociando e reivindicando o direito de permanecer nos territórios nos quais se encontravam, alguns dos quais foram legalizados e se constituíram em suas primeiras reservas federais no início do século XX.

Essas ações foram compreendidas como processo de territorialização, conforme a noção desenvolvida por Pacheco de Oliveira (1999b), que considera as ações reivindicatórias dos índios, somadas aos interesses do Estado brasileiro. Dessa forma, foi possível compreender que o processo de territorialização dos Terena e as suas transformações territoriais, políticas, identitárias e culturais não foram e não são apenas “impostas” ou “sofridas” pelos indígenas, “mas possibilitam também certas iniciativas indígenas, favorecendo determinadas estratégias (em detrimento de outras) no sentido de atualização de

⁴ Os principais são o Livro de Registro Geral da Diretoria dos Índios, 1848-1860, n. 101 e o Livro de Registro Geral da Diretoria dos Índios, 1860-1873, n. 191. Localizados no Arquivo Público do Mato Grosso/APMT.

⁵ Vargas, 2003.

sua cultura e de reafirmação de sua identidade”. (Pacheco de Oliveira, 1999a, p. 301) Minha opção é trabalhar a história dos Terena com esse viés.

Esse trabalho permitiu compreender as disputas territoriais que ocorriam entre os índios e o Império brasileiro, na segunda metade do século XIX. Com o fim da Guerra do Paraguai e o avanço da colonização dos não índios por toda aquela região, aumentavam as disputas pelas terras entre os índios e o Império brasileiro. Essas disputas provocaram várias ações, que consistiam basicamente na tentativa do Império em aldear a maior quantidade de índios de diferentes etnias no mesmo local, para liberar a maior quantidade de terras para a colonização e assim permitir e incentivar o desenvolvimento econômico da região. Por outro lado, os índios se apropriaram dos títulos de “capitão” concedidos pelo Exército brasileiro, o que para eles implicava o reestabelecimento das relações de “amizade” para reivindicar o direito de permanecer em seus territórios.

Essa realidade implicava disputas territoriais, políticas e econômicas, que não se restringiram ao século XIX, mas se estenderam por todo o século XX e o início do século XXI. São disputas, portanto, recorrentes na história indígena e cada vez mais discutidas entre os próprios Terena, que buscam soluções para resolvê-las.

Na situação contemporânea as relações e as reivindicações dos Terena junto ao Estado brasileiro permanecem, porém seus interesses se modificaram. Os antigos “agrados” e os “brindes”⁶, que costumavam ser distribuídos pelos militares e administradores da DGI no século XIX e pelo SPI no início do século XX, não mais são almejados pelos indígenas. Afinal, os índios negociam, conforme suas necessidades e atualmente, elas consistem, em recuperar os territórios perdidos e conquistar melhores condições de educação e de saúde.

Nesse sentido, os professores indígenas estão contribuindo diretamente para a ampliação das discussões em busca de seus direitos. Eles são os responsáveis pelo fortalecimento da escola indígena, que se revela como uma nova referência, a partir da qual as aldeias formulam suas reivindicações, constituindo-se como um novo mecanismo apropriado pelos índios para fortalecê-los. Dessa maneira, tornam-se cada vez mais organizados e

⁶ Consistiam principalmente em ferramentas para o desenvolvimento da agricultura, tecidos, roupas, entre outros utensílios.

conscientes de sua história, tanto aquela aprendida com os mais velhos, como aquela adquirida junto às universidades, registrada pelos não índios.

Essa percepção resultou de minhas experiências como professora da graduação em História da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, durante os anos de 2003 a 2008. Os acadêmicos indígenas dos cursos de licenciaturas dessa instituição estavam preocupados em compreender a história do seu povo, em especial aquela registrada pelos não índios. Esse movimento resultou na produção de monografias e artigos científicos voltados para a história de sua aldeia muitos dos quais tive a oportunidade de acompanhar e orientar⁷.

Como membro da equipe do Programa “Rede de Saberes”⁸, acompanhei o desempenho dos acadêmicos indígenas, orientando alguns trabalhos e tendo a oportunidade de assistir às discussões que eles mesmos estabeleciam para eleger suas prioridades dentro dos cursos⁹. Por meio dessa experiência com os universitários indígenas, foi possível constatar suas principais preocupações: a escola indígena, a perda dos territórios, as disputas vividas nas aldeias e as dificuldades com a língua Terena, pois muitos deles não são falantes desta.

Essa experiência com os acadêmicos indígenas foi ampliada quando, em 2009, me tornei professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, no Câmpus de Aquidauana, município no qual se encontra o maior número de aldeias Terena no estado. Mais uma vez foi possível perceber o interesse dos acadêmicos indígenas nas questões voltadas para a sua própria aldeia. Por meio da participação no Programa “Rede de Saberes”, pude também constatar essas mesmas preocupações junto aos acadêmicos indígenas de outras instituições como é o caso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS e da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

⁷ Como as monografias de final de curso do índio Terena da aldeia Buriti Ramão da Silva Fermino: “As dificuldades de aprendizagem das crianças Terena nas séries iniciais da Escola Alexina Rosa Figueiredo”, em 2006, na UCDB; de Eder Oliveira Alcântara: “Os rituais Terena no processo de reconstrução de sua história”, em 2006. Ainda cabe citar outros trabalhos desenvolvidos pelos Terena na graduação: Cardoso (2001); Bernardo (2008); Farias (2007); Alcântara (2007); Alves (2010), que tratam do seu cotidiano e de suas necessidades. Alguns desses trabalhos foram desenvolvidos mais tarde e resultaram em dissertações de Mestrado.

⁸ O Programa Rede de Saberes tem por objetivo a permanência dos acadêmicos indígenas nas universidades, possui financiamento da Fundação Ford. É desenvolvido em parcerias com a Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS e a Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

⁹ Dentre os cursos freqüentados pelos indígenas (na UCDB) destacam-se: História, Letras, Pedagogia, Educação Física, Biologia, Geografia, Administração e Direito.

O estado do Mato Grosso do Sul possui uma população indígena composta de Terena, Ofaié, Kaiowá/Guarani, Kadiwéu e Guató¹⁰ aproximadamente 67.574 (sessenta e sete mil e quinhentos e setenta e quatro) índios, vivendo em 29 (vinte nove) municípios¹¹.

Os índios Terena vivem basicamente nos municípios de Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Miranda e Nioaque, onde se encontram as suas terras indígenas. Além de viverem em várias cidades de Mato Grosso do Sul, também se encontram em outros estados, como São Paulo, Mato Grosso, entre outros no Brasil.

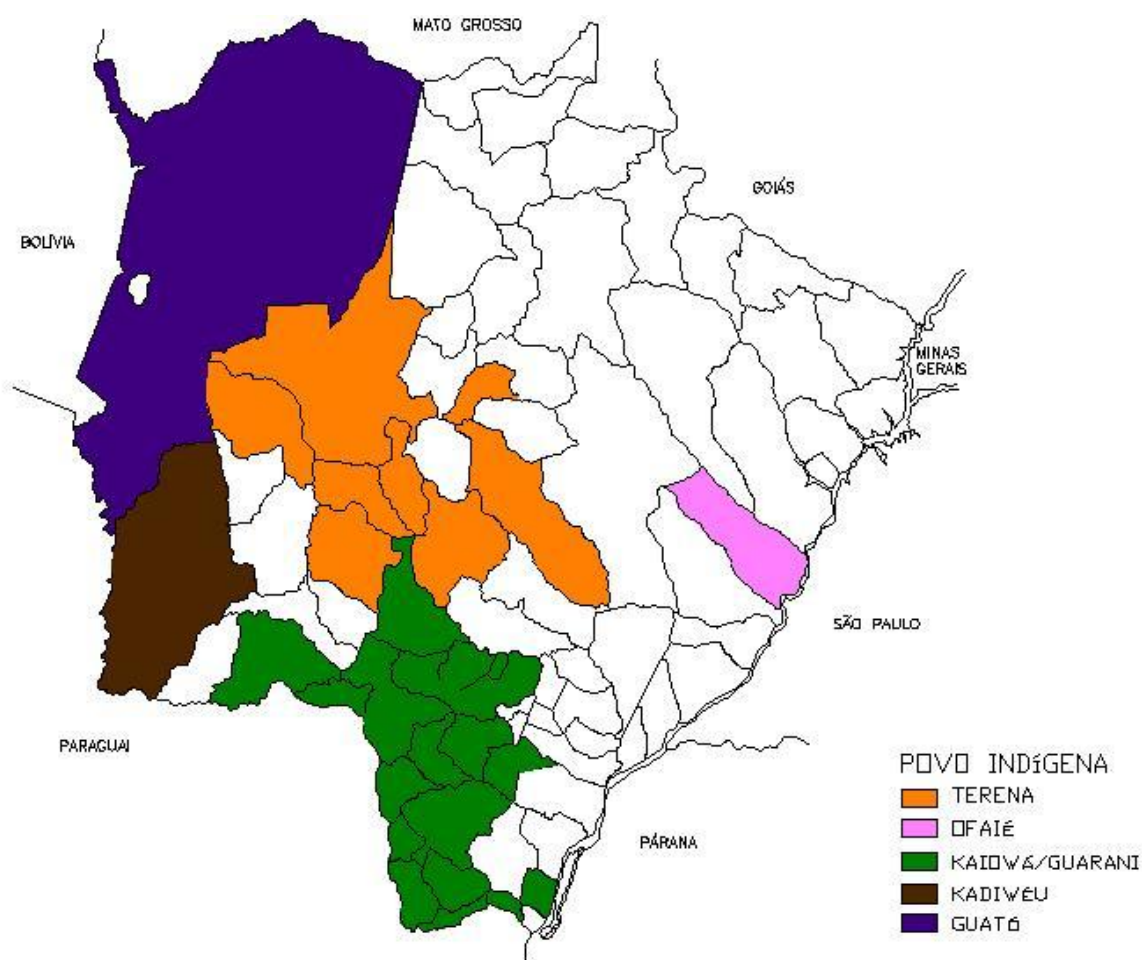


IMAGEM 1: Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul

Fonte: Celso Smanioto, 2010.

¹⁰ Ainda constam nesse estado os índios Kinikinau que vivem junto aos Terena e os Kadiwéu. Os Atikum, que vivem com os Terena na região de Nioaque, e os Kamba, no município de Corumbá.

¹¹ Segundo informações do SIASI/FUNASA-MS do dia 30/01/2010.

Os Terena são hoje a segunda maior população indígena do estado de Mato Grosso do sul, com cerca de 20 mil indivíduos¹². Vivem atualmente em 10 (dez) terras indígenas localizadas nos seguintes municípios: **Aquidauana** onde se encontram a Terra Indígena Taunay/Ipegue formada pelas aldeias Bananal, Lagoinha, Morrinho, Água Branca, Jaraguá¹³, Imbirussú, Ipegue e Colônia Nova; a Terra Indígena Limão Verde, formada pelas aldeias Limão Verde, Córrego Seco e Buritizinho¹⁴; **Anastácio** onde se encontra a Terra Indígena Aldeinha formada pela aldeia Aldeinha; **Miranda** incluindo a Terra Indígena Cachoeirinha, composta pelas aldeias Cachoeirinha, Argola, Babaçu, Morrinho, Lagoinha e Mãe Terra¹⁵; a Terra Indígena Lalima, composta pela aldeia Lalima; a Terra Indígena Pilad Rebuá, composta pelas aldeias Moreira e Passarinho. **Nioaque** Terra Indígena Nioaque, composta pelas aldeias Brejão, Taboquinha, Cabeceira e Água Branca. **Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia** a Terra Indígena Buriti, composta pelas aldeias Buriti, Água Azul, Recanto, Oliveira, Olho D'água, Barrerinho, Córrego do Meio, Lagoinha, Tereré, Nova Bananal¹⁶. **Campo Grande** onde se encontram as denominadas aldeias urbanas: Marçal de Souza, Água Limpa e Tarsila do Amaral¹⁷, em **Rochedo** aldeia Bálamo.

A multiplicação das aldeias Terena que formam as terras indígenas mencionadas, dentro das mesmas áreas indígenas, provoca novas questões dentre as quais destaco aquela relativa ao significado da terra para esses índios dentro do contexto em que vivem. Além das terras, educação e saúde são também reivindicações dos Terena feitas a partir da aldeia, o que a coloca como lugar privilegiado para legitimar os projetos e aspirações do grupo. Nesse sentido, a multiplicação de aldeias pode significar a ampliação de reivindicações por terra, educação e saúde dos novos grupos e lideranças Terena, que vão constituindo através desse processo.

¹² Esses números são correspondentes aos índios que vivem nas aldeias, segundo informações do SIASI/FUNASA-MS, 2010. Há ainda uma população de Terena vivendo nas cidades e não foi considerada nesse indicativo.

¹³ Aldeia ainda não reconhecida pela FUNAI.

¹⁴ Aldeia ainda não reconhecida pela FUNAI.

¹⁵ Aldeia ainda não reconhecida pela FUNAI.

¹⁶ Aldeia urbana ainda não reconhecida pela FUNAI.

¹⁷ Essas duas últimas aldeias ainda não foram reconhecidas pela FUNAI.

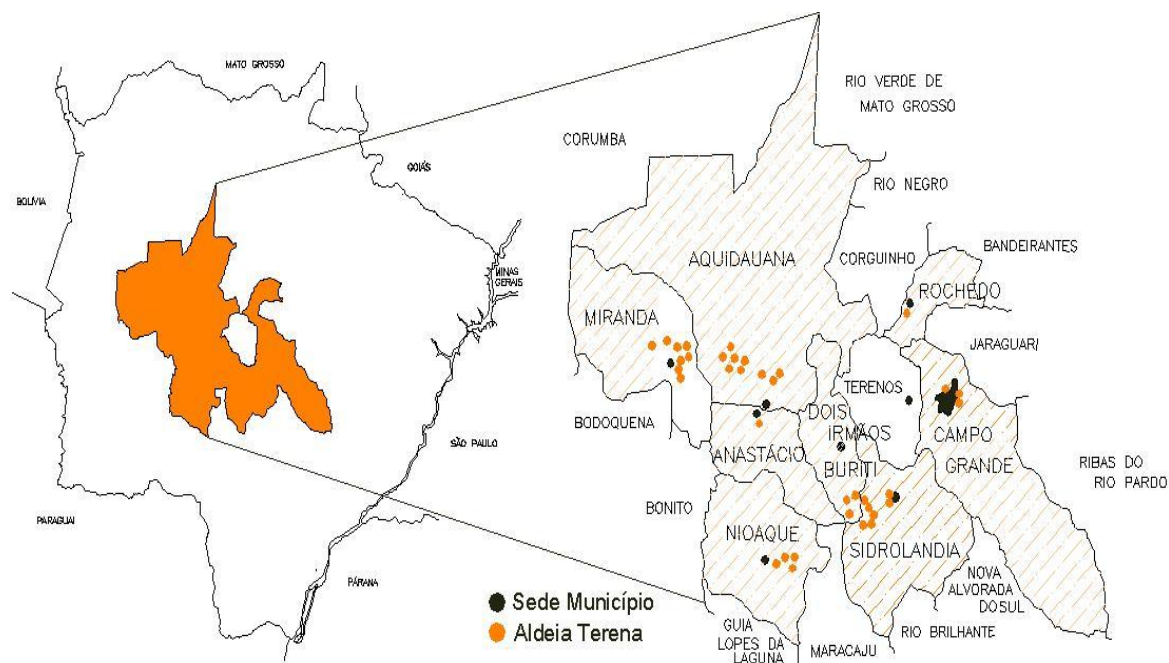


IMAGEM 2: Aldeias Terena no Mato Grosso do Sul

Fonte: Celso Smanioto, 2010.

A convivência com os Terena, tanto na universidade, quanto em suas aldeias, permitiu-me compreender que a aldeia é o lugar, por excelência, de ressocialização, de legitimação de direitos, de elaboração e reelaboração cultural. É a partir dela que os Terena reconhecem as suas lideranças, e os que estão autorizadas a falar em nome do grupo¹⁸. Nesse cenário, a escola indígena, constituída por professores índios, tem desempenhado um importante papel na reafirmação do grupo e na formulação das suas reivindicações por direitos. Essa situação encontra-se claramente delineada na aldeia Buriti, conforme observado a partir do trabalho de pesquisa desenvolvido, desde 2004, nessa aldeia¹⁹.

¹⁸ Nesse contexto, existem as vozes que são reconhecidas, sendo essas as responsáveis pelas informações de sua história e da aldeia que pertencem, e aquelas que não são reconhecidas pelos demais índios da aldeia e, portanto, não possuem respaldo para falar em nome do grupo. Essa situação evidencia a disputa pela memória do grupo, que esta sempre ligada às famílias de liderança.

¹⁹ O projeto de pesquisa intitulado: “A construção do capital humano/social: bases para o desenvolvimento em populações indígenas Terena” foi desenvolvido entre 2004 e 2006. Resultou em pesquisas de campo nas aldeias Terena no estado de Mato Grosso do Sul e nas orientações dos projetos de Iniciação Científica: “A territorialização dos índios Terena em Campo Grande”, desenvolvido por Márcia Quezia Ferreira da Silva na UCDB, em 2004; “Os Terena de Limão Verde: a reconquista de seus territórios”, por Marcelo Honório na UCDB, em 2005. O projeto de pesquisa: “A etnoeducação e sua articulação com o estilo de aprendizagem indígena Terena”, desenvolvido na Aldeia Buriti e Córrego do Meio, na Terra Indígena Buriti, entre 2006 e 2007, resultou no projeto de Iniciação Científica: “Os rituais Terena no processo de construção de sua história”, pelo acadêmico indígena Eder Alcântara, entre 2006 e 2007, na UCDB. O projeto de pesquisa: “Rede de Saberes: Permanência de Indígenas no Ensino Superior”, foi desenvolvido entre os anos de 2007 e 2008 e resultou nas orientações dos projetos de Iniciação Científica: “Os índios Terena e o Estado Brasileiro”, desenvolvido por Lenir Gomes Ximenes, em 2007, na UCDB; “Os índios Terena a reconquista de seus

Essas atividades permitem acesso às aldeias e a convivência com os Terena dos diferentes grupos que as compõem, ou seja, com as distintas lideranças indígenas que as formam, bem como com os demais grupos que não fazem parte da liderança. Isso proporciona a obtenção de informações por meio das entrevistas realizadas da perspectiva da História Oral, que constituíram importantes fontes para a minha pesquisa (Alberti, 2004).

Refletindo sobre os depoimentos colhidos e dando continuidade aos estudos anteriores sobre os territórios dos Terena no Mato Grosso do sul, esta pesquisa tem por objetivo analisar o significado das aldeias para esses índios, como espaço privilegiado das reivindicações dos Terena e do seu fortalecimento político ao longo de sua trajetória. Do ponto de vista, cronológico, a pesquisa enfoca sobretudo a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI, períodos nos quais se intensificaram as reivindicações indígenas para a ampliação e a demarcação de suas terras.

Quanto ao recorte espacial, a idéia original de trabalhar com as nove aldeias que formam a Terra Indígena Buriti foi alterada por razões práticas. As aldeias que compõem uma mesma terra indígena são completamente independentes: cada uma delas tem liderança própria e algumas não aceitaram participar da pesquisa. Esse foi o caso da aldeia Córrego do Meio, onde, por problemas internos de disputas entre as suas lideranças, o trabalho de campo não pôde ser desenvolvido.

Em face dessas questões, optou-se por trabalhar com a aldeia Buriti, por ser reconhecida como a mais antiga das aldeias nessa terra indígena e pelo fato de que as demais aldeias nela existentes, surgiram a partir dela. As outras aldeias são mencionadas para evidenciar as redes estabelecidas no processo da sua reorganização interna e para a compreensão da dinâmica das relações que estabeleceram com a sociedade envolvente.

Procura-se demonstrar como os índios Terena se reorganizaram dentro dos limites que foram estabelecidos pelo Estado brasileiro; processo considerado como territorialização, nos termos estabelecidos por Pacheco de Oliveira (1999b). Nessa perspectiva, considera-se que,

territórios: a constituição da Aldeia de Buriti”, desenvolvido por Iasson Preste Gelatti, em 2007, na UCDB. O projeto de pesquisa: “Memória, percepção e sentido do aprender dos Terena das aldeias Córrego do Meio e Buriti: subsídios para uma proposta de etnoeducação”, desenvolvido junto com os professores Terena da Escola Indígena Alexina Rosa Figueiredo, entre 2008 e 2010, que resultou na publicação da Cartilha Bilíngüe: “Os Terena da aldeia Buriti: saberes e fazeres”. Campo Grande: Ed. Oeste, 2011.

ao longo do seu processo histórico, os Terena se apropriaram dos códigos da sociedade envolvente e atualizaram os seus próprios códigos, que se modificam continuamente, conforme suas necessidades e interesses. Situação que implica o reconhecimento de novas táticas formuladas pelos Terena para realizarem as suas constantes reivindicações por direitos históricos.

Assim, as hipóteses que conduziram esse estudo são as seguintes: 1) Os Terena, ao entrarem em contato com os colonizadores, compreenderam os códigos que regiam a sociedade envolvente e deles se apropriaram. 2) O processo dos Terena juntarem-se em aldeias e depois dividirem-se faz parte da dinâmica do grupo, continuamente atualizada de acordo com os contextos vivenciados. 3) A criação de novas aldeias implica também a legitimação de novas lideranças indígenas, a criação de empregos assalariados e a ampliação de suas relações com a sociedade envolvente. 4) A aldeia é lugar de elaboração e reelaboração de direitos, de reconhecimento de liderança indígena que precisa pertencer a um lugar que legitime e reconheça suas ações. 5) A apropriação dos conhecimentos acadêmicos e de outros mecanismos da sociedade envolvente permitem que esses índios permaneçam em constante evidência no contexto regional, especialmente por suas ações políticas, que implicam, na maioria das vezes, em novas táticas para as suas reivindicações.

Com o objetivo geral de demonstrar como as aldeias Terena constituem o espaço privilegiado de reivindicações e fortalecimento político dos grupos, e como eles desenvolveram novas estratégias de reivindicações no decorrer de sua longa trajetória de contatos intensos com a sociedade envolvente, a pesquisa apresenta os seguintes objetivos mais específicos: analisar o processo de territorialização dos Terena em Mato Grosso do Sul; identificar como os Terena se reorganizaram dentro dos limites territoriais das reservas indígenas para demonstrar as apropriações dos mecanismos da sociedade envolvente ali instalados; evidenciar o significado das aldeias para os Terena nesse contexto contemporâneo mediante as apropriações, de acordo com os interesses, que podem ser constantemente modificados conforme suas necessidades; identificar as novas táticas estabelecidas pelos Terena; compreender como esses índios foram registrados pelos não índios e como eles próprios registraram a sua história, particularmente por intermédio dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras.

Essas questões serão trabalhadas com base nas novas perspectivas teóricas e conceituais da História e da Antropologia que têm orientado as pesquisas mais recentes sobre a história dos índios no Brasil e na América. Historiar os conceitos de cultura e etnicidade é fundamental para a compreensão da trajetória dos índios Terena e de suas relações com a sociedade envolvente. Para isso, os estudos desenvolvidos por Cunha (1987, 1992a, 1992b) Monteiro (1995, 1999a, 1999b, 2001), Pacheco de Oliveira (1999a, 1999b, 2006) Almeida (2003, 2007, 2009, 2010), Rappaport (1998, 2005), Albert (2002), Certeau (1994), Pereira (2009), Castro (2011), entre outros, inspiraram-me a compreender e a demonstrar as táticas desenvolvidas pelos Terena ao longo do seu processo histórico. É fundamental compreender também suas formas de reconstrução e apropriação de sua memória e de sua história, pois elas apontam e elegem o que é significativo para o grupo, fortalecendo sua identidade étnica e os vínculos com a aldeia e com a terra.

Essas questões são desenvolvidas no primeiro capítulo (dos quatro em que se estruturam esta tese), cujo objetivo traçar um painel geral da produção acadêmica sobre os Terena, priorizando os estudos desenvolvidos a partir da década de 90 do século XX, até as atuais produções dos índios nos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Abordam-se as mudanças de perspectiva teórica e conceitual para a análise de relações de contato, o abandono de noções como aculturação, assimilação e mudança cultural. O diálogo crescente entre antropólogos e historiadores e a conseqüente renovação de conceitos como cultura e etnicidade nos permitem perceber que as mudanças culturais não significam apenas perdas para os índios. A partir desse diálogo entre as disciplinas, novos estudos têm sido produzidos, apontando para as ações indígenas que, em contexto de interação com outros grupos étnicos e sociais, reelaboram culturas e identidades étnicas. Ao longo do texto, procura-se demonstrar como esses estudos evidenciam que os índios se apropriaram dos mecanismos da sociedade envolvente para usá-los em benefício próprio para as reivindicações por direitos, dentre os quais se destacam a demarcação, revisão e ampliação de seu território, bem como demais direitos dele decorrentes.

O segundo capítulo tem por objetivo mostrar a trajetória territorial dos Terena, desde sua movimentação ainda no Chaco Paraguai, até seu estabelecimento em território brasileiro, em meados do século XVIII, no então sul de Mato Grosso. Nessa região, suas relações com os não índios permaneciam de forma esporádica, principalmente com os militares responsáveis

pela proteção do território nacional, porém, com a explosão da Guerra do Paraguai, essas relações se intensificaram. A guerra provocou mudanças significativas para os índios: muitas etnias foram extintas, outras passaram a viver com outros grupos indígenas e a princípio adotaram a sua identidade étnica, a exemplo dos Kinikinau, como tática para continuarem no território, nesse caso junto aos Terena e aos Kadiwéu. O processo de colonização da região se intensificou, conduzindo os índios para as disputas territoriais com os não índios, e, nesse sentido, reelaboraram suas relações com o Estado brasileiro. Nessa situação, as relações de “amizade” entre os Terena e o Império foram novamente reconstruídas pelos índios, que, com base no título de “capitão”, concedido a algumas lideranças indígenas pelas autoridades brasileiras, solicitavam a legalização das terras que ocupavam. Isso resultou na demarcação de suas terras e na constituição das primeiras reservas federais, instituídas pelo governo brasileiro no início do século XX. A intenção é demonstrar as táticas dos Terena para as reivindicações junto ao Império brasileiro para garantir as terras que ocupavam. Ainda que houvesse o interesse do Estado em defini-las para limitar o lugar do índio e, dessa maneira, liberar as demais terras para a colonização, destaca-se que os Terena contribuíram para a sua legalização, iniciando uma longa luta para a garantia de seus direitos.

O terceiro capítulo demonstra como os Terena se reorganizaram em aldeias, dentro das reservas federais, na primeira metade do século XX. Período também marcado por disputas e negociações com o Estado brasileiro, por causa de suas terras e de sua mão de obra. As reflexões incidem sobre como ocorreram as apropriações dos mecanismos da sociedade envolvente, instituídos dentro da reserva, que resultaram na ocupação dos cargos de chefias dentro da estrutura do SPI. Nesse caso, destaca-se o próprio cargo de “capitão”, que lhes proporcionava posições de destaques tanto entre os demais índios, como entre os não índios. Nessa perspectiva, pretende-se evidenciar, como eles atualizaram e atualizam suas antigas políticas de alianças por meio das relações de “amizade” constituídas entre eles e o Estado brasileiro, mediante a reelaboração de suas práticas culturais.

O quarto capítulo tem por objetivo compreender as táticas desenvolvidas pelos Terena em suas aldeias atuais, onde permanecem as reivindicações territoriais, somadas às outras necessidades eleitas pelos Terena, como a saúde e a educação, das quais esta última é o principal mecanismo pelo qual esses índios estão se reorganizando para suas reivindicações junto ao Estado brasileiro. Nesse sentido, estão se apropriando do conhecimento acadêmico

produzido pelos pesquisadores de índios, o que também significa apropriar-se das informações registradas sobre eles, percebendo, dessa maneira, como eles foram pensados pelos não índios. Nesse contexto, rearticulam-se politicamente e apropriam-se de novos mecanismos da sociedade envolvente para reforçar as disputas pelas terras. Ainda que pontue situações vivenciadas em diferentes aldeias, o capítulo prioriza as atividades desenvolvidas pelos Terena da aldeia Buriti. Nesse sentido, procura-se demonstrar o significado da aldeia para eles e as suas diferentes concepções sobre ela, considerando as informações registradas pelas lideranças, respeitando a divisão que eles mesmos estabeleceram entre as antigas lideranças - os velhos - e as jovens lideranças - professores e estudantes universitários, demais grupos que as compõem. Analisam-se também as relações entre os Terena e a sociedade envolvente, bem como as relações internas dos Terena com as suas lideranças, e como essas últimas se relacionam com o seu entorno, incluindo os setores públicos municipais, estaduais, federais e os particulares. Essas relações permitem o trânsito dos Terena entre a aldeia e a cidade, na perspectiva de reivindicações de direitos que são permitidos a partir da aldeia. Suas reivindicações territoriais permanecem, embora voltadas para novas necessidades. Suas atuações políticas contribuem para realçar sua presença no contexto sociopolítico e econômico regional no Mato Grosso do Sul.

As fontes para o desenvolvimento desta tese são documentos já bastante conhecidos dos pesquisadores dessa temática. Consistem, basicamente, na documentação da Diretoria Geral dos Índios/DGI, localizada no Arquivo Público de Mato Grosso/APMT; na documentação do Serviço de Proteção aos Índios/SPI, encontrada no Museu do Índio no Rio de Janeiro; nos processos periciais referentes à demarcação e à ampliação das áreas dos Terena no Mato Grosso do Sul, localizados no Arquivo da FUNAI, DEDOC, em Brasília e nas cadernetas de campo de Rondon, que fazem parte do acervo do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Esta pesquisa também utiliza documentos produzidos a partir da História Oral, por meio das entrevistas realizadas com os Terena em suas respectivas aldeias, principalmente na aldeia Bananal, Colônia Nova, Ipegue e Buriti, que se encontram depositadas no Laboratório de História Indígena/LHIN da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, no Câmpus de Aquidauana/CPAQ, bem como as fotografias que foram registradas nessas ocasiões. O conteúdo dessas fontes será problematizado com base nas proposições teóricas e interdisciplinares da História e da Antropologia acima apontadas.

CAPÍTULO 1

OS PESQUISADORES DE ÍNDIOS E OS ÍNDIOS PESQUISADORES: A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE OS TERENA.

O crescente índice de alfabetização dos povos indígenas nos dias de hoje justifica tomá-los como leitores potenciais de sua própria história registrada e relatada por terceiros, no caso, o antropólogo. Nesse sentido, devo dizer que tenho recebido pedidos de lideranças terena e tücuna para enviar-lhes os livros que escrevi sobre eles, a despeito das eventuais dificuldades que possam encontrar em sua leitura. Esse é um fato que nos deixa – antropólogos – especialmente desafiados e, sobretudo, introduz um dado bastante novo se considerarmos que em passado não muito remoto “índios não nos liam...” Isso confere ao trabalho etnológico moderno uma nova responsabilidade, como aquela que surge com a abertura do leque de nossos críticos, não mais apenas acadêmicos e administradores indigenistas, mas agora os próprios índios, sujeitos da investigação antropológica. (Cardoso de Oliveira, 2002, p. 13-14)

A análise de Cardoso de Oliveira (2002) permite considerar que os Terena vivem um tempo de busca pelo conhecimento da história que foi escrita sobre eles por pesquisadores de índios. Essa situação provoca algumas reflexões referentes aos registros até então realizados sobre os Terena e como se posicionam diante deles. O crescente número de índios graduados nas diversas áreas do conhecimento, em especial naquelas vinculadas à formação de professores, é notório entre os Terena.

Essa realidade tem proporcionado uma nova produção acadêmica, realizada pelos próprios sujeitos da investigação, os índios pesquisadores, que tem contribuído para uma releitura de sua história. Por meio do registro de suas memórias, os Terena estão construindo e

reconstruindo novas relações e alianças com a sociedade envolvente, que têm servido para respaldar e legitimar as reivindicações por direitos, sobretudo junto aos órgãos oficiais.

Compreender que os índios são sujeitos de sua história, em diferentes tempos e contextos, remete a uma análise, ainda que sucinta, da produção bibliográfica realizada sobre eles a partir do final do século XX. Por meio dessa análise, pode-se mostrar suas ações e as diversas relações que estabeleceram com a sociedade envolvente ao longo de sua história, vistas de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Dessa forma, este capítulo traça um painel geral de estudos realizados sobre os Terena, a princípio por antropólogos, historiadores e demais pesquisadores das Ciências Sociais, principalmente para demonstrar como eles foram percebidos e como eles próprios se percebem e se inserem dentro dessas relações por meio da sua própria produção acadêmica: a produção realizada por índios pesquisadores inseridos em programas de pós-graduação das universidades brasileiras.

A intenção não é trazer uma lista completa de autores e textos sobre os Terena, mas destacar trabalhos que foram significativos para o registro de sua história, enfatizando os séculos XX e XXI. Procura-se, com isso, evidenciar o renovado interesse dos pesquisadores pela história indígena, para se dar uma idéia das mudanças que ocorreram nas concepções teórico-metodológicas nas últimas décadas e que passaram a orientar os novos estudos produzidos a partir do final do século XX. Neles, os índios prevaleceram como sujeitos históricos, e suas ações também são consideradas importantes para explicar os processos históricos que viveram, à medida que passaram a ser compreendidas sob a forma de apropriação e ressignificação indígena. Essas releituras admitem uma nova compreensão sobre suas histórias, como mostrou Almeida (2010) e como se pretende demonstrar nesta tese.

Os pesquisadores de índios

Durante um longo período, a história indígena foi ignorada pelos historiadores, bem como pelos demais pesquisadores sociais. No século XIX, os intelectuais responsáveis pelo registro da história nacional que se desenvolvia excluíram as populações indígenas do novo Império em formação, corroborando a “política indigenista do Estado no sentido de promover a assimilação dos índios integrando-os como cidadãos no novo Império em formação”. (Almeida, 2009, p. 207). Dessa forma, intelectuais e políticos extinguíam, por meio de seus

discursos, inúmeras identidades indígenas, que, mesmo ainda muito presentes no novo Estado, foram ignoradas, nos registros produzidos, para alicerçar uma nova identidade nacional, em que não havia lugar para a pluralidade étnica. Nessa nova ordem, os índios permaneceram como grupos ou indivíduos do passado e suas identidades foram diluídas dentro daquele processo que se desenvolvia, com o objetivo de acabar com as distinções étnicas existentes (Almeida, 2009), bem como com os direitos dela decorrentes.

Entre as intenções do Império brasileiro, constava a posse e o controle das terras indígenas para atender as necessidades do desenvolvimento do capitalismo que se processava no Brasil. Nesse sentido, medidas foram tomadas, a principal delas foi a formação de aldeamentos para a permanência dos índios, em território reduzido, que não correspondia ao espaço que eles ocupavam. Além disso, a política indigenista incentivava e introduzia a presença dos não índios junto deles para depois se beneficiar da situação que havia criado e se apossar das terras em que os índios se encontravam, sob o pretexto de que eles estavam “confundidos com a massa da população”. Orientados por esse preceito muitos aldeamentos foram declarados extintos das Províncias (Cunha, 1987). Essas medidas atendiam as demandas do governo, tanto para extinguir as identidades indígenas, quanto para tornar as terras onde se encontravam propriedades particulares, legalizadas pelo Império brasileiro.

Essas ações estenderam-se por todo o século XIX e intensificaram-se depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando muitas etnias indígenas foram extintas no Brasil. No sul de Mato Grosso, os Terena foram os únicos índios entre os Chané/Guaná que permaneceram como grupo étnico na visão da política indigenista²⁰, porém essa condição não lhes garantiu o direito de permanecer no território que ocupavam antes da guerra, pois ele se tornou o principal interesse dos não índios, cada vez mais presentes na região. Por isso, os conflitos gerados pela posse das terras entre índios e não índios não cessaram com o fim da guerra; ao contrário, aumentaram cada vez mais em decorrência da ampliação das fazendas. As disputas pelas terras que até então compunham o território indígena estenderam-se à República e

²⁰ Os índios Kinikinau foram dados por extintos depois da Guerra do Paraguai; perderam as terras que ocupavam, próximas à região do Agachi, no atual município de Aquidauana, para a formação de fazendas. Os que sobreviveram a esse processo foram viver junto aos Terena e aos Kadiwéu. O estudo desenvolvido por Castro (2011) mostra a reorganização dos Kinikinau em busca de direitos junto ao Estado brasileiro.

permanecem até os dias atuais, sendo a posse de terras ainda geradora de conflitos entre índios e não índios, como será demonstrado nos próximos capítulos.

A política indigenista permaneceu durante o século XX, com a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN (a partir de 1917, apenas SPI). A função desse órgão era gerir e administrar os índios dentro das reservas federais e conduzi-los ao mercado de trabalho, transformando-os em “trabalhadores nacionais”, contribuindo para o seu processo de aculturação e assimilação (Lima, 1992, 1995). Persistiu a crença no seu desaparecimento, concepção que vai predominar durante o século XX, como demonstram os estudos sobre os Terena realizados pelos antropólogos Herbert Baldus (1937), Kalervo Oberg (1948, 1949), Fernando Altenfelder Silva (1949) que evidenciaram os conceitos desenvolvidos pela Antropologia da época, orientados pela compreensão de que a mudança cultural entre os índios significava perda de sua identidade étnica e os conduziria à extinção.

Entre esses estudos destacam-se os desenvolvidos por Roberto Cardoso de Oliveira a partir de 1955, quando esteve entre os Terena a serviço do SPI e registrou informações sobre as suas relações internas e externas nas diferentes aldeias da região. Desses estudos resultaram vários artigos científicos²¹, em 1960, no livro “O processo de assimilação dos Terena²²” e em 1968, “Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Têrena numa sociedade de classes”. Nesses estudos Cardoso de Oliveira demonstra as relações que os Terena mantinham com o seu entorno, com os diferentes povos indígenas na região e com os não-índios, tanto nas fazendas quanto nas cidades próximas as suas aldeias. Para desenvolver seus estudos Cardoso de Oliveira levou em consideração a reconstrução histórica, ou seja, estabeleceu a abordagem histórica para a compreensão das ações dos Terena junto aos outros povos indígenas e com a

²¹ Publicou em 1957 o artigo intitulado “Preliminares de uma pesquisa sôbre a assimilação dos Têrena”, na Revista de Antropologia vol. 5, n. 2; no mesmo “Estudo de uma comunidade Terena” Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia; 1958 o artigo “Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Têrena”, no Boletim do Museu Nacional, n. 18, e “Urbanização sem Assimilação: estudo dos Têrena desbribalizados”, publicado na Revista Ciência e Cultura vol. 10 n. SP; em 1959 “Matrimônio e solidariedade Tribal Terena”; entre vários outros artigos.

²² Livro que foi publicado em uma coleção do Museu Nacional, e posteriormente em 1976, teve uma segunda edição com o título: “Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna, para fazer parte da Coleção Ciências Sociais da Editora Francisco Alves. No prefácio a essa edição Cardoso de Oliveira justificou o novo título do livro, com o acréscimo “Do índio ao bugre”, como uma denúncia dessa categoria “bugre”, uma vez que os regionais assim os denominavam, para ridicularizá-los, essa categoria possuía vários significados como bêbados, preguiçosos entre outras denominações pejorativas.

sociedade envolvente. Estabeleceu uma nova maneira para a compreensão da história indígena entre os seus estudiosos.

Porém os estudos mencionados anteriormente não levaram em consideração os possíveis interesses dos índios nos processos de mudança e suas possibilidades de rearticulação cultural e identitária, pois compreendiam a cultura indígena como imóvel e estática: uma vez perdida ou alterada, não restariam aos índios quaisquer alternativas de sobrevivência ou adequação. Não se reconhecia o fato de que um grupo étnico pode transformar-se, sem necessariamente anular-se ou perder o sentimento de comunhão étnica.

Essas perspectivas foram retomadas e discutidas pelos novos estudos produzidos durante o final do século XX e início do XXI. Pesquisadores embasados em novos paradigmas rompiam com os até então estabelecidos sobre a aculturação e assimilação dos índios. A mudança na compreensão da história indígena foi, em parte, resultado das ações dos próprios índios, sujeitos das investigações: embora muitas etnias tenham sido extintas, outras permaneceram diluídas entre outras etnias ou entre a população não índia, adotando uma identidade diferente da sua como opção para permanecer nas terras em que se encontravam. Os Kinikinau, por exemplo, passaram a viver junto aos Terena, adotando sua identidade, porém, no interior do grupo, eram reconhecidos como Kinikinau e participavam ativamente da vida na aldeia, contribuindo para a sua construção²³, como demonstrou Castro (2011).

Nessa perspectiva, etnias até então dadas por extintas no Brasil voltaram a reivindicar, junto ao Estado brasileiro, a sua identidade indígena e os direitos correspondentes a ela, como mostrou Pacheco de Oliveira (1999b), com os índios do Nordeste, e Castro (2011), com os índios Kinikinau. Essa situação permanece e está se ampliando de acordo com as ações dos índios, novamente demonstrando que as teorias até então estabelecidas para compreendê-los não mais poderiam explicar suas ações dentro daquele novo contexto. Dessa forma, estudos mais recentes apontam para uma renovada compreensão dos índios e das escolhas que realizaram ao longo de sua história.

²³ Em entrevista realizada na aldeia Ipegue, em 14 de janeiro de 2007, o índio Terena Antonio Francelino relatou que, segundo informações dos mais velhos, a família de Arlindo Elóy, - que pertencia à família de liderança da aldeia Colônia Nova - era Kinikinau e falava em seu próprio idioma. Essas informações são relevantes por demonstrar a presença desses índios junto aos Terena. Embora a política indigenista não os reconhecesse como Kinikinau, entre os índios permaneciam as suas diferenciações étnicas.

O diálogo entre a antropologia e a história

Nas últimas décadas do século XX, os índios, em busca de seus direitos, denunciaram os abusos, as explorações e violências que viveram ao longo dos séculos. Provocaram discussões políticas e participaram das que os envolviam, solicitando legalmente ao Estado brasileiro a posse de antigos territórios, tomados pelo desenvolvimento colonial e pós-colonial. Nas suas reivindicações, demonstraram que, embora tivessem vivido mudanças culturais significativas, elas não resultaram necessariamente na perda de sua identidade étnica, mas na sua reelaboração, reafirmando-se como sujeitos plenos e conscientes de seus direitos. Dessa forma, não deixaram de ser índios, contrariando as concepções até então estabelecidas sobre eles; ao contrário, eles se multiplicam, como evidenciam os últimos censos. As ações indígenas contribuíram para o estabelecimento de novos paradigmas que passaram a nortear os estudos no Brasil, verificando-se o abandono de concepções até então estabelecidas sobre eles e a busca de novos métodos para compreendê-los.

Nesse sentido, antropólogos e historiadores aproximaram-se, uma vez que ambos lidam com processos socioculturais que se desenvolvem no tempo (Pacheco de Oliveira, 1999a). Surge um renovado interesse dos pesquisadores pela história indígena, despertando o interesse dos antropólogos pelos processos históricos de mudanças dos índios e dos historiadores pelos seus comportamentos e crenças (Almeida, 2010). A partir desse entendimento, ampliaram-se as discussões em torno da história indígena no Brasil. Antropólogos e historiadores direcionaram suas análises para os índios, para demonstrar suas ações, apropriações e as ressignificações que realizaram a partir do contato com os não índios. Sob essa concepção, os índios passaram a ser compreendidos, dentro da perspectiva histórica, como sujeitos que também estão registrando a sua história e emitindo a sua concepção sobre o “outro”. É a partir dessas novas abordagens interdisciplinares que a história Terena foi compreendida nesta tese.

Para pensar as escolhas que os Terena realizaram ao longo de sua história de contato com os não índios, os estudos desenvolvidos por Cunha (1992a) contribuíram diretamente para essa reflexão: “a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira” (Cunha, 1992a, p.18). Permitiu compreender as ações desenvolvidas

pelos Terena ainda na sociedade colonial e evidenciar as suas escolhas, ora aliando-se ao colonizador europeu, ora esquivando-se do contato, porém estabelecendo negociações e interagindo com a sociedade colonial a partir dos seus próprios códigos.

Segundo Monteiro (1995), surge uma nova bibliografia que, além de contribuir para a visibilidade dos índios, mostra as suas próprias perspectivas sobre o seu passado, fazendo parte dela concepções alternativas para a história do contato e da conquista. Dessa forma, a história dos Terena foi analisada dentro da “nova” história indígena, que permite compreender suas ações reivindicatórias em prol dos direitos históricos pelos quais reivindicam atualmente a permanência e a ampliação do seu território.

Monteiro (1999b), em seu texto “Armas e armadilhas: História e resistência dos índios” pondera sobre as novas táticas utilizadas pelos índios, entre as quais prevalece a apropriação da história como fundamental para o estabelecimento de um discurso propriamente indígena e, dessa perspectiva, é fundamental a “revitalização” étnica, que implica a reapropriação, pelas lideranças indígenas, de uma história “autêntica”. Nesse caso, pode-se compreender que as ações desenvolvidas pelos professores Terena estão ampliando o diálogo sobre o conhecimento do seu passado como tática para justificar direitos históricos. Monteiro destaca ainda que, nessa situação, adereços ornamentais e práticas rituais “esquecidas” voltam a ser praticadas pelos índios, com o objetivo de legitimar ações, sobretudo em situações de conflitos e de reivindicações junto ao Estado brasileiro. Essas ações indígenas são compreendidas como táticas no sentido empregado por Certeau (1994), ou seja, são ações desenvolvidas por grupos ou indivíduos que estão em situações subalternas e descobrem maneiras de tirar proveito das ocasiões.

Dessa perspectiva, foram concebidas as ações dos professores Terena, atualmente os principais responsáveis por estabelecer o diálogo com a sociedade envolvente, que com os acadêmicos da graduação e da pós-graduação ampliam o debate em torno da história indígena, tanto na sociedade envolvente, quanto na aldeia, onde se encontram. Novamente recorre-se a Monteiro (1999b) quando afirma que é por meio da apropriação da história que informa sobre o seu passado – e, nele, o seu processo de dominação e de direitos constituídos – que se fundamentam as reivindicações atuais dos índios e são fomentadas táticas políticas para o futuro. Foi dessa forma que as ações realizadas pelos professores Terena – que, por meio da

escola, estabeleceram um novo mecanismo para as disputas por direitos junto ao Estado brasileiro – foram compreendidas. Ainda que as táticas construídas pelos professores indígenas consistam em estabelecer e fortalecer discursos voltados para fora das aldeias, suas ações implicam diretamente o fortalecimento da identidade étnica dos índios e, com isso, reforçam os vínculos entre eles e a aldeia. Continua Monteiro:

No quadro atual do movimento indígena no Brasil, a elaboração – ou reelaboração – da história por parte das lideranças e dos professores mostra-se um recurso potencialmente poderoso nas lutas pela afirmação de uma identidade política e pela posse da terra. Trata-se da apreensão, por parte das lideranças nativas, da inovação conceitual apresentada pela Constituição de 1988, ou seja, o abandono de uma perspectiva assimilacionista e sua substituição pelo princípio do direito à diferença. (MONTEIRO, 1999b, p. 245)

Dessa perspectiva, os professores e acadêmicos Terena tornaram-se referências de lideranças entre os índios. Tanto em suas aldeias, quanto nas universidades, os seus discursos são sempre voltados para o fortalecimento de sua identidade indígena e dos direitos dela decorrentes, para que possam usufruí-lo. Nesse sentido, existe um significativo trabalho monográfico de conclusão do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, realizado por Luiz Henrique Eloy Amado, um índio Terena da aldeia Ipegue, que discute os direitos indígenas a partir da Constituição de 1988, sobretudo o direito à demarcação e ampliação das terras indígenas. Afirma:

Sem sombra de dúvida esta foi a condicionante que mais suscita discussões na seara jurídica, pois a condicionante de número 17 prescreve que “*é vedada a ampliação da terra indígena já demarcada*”.

É de se considerar que o STF já firmou entendimento que a demarcação de terra indígena se faz no “bojo de um processo administrativo”, procedimento este disciplinado por lei e dividida em etapas que devem ser respeitadas sob pena de nulidade dos atos praticados. Assim a primeira conclusão que devemos verificar é que, se uma terra está sendo periciada com o intuito de se averiguar se é ou não de ocupação tradicional, este passará por todos os trâmites previsto em lei, tais como o estudo histórico e antropológico, serão dadas as partes ainda no processo administrativo a oportunidade de manifestarem, após isto, será expedida a portaria declaratória que de todo modo, havendo alguma crise a respeito do assunto, poderá ser levado à apreciação do judiciário.

Posto isto, quando uma terra é demarcada respeitando-se todos os requisitos legais não há que se falar em ilegalidade, visto que alcançou-se os objetivos ali previstos. Por outro lado, não devemos aplicar esta condicionante nos casos em que a terra indígena foi reservada, ou seja, são frutos da política indigenista do antigo SPI, onde foram criadas reservas para os índios sem um prévio estudo e sem amparo legal constitucional, traduzindo se em verdadeiros “confinamentos”.

Esta condicionante já vem sendo utilizada por parte dos fazendeiros em relação a Terra Indígena Taunay/Ipegue, visto que com os estudos antropológicos realizados constatou-se que suas terras são bem maiores do que a atualmente ocupadas por eles, visto que estas são exatamente reservas, que são derivadas da política indigenista da época de Rondon.

Por fim, há aqueles casos em que a terra foi demarcada conforme prevê a lei, mas que com o passar do tempo a comunidade foi crescendo, chegando ao ponto do território ocupado ser insuficiente para a subsistência; neste caso defendemos que a União deve sim ampliar o território indígena, mas não com base na demarcação, mas sim com base na desapropriação, indenizando-se justamente os proprietários. (AMADO, 2011, p. 44-45).

Dessa forma, os Terena, além de reivindicarem os seus direitos territoriais junto ao Estado brasileiro, também estão se apropriando dos códigos legais por ele estabelecidos. Essas novas táticas indígenas têm-se ampliado consideravelmente dentro das universidades, que, por sua vez, têm provocado mudanças significativas dentro das aldeias, por meio do constante e renovado diálogo proposto pelos professores e acadêmicos indígenas, proporcionando um novo debate, entre eles e a sociedade envolvente, sobre seus direitos.

Segundo Albert (2002), em seu estudo sobre os Yanomami, o discurso político dos índios possui um caráter de seleção, apropriação e ressignificação do saber indígena vinculado aos discursos dos indigenistas e ambientalistas. Dessa forma, os índios atualizam o que lhes é significativo para se posicionarem de acordo com as situações vivenciadas, o que explica os discursos realizados pelos professores Terena nas escolas, entre os quais se destaca a sua relação harmoniosa e de respeito com a natureza. Nesse sentido entende-se as afirmações do professor Gerson (2008)²⁴, que indica a necessidade de mostrar

Para as crianças o quanto ela [terra] é importante. Aí agente acaba mostrando outras coisas também, percebemos que para equilibrar a natureza, tem que ter essa consciência [...] reaproveitar o que já foi derrubado antes, para não engrandecer mais essa derrubada que existiu ali. Mas tem uma vivência boa pela terra, isso é geral dentro da comunidade. Esse respeito, esse amor pela terra. (Entrevista Gerson Pinto Alves, LHIN/UFMS/CPAQ)

O conhecimento do passado tornou-se um recurso fundamental nas disputas por terra e para o estabelecimento de negociações políticas, pois ele permite legitimar as ações dos índios na busca por direitos legais. Almeida (2010) evidencia que os índios aldeados utilizaram o conhecimento histórico para suas reivindicações, sobretudo pela terra. Dessa forma, afirma que “a memória coletiva desses índios construía-se com a idéia de procedência do grupo, a

²⁴ Índio Terena formado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Diretor da escola Alexina Rosa Figueiredo na aldeia Buriti.

partir do estabelecimento da aldeia e da doação de terras, ou pelo menos era assim que se posicionavam quando reivindicavam seus direitos”. (Almeida, 2010, p. 105). Em suma: os Terena atualizaram essa prática, e é por meio da sua consciência histórica que fortalecem as ações reivindicatórias na expectativa de reaverem as terras que perderam para a formação das fazendas; é por meio dela que se posicionam junto ao Estado brasileiro. Ademais, foi sob essa orientação que as ações desenvolvidas por eles foram compreendidas.

Dessa perspectiva, é fundamental compreender a aldeia para os Terena ao longo do seu processo histórico para entender as atuais relações que mantêm com ela. Nesse sentido, mais uma vez recorre-se a Monteiro (1999a), quando evidencia que, entre os grupos Tupi, a aldeia representava a principal unidade de organização e que, a partir dela, outras relações eram mantidas pelos índios, por meio de suas alianças, ou de suas relações de parentesco. Relações que eram constantemente modificadas de acordo com as circunstâncias históricas vividas pelos índios, que também refletiam na sua composição. Essas dinâmicas não foram percebidas pelos cronistas, que registravam grupos de aldeias como se formassem conjuntos políticos mais amplos e fixos. Situação que explica os vários equívocos assinalados nas histórias dos povos indígenas. (Monteiro, 1999a).

As relações mantidas entre os Terena e o seu entorno foram compreendidas como ações que também resultaram das suas escolhas e se deram pela compreensão dos códigos que envolviam a sociedade colonial, dos quais fizeram uso e se apropriaram, ressignificando suas relações e passando a interagir com o sistema estabelecido pelos colonizadores espanhóis e portugueses. Nesse sentido,

[...] o espetacular sucesso da colonização espanhola no seio das etnias indígenas foi alterado pelo uso que dela se fazia: mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. (CERTEAU, 1994, p. 94).

Nessa perspectiva foram pensadas as ações dos Terena ao longo do seu processo histórico. Durante o Império brasileiro, quando foram classificados como índios “mansos”,

porque aceitavam negociar com os não índios, entre outras formas de com eles se relacionarem, estava implícita também a permissão de transitarem constantemente pelo Império. Dessa forma, estabeleciam negociações com os não índios, meio pelo qual teciam alianças com os militares na Província do Mato Grosso, até mesmo como “funcionários” que prestavam inúmeros serviços ao Império. No século XIX, ocorre a Guerra do Paraguai. Os Terena tornaram-se parte do Exército brasileiro e algumas lideranças indígenas receberam o título de “Capitão” das autoridades brasileiras. Segundo Monteiro (1999b), a nomeação de capitães índios era uma prática comum desde o início da colonização, assim como a participação de índios nas companhias militares, tanto integrando-as, quanto chefiando-as. Nesse caso, entre os Terena constam as chefias exercidas pelos capitães Alexandre Bueno, Joaquim Vitorino e José Pedro, que, durante a guerra, prestaram serviços ao Império.

No pós-guerra, a região estava destruída pelos conflitos, pelas disputas acirradas entre índios e não índios pela posse das terras. Na perspectiva de resolverem essa questão, as lideranças indígenas, de posse do título de “capitão” e das fardas concedidas pelo Exército brasileiro, passaram a reivindicar das autoridades brasileiras, seus direitos ao território. Essa situação permaneceu durante o século XIX, como demonstram os documentos da Diretoria Geral dos Índios/DGI. Dessa forma, as participações indígenas nos conflitos entre os não índios atendiam, a princípio, os interesses de seus aliados, porém atendiam também aos interesses indígenas, pois era a partir dessas situações de alianças que os Terena estabeleciam uma base para negociar seus interesses, entre os quais se destacavam, mais uma vez, os direitos territoriais.

A reorganização dos índios nas aldeias permite considerá-las como lugar de reconhecimento e de identificação, como afirma Almeida:

A aldeia era um forte referencial de identificação, pois era a partir dela que os índios se identificavam. Encaminhavam suas petições ao Rei, valorizando o passado de lutas em defesa do império português, enfatizando, muitas vezes, o papel aí desempenhado pelas próprias aldeias. Afinal o caráter defensivo marcou o estabelecimento da maioria delas e iria ser sempre lembrado nas reivindicações apresentadas pelos índios. (ALMEIDA, 2010, p.103)

Nesse sentido, Almeida (2010) reforça a importância das aldeias para os índios, perspectiva que pode ser estendida para a compreensão dos Terena. É a partir da aldeia que se organizam no território, que constituem suas referências e elegem o que é importante para o grupo. Nesse sentido, o estudo de Pereira (2009) permite ampliar o conhecimento sobre os Terena e a sua ligação com a aldeia: aldeia é a reunião de “troncos²⁵”, noção que orienta o seu processo de territorialização, mediante a rede de alianças que mantêm com outros “troncos” e com a sociedade envolvente. A formação de uma aldeia Terena implica a autonomia e a reprodução dos processos sociais associados aos campos matrimonial, religioso e político, sendo impossível que seja realizada por um único “tronco”. Dessa forma,

A *aldeia* deve ser entendida como um adensamento de relações parentais, políticas e religiosas entre um determinado número de *troncos* que ocupam uma área contínua de terras. A idéia de adensamento é importante porque os *troncos* de uma aldeia também se relacionam com os *troncos* de outras aldeias, [...] mas estas relações tendem a ser mais diluídas e menos freqüentes, uma vez considerada a distância espacial e social aí instaurada. De todo modo, as redes ampliadas também são muito valorizadas por ampliarem o horizonte social, principalmente no caso das lideranças e das pessoas que buscam melhores condições de vida. [...] É importante ainda que a aldeia está sempre inserida numa rede que extrapola os seus limites, sendo esta inserção imprescindível para o seu reconhecimento. (PEREIRA, 2009, p. 59-60)

A partir dessas considerações, nesta tese a aldeia também é considerada lugar de elaboração e reelaboração de identidade, de pertencimento, de reconhecimento e legalização de ações reivindicatórias por direitos entre os quais destaca-se o território. Entre as táticas elaboradas pelos Terena constam, especialmente a apropriação de suas memórias, a transformação da cultura e da identidade, que se tornaram fundamentais para esse novo momento que vivem.

Nesse sentido, os professores Terena estão ampliando essas discussões nas escolas, incentivando seus alunos a lidar com os novos códigos que estão sendo apresentados, entre os quais o ensino da língua Terena, que é prioridade, na perspectiva do fortalecimento de sua

²⁵ “Na linguagem corrente entre os Terena, o termo *tronco* é utilizado com o sentido geral de ascendência e ancestralidade, sendo comum ouvir a frase “nossos *troncos* velhos”. Esse uso expressa o sentido de inclusão em uma mesma categoria de todos os membros mais velhos da comunidade ainda vivos e dos ancestrais mortos. [...] É através do reconhecimento dos troncos que são, em cada momento, o ponto focal da vida social que a comunidade expressa o reconhecimento de sua reprodução social no tempo, conectando presente e passado.” (PEREIRA, 2009, p. 46-47).

identidade étnica. Esses fatores são compreendidos a partir de Barth (2000), que considera as categorias étnicas como um meio pelo qual se conduz a organização social das diferenças, que se dá por meio da interação social, possibilitando, dessa forma, a constante rearticulação das identidades étnicas.

Entre as táticas desenvolvidas pelos professores indígenas, é notório o fortalecimento dos vínculos com o seu passado. Por ele reforçam a importância da terra para os Terena, justificam a necessidade de ampliação de seus territórios nos dias atuais e, para isso, retomam as designações estabelecidas, como a de hábeis agricultores. Exemplificam que foram as plantações de suas aldeias que alimentaram o Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai e que suas aldeias serviram de abrigo ou proteção para eles. Entre outros feitos heróicos de seus antepassados destacam a defesa do território nacional, tanto na Guerra do Paraguai, quanto na Segunda Grande Guerra (1939-1945):

Historicamente, vários Terena fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira. Leão Vicente, da Aldeia Bananal; Irineu Mamede, da Aldeia Água Branca; e Aurélio Jorge, da Aldeinha de Anastácio, MS, que incorporaram ao Exército Brasileiro, pertencendo ao 9º. Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Aquidauana, e participaram da Segunda Guerra Mundial nos campos da Itália. Essa epopéia ficou registrada na memória cultural dos Terena, que relembram os seus heróis no campo de batalha dos brancos. É motivo de orgulho para os Terena comprovar que sua valentia foi reconhecida pelos brancos, até mesmo no estrangeiro. (BALTAZAR, 2010, p. 48)

Diferentes táticas foram colocadas em prática, de acordo com os novos interesses e as experiências vividas pelos Terena ao longo dos séculos. Portanto, retomam e ampliam essas informações e, para as suas ações políticas atuais, insistem em suas memórias, pois permitem uma leitura do passado e o fortalecimento de uma memória histórica, que legitima reivindicações atuais, sobretudo as territoriais. (Rappaport, 2005).

Nesse sentido, os Terena pautam-se em uma cultura histórica compreendida como o posicionamento que os índios têm a respeito do seu passado e o uso que dele fazem em face das necessidades no presente, como afirma Almeida (2009). Entre as suas principais reivindicações atuais, constam a revisão, ampliação e a demarcação do território, para cuja compreensão é imprescindível a definição de “terra indígena”, conforme noção estabelecida por Pacheco de Oliveira:

A definição de terra indígena – ou seja, o processo político pelo qual o Estado reconhece os direitos de uma “comunidade indígena” sobre parte do território nacional – não pode ser pensada ou descrita segundo coordenadas de um fenômeno natural. Longe de serem imutáveis, as áreas indígenas estão sempre em permanente revisão, com acréscimos, diminuições, junções e separações. Isto não é algo circunstancial, que decorra apenas dos desacertos do Estado ou iniciativas espúrias de interesses contrariados, mas é constitutivo, fazendo parte da própria natureza do processo de territorialização de uma sociedade indígena dentro do marco institucional estabelecido pelo Estado-Nacional. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999a, p. 177)

A análise de Pacheco de Oliveira aponta para os vários fatores que envolvem o processo de definição e reconhecimento de uma terra indígena, entre os quais se destacam as junções e as separações de acordo com a lógica indígena, que parece ainda passar despercebida para o Estado brasileiro. Entre os Terena, juntar e separar é um processo comum, que ocorre por diferentes motivos. Desde o período colonial (Susnik, 1981), eram táticas usadas pelos povos Aruaque, também evidenciadas pelos vários documentos da DGI, do SPI e por informações obtidas com os Terena por meio das entrevistas em suas aldeias: essas junções e separações fazem parte da própria dinâmica do grupo. Embora alterada pela limitação da terra, os Terena continuam a realizá-la, sobretudo com a organização de novas aldeias.

Nesse sentido, mais uma vez recorre-se a Pacheco de Oliveira (1999a) é necessário compreender a noção de território, que difere da concepção estabelecida pelo Estado-Nação, que determina limites fixos e determinados. Para os povos indígenas, as fronteiras territoriais são mais fluidas e oscilam regularmente conforme suas necessidades e as alterações delas decorrentes. Por isso, mais uma vez é necessária a apropriação do que ele definiu como “processo de territorialização”, ou seja, um processo de mão dupla em que se consideram as ações e interesses do Estado brasileiro e as ações indígenas. Nessa perspectiva, pode-se considerar que os Terena trabalham ativamente para a recuperação e reconstrução de parte dos seus antigos territórios, pressionando o Estado brasileiro e negociando com ele.

Os Terena como sujeitos históricos

Contribuindo com os estudos mencionados, constam as pesquisas realizadas sobre os índios Terena a partir da década de 90 do século XX e a primeira década do século XXI. Desses estudos interessam as novas abordagens sobre os Terena, em que os índios foram

considerados sujeitos históricos e suas ações foram demonstradas ao longo da sua história de contato, com destaque para o modo como eles interagiram com as políticas coloniais, imperiais e republicanas. Eles desenvolveram táticas com as quais também puderam realizar suas escolhas, bem como alianças e negociações com os não índios. Dessa forma, esses estudos priorizam as noções de ressignificação, apropriação, entre outras que permitem demonstrar suas ações.

Um dos primeiros trabalhos desenvolvido nesse sentido foi o de Maria Cristina Galan, “As Terena”, em 1994. Nele a autora demonstrou que as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres Terena feirantes e ceramistas nas cidades, sobretudo em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, não significaram perda de identidade étnica. Ao contrário, nessas atividades eram reconhecidas e se reconheciam como índias Terena. Era uma das alternativas para a comercialização da sua produção e obtenção de outros produtos que não possuíam em suas aldeias. As feiras também eram (e ainda são) consideradas lugares políticos de negociações entre índios e não índios, de modo que as mulheres “se vêem e são vistas como ‘agentes’ participantes da sociedade e não indivíduos ‘marginalizados’ ou subordinados. Sabem da importância de suas atividades econômicas [...] têm desenvolvido estratégias no sentido de se adaptar melhor a essas situações”. (Galan, 1994, p.114).

Galan (1994) pondera ainda que essas ações e movimentações indígenas pela região ocorrem por diversos motivos, porém é nas aldeias que os Terena se organizam e reorganizam para estabelecer as suas relações com o entorno e com os próprios índios. Mesmo aqueles que saem das aldeias para residir nas cidades estão constantemente de volta para estabelecer suas negociações e não perder os vínculos com a aldeia. Nesse sentido, reforça-se a hipótese estabelecida nesta tese: a aldeia é lugar de reconhecimento, de autorização e legitimação de ações e de direitos.

Outro significativo trabalho é o de Fernanda Carvalho, os “*Koixomuneti* e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena”, de 1996, produto de uma pesquisa de campo nas aldeias que formam a Terra Indígena Taunay/Ipegue, particularmente na aldeia Bananal. A pesquisadora rompeu com os estudos até então realizados sobre mudança cultural, que enfatizavam as perdas e não reconheciam as ações dos índios. Apontou as diferentes formas das medicinas usadas, a tradicional e a institucional, deixando evidente que a adoção de uma, ou de ambas as formas de tratamento era escolha dos próprios Terena, reconhecendo-os e registrando-os como sujeitos de sua própria história. Para isso, a autora discutiu o

pluralismo médico, a multicausalidade e o modelo etiológico Terena, apresentando um novo olhar sobre a história Terena.

Ainda no sentido religioso, há o estudo desenvolvido por Grazielle Acçolini, “Protestantismo à moda Terena”, em 2004, em que a pesquisadora demonstrou a apropriação e a ressignificação do protestantismo pelos Terena da aldeia Bananal, considerando que os Terena permitiram a evangelização e, a partir dela, a construção da Igreja Uniedas/União das Igrejas Evangélicas da América do Sul. Demonstrou, todavia, que essa situação não significou o abandono das suas práticas religiosas, pois o seu sistema xamânico não se perdeu com a secularização, mas foi ressignificado entre os índios. “Nesse sentido, podemos ver a reformulação identitária em pleno processo a partir da reelaboração do xamanismo, já que é na ação que ela se constrói dinamicamente e, dessa maneira, a visão de mundo terena pôde incluir a doutrina protestante, o crente, a purungueira, o curandeiro”. (Acçolini, 2004, p. 184). A autora considerou que a Uniedas foi apropriada pelos Terena como um processo ideológico por meio do qual os índios podiam (e podem) expressar sua percepção cultural da história, manipulando e controlando suas representações e os usos de suas histórias sociais.

Corroborando essas concepções estão os estudos realizados por Noêmia dos Santos Pereira Moura, “UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)”, de 2001. Como o próprio título indica, Moura (2001) demonstrou que os índios Terena da aldeia Bananal utilizaram sua condição de protestantes como instrumento político-religioso de inclusão e ascensão social na sociedade brasileira. Esta foi uma das alternativas que as lideranças crentes encontraram para se projetar em diferentes espaços sociais e políticos dentro e fora de suas aldeias. Nesse sentido, a pesquisadora compreendeu e reconheceu as ações indígenas como táticas que os conduziram ao “passaporte cristão” por intermédio do qual se movimentavam constantemente entre a aldeia e as cidades. Em 2009, Moura amplia essa discussão com o desenvolvimento do estudo “O processo de terenização do cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX”. Nele demonstra que não foram somente os índios crentes que se apropriaram da identidade cristã; os índios católicos também. Afirma que a construção da identidade cristã faz parte das ações políticas dos Terena, que, a partir da compreensão dos códigos da sociedade envolvente, também estabeleceram os seus, quer para se fortalecerem, quer para estabelecerem novas relações com os não índios, ampliando as ações político-religiosas das suas lideranças na busca pela legitimação de direitos.

Vanderléia Paes Mussi, em 1999, optou por compreender a “Dinâmica de organização social dos Terena, da aldeia ao espaço urbano de Campo Grande – MS”. Diferente dos estudos anteriores, que privilegiaram os índios em suas aldeias, Mussi se propôs compreendê-los nos centros urbanos; nesse caso, os Terena que deixaram a aldeia Cachoeirinha (em Miranda) e passaram a residir na cidade de Campo Grande. Nesse sentido, a pesquisadora destaca que o deslocamento para a cidade quase sempre estava vinculado à necessidade de trabalho e estudo. Trabalhando com a noção de ocupação, que consistia no seu deslocamento para áreas ainda não exploradas sob a iniciativa de suas lideranças, e a de inserção realizada, com o apoio de parentes próximos que já residiam naquele centro, concluiu que não houve perda de identidade étnica. Em 2006, ampliou essa discussão com “As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)”, em que demonstrou como os Terena construíram, historicamente, suas diferentes estratégias de inserção e negociação com a sociedade envolvente, a partir das quais criaram, na cidade de Campo Grande, as aldeias urbanas Marçal de Souza e Água Bonita, meio pelo qual expandiram sua inserção, adaptação e reelaboração social em um novo espaço projetado por eles mesmos.

Em um estudo sobre os Terena, intitulado “A construção do território Terena 1870-1966: uma sociedade entre a imposição e a opção”, Vargas demonstrou as ações desenvolvidas pelas lideranças indígenas, que se apropriaram do título de “Capitão” recebido do Exército brasileiro quando da sua participação na Guerra do Paraguai, por meio do qual ressignificaram suas relações de “amizade” com o Império e, por meio delas, reivindicaram, junto aos órgãos oficiais brasileiros, os territórios que haviam perdido para a posse de particulares na região do então sul de Mato Grosso. Mostrou a autora que, por meio da reivindicação indígena, à qual se somavam as pressões por parte dos fazendeiros, que se multiplicavam na região, o governo brasileiro estabeleceu, no início do século XX, as reservas federais e assim a demarcação das terras indígenas. Dessa forma, demonstrou que os Terena provocaram o seu processo de territorialização, no sentido proposto por Pacheco de Oliveira (1999b), que considera a ação dos índios e o interesse do Estado para que ocorra a demarcação de uma terra indígena.

Essa situação permanece atualmente, uma vez que o diálogo entre os Terena e as autoridades brasileiras não cessaram. As reivindicações permaneceram por todo o século XX e início do XXI e se constituíram em processos de revisão e ampliação de suas áreas, que ainda hoje são os principais motivos de novos conflitos entre índios e fazendeiros.

Andrey Cordeiro Ferreira, em 2007, privilegiou, em seu estudo, as relações que os Terena mantiveram com o Estado brasileiro ao longo de sua história. Assim, em seu trabalho “Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro”, privilegiou o *protagonismo étnico* para evidenciar as ações políticas dos Terena, tanto internas, nas aldeias, quanto externas a elas, junto à sociedade envolvente. Destaca-se de seu trabalho a noção de protagonismo étnico, formulada a partir de “uma narrativa que toma a noção de *‘resistência’* como um operador central para a construção da memória e história indígena”. (Ferreira, 2007, p. 235). É nesse sentido que os Terena, no contexto atual em que vivem, com acesso a tecnologias e a inúmeras informações dela decorrentes, reforçam sua memória histórica, firmada no seu passado de lutas, vitórias e colaborações. É diante dela que se posicionam em face do Estado brasileiro. Ainda nessa perspectiva e novamente demonstrando o protagonismo étnico indígena, consta a “defesa de um projeto político, o da *“ocupação de espaços”* dentro dos órgãos de Estado.

Essa situação era comum aos Terena ainda no Império, quando ofereciam os seus préstimos às autoridades brasileiras, que, por sua vez, os aceitavam de bom grado já que necessitavam da sua mão de obra, do seu conhecimento da região, da busca para “civilizar” as denominadas “hordas selvagens”, para compor as campanhas militares, entre outras funções que desempenhavam junto ao Império. Pode-se dizer que essas táticas dos Terena foram atualizadas durante a República, quando reelaboraram as suas relações com o governo brasileiro, tendo por base as relações estabelecidas anteriormente. Dessa forma, os capitães Terena ocupavam lugar na estrutura do Estado, entre outras funções que passavam a exercer na produção agrícola do Posto Indígena e em outras atividades que envolviam os cuidados domésticos com as casas e as famílias dos agentes do SPI – como será demonstrado mais adiante –, o que implicava o estabelecimento de novas relações entre índios e não índios e novos espaços de circulação na própria estrutura protetora. Nessa perspectiva, os Terena tomavam ciência do funcionamento burocrático do SPI e apropriavam-se de novos códigos.

Essa relação extrapolou os limites das reservas e os Terena passaram a ocupar novos espaços na esfera política e econômica na região. Nesse contexto contemporâneo, destacam-se os funcionários do Estado, como os professores e demais profissionais que ocupam funções dentro das escolas inseridas nas aldeias, os agentes de saúde, entre outros espaços por eles ocupados dentro das universidades como estudantes; enfim: o protagonismo étnico permite compreender as inúmeras táticas que têm elaborado para suas reivindicações.

Nesse sentido, o estudo realizado por Graziella Reis de Sant'Ana, em 2010, "História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena", aponta para a apropriação de um novo mecanismo para a captação de recursos sob a forma de projetos, elaborados e administrados pelos próprios índios, por meio das associações indígenas que se tornaram as executoras ou cogestoras de políticas antes geridas pelo Estado. Isso significa compreender as incorporações e as ressignificações realizadas pelos Terena a partir das suas especificidades e interesses. A pesquisadora discute as ações das lideranças indígenas dentro desse processo, no que se refere às mobilizações políticas locais e nacionais, o que significa a ocupação de novos espaços para ampliação dos debates em torno dos direitos indígenas.

Essa nova situação tem provocado mudanças significativas entre os Terena. As associações indígenas estão aumentando constantemente nas aldeias, exigindo que eles também ampliem os espaços de discussões e negociações internos e externos. Nessa perspectiva, fortalecem as suas lideranças, procurando somar os conhecimentos tradicionais aos conhecimentos acadêmicos para que possam garantir maior sucesso nas suas reivindicações por direitos. Para executarem essas atividades, é fundamental compreender como funciona a elaboração de projetos para garantir recursos nas aldeias. Os professores Terena têm-se aperfeiçoado nessa nova modalidade instrumental e política, no que se refere à elaboração de projetos, para lidar com esse novo e importante mecanismo entre eles.



IMAGEM 3: Reunião dos professores na escola Alexina Rosa de Figueiredo aldeia Buriti para elaboração de projeto

Fonte: Vera Lúcia Ferreira Vargas LHIN/UFMS/CPAQ.



IMAGEM 4: Reunião dos professores na escola Alexina Rosa Figueiredo aldeia Buriti para elaboração de projeto

Fonte: Vera Lúcia Ferreira Vargas LHIN/UFMS/CPAQ.

Índios pesquisadores

A presença dos índios na universidade tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Segundo pesquisa realizada pelo Programa Rede de Saberes, em 2006 havia 372 acadêmicos indígenas matriculados na Universidade Católica Dom Bosco e na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entre os quais 213 eram Terena. Em 2009, foram registrados 518 acadêmicos indígenas, entre os quais 259 eram Terena. Em 2011, a pesquisa ainda está em andamento, apontando, por enquanto, 700 acadêmicos indígenas em Mato Grosso do Sul.

Entre esses índios, há uma preocupação constante com a educação escolar, já apontada por Galan (1994) e por Carvalho (1996) no final da década de 90 do século XX, quando o problema estava em sair da aldeia para continuar os estudos nas cidades, pois as aldeias ofereciam somente o ensino “primário”. Essa preocupação, claramente percebida nas falas e nas ações dos Terena, aumentou à medida que a demanda também cresceu, tanto nas aldeias quanto nas cidades, sobretudo para a conclusão do ensino superior, que exige dos

acadêmicos disposição não só para os estudos, mas também para o enfrentamento das dificuldades deles decorrentes. Por essas, entre outras razões, que incluem as possibilidades de trabalho remunerado dentro das aldeias, tornam-se motivos de satisfação e alegria para a família quando voltam “formados”, especialmente os professores, tornando-se exemplos para que outros índios sigam o mesmo caminho.

Esse fato é facilmente percebido nas aldeias Terena. O respeito e a formalidade com que se tratam nas escolas e no cotidiano são visíveis entre eles, situação que mostra o “status” de sua posição perante o grupo. A busca pela conclusão do ensino superior requer algumas ações dos Terena, entre elas o seu deslocamento para as cidades, onde deparam-se com os novos desafios, que implicam novas formas de se relacionarem com o “outro”. Nesse processo, suas relações são ressignificadas com os não índios de várias formas, na perspectiva de formarem alianças que contribuam para sua permanência na universidade. No decorrer desse processo, são conduzidos à pesquisa, também com a perspectiva de receberem bolsas para desenvolvê-las em suas aldeias, algumas das quais resultaram na continuidade de seus trabalhos dentro de programas de pós-graduação, originando novas pesquisas produzidas pelos próprios Terena, que registraram suas experiências e apontaram novas alternativas para a compreensão de sua história. Essa situação está sendo ampliada entre eles, estendendo-se aos demais índios do estado, os Guarani Kaiowá, Kinikinau, Kadiwéu, que também se encontram nos programas de pós-graduação realizando suas pesquisas, situação comum a outros índios do Brasil.

Nessa perspectiva, consta o estudo de Wanderley Dias Cardoso²⁶, que foi o primeiro Terena a desenvolver pesquisa com a história do seu povo em nível de mestrado. Com o título

²⁶ Índio Terena nascido na aldeia do Limão Verde no município de Aquidauana e estudou no então Núcleo Escolar, entre o final da década de 1970 e início de 1980. Como o Núcleo oferecia apenas as séries iniciais, em 1982 foi levado para Aquidauana “para ir se ‘acostumando’ com a vida da escola na cidade” e, durante esse período, ainda trabalhou no corte da cana, colheu café nas fazendas da região, realizou vários outros trabalhos braçais. Quando terminou o ensino médio, voltou para a aldeia para trabalhar como professor nas séries iniciais. Em 1997, por meio de um convênio entre a Fundação Nacional do Índio/FUNAI e a Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, que oferecia inscrições para o vestibular aos professores Terena, Wanderley foi um dos contemplados e, assim, pôde cursar a graduação em História na UCDB. Foi então necessário residir na cidade de Campo Grande, capital do Estado. Nesse período, foi técnico em educação na Secretaria de Estado de Educação/MS, desenvolveu ações diretas na escola da aldeia Limão Verde, foi Administrador Regional da FUNAI, em Campo Grande. Em 2004, concluiu sua dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB. Foi bolsista internacional da Fundação Ford durante o Doutorado no

“Aldeia indígena de Limão Verde, escola, comunidade e desenvolvimento local”, a pesquisa mostrou que os Terena possuem consciência de manter o que os identifica como índios e que a escola tem uma importante contribuição nesse processo, pois tem como desafio constituir-se apoiada na trajetória do povo Terena, na luta pela ampliação do território e ainda dar subsídios para o seu fortalecimento local. Segundo Cardoso (2004, p. 11), “partindo do respeito às diferentes culturas e formas próprias de organização, cujos reflexos se dão, também no nível da escola, esta deve ser pensada de acordo com a realidade local e cujos objetivos estejam voltados para uma perspectiva de futuro”. Nesse sentido, a escola indígena deve propiciar condições para as conquistas e permanência dos direitos indígenas. Afirma ainda que “repensar” as ações da escola significava “repensar” as ações dos indivíduos que dela faziam (e fazem) parte.

Cardoso mostra também que a escola se tornou um dos principais meios de comunicação entre os índios e a sociedade envolvente; é o mecanismo utilizado para discutir e ampliar as informações sobre o movimento indígena que se processa em caráter nacional. Para isso, torna-se fundamental que os índios se instrumentalizem para o sucesso desse novo desafio: a Educação Escolar Indígena²⁷, configurada no Brasil a partir de 1980. A escola indígena consistia em retomar e ensinar elementos importantes da cultura Terena, entre eles a língua indígena. Cardoso provocou os Terena da aldeia Limão Verde, particularmente a liderança indígena, a participar efetivamente das discussões que envolviam a escola. Atualmente, a maioria das atividades políticas desenvolvidas nas aldeias ocorre nas escolas, seja pelo uso do espaço físico, seja pelo envolvimento da comunidade indígena, seja pela discussão da própria educação escolar indígena, que envolve as lideranças indígenas e as não índias, nesse caso os prefeitos e os secretários de educação dos municípios, a exemplo de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. Além disso, os professores das universidades também são convidados a participar, evidenciando a rede de relações em que os Terena estão envolvidos.

A partir das relações estabelecidas pelos professores indígenas com a aldeia e a sociedade envolvente, na busca de legitimação por direitos, como mostrou Cardoso (2004), e

Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica/PUC do Rio Grande do Sul, concluído em 2011.

²⁷ Sobre Educação escolar indígena, ver Seizer da Silva (2009).

a vivência nas aldeias por meio das atividades desenvolvidas junto aos professores, esta tese compreende também essas ações como apropriação da escola pelos Terena. Também se reconhece aqui a importância das táticas que estabeleceram para, por meio da escola, fortalecer suas relações com a aldeia e, assim, ter sua consciência histórica reforçada pelos professores na escola, que propicia discussões em torno dos direitos indígenas e do fortalecimento de sua identidade étnica. A escola é, portanto, fundamental para esse novo momento vivido pelos Terena: é a partir dela que estão ampliando e reelaborando suas relações com a sociedade envolvente, razões por que se torna fundamental compreender essa nova forma de liderança exercida pelos professores indígenas.

Cardoso, em 2011, defende sua tese de doutorado “A história da educação escolar para o Terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde”. Nesse trabalho, reforça a importância da educação escolar para os índios, como um mecanismo que permite acesso às informações e tecnologias necessárias para o desenvolvimento de uma política indígena para obtenção de novos espaços dentro e fora da aldeia junto à sociedade envolvente. Pauta-se o pesquisador na trajetória do povo Terena e afirma que, embora tenham ocorrido mudanças culturais ao longo de sua história, eles “têm conseguido manter o ethos que o identifica como Terena”. Aponta ainda o desafio de se construir a educação escolar indígena Terena apoiada na trajetória desse povo, “na luta pela recuperação e defesa do território tradicional, suas relações atuais com o entorno, destacando o projeto de futuro da juventude.” (Cardoso, 2011, p. 7). Mais uma vez, constata-se que a educação escolar e as táticas desenvolvidas pelos professores para o seu fortalecimento dentro das aldeias têm o firme propósito de legitimar suas reivindicações e a posse de seu território por meio do fortalecimento de sua identidade étnica. Nesse sentido, a escola proporciona informação, orienta e legitima memórias construídas a partir de sua história e permite ações que reforçam a importância política desse momento que estão vivendo, ampliando e ressignificando sua história e apropriando-se dela.

Corroborando essas discussões, consta o estudo realizado em 2006 por Claudionor do Carmo Miranda²⁸, “Territorialidades e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento

²⁸ Índio Terena da aldeia Água Branca, localizada no município de Nioaque. Em Miranda, cursou as séries iniciais na Escola Indígena 31 de março. Aos 10 anos de idade, teve que continuar seus estudos na cidade, aproximadamente a dez quilômetros da aldeia. Na maioria das vezes, o seu deslocamento até Nioaque era feito a pé. Na sua nova condição de estudante fora da aldeia, deparou com o preconceito e a discriminação por ser índio, tanto pelos professores quanto pelos colegas de turma. Aos 17 anos, por meio de um convênio entre a Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT, localizada em São Vicente da Serra, e a FUNAI, tornou-se técnico em

local em comunidades Terena de MS”. Entre as abordagens estabelecidas por Miranda, duas são particularmente importantes para pensar as ações dos Terena em suas aldeias e fora delas. Uma consiste nas relações de disputa entre as lideranças para o controle da aldeia, que perpassam a disputa de conhecimentos, tanto o tradicional – aquele que implica o conhecimento dos códigos que os regem e por isso orienta sua conduta perante o grupo –, quanto aquele adquirido nas universidades, nos cursos de graduação e pós-graduação, pois esses significam a apropriação do conhecimento produzido sobre eles. Afirma o autor que ambos são importantes para o exercício da liderança, à medida que permitem o seu posicionamento nas disputas e reivindicações junto ao Estado brasileiro. As experiências adquiridas fora das aldeias são valorizadas pelos Terena, pois significam a apropriação de novos códigos, constituindo-se, portanto, como mais um veículo para suas reivindicações, como já demonstraram os trabalhos mencionados.

Outra contribuição significativa de Miranda sobre a trajetória Terena foi a proposta de uma nova linha do tempo para pensar suas ações desenvolvidas em contextos contemporâneos. A partir da linha do tempo proposta por Bittencourt e Ladeira (2000) – Tempos Antigos, saída do Chaco paraguaio; Tempos de Servidão, perda dos territórios depois da Guerra do Paraguai, trabalhos nas fazendas; Tempos Atuais, estabelecidos em reservas –, Miranda propôs uma quarta linha, que denominou de “Tempo do Despertar”. Definiu-a como a apropriação de novos códigos, que permitem aos Terena inserir-se nos espaços que antes não eram ocupados por eles, na economia regional, em cargos públicos, em funções de

Agropecuária. Em virtude das excelentes médias obtidas durante os três anos de curso, foi selecionado para realizar uma prova escrita e disputar uma das duas vagas proporcionadas aos alunos das escolas técnicas do Centro-Oeste brasileiro para estudar Agronomia na Costa Rica, na América Central, na Escuela de Agricultura de la Región Tropical Húmeda – EARTH. Foi aprovado com a classificação B, o que representava receber 50% de bolsa, sendo os outros 50% concedidos pela Funai-Adr/Campo Grande/MS. Aprendeu a falar mais uma língua, o espanhol, e, depois de quatro anos, retornou ao Brasil, onde, em 1998, estabeleceu-se na cidade de Guarantã do Norte-MT, para trabalhar como gerente de produção da Cooperativa Integral de Reforma Agrária-Braço-Sul/CIRA/BS. Voltou para a aldeia Água Branca, entre 1999 a 2000, e prestou consultoria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais-MST. Nesse mesmo período, começou a trabalhar no apoio administrativo da aldeia e criou a Associação Terena da Aldeia Água Branca/ATAB, tornando-se o seu primeiro presidente. Em 2001, foi chamado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS/IDATERRA, para tornar-se gestor de processos na Gerência de Assuntos Indígenas e Quilombolas, no intuito de contribuir com a discussão da Política Indigenista em MS. Depois fez parte da equipe técnica do Programa Pantanal para trabalhar em projetos de desenvolvimento socioambiental em terras indígenas, na Bacia do Alto Paraguai-MS. Foi vereador pela cidade de Nioaque, Diretor Regional da FUNAI em Campo Grande, bolsista internacional da Fundação Ford, meio pelo qual ingressou no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Em 2006, concluiu o seu mestrado, com a dissertação “Territorialidades e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS”.

profissionais liberais e estudantes universitários, meio pelo qual os Terena buscam compreender a ciência dos não índios para, assim, estabelecer novas formas de sobrevivência sociocultural. Dessa maneira, estão cada vez mais integrados com a sociedade nacional, seja por meio de seu ingresso nas universidades, pela participação na política e nas mobilizações pela demarcação dos seus territórios. Cada vez mais índios conscientes de sua história, apropriada e ampliada para a garantia de direitos junto ao Estado brasileiro. Esses fatores vivenciados pelos Terena demonstram o desenvolvimento do seu “Tempo do Despertar”, elaborando e reelaborando táticas, por meio dos conhecimentos adquiridos e das redes que estabeleceram para apoiar e incentivar suas reivindicações e realizar suas conquistas.

A esses trabalhos, soma-se o de Eliane Gonçalves de Lima²⁹, “A pedagogia Terena e a criança do PIN Nioaque: as relações entre a família, comunidade e escola”, de 2008. A pesquisadora estabeleceu como objetivo observar e registrar os processos próprios de aprendizagem no contexto da pedagogia Terena, assim como os fatores que contribuem para a construção dessa pedagogia nos espaços em que a criança³⁰ circula, seja no núcleo familiar, seja na aldeia ou na escola. Definiu como “pedagogia Terena” os processos próprios de aprendizagem entre esses índios, sendo eles transmitidos pela oralidade, pelo respeito mútuo, pela influência dos meios familiar, comunitário e escolar. Novamente se encontra a escola como mecanismo de produção e reprodução da pedagogia Terena. Nela, eles elegem o que é prioridade para ser ensinado aos alunos, de acordo com a sua pedagogia, em que a oralidade é importante, faz parte da sua identidade étnica, reforçada cotidianamente pela escola, o que implica diretamente fortalecer suas relações com a aldeia. Isso decorre da valorização do conhecimento tradicional dos mais velhos, no que se refere à liderança, ao domínio dos códigos indígenas e, no tratamento da saúde, estão presentes os ensinamentos das mulheres Terena, das parteiras, que, embora não realizem mais os partos dentro das aldeias, ainda cabem a elas os cuidados com a mãe e a criança. São elas que ensinam como cuidar e, de acordo com a educação Terena, são também responsáveis por manter a pedagogia Terena.

²⁹ Índia Terena, com relações de parentesco na Terra Indígena de Nioaque, que sempre viveu na cidade e estudou em escolas públicas e particulares com bolsa de estudo fornecida pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima/RFFSA, empresa na qual seu pai trabalhava. Casada com não índio, é professora da rede pública de ensino. Em 2006, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco e, em 2008, concluiu sua pesquisa: “A pedagogia Terena e a criança do PIN Nioaque: as relações entre a família, comunidade e escola”.

³⁰ Outro significativo trabalho de pesquisa que privilegiou as crianças Terena é o de Cruz (2009), realizado na aldeia Buriti, e o de Antonio (2009), realizado na aldeia Bananal.

Os registros desses estudos demonstram a considerável produção existente sobre os Terena, orientada pelas novas abordagens, que permitem reconhecê-los como sujeitos plenos de seus processos históricos. Além disso, os próprios Terena sujeitos desta investigação demonstram, por meio de suas pesquisas, realizadas dentro de suas aldeias, o que deve ser registrado de acordo com as ciências dos não índios e elegem suas prioridades a partir da terra. Dessa forma, recuperam vivências, histórias, memórias, experiências junto à sociedade envolvente, estabelecem táticas, entre as quais se destacam o seu envolvimento com a escola, com a universidade, fortalecendo politicamente a aldeia, lugar que possibilita suas ações na busca de seus direitos históricos. É diante de sua identidade indígena que apontam novas perspectivas para compreender esse processo.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS TERENA NO SUL DE MATO GROSSO

Partindo do princípio de que o território é fundamental para os povos indígenas, lugar de produção e reprodução cultural, social e econômica, este capítulo tem por objetivo compreender o processo de territorialização dos índios Terena em território brasileiro, a partir de meados do século XVIII, no então sul de Mato Grosso, até a formação das primeiras reservas federais instituídas pelo governo brasileiro no início do século XX. Propõe-se um olhar descentralizado das ações dos colonizadores, para demonstrar as ações e as concepções que os Terena exerceram nesse processo, quando na tentativa de se esquivarem do contato com os espanhóis e portugueses que avançavam sobre a região para estabelecerem as fronteiras entre América Espanhola e Portuguesa, invadiram e destruíram muitos dos territórios indígenas.

Para compreender esse contexto, é importante abordar algumas questões que ainda remetem ao início da colonização, quando registros realizados por cronistas, viajantes, missionários, entre outros ligados às coroas espanhola e portuguesa, informam sobre os Terena, no século XVI, na região denominada de Chaco Paraguaio. As fontes para a sua história nesse período são, no entanto, bastante escassas, assim como dos séculos XVII e XVIII, pois foi apenas com o aumento da presença dos colonizadores e de uma administração colonial que aumentaram os registros sobre eles.

As aldeias Terena no Chaco Paraguaio

Segundo Susnik (1978), os Terena possuíam aldeias populosas e relativamente estáveis; eram divididas por ruas e quadras, que também se dividiam, de acordo com a regra sóciopolítica do grupo, em bairros cacicais, comportando aproximadamente, 15 casas comunais. Os Terena ampliaram suas relações com a província de Xerez na outra margem do rio Paraguai, sobretudo quando fundaram as reduções entre os Itatim-Guarani. As relações que mantinham com esses índios constituíam-se em visitas periódicas à base de trocas, as quais foram interrompidas com o avanço dos colonizadores pela região.

Esse contexto já demonstrava algumas de suas táticas de defesas: dominavam as etnias mais fracas que a sua, assim como se aliavam àquelas com as quais poderiam realizar as trocas e se submetiam às mais fortes. Esta era uma das pautas culturais de convívio que lhes permitiram diferentes formas de relacionamento com os demais grupos indígenas e não-indígenas, tanto no Chaco, quanto posteriormente no Brasil, interagindo com esses grupos de acordo com as situações que vivenciavam. Além disso, os Terena dispersavam-se pela região na tentativa de manter as terras que ocupavam e que já estavam sendo ocupadas pelos colonizadores, bem como conquistar outras, onde também pudessem estabelecer suas relações com demais grupos indígenas.

Nesse sentido, os Terena passaram a estabelecer novas relações com as autoridades paraguaias. Essas relações consistiam no pedido de “redução”, que também significava a conquista de terras na margem oriental do rio Paraguai, bem como na obtenção de “proteção” das referidas autoridades. Esse mecanismo de solicitar catequese demonstra a compreensão dos códigos da sociedade colonial e tornou-se uma tática para obter vantagens do colonizador. Também se tornou comum a presença dos índios nos arredores dos fortes, em cujas proximidades os Terena permaneciam acampados, observando as vantagens de receber “proteção” (Susnik, 1981). Essas táticas de solicitar a catequese para estreitar as relações de “amizades” entre eles e as autoridades paraguaias não foram, no entanto, suficientes para permanecerem naqueles territórios.

[...] nos últimos tempos de sua estada do Chaco, as aldeias não eram muito permanentes, pois os Terena estavam se deslocando. A aldeia “oneu”, não era somente lugar de morada, mas também a unidade política primária e o centro da vida cerimonial. Cada unidade doméstica tinha o seu campo cultivado fora da aldeia e, quando esses campos ficavam a uma certa

distância da aldeia, abrigos temporários de arbustos eram levantados, para o pernoite. (OBERG, 1949, p. 23-4)³¹

Na segunda metade do século XVIII, os Terena começaram a cruzar o rio Paraguai em direção a Coimbra, no então Mato Grosso, em território brasileiro. Segundo Vargas (2003), optaram por dividir sua numerosa aldeia e, dessa maneira, conquistaram outros territórios e fundaram novas aldeias, a exemplo de um grupo de Terena que separou-se da chefia do cacique Ticu, para obter da guarda de S. Carlos, o direito a um novo assento, em troca de seu trabalho (Susnik, 1981). Esta situação permitiu-lhes trabalho, proteção e, permanência nos territórios em que se encontravam, bem como a garantia de outros, porém, o avanço da colonização se intensifica por toda região chaquenha, assim como os conflitos.

No início do século XIX, em 1804, os interesses dos Terena pela margem oriental do rio Paraguai se acentuaram ainda mais. Com a permissão do comando de Vila Real, o cacique Bautista foi até Assunção solicitar terras próximas ao rio Apa. Concederam-lhe duas áreas denominadas Nominguena e Santija, porém nessas localidades não fundaram reduções. Os Terena viviam livres, pois também era de interesse dos *criollos*³² que eles ali permanecessem, em virtude das estreitas relações que mantinham com outros índios já assentados nas proximidades da Vila de Miranda. (Susnik, 1981, p. 218) Esses fatores demonstraram as relações políticas que eram mantidas entre os Terena e as autoridades paraguaias, pois ambos mantinham seus interesses, ainda que nem sempre fossem reconhecidos.

Em Nominguena, os Terena tinham por seus vizinhos alguns grupos de “Mbayáe”; que assaltavam as estâncias ypanenses para obterem cavalos e gados para trocarem em Coimbra e Cuiabá; os Terena participavam de tais incursões, e foram acusados de roubos das estâncias *criollas* e das aldeias Laiana. Os Mbayá-guasú, chaquenhos aproveitaram da situação e também acusaram os Terena de “revoltosos e revolucionários”, que roubavam suas aldeias e as de seus vizinhos. Em 1815, uma expedição punitiva foi organizada desde Conceição, até as terras que os Terena ocupavam em Nominguena, que foram incendiadas e todos os seus animais domésticos, roubados; uma tática geral, onde se mediavam as acusações pelos roubos dos cavalos e dos gados. (Susnik, 1981, p. 219)

³¹ Tradução de Silva Carvalho, publicada da Revista Terra Indígena, n. 55, abr./jun. 1990.

³² Criollos ou crioulos eram os filhos de espanhóis nascidos na América.

Por essas ações, é possível perceber as relações que os povos indígenas mantinham uns com os outros, pois suas rivalidades étnicas passavam também por interesses em compor, ou não, alianças com as autoridades paraguaias. Os índios perceberam, nesses interesses, a oportunidade de se livrarem dos demais índios com quem não possuíam relações de amizade.

Segundo Susnik (1981), os Terena, que ainda permaneciam em território paraguaio, encontravam-se em Naranjatý, nas proximidades de Horqueta. Dedicavam-se ao cultivo, exploravam habilmente o gado e evitavam trabalhar fora de suas aldeias, para manterem-se longe da intromissão e vigilância dos *criollos*. Em 1840, foram, no entanto, acusados de roubo de gado, além de que havia a preocupação da população pelo seu rápido crescimento demográfico. Esses fatores foram determinantes para que o governo paraguaio expulsasse os Terena daquelas terras. Diante disso, estes seguiram para o então sul do Mato Grosso.

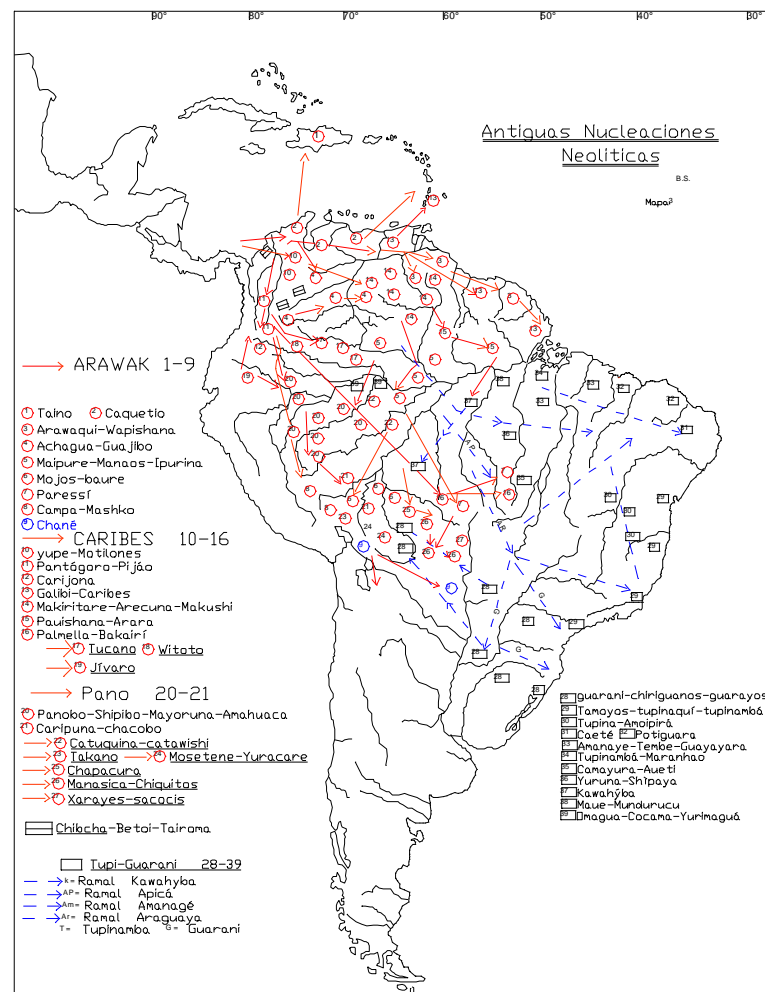


IMAGEM 5: Movimentação dos povos indígenas do Chaco Paraguai. Fonte: SUSNIK, 1994

Os Terena no sul de Mato Grosso

Schuch (1995) afirma que a presença dos índios Chané-Guaná, incluindo os Terena, na margem oriental do rio Paraguai, durante a segunda metade do século XVIII (Mapa 6) e do século XIX (Mapa 7), estava vinculada a uma série de fatores, entre os quais, destacam-se dois: o primeiro, ligado à questão da colonização lusa-espanhola no Chaco paraguaio; o segundo, à questão do acompanhamento de outros grupos étnicos, com os quais mantinham relações. Ao se transferirem para o território brasileiro, estabeleceram-se no sul do Mato Grosso, próximos aos rios Miranda e Aquidauana, onde viveram problemas semelhantes aos do seu antigo território: a existência de outros grupos indígenas que já habitavam a região e, sobretudo, o processo de colonização que também se desenvolvia.

Francis Castelnau (1949), viajante que esteve na região do sul de Mato Grosso em 1845, afirma que os habitantes da vila de Miranda eram índios em sua maioria. Sobre as aldeias Terena informa:

Quando em Miranda, fizemos várias excursões às aldeias de índios que existem espalhadas pelos arredores. [...] A 5 de abril fomos visitar o aldeamento dos Terenos, [...] até aqui têm tido muito poucas relações com os brancos. É uma nação guerreira que conserva em toda integridade os costumes de seus antepassados. [...] o aldeamento que íamos visitar fica, em linha recta, duas léguas e um terço a Nordeste de Miranda. [...] fazendo mais uma hora de marcha para chegar a uma mata fechada à beira de uma grande lagoa, por trás do qual ficava um aldeamento indígena de vastas proporções. Compõe-se o aldeamento de umas cem ou cento e dez casas, unidas umas às outras. Essas palhoças formam um imenso rancho coberto de folhas de palmeira e estão dispostas em círculo, à volta de uma grande praça central. Toda a população, constituída de mil e quinhentos a mil e oitocentos habitantes, [...] Na próxima vizinhança deste aldeamento há três outros menores, formados havia pouco tempo por índios vindos do sertão. Traziam estes últimos ainda consigo os objetos pilhados aos espanhóis que haviam massacrado. A população total destas quatro aldeias é de cerca de três mil índios. Essa gente é bastante industriosa; cria muito gado e possui muitos cavalos. Fazem grandes lavouras de cana-de-açúcar, de milho, de feijão e de mandioca. Cultivam também bastante algodão, com que as mulheres fazem lindos tecidos, para vender aos brasileiros. Finalmente, sabem fabricar bonita louça de barro. (CASTELNAU, 1949, p. 301-302)

O pouco contato que os Terena mantinham com os não-índios era uma relação de troca, dos seus bens e produtos, situação que perdurou até a Guerra do Paraguai (1864-1870). O início desse conflito transformou totalmente a estrutura social dos grupos indígenas, que se

transformaram as fronteiras vivas em defesa do território brasileiro, uma vez que suas aldeias se encontravam nele. Sendo destruídas, os Terena viram-se obrigados a deixá-las para se protegerem dos ataques paraguaios como os demais povos fizeram.

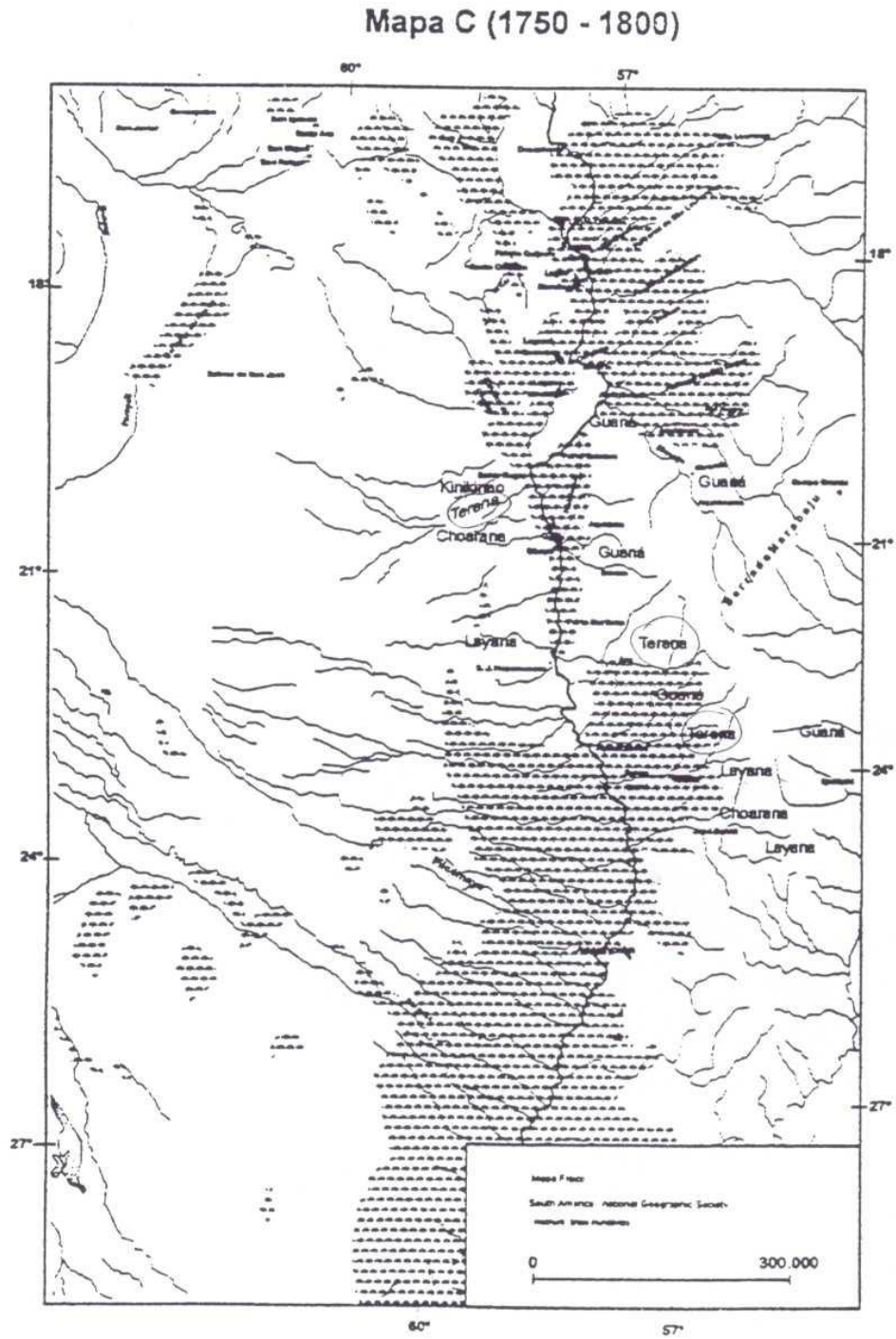


IMAGEM 6: Povos indígenas no Chaco Paraguai
Fonte: Schuch (1995)

Mapa D (Século XIX)

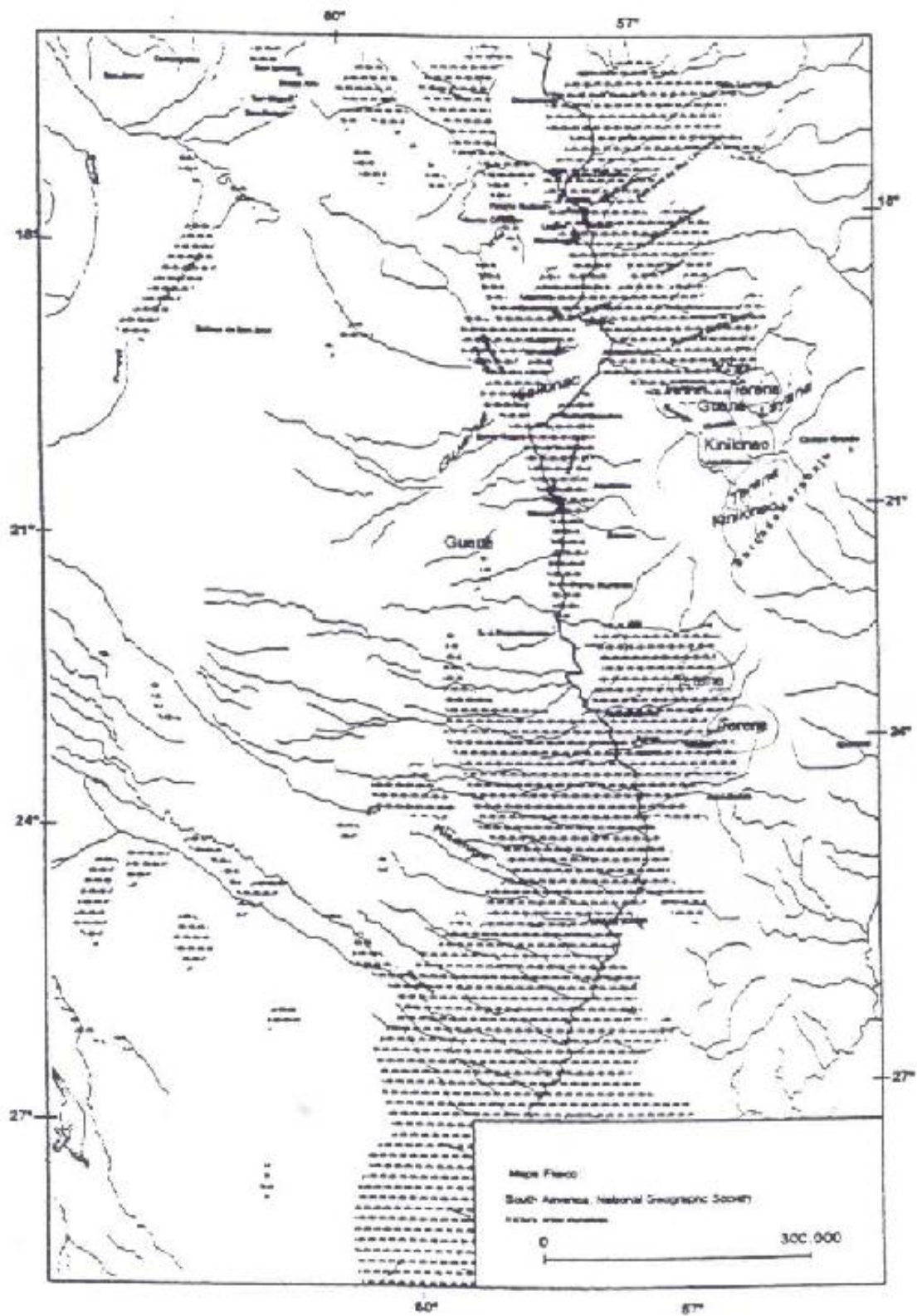


IMAGEM 7: Povos Indígenas no Chaco Paraguai
Fonte: Schuch (1995)

As aldeias Terena e a Guerra do Paraguai

Na segunda metade do século XIX, ocorre a Guerra do Paraguai (1864-1870), e as disputas por terras na região do sul de Mato Grosso se intensificaram. Os conflitos armados envolvendo os paraguaios e brasileiros ocorreram principalmente na região em que se encontravam as suas principais aldeias.

Sobre essa questão, Alfredo d'Escagnolle Taunay (1931), um dos principais cronistas dessa guerra, afirmou que, no distrito de Miranda, havia mais de dez aldeias indígenas e constatou que os Terena formavam a maior população da região. Suas aldeias estavam localizadas no Naxedaxe, no Ipegue, na Cachoeirinha, no aldeamento Grande, além de outros pequenos centros. Entre três a quatro mil índios viviam nesses diversos pontos, todos próximos a então Vila de Miranda. Muitos desses aldeamentos foram destruídos pela guerra, resultando na sua total desorganização social dos Terena, devido à perda de sua autonomia política e econômica.

Taunay, em suas obras referentes à Guerra do Paraguai, mostrou a importância dos indígenas para o exército brasileiro na luta contra os paraguaios, como soldados ou guias, na região, ou como informantes, produtores de alimentos, entre outras funções exercidas pelos Terena. Destaca-se que suas aldeias também serviram de refúgios para os militares, a exemplo de Pirainha, aldeia Terena próxima à serra de Maracaju. Esta foi constituída provavelmente durante esse conflito e serviu de abrigo para os brasileiros, como demonstrou Taunay (1931),

Na realidade numa volta além, achava-se a aldêa, cujos ruidos cada vez mais intensos, denunciavam a vida e a animação do trabalho. [...] Significava o final de todos os nossos sofrimentos! Alegrou-nos o espírito e o corpo, abrindo largos horizontes ao nosso direito de compensações, após tão longos dias de tamanho penar e tamanhas privações... [...] Foi a reacção estrepitosa. Explicamos a razão de nossa chegada, e quasi andando aos braços, no meio daquela boa gente, fomos a ter á casa do capitão José Pedro, que nos acolheu, não como um chefe de indios mais como um filho da civilização. [...] Passou-se a noite em narrar a José Pedro os factos que haviam precedido a guerra com o Paraguay e os nossos triumphos do sul que muito o enthusiasmaram. Falou-nos, com verdadeiro respeito do Imperador e de suas altas attribuições. Mostrou-se reconhecido á benevolência, que o monarcha brasileiro nutria pelos índios. [...] Sabia ler e escrever este capitão; [...] organizara uma escola de meninos, em que figuravam os seus dous filhos e sempre se mostrara affeiçoado aos brasileiros, a elles se achegando nas horas de infortunio. (TAUNAY, 1931, p. 12-13)

O índio Terena José Pedro recebeu o título de capitão, concedido pelo governo imperial em 1867, tornou-se o intermediário entre o Império e os Terena que estavam sob a sua liderança, “um filho da civilização”, qualidade que pode ser atribuída ao fato de ter sido educado por Frei Mariano de Bagnaia³³, na aldeia dos Kinikinau em Bom Conselho, valorizando a sua educação religiosa. Os Terena e os demais índios foram incorporados à Guarda Nacional. Assim “estes índios mostram a melhor disposição, oferecendo-se com espontaneidade e servindo com toda a dedicação, como se verifica nos últimos reconhecimentos”. Essa disposição em servir à Guarda Nacional consistia, no entanto, também em resolver questões entre eles e os fazendeiros que os ameaçavam constantemente, devido às “rezes que eles são obrigados a matar para a sua alimentação, tem incultido [sic] temor de que as forças virão escravizá-los [sic] e tratá-los com todo o rigor da guerra”. (Taunay, 1923, p. 205-6).

A participação indígena na Guarda Nacional não lhes deu o direito a armas, pois autoridades brasileiras não se sentiram seguras com isso, o que causou descontentamento entre os índios. Isso os levou a se organizar sob a chefia de Pacalalá (Kinikinau) e, juntamente com outros, foram a vila de Miranda em busca de armas para se defenderem, apossando-se do arsenal que havia sido abandonado pelos militares, que fugiram dos ataques paraguaios na Serra de Maracaju. Depois, nesse local, índios e não índios se encontraram e passaram a ter uma longa convivência, durante a qual os Terena foram os responsáveis pela sobrevivência de todos, principalmente por serem produtores de alimentos da região. Sua participação nessa guerra e todos os feitos realizados não foram, todavia, suficientes para lhes garantir a posse dos antigos territórios que ocupavam antes do conflito.

As aldeias no pós-guerra

O fim da guerra representou para os índios o começo de outra batalha pela sua sobrevivência, pois, muitos deles foram dizimados, outros ficaram doentes e miseráveis e não possuíam mais o seu território, tomado pelas fazendas que se multiplicavam pela região, como informa Altenfelder Silva (1949)

³³ Responsável pelo aldeamento dos índios Kinikinau em Bom Conselho, era também Diretor dos Índios do distrito do baixo Paraguai, tornou-se prisioneiro dos paraguaios durante a guerra. Quando liberto, foi para Corumbá, sendo exonerado do cargo de Diretor dos Índios, em 1871 conforme documentos da DGI.

Pouco após a campanha do Paraguai, habitavam os Terena, segundo êles próprios informam, as seguintes aldeias: *Ipegue* (em área compreendida entre as atuais aldeias de Ipegue e Bananal); *Imokovookoti* (nas imediações da atual aldeia de Cachoeirinha); *Tuminiku* (nas proximidades da atual aldeia de Bananal); *Coxi* (próxima ao córrego de Taquarí); *Naxe-Daxe* (nas proximidades do córrego do mesmo nome); *Háokoé* (nome Terena para a fruta do pindó; situava-se a aldeia a uma légua de *Tuminiku*); *Moreira* e *Akuleá* (ambas nas proximidades de Miranda); *Kamakuê* (próxima à atual aldeia de Duque Estrada); *Brejão* (próxima a Nioaque); *Limão Verde* (próxima a Aquidauana); *Cerradinho* (na área do atual Município de Campo Grande). Nessa época estimavam-se os Terena entre 3 e 4 mil. (ALTENFELDER SILVA, p. 281, 1949) (destaque no original)

As aldeias Terena foram destruídas na região de Miranda; o território que ocupavam antes da guerra foi invadido e a maior parte dele, convertida em propriedades particulares. Essa situação provocou o retorno de muitos índios para as terras que ocupavam durante a guerra - que formam atualmente as aldeias de Brejão em Nioaque, Limão Verde em Aquidauana e Buriti, na região de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia - onde possuíam lavouras formadas e alguns animais. Essas localidades também já se encontravam, no entanto, em processo semelhante às demais da região: os novos proprietários não queriam índios por perto. Os “amigos” do período da guerra deixaram de existir e tornaram-se empecilho para o desenvolvimento do capitalismo que se concretizava na região.

Uma nova situação se configurava para os Terena: de senhores do território que ocupavam, passaram a mão-de-obra explorada pelos fazendeiros. As autoridades brasileiras que, durante a guerra, os tratavam com respeito, deixaram-nos de lado naquela nova conjuntura. Eram elas as responsáveis pela legalização de suas perdas territoriais, ao transformá-las em terras devolutas. Os novos proprietários não reconheceram as ações indígenas para a proteção daquelas terras, tamanho era o grau de violência utilizado contra eles. Prevalencia a concepção que “índio bom é índio morto”.

No século XIX, o Mato Grosso tornou-se uma questão territorial e de conflitos gerados pela posse da terra entre índios, colonizadores e o governo brasileiro. Dentre as mudanças políticas, destaca-se a necessidade do Estado Nacional restabelecer os aldeamentos e, portanto, definir e limitar os territórios indígenas, para o desenvolvimento e povoamento da região do sul de Mato Grosso, de acordo com a política indigenista que se processava antes da guerra e que era novamente posta em prática.

As ações das autoridades brasileiras para confiná-los em territórios que não eram suficientes para a sua sobrevivência consistiam em incentivar e beneficiar a colonização do sul de Mato Grosso, diminuir a violência existente entre índios e fazendeiros, resolver o problema da falta de mão de obra nas fazendas em expansão e proteger as fronteiras. Essas ações resultaram em sua territorialização nas diversas áreas nas quais se encontram atualmente. O governo brasileiro adotou uma política para garantir a posse sobre as terras indígenas e, ao mesmo tempo, atender às reivindicações dos índios quanto à demarcação dos seus territórios, para que os índios com sua força de trabalho contribuíssem para a recuperação econômica da região de Miranda, até então uma das principais áreas de ocupação Terena, que havia sido completamente destruída com a guerra. Isso se evidencia através da correspondência da DGI.

VEx^a conhece o estado de aniquilação completa a que forão reduzidos a villa e todo districto de Miranda, que o Diretor dos índios daquellas aldeas, Frei Mariano de Bagnaia foi prisioneiro dos paraguayos até quase o fim da guerra, e que hoje é vigário do Corumbá, onde reside, não podendo por isso tomar promptas providências a favor daquelles índios, e nem informar a Diretoria a cerca de ocorrencias que dão naquellas aldeas. Agora, porem que existe no logar de Miranda um Corpo de tropas, e que por alli vão affluindo da devastação, parece-me consciente que V.Ex^a. recomende ao comandante militar e as autoridades do logar toda proteção a favor dos índios, e que os mantinha em suas terras, visto como serão precisos ainda annos para que Miranda volte ao seo antigo estado, e tenha as autoridades próprias de uma villa. Se não houver grande repugnancia da parte dos índios convirá reunil-os em uma só aldea, no que haverá grande proveito para elles e para a sociedade, e isto pode V.Ex^a. recomendar ao commandante militar. (LIVRO DE REGISTRO DA DGI, 1860-1873, N. 191, p. 79v 80, APMT)

Antônio Luiz Brandão era o Diretor Geral dos Índios e, por meio desse documento, diagnosticou a situação da vila de Miranda, que também refletia a situação das demais regiões onde ocorreram os conflitos ocasionados pela guerra. A solução para aqueles problemas ainda se constituía nos aldeamentos dos índios em lugares pré-estabelecidos sob a perspectiva do Regimento das Missões de 1845. Essa proposta não atendia, entretanto, as expectativas indígenas e mais uma vez colocaram em prática suas pautas culturais de convívio, demonstrando sua capacidade de agir e interagir com os contextos políticos e econômicos que se apresentavam.

As informações que pudessem auxiliar as autoridades brasileiras nos processos de aldeamentos indígenas eram fundamentais para o sucesso de suas intenções, uma vez que mapear os lugares onde os índios se encontravam também significava mapear as terras ocupadas e as que ainda se encontravam livres para a colonização. Além do mais, identificar as etnias também significava identificar a política que seria adotada com cada uma delas, razão por que eram tão importantes:

Em cumprimento do que foi exigido por V. Ex.^a em officio n.º 13 de 30 do mês proximo passado, tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a os dous inclusos mappas, que contêm as informações de que trata o mesmo officio, cumprindo-me accrescentar; 1º que são devolutas as terras em que existem os indios mencionados nos ditos mappas não se podendo por isso calcular sua extensão; 2º que não havendo aldeamentos propriamente ditos creados com a regularidade e pessoal de que trata o Regulamento de 24 de Julho de 1845 não é possível saber nem aproximadamente o numero de indios que os habitão; 3º que com excepção dos índios Laianas e Terenas do distrito de Miranda e dos Caiapós de S. Ana do Parahyba e de Herculania, os quais prestão algum serviço ajustando-se como camaradas toda as mais nações vivem no estado barbaro, posto que de vez em quando tenhamos comnosco alguma communicação; 4º que nenhuma industria exercem e por isso é nullo o producto da mesma industria; 5º finalmente que nenhum Missionario ou Padre existe na Provincia empregado na catechese A medida mais urgente que exige a catechese é a remessa de bons Missionarios de zelo fervoroso e apostolico, com eles teremos aldeas e para o futuro gente prestavel, sem elles poderemos ter uma maloca de indios viciosos reunidos para proveito de um ou outro esperto. Por isso antes de haver Missionários e Aldea, creada conforme a lei parece-me improficua qualquer outra medida. (LATA, 1873 A, doc. Avulso, APMT)

Essas classificações referentes aos índios e seus aldeamentos demonstram as intenções do governo sobre os territórios indígenas, ao denominá-los como terras devolutas; por outro lado, também evidenciam que as autoridades brasileiras não possuíam controle sobre esses territórios, uma vez que não estavam formados sob as diretrizes do Regimento das Missões de 1845. Isso implicava, na maioria das vezes, a necessidade de um missionário para administrar os índios e manter o governo informado sobre suas ações, o que não ocorria naquele momento. Nesse contexto, os Terena se sobressaíam por permitirem o contato e pela relação de trabalho que mantinham nas fazendas, atuando de acordo com a política indigenista. Ajudavam com a “civilização” de outras etnias indígenas e lhes ensinavam o ofício do trabalho agrícola; para isso, solicitavam auxílio do governo, a exemplo das ações do Capitão

Alexandre Bueno que, em 1875, solicitava objetos que necessitavam para aldear os índios Enima.

Levando a presença de V. Ex.^a. o incluso requerimento do Capitão Alexandre Bueno de Terena, Índio desta Nação estabelecido no lugar denominado Naxedache, cumpre-me informar que julgo vantajosa a catechese dos Índios Enimas nas imediações da Villa de Miranda como se propõem o supplicante, convindo para isso fornecer-se-lhe os objectos que requesita, que são indispensaveis para levar a effeito sua pretensão. (LATA, 1875, doc. Avulso, APMT)

As ações do Capitão Alexandre Bueno, que consistiam em conduzir à “civilização” os índios Enima era apoiada e incentivada pelo governo, como demonstra a correspondência da DGI, proporcionando até o suporte necessário para a sua saída da aldeia de Naxedaxe, o que, entre outras coisas, significava proteger suas lavouras durante a sua ausência:

Em cumprimento do officio de V. Ex.^a. N.º 105 datado de hontem, cujo recebimento tenho a honra de accusar, nesta data expeço ordem do Director das aldeas de Miranda para que, durante a ausencia do Capitão dos indios Terenas Alexandre Bueno, que se offerecera a V. Ex.^a. para reunir e aldear nas imediações da Villa de Miranda os indios Enimagas (vulgarmente Enimas), e que leva em sua companhia seo enteado Francisco Dias de Faria, providencieí do melhor modo para que não seja estragada a lavoura deste, que se acha estabelecido à margem do rio Taquary; bem como recommendo ao mesmo Director que, para o bom resultado do aldeamento projetado pelo Capitão Alexandre Bueno, empregue toda a sua influencia e preste a possivel coadjuvação [sic]. (LATA, 1875, doc. Avulso, APMT)

Essas relações mantidas entre os Terena e as autoridades brasileiras podem ser entendidas como uma ajuda mútua, pois a catechese dos Enima, atendia aos interesses do governo e aos dos Terena. Mantinham, com as autoridades relações “amigáveis”, importantes nas correlações de forças entre eles e o Império, no entanto o fato de prestarem serviços e de interagirem com a política indigenista estabelecida no final do século XIX não representava submissão completa dos Terena ao Império, pois viviam de acordo com os seus costumes sem aceitarem interferências, como também demonstra a correspondência da DGI:

nas proximidades da Villa de Miranda existem aldeadas diversas tribus de indios que posto tenham connosco relações vivem todavia sobre si e a seo modo, sob a direção do prestante incansavel indio [Terena] Capitão Alexandre Bueno, que relevantes serviços tem prestado a catechese, indo

pessoalmente a aldea dos Enimas, nas immediações da Bahia negra, onde conseguiu por meios suasorios deslocar e trazer consigo 321 indios, com os quaes, e com os de sua tribu, formou uma pequena colonia, para a qual mais esta vez peço toda a proteção, attendendo [...] vantagens que d'ella resulta ao Distrito de Miranda, não só quanto ao augmento de população, como na civilização dos mesmos indios [sic]. (LATA, 1878, doc. Avulso, APMT)

O fato dos Terena porem-se à disposição das autoridades brasileiras, auxiliando diretamente o desenvolvimento econômico de Miranda, por meio da civilização de outras etnias, representava, além do aumento populacional, mão de obra para os trabalhos que fossem necessários. Além disso, deve-se considerar outro aspecto de sua política de táticas junto ao governo: a amizade era um elemento importante nas suas relações com o Império, meio pelo qual o pressionavam para a demarcação de seus territórios.

É importante observar que existiam distinções muito claras entre os grupos indígenas, que foram realizadas pelo Império. Uns foram classificados como “amigos, dóceis, trabalhadores”, ou seja, próximos da “civilização”, como os Terena. Outros tachados de “arredios” e “bravios” e não aceitavam dialogar e nem trocar com o Império; os Terena, ao serem classificados como “dóceis” e “pacíficos”, apropriaram-se dessa situação e transformaram-na em um importante mecanismo para realizar as suas reivindicações territoriais.

Era, portanto, uma relação de troca entre os Terena e as autoridades brasileiras; solicitação de recursos, estipulados pelos índios, para realizarem a tarefa de civilizar, como, por exemplo, objetos que facilitassem o desenvolvimento de sua agricultura, tais como enxadas e foices, e ainda a demarcação de suas terras na região da vila de Miranda. Os Terena formavam comissões para lembrar o governo de seus préstimos. Essa era a razão que embasava o substrato político de barganha pelo qual reivindicavam os seus direitos. Várias foram as expedições desses índios para Cuiabá e Miranda, em busca de relações diplomáticas, ostentando o “status” de prestadores de serviços à pátria brasileira, como evidenciam as ações do Capitão Vitorino:

[...] que seguindo a antiga pratica dos meus antecessores, pasei titulo ao indio Joaquim Victorino de Capitão da tribu terena aque pertence sem que este titulo lhe de direito ao pedido de fardamento completo que fiz e nem a cousa alguma. É verdade que se tem fornecido à alguns nas mesmas

circunstancias, e com o fim simplesmente de agradá-los, algumas peças de fardamento do mesmo modo que se lhes fornecem roupas e ferramentas como brindes [sic]. (LATA 1886 C, doc. Avulso, APMT)

Essas práticas eram realizadas pelos Presidentes de Província desde a criação da DGI, no entanto foi a partir da Guerra do Paraguai que se tornaram comuns. E foi por meio desses títulos que os Terena sentiram-se privilegiados e, nessa condição, ressignificaram os laços construídos com as autoridades brasileiras. Afinal, a simbologia do poder da insígnia e da farda os diferenciavam das outras etnias indígenas e os colocavam, em sua concepção, em igualdade com os não índios. No encontro com o poder, estavam de posse dos seus direitos de “capitão” e vestidos como alferes³⁴, representando uma reunião de autoridades.

No final do século XIX, aldear os índios era uma necessidade para o desenvolvimento do sul de Mato Grosso. O governo precisava povoar as fronteiras da nova república e resolver a questão das terras indígenas. Entre as propostas da política indigenista para atender as necessidades do Império e dos índios, estava a condição de aldear o maior número possível de índios em lugares predeterminados e com vários grupos diferentes nesse mesmo espaço. Dessa forma, o aldeamento atenderia tanto as necessidades do Império quanto as dos índios. Aldear os índios ainda era a garantia de diminuição dos problemas entre eles e a sociedade envolvente e ainda contribuía para solucionar o problema da falta de mão de obra.

O governo brasileiro poderia prosseguir com a sua política de povoamento e desenvolvimento do sul de Mato Grosso, bem como proporcionaria aos índios trabalho para o seu sustento dentro dos moldes do sistema capitalista que se desenvolvia, evitando as formas ilícitas, como o roubo de gado e das roças dos fazendeiros, também praticadas pelos índios. Passado quase uma década, o problema persistia como evidencia a carta do Diretor Geral dos Índios do Município de Miranda, Theodoro Paes da Silva Rondão, no ano de 1893:

[...] os indios deste municipio tem-se tornando de tempo á esta parte, inuteis e até mesmo inconvenientes, como vou demonstrar-vos. Em numero que talvez atinja á mil só os de 12 annos de idade para cima do sexo masculino,

³⁴ Ver a fotografia na página 77 e 78, onde ainda é perceptível esse fato, quando um grupo de índios Terena, à espera de Rondon, estava reunido, sob a guarda de dois índios Terena, vestidos com os velhos fardamentos da guerra, também representando uma reunião de autoridades. Pode-se dizer que era assim que os Terena compreendiam aquele processo. Rondon era a autoridade que estava ali para iniciar a demarcação das terras que comporiam a aldeia de Ipegue, em 1905.

se entregar a uma vida inteiramente ociosa, resultando d'ahi a necessidade de recorrerem a caça e a pesca para manterem com suas familias; este recurso porem que as mais das vezes falha, os impelli ao extremo de lançarem mão do gado alheio para supprirem suas necessidades, dando isto lugar a algumas perseguições, que tem soffrido da parte de alguns fazendeiros, que se veem prejudicados. O meio mais efficaz que me parece, e conducente à melhorar a sorte destes infelizes é: aldeal-os em um lugar proporcionado ao trabalho de agricultura, [...] Estas medidas urge sejam tomadas com a maxima brevidade, pois ellas tendem não só a melhorar a geração futura, como tambem concorrerá seguramente para o desenvolvimento moral e material, não sé deste municipio, mas tambem de toda esta florescente comarca. [...] Tenho em vista aldeal-os nos terrenos d'esta povoação, que já me farão concedidos pela respectiva Directoria; nestes terrenos abundão proporções para o trabalho agricola, acrescendo ainda a vantagem de offerecer este rio Aquidauana – a mais franca navegação que lhes facilitarão a venda ou exportação de todo o produto, que obtiverem. [sic] (LATA, 1893, doc. Avulso, APMT)

Os documentos da DGI demonstraram que a maioria dos Terena se concentraram nas proximidades dos rios Miranda e Aquidauana, sobretudo do primeiro, onde permaneceram suas principais aldeias, razão pela qual refere-se a esta localidade, como o seu território tradicional. Cada dia mais estavam (continuam) limitados em pequenas quantidades de terras, e muitas delas foram usurpadas dentro desse processo de povoamento. Por essas razões, os Terena voltaram a se dispersar pela região, como tática para garantir a posse de terras em outras localidades.

Na transição do Império para a República, a política indigenista continuava com o firme propósito de aldear os índios para resolver as questões territoriais que se agravavam ainda mais, com o aumento dos não índios pela região em busca de terras. Por isso era

[...] de toda a conveniencia que seja estrema do dominio publico e particular, por meio de medição e demarcação a porção de territorio ocupada pelos índios mansos das tribus – “Terena, Guaycurú e Quinquináos que habitam as aldeias denominadas Capelinha, Nache-dache, Agachy, Ipegue e Lalima” nesta comarca, avitando-se assim a continuação de abusos, que já se tem dado de si legitimarem como de propriedade particular, terras devolutas comprehendidas na área utilizada pelos índios com criações e plantações por isso e em qualidade de legitimo representante dos mesmos índios, venho aolicitar a V. Exa. a necessária autorisação para mandar medir e demarcar as terras constituídas pelas referidas aldeias uma vez que eles devem ter uma porção de território para o seu patrimonio, como prescreve o art. 19 da Lei n. 20 de 9 de novembro de 1892, e isto não pode conseguir sem a indispensável medição e demarcação, que poderão ser feitas pelo agramessor do respectivo distrito. [sic] (LATA, 1902 D, doc. Avulso, APMT).

O desenvolvimento econômico da região sob os moldes do sistema capitalista também exigia das autoridades brasileiras novas medidas para lidar com os índios. Como consequência desses processos foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN em 1910, pelo Decreto n.º 8.072, que fazia parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Seu objetivo era prestar assistência aos índios e estabelecer centros agrícolas, sempre envolvendo as doações de terras consideradas devolutas pelos estados para o seu desenvolvimento, reforçando a política do governo brasileiro, em estabelecer o lugar do índio.

O SPI e as aldeias Terena

A direção do SPILTN ficou a cargo de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, militar responsável pela instalação das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1900-1906), e, nessa primeira fase, conduziu os índios ao “mercado de trabalho rural, sob a rubrica de *trabalhador nacional*”, (Lima, 1995, p. 126) garantiu sua mão-de-obra e a posse dos territórios que até então ocupavam.

Imbuídos de uma perspectiva evolucionista e contribuindo para a regularização do mercado de terras nas regiões de fronteira por meio de sua ação pacificadora, o SPI não costumava verbalizar a intenção de preservação cultural, nem estabelecia uma conexão necessária entre uma cultura indígena e um dado meio ambiente. As terras que eram atribuídas pelo SPI a populações indígenas que foram objetivo de um processo de pacificação – e conseqüente sedentarização e tutela – eram muito menores do que a região onde aquelas populações construíram seus aldeamentos e transitavam com certa regularidade. Os critérios (não explicitados) utilizados pelo SPI para definir as terras dos índios passavam, portanto, por sua função de mediador nas situações sociais de expansão de fronteira econômica. O objetivo fundamental era estabelecer um controle sobre as relações entre os índios e brancos, evitando o conflito e prevenindo suas conseqüências maléficas para os índios (extermínio, correrias, escravizamento, etc.). A terra reservada aos índios deveria servir a esse propósito: a) permitido distanciá-los dos brancos; b) não sendo foco de interesse econômico maior pela frente colonizadora; c) sendo aceita pelos índios. A relação entre índios e território não era trazida à discussão, a não ser [...] nos termos (altamente assimétricos) destas últimas negociações. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999a, p. 109-110)

A partir desses critérios processavam-se o desenvolvimento do povoamento da região pelos não índios e a formação das propriedades particulares. Em 1918, o SPILTN tornou-se

apenas SPI. Mantendo o objetivo de “proteger” os índios, dando ênfase à sua catequese, era um mecanismo utilizado para tentar exercer o “controle” sobre os povos indígenas. Os Terena mais uma vez tiveram participação nesse contexto, porque continuaram a interagir com a política estabelecida pelo SPI. Permitiram sua transferência por esse órgão para outras reservas indígenas, que não as suas, para ajudar na “civilização” de outros índios, ou seja, “ensinar”, sobretudo, as suas práticas agrícolas, tendo sido levados até mesmo para fora do estado de Mato Grosso, para atender esse propósito. Os Terena continuaram a “colaborar” com a política indigenista e aproveitaram para novamente colocar em prática suas antigas pautas culturais de convívio, adaptando-as àqueles novos tempos.

Dentro desse contexto de reivindicações territoriais, a primeira reserva Terena a ser demarcada foi a aldeia Cachoeirinha na região de Miranda, em 1905, com Cândido Mariano da Silva Rondon, quando esteve na região do sul de Mato Grosso para a construção das linhas telegráficas, onde a mão de obra indígena foi fundamental para o seu desenvolvimento, como registrou a Comissão Rondon, durante a execução dessas atividades. No mapa elaborado pela Comissão Rondon, datado de 1890 a 1922 (abaixo) constam as localizações das aldeias Terena na região do sul de Mato Grosso.



IMAGEM 08: Mapa de 1890-1922 elaborado pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon.

Fonte: Comissão Rondon s/d (Forte de Copacabana)

Em meio a esse processo de trabalho na construção das linhas telegráficas, na estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), nas fazendas da região, e nas próprias aldeias, iniciaram a demarcação dos territórios dos Terena. Estes participaram ativamente desse processo, que legalmente começava com a publicação de editais com 30 dias de antecedência, noticiados pela imprensa, no município, afixados nos principais pontos da região e enviados para fora da capital (Horta Barbosa, 1905). Depois era estabelecida uma data para a reunião onde os limites territoriais eram definidos, ou seja, as cercas que separavam a terra dos índios das propriedades particulares.

Termo de audiência. As nove horas da manhã do dia onze de setembro do ano de mil novecentos e cinco, decimo setimo da Republica, presentes na Aldeia de Cachoeirinha os cidadãos major d'Engenheiros Candido Mariano da Silva Rondon, Coronel Manuel Antonio de Barros como Diretor dos Indios Terenas, Major Gentil Augusto de Arruda Fialho e Tenente Manuel Theodoro da Fonseca Moraes e Alferes João Gomes da Silva como confrontantes da dita aldeia o referido Major d'Engenheiros como Encarregado da medição e demarcação da supradita Aldeia declarou aberta a audiência publica. [...] Os confinantes nenhuma reclamação apresentarão contra a referida medição, e declararão que nenhum protesto terão a fazer uma vez que se respeitassem as divizas no terreno entre suas terras e a Aldeia da Cachoeirinha [sic]. (HORTA BARBOSA, 1905, p. 38-9)

Os limites já estabelecidos não poderiam ser questionados pelos índios. A reserva passaria a ser o território de posse dos Terena e de propriedade do Estado brasileiro, constituindo-se no lugar onde deveriam permanecer. Foi legalizada a área, pelo Ato n.º 217, de 06 de maio de 1904, através da qual ficou reservado um lote de terras devolutas medindo 3.200 hectares. Sua conclusão em 01 de novembro de 1905, estabeleceu, no entanto, 2.658 hectares, que foram transformados na primeira reserva indígena dos Terena. As relações de exploração com os fazendeiros prosseguiram. Quinze anos depois da demarcação, esses índios continuaram trabalhando fora da reserva, nas fazendas vizinhas, pois, em decorrência do aumento de sua população, precisavam sair de seus limites para ampliar as suas condições de sobrevivência. A ação do SPI contribuiu para a diminuição da exploração direta da mão de obra Terena pelos fazendeiros, mas, por outro lado, não lhes garantiu um território que pudesse proporcionar-lhes o desenvolvimento necessário. Em 1920, a população indígena de Cachoeirinha era de 228 índios, sendo 61 homens, 68 mulheres e 99 crianças.³⁵ E continuou

³⁵ Relatório de 1920, direcionado para Luiz Bueno Horta Barbosa, D. D. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 379, fotg. 1228, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

umentando, assim como a sua luta pela posse e legalização daquelas terras, que se estendeu, aproximadamente, de 1870 até 1965, praticamente um século de reivindicações e persistências para que eles adquirissem um documento que lhes garantissem o domínio sobre os territórios em questão.

Mesmo com a demarcação realizada em 1905, o seu Título Definitivo só foi expedido pelo governo do Mato Grosso em 1965, quando foi criada oficialmente a Reserva Indígena de Cachoeirinha, portanto 60 anos depois de sua demarcação. Ainda assim, não havia sido resolvido o seu problema territorial, uma vez que esse título não havia sido registrado em Cartório e os Terena continuaram sem a legalização de seus territórios, ao contrário do que determinava a lei vigente no período e permaneceram nessas terras, mantendo suas reivindicações. O contexto que envolvia a demarcação das terras para a reserva de Cachoeirinha, também envolvia as terras do Ipegue e foi semelhante aos demais processos de demarcação na região. Os Terena foram ativos nesse contexto, denunciaram às autoridades os abusos cometidos contra eles, meio pelo qual solicitavam providências a seu favor:

[...] A cerca do índio da tribu Terena, de nome José Caetano [...] é que o dito índio com mais alguns da sua tribo, em numero de 17, procurou-me para representar que era filho do fallecido Pedro Tavares, capitão da aldêa do Ipégue, no districto de Miranda, e seo substituto, que por ocasião da invasão paraguayana não só a sua tribo, como todas as outras e mais habitantes do districto abandonarão os seos lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos, que ultimamente voltando os moradores a reocuparem os seos domicilios, elles Terenas encontrarão a sua aldêa do Ipégue ocupada por Simplicio Tavares, por Antonio Maria Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e labrarem suas antigas terras e de seos antepassados; pelo que vinhão pedir providencias para não serem esbulhados de suas propriedades das quais não podião desprender-se um outro índio da mesma tribo de nome Victorino, que farda-se como Alferes, e pertence a aldêa do Nachedache, distante da Ipegue uma legoa, fez-me igual reclamação. [sic] (LIVRO DE REGISTRO DA DGI 1860-1873, n. 191, p. 79v 80, APMT).

Entre o final do século XIX e início do século XX, tornou-se comum os Terena se deslocarem da região de Miranda para Cuiabá a fim de realizar denúncias e solicitar providências da Diretoria Geral dos Índios/DGI em relação aos abusos que eles estavam vivenciando dentro de suas aldeias por parte dos colonizadores, que não respeitavam as terras que eles ocupavam na região. Nesses encontros com as autoridades brasileiras, os Terena

solicitavam a demarcação de terras para a sua permanência. Um dos argumentos que utilizavam era a sua participação na Guerra do Paraguai; era por meio dela, que eles “lembravam” os seus feitos às autoridades, podendo-se dizer que, em contrapartida, acreditavam que as suas solicitações seriam atendidas.

As fotografias a seguir registradas pela Comissão Rondon, no início do século XX, ainda retratavam as relações que os Terena tentavam estabelecer com as autoridades brasileiras. Mostram dois índios, vestidos com fardamentos velhos que receberam do Império e as patentes de capitães, (José Caetano Tavares e Alexandre Bueno) reunidos com seu grupo à espera de Candido Mariano da Silva Rondon para iniciarem a demarcação das terras da aldeia Ipegue.

Continuamos para o Ipegue as 8 am a onde chegamos as 10,15 am. Entramos no rancho do capitão José Caetano Tavares o capitão Alexandre Bueno e alguns índios momentos depois da nossa chegada apresentaram-se alguns outros índios que morão (sic) mais próximos do rancho do capitão Tavares. Combinamos tudo que havia a fazer para iniciarmos os nossos trabalhos. A tarde fui ao Cutape para citar o Sr. Tno. Cel. Estevão Alves Correa afim de que comparecer na medição de 27. (RONDON, 1905, Caderneta 16, s/p, Forte de Copacabana)

Nas informações de Rondon contidas na caderneta, bem como no “título” da fotografia a seguir, quando a descreve como “dois índios Terêna, dos que combateram na guerra do Paraguai com uniformes de oficiais em desuso”, referindo-se aos capitães Terena, estão postas duas situações: como o Estado percebia as ações indígenas e como os índios percebiam o Estado. Não eram fardas em desuso para os Terena; eram a legitimação das situações vivenciadas junto às autoridades brasileiras; representavam não só a apropriação do título de capitão, mas também o estabelecimento das táticas que os Terena adotavam no encontro com as autoridades, já que Rondon se encontrava ali para medir e demarcar as terras em que eles se encontravam. Essa situação confirma a participação dos Terena nesse processo.



IMAGEM 9: Índios Terena na Aldeia Ipegue para início da medição das terras Junto com a Comissão Rondon.

Fonte: Comissão Rondon s/d (Forte de Copacabana)



IMAGEM 10: Índios Terena na Aldeia Ipegue para início da medição das terras junto com a Comissão Rondon.

Fonte: Comissão Rondon s/d (Forte de Copacabana)



IMAGEM 11: Índios Terena na Aldeia Ipegue para início da medição das terras junto com a Comissão Rondon.

Fonte: Comissão Rondon s/d (Forte de Copacabana)

A demarcação das terras de Ipegue e de Bananal³⁶ foi simultânea e permaneceram sob a denominação de Ipegue. Quando da instalação do Posto do SPI em Bananal, os trabalhos que foram realizados apontavam a intenção de transformá-lo em “modelo”, para ser implantado nas demais reservas indígenas; bem como “arrebanhar” os índios Terena que se encontravam região, assim como outros grupos indígenas que estivessem por lá.

O Posto fica situado a margem direita da Estrada de Ferro Itapura-Corumbá e distante da estação de Visconde de Taunay, 10 quilômetros. As terras do aldeamento dos índios terenas são de sua propriedade e foram medidas e demarcadas pelo Sr. Coronel Rondon, medição que foi aprovada pela Diretoria de Terras do Estado e é uma boa área de 637 hectares, que prestam-se admiravelmente para cultura de cereais nos terrenos de mata e nos de campo para a criação de animais de grande porte. Fica, apenas,

³⁶ Os documentos consultados mencionam as duas aldeias separadamente enquanto Posto indígena, mas o censo populacional, realizado em 1918, somava a população das duas aldeias resultando em uma única, assim como a escola mista formada na aldeia de Ipegue que atendia aos alunos tanto de Ipegue quanto de Bananal. (Relatório de 1915, para José Bezerra Cavalcante Diretor do SPI, microfilme 379, fotg. 1093, FUNAI Brasília)

distante da villa de Aquidauana 38 kilometros e á mesma distancia de Miranda [...] na sede do Posto estão edificadas em arruamento 35 casas cobertas de capim, rebocadas de barro e caiadas, onde habitam as familias dos indios. [...] a população india do aldeamento é composta de 732 almas que vivem da pequena lavoura, da criação de aves, suínos e um pouco de gado bovino. [...] Além dos indios terenas, habitantes nas aldeias citadas, vivem muitos outros grupos da mesma tribu dissimnados pelos sertões e pelas fazendas dos municipios de Aquidauana, Miranda, Coxim e Nioac, que torna-se de urgente necessidade serem reunidos nos aldeamentos afim de evitar-se-lhes a escravisação muito comum em Matto Grosso. [sic] (RELATÓRIO DE 1915, para José Bezerra Cavalcante, Diretor do SPI, fotg. 1093, microfilme 379, FUNAI Brasília)

O Título Definitivo de domínio dessas terras foi expedido pelo governo do Mato Grosso somente em 23 de novembro de 1965, quando concedeu um lote de terra devoluta para posse e ocupação dos índios Terena, oficializando a Reserva indígena de Ipegue.

A concessão de Título Definitivo de domínio, em 1965, foi reservado um lote de terras devolutas do Estado, ao Patrimônio Indígena, sendo certo que o Governo do Estado de Mato Grosso o fez com o apoio do art. 64 da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, que declara pertencer aos Estados as minas e terras devolutas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. (CALIXTO DA SILVA, 1982c p. 02)

A posse do título da aldeia Ipegue era um avanço importante no processo de legalização das terras dos Terena, no entanto não significou que a questão estava resolvida, uma vez que esse título não possuía o poder de transferir a propriedade do imóvel para os índios (Calixto da Silva, 1982c, p. 03). Portanto, as reivindicações territoriais realizadas pelos Terena junto ao Estado brasileiro, e que se processavam desde meados do século XIX, não tinham sido concluídas em meados do século XX. E suas reivindicações permanecem até os nossos dias.

Próximo a essas áreas também se encontrava Naxedaxe, uma das mais antigas aldeias Terena que se tem registro na região de Miranda, mas que não foi demarcada como área indígena e teve suas terras tomadas pelas fazendas. Em 1883, o Capitão Vitorino era o seu chefe e, mesmo com as suas reivindicações junto às autoridades brasileiras, os Terena perderam aquelas terras, de que resultou sua dispersão pela região. Dividiram-se - como

fizeram no Chaco paraguaio, para obterem e ampliarem os seus territórios - e retornaram para os lugares onde viveram durante a guerra, na região de Nioaque, em 1884, quando também passaram a disputar aquelas terras com os fazendeiros que se estabeleciam por toda a região, bem como com os regionais pobres.

Ao retornarem para Nioaque, os Terena estabeleceram-se nas mesmas localidades em que já haviam estado durante a Guerra do Paraguai e procuraram os vestígios deixados pelas suas antigas plantações. Mesmo as evidências materiais da sua presença anterior na região não foram suficientes para que ali permanecessem, pois, no contexto de então, aquelas terras estavam sendo questionadas por particulares, que alegavam a sua posse:

Elles se estabeleceram precariamente aqui, alli, mais alem; um pouco por toda parte, acompanhando as mattas de “Urumbeba”, pela pretendida posse da “Reserva” a dentro, como o fizeram também depois os civilizados pobres, e, posteriormente, mesmos os abastados. Por toda a parte descobrem-se indicios antigos de suas moradas; as capoeiras velhissimas, os laranjaes edc. Especificando, temos a denominada tapéra de Joaquim Victorino, ou simplesmente, do Capitão Vitorino, em torno de cujo rancho logo se agruparam outros e mais outros, fossem de sua numerosa descendencia, fossem dos patricios que lhe obedeciam Mais alem, acima da barra da “Água Branca”; ainda alem, junto ao “Brejão”; mais alem ainda e muito, no local onde se ergue a fazenda de Avelino Nogueira, estalebecera-se os terênas que obdeciam á direção do capitão Victorino. Dahi foi facil aos fazendeiros de cima da serra retirarem os vaqueiros e os roceiros, unicos braços para o trabalho naquelles tempos, em lugares onde o escravo sempre escasseou. E, pelos chapadões a fóra, até “Dourados”, até a fronteira Paraguaya, espalharam-se esses indios, [...] [sic] (HORTA BARBOSA, 1924, SPI, Filme 379, p. 08)

Horta Barbosa (1924) deixa claro que essas terras no Brejão eram o principal núcleo dos índios Terena na região de Nioaque e faziam parte da denominada posse do “Urumbeba ou da Reserva”, a qual Ignacio Gonçalves Barbosa alegava haver comprado em 1845. Ignacio não possuía, entretanto, nenhum documento que comprovasse que as terras lhe pertenciam; não havia registro de compra e venda, como a lei determinava, portanto a sua posse não se concretizou. Outros indivíduos também alegavam posse sobre aquelas terras, de forma que praticamente todas as terras da região “possuíam donos”.

Vicente Anastácio, comerciante de Nioaque, era um dos que possuíam suposto direito às terras do “Urumbeba”; no entanto adquiriu as terras que lhe interessavam por meio de compra do Estado, e não fazendo cumprir o seu direito de herdeiro de Ignacio Gonçalves Barbosa. Tinha urgência em estabelecer os limites que marcariam a sua propriedade adquirida do Estado em 1908 e acreditava que manteria os índios fora dela. Nesse mesmo ano, o índio Terena Capitão Victorino solicitava a legalização daquelas terras ao governo brasileiro, como também faziam os não índios. (Horta Barbosa, 1924, SPI, Filme 379, p. 11)

Diante das disputas territoriais que envolviam os índios e os brancos na região, a questão das terras do “Urumbeba” resultou em um processo judicial que envolvia os novos proprietários, que não reconheciam a presença indígena como anterior à sua naquelas terras, e não aceitaram perdê-las para os Terena. Isso então se tornou uma questão de Estado, e este, por meio de um acordo realizado em janeiro de 1908, delimitou os territórios em favor dos fazendeiros, ficando os índios com as sobras:

O accordão Superior Tribunal de Relação do Estado, de 28 de Janeiro de 1908, versando sobre os autos de apelação cível, da Comarca de “Nioac”, entre partes: apelante Vicente Anastácio e Appelados Antonio Francisco Rodrigues Coelho, Major Francisco David de Medeiros e Coronel Pio Rufino, deu fim á questão de haverem cahido em commisso, ou de haverem reservado ao Estado, ou serem devolutas aquellas terras como queria o apelante; ou, como reclamavam os appelados, de haverem permanecido legalmente constituintes da posse do “Urumbeba” ou da “Reserva.” Dito accordão principia “ Considerando que as acções de demarcação e divisão de terras particulares, dependem de prova do jus in re ou dominio sobre o immovel demarcando ou dividendo (Decreto n.º 725 de Setembro de 1890, artigos 53 e 56)”, e, desenvolvimento em outros considerando as razões de não existencia das ditas provas, não demonstradas pelos appelados, termina: Dão provimento á apelação interposta, para julgarem como julgam improcedentes as acções propostas, por serem dellas carecedoras os autores appelados. Custas pelos appelados. Cuyabá, 28 de Janeiro de 1908.” [sic] (HORTA BARBOSA, 1924, SPI, Filme 379, p. 02-3) (grifo no original)

O Estado levava em consideração as terras compradas legalmente pelos particulares, tanto que os limites dessas sempre foram mantidos. Pode-se perceber, nessa situação, a defesa dos seus interesses. Sua preocupação era cumprir a lei: como os fazendeiros envolvidos nesse processo judicial não possuíam documentos que lhes confirmavam a posse das terras no

Urumbeba, então não as possuíam. Portanto, o Estado não iria permitir que posseiros, sem os devidos pagamentos, permanecessem com as terras consideradas devolutas, que estavam sob a sua responsabilidade.

Esse contexto foi ao encontro da questão indígena: se os não índios não solicitassem a compra das terras que desejavam e realizassem os devidos pagamentos sobre elas, também não as teriam.

As terras na região do Urumbeba fizeram parte desse impasse, e alguns dos recursos dos fazendeiros para obtê-las foram julgados improcedentes e não foram reconhecidos pelo Estado. Ainda assim, as terras que os Terena reivindicavam também não eram demarcadas, e novamente o Capitão Vitorino solicitava providência das autoridades sobre os territórios no “Urumbeba”:

Em 1909 voltava elle ao mesmo assumpto, como se verifica na Gazeta Official numero 2.942 de 17 de Abril – despachos – Dia 14 – Joaquim Victorino da Silva, director de um nucleo de antigos indios Terênas localizados á margem do arroio “Urumbeba”, solicitando que se mande medir e demarcar uma área de terreno para habitação exclusiva dos mesmos indios; convindo que seja ella entre a estrada de “Nioac” ás “Araras” e a fralda da serra de “Maracajú”, - À directoria de Terras para informar. [sic] (HORTA BARBOSA, 1924, SPI, Filme 379, p. 11)

Os Terena apresentavam constantes reivindicações às autoridades brasileiras, principalmente depois das demarcações das terras de Cachoeirinha e Ipegue, em 1905. Em relatório de atividades realizado por Horta Barbosa em 1920, constata-se que o índio Terena Joaquim Vitorino estava na Inspetoria para solicitar “as devidas providências” daquele órgão para a legalização das terras do Urumbeba. Tornou-se comum para às lideranças indígenas Terena esse procedimento de ir pessoalmente falar com os responsáveis por resolver a questão.

Essa situação começou a ser resolvida pelo governo do Estado por meio do Decreto n.º 611, de 14 de Dezembro de 1922, que estabelecia os critérios para a demarcação das terras para os Terena no Brejão, as quais obedeciam aos limites das adquiridas por Vicente Anastácio e as solicitadas por Avelino Nogueira. Os indícios da presença dos Terena naquela

região não foram considerados nesse processo, porque outros interesses vinculados aos fazendeiros estavam presentes. Assim, o governo solucionou o problema dos limites territoriais entre os fazendeiros e os índios ao estabelecer os territórios que eles poderiam permanecer.

O Decreto a favor dos índios terênas assignala para limite da área concedida para seu aldeamento, pelo lado do poente ou de baixo as terras requeridas por Avelino Nogueira, que nesse rumo têm para limite a tapéra do Capitão Joaquim Victorino, [...] Quanto, porem, aos demais quadrantes o referido Decreto não mandou a mesma coisa; antes, pelo contrario, assignalou para as terras do “Brejão” os limites da serra de “Maracajú” e os de Vicente Anastacio, que exactamente foram os requeridos por aquelle fazendeiro, ficando desse modo ao demarcador o direito, ou antes, o dever de dilatar o polygono respectivo até onde fosse necessario para abranger à área doada ou reservada aos índios, attingindo mesmo a dita serra e as linhas daquelle proprietario, que sómente não poderia transpor. [sic] (HORTA BARBOSA, 1924, SPI, Filme 379, p. 04-05)

O Decreto n.º 611 estabeleceu a reserva de uma área de 2.800 hectares para serem demarcadas e oficializadas em favor dos Terena no Brejão. Essas terras foram demarcadas por Nicolau Bueno Horta Barbosa e legalizadas em 1924. Após 38 anos de lutas e reivindicações, os Terena tiveram direito a esse lote de terras devolutas. Mesmo após esse decreto, os índios continuaram a ser pressionados em suas terras pelos não índios, que não respeitaram o que havia sido estabelecido, como foi o caso de Miguel Theodoreto, que se instalou nas terras indígenas, próximo à antiga moradia do Capitão Vitorino, em meio a um laranjal formado pelos Terena.

Esse individuo após o Decreto referido apressou-se em fazer uma cerca, que terá quatro ou seis meses depois de construída, aliás às carreiras, e como si tal coisa pudesse crear-lhe direito de posse. Do local onde moravão os parentes mais próximos do Capitão Victorino e este proprio, fugiram ou se retiraram os índios por haverem sido maldosamente queimados os ranchos daquelle velho, quando se achava ausente no “Bresão”, em casa de um filho a quem visitava. As divisas das terras demarcadas encostando a essas ruínas, que attestavam um crime a punir-se e uma iniquidade a reparar-se, ficaram dentro dos termos do Decreto, que foi a reparação. Uma cerca às carreiras, com dolosa intenção, posteriormente ao Decreto do Governo, não poderia ser obstaculo a que se não observassem os limites das terras do “Brejão” ao poente: antes constitue uma atrevida desobediencia e desacato áquelle

Decreto. [...] [sic] (HORTA BARBOSA, 1924, SPI, Filme 379, p. 12-13)
[grifo no original]

Essa atitude de estabelecer cercas para delimitar áreas e deixar os índios de fora delas foi um comportamento comum aos não índios para com as terras indígenas, atitude pouco favorável a eles, pois quem quisesse adquiri-las teria que pagar por elas e não simplesmente cercá-las. Entre outras violências e ameaças aos índios, queimavam e destruíam suas plantações e casas. Essa situação resultou até mesmo na saída dos Terena daquelas terras por um determinado tempo. Pode-se constatar que a terra era uma preocupação central no universo constituído pelo governo, por regionais e por índios, todos tentando proteger os seus direitos e a sua posse sobre elas.

O primeiro documento que estabeleceu terras para os Terena foi o Decreto n.º 611, de 1922, que lhes reservou uma área de 2.800 hectares, no entanto o documento referente ao seu Título de “uso-fructo”, datado de 30 de março de 1931, nove anos depois do documento mencionado, apontava outra situação para essas terras: uma área de 2.917 hectares, que seria usada em usufruto pelos Terena por dez anos:

O Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, coronel Antonio Menna Gonçalves – Faz Saber aos que o presente virem que havendo a extinta Secretaria da Agricultura, por despacho de 29 de setembro do anno passado, confirmando da Diretoria de Terras, de 5 de maio do mesmo anno, que approvou a medição e demarcação da área de 2.917 hectares de terras devolutas, pastaes e lavradias, situado no municipio de Nioac, logar denominado “Brejão” reservada para patrimonio dos indios Terenos, pelo Decreto desta Presidencia sob n.º 611 de 14 de Dezembro de 1922, e tendo satisfeitas todas as exigencias legaes, sobre o assumpto, resolveu mandar passar em favor dos mesmos Indios, nos termos do artigo 122 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 786, de 23 de Dezembro de 1927, o presente titulo de uso fructo, pelo prazo de dez (10) annos, das terras reservadas cuja configuração é de um polygono irregular tendo de superficie 2.917 hectares, achando-se os respectivos marcos collocados. [sic] (TÍTULO DE USO-FRUCTO, 1931, p. 214)

O Título Definitivo dessa área foi expedido somente 34 anos depois do documento de usufruto, em 26 de novembro 1965, e concedeu-lhes uma área de 2.916 hectares. Foram aproximadamente 80 anos de reivindicações dos Terena pela posse das terras que ocupavam.

E mesmo assim, por questões de ordem legal, o seu problema territorial não estava resolvido. Essas terras não passaram do domínio público estadual para o domínio privados dos índios, mas para o domínio da União, e as reivindicações territoriais no Brejão permanecem até os nossos dias (Calixto da Silva, 1982b).

O processo de territorialização dos Terena em Buriti³⁷ foi semelhante aos demais já mencionados. Em meados do século XIX, ficaram dispersos pela região do sul de Mato Grosso, quando muitos índios que viviam na serra de Maracaju dividiram-se e alguns começaram a voltar para os antigos territórios que ocupavam, na região de Miranda. Outros permaneceram naquela serra. Aqueles que partiram em busca de suas antigas aldeias não mais as encontraram, pois a maioria havia sido destruída pela guerra e suas terras, ocupadas por particulares que ali se estabeleceram. Retornaram para a região do Buriti em suas antigas moradas, ou juntaram-se com os Terena que permaneceram naquela localidade, cultivando suas roças e criando alguns animais que possuíam, como gado, cavalo e porco.

Do ponto de vista Terena, eles eram os primeiros colonizadores dessa região, portanto essas terras não pertenciam à nova sociedade (não índia) que começava a se constituir não só naquela localidade, mas em toda parte. Não respeitavam os territórios que estavam ocupados pelos índios. Os Terena reivindicavam a sua legalização junto ao governo brasileiro, desde 1897. Com o aumento das propriedades particulares, aumentavam os conflitos entre eles. Em 1922, os fazendeiros passaram a questionar incessantemente a ocupação indígena naquelas terras, alegando que sua ocupação era ilegal.

A correspondência entre Roberto Vieira dos Santos Wernek, encarregado do Posto Indígena de Cachoeirinha e Antonio Martins Vianna Estigarribia, Inspetor do SPI, demonstrava a situação de conflito que envolvia os Terena e particulares da região do Buriti.

A aldeia da Invernada do Burity ou Suçay, como lhes chamam os índios, fica a 14 leguas ao nascente da estação de correntes e a 22, mais ou menos, de Campo Grande e é composta de 22 ranchos dispersos em forma de pequenos sítios e habitados por índios Terenas, tendo uma população de

³⁷ A Terra Indígena de Buriti esta localizada em dois municípios no estado de Mato Grosso do Sul, Sidrolândia onde atualmente encontram-se as aldeias Córrego do Meio, Lagoinha, Tereré (Nova Bananal uma nova aldeia urbana que esta em formação na cidade); e Dois Irmãos do Buriti, onde se encontram a aldeia Buriti, Água Azul, Recanto, Olho d'água, Barrerinho e Oliveira.

148 almas. 12 destes ranchos ficaram para dentro da linha da fazenda das Correntes, demarcada ha pouco, e com uma população de 80 almas, sendo que o mais distante ficou [...] 1.500 metros, mais ou menos, tendo as outras restantes ficado a uma distancia que varia desde 20 até 1.000 metros. Os indios moradores na parte que ficou para dentro da fazenda das Correntes, já estavam se preparando para mudar, o que impedi visto nada saber quanto a exatidão da medição da fazenda das Correntes e mesmo porque elles alli possuem grandes roças, curaes , cercas, laranjaes etc, que demonstraram a sua estadia naquella parte ha mais de 15 anos. [sic] (WERNEK, 1922, SPI, Filme 379, p. 183-184)

Esses indícios de ocupações indígenas não eram respeitados. As demarcações territoriais, quando autorizadas, processavam-se sem levá-los em considerações. E mesmo com a observação sobre a sua produção agrícola, assim como as benfeitorias (formação dos curais, cercas) realizadas pelos Terena naquelas terras, elas passaram para o domínio de particulares, mediante as demarcações realizadas pelo Estado, que concretizou o esbulho dos índios nos territórios.

Diante da situação imposta e preocupados em manter as suas terras, os Terena de Buriti chegaram a propor a compra de uma parcela delas, tentando, dessa maneira, resolver o problema de sua expropriação, adquirindo terras do Estado, já que eles compreenderam que era esse o procedimento cobrado pelo Estado aos demais indivíduos que por ali se estabeleciam, assim:

O velho indio [...] por nome João José [...] que possui um grande laranjal, roças, cana, gado etc, e que conjuntamente com seus filhos e outros indios deram ao senhor Agostinho Rondon a importancia de 1:800\$000, aproximadamente para que fossem requeridas aquellas terras para elles, tendo o snr. Agostinho Rondon recebido aquella importancia [...] e de posse do dinheiro não deu recibo sob pretexto de falta de estampilhas, requerendo então as terras para si deixando os indios prejudicados não só na importância que deram como em seu socego. [sic] (WERNEK, 1922, SPI, Filme 379, p. 184-5)

A solicitação de compra das terras pelos Terena não se efetivou, no entanto essas terras foram solicitadas por Agostinho Rondon, que demonstrou o seu desrespeito para com os índios, que, ao tentarem resolver o seu problema territorial, que se arrastava desde o fim da Guerra do Paraguai, foram lesados e proibidos de permanecerem junto deles. Roberto Vieira

dos Santos Wernek, como forma de resolver o problema, delimitou as terras onde os Terena deveriam permanecer; obviamente que respeitou os limites já estabelecidos pelas propriedades requeridas ao Estado. Por isso:

As terra que garanti aos indios que serão demarcadas para elles, são as devolutas alli existentes e as que não foram ainda demarcadas embora alguns pedaços já tenham sido requeridos por diversas pessôas, e têm os seguintes limites: ao sul, Serra de Maracajú, com a fazenda S. Roque de propriedade de Joaquim Cesar; tendo um pedaço que vae até em cima da Serra e que consta já ter sido requerido pelo senhor Joaquim Cesar , porém sem estar demarcado; ao poente, com a linha da fazenda das Correntes até o seu encontro com o Ribeirão Burity, subindo [...] pela linha divisória da fazenda das Correntes, até a barranca do correjo do Meio, mais ou menos ao norte; ao nascente pelo correjo do Meio acima até a linha de demarcação de Porfirio de Brito, indo [...] até o Ribeirão Burity, subindo novamente este até sua cabeceira [...] encontro novamente com a linha da fazenda S. Roque de Joaquim Cesar. São calculadas essas terras em 5 a 6 mil hectares. [sic] (WERNEK, 1922, SPI, Filme 379, p. 186-7)

Os protestos causados pela ocupação indígena persistiram por muito tempo, em meio às discussões para a demarcação territorial. O governo era pressionado tanto pelos Terena, quanto pelos fazendeiros, que reivindicavam uma solução para aquela questão, que implicava, sobretudo, a posse dos territórios ocupados pelos índios, como demonstrou o processo judicial pertinente às disputas territoriais entre a fazenda Correntes e os Terena, que tramitava desde 1894, alegando que as terras pertenciam à fazenda desde 1854. Segundo Wernek (1922), não havia documentos para comprovarem sua compra. Situação que era a mesma dos demais indivíduos que se diziam proprietários da região.

Entre os latifúndios de que muitos fazendeiros se apossaram antes de qualquer cultivo systemático, ou mesmo antes de qualquer conhecimento além das conjecturas, ou simplesmente baseado nas viagens a cavallo – figurava a fazenda das Correntes, hoje repartida entre muitíssimos condomínios. [...] Em um desses lugares ermos, e defendidos pela natureza agreste das vizitas incommodas dos civilizados – occultou-se por muito tempo um grupo de índios guaranys, que as vezes são conhecidos por chavantes, outras vezes por uaxirys. [...] não tardou que os índios terenos viessem em varias turmas servir ao fazendeiro das Correntes; e, internandose pouco a pouco pelo seu natural pendor de procurar a tranquilidade nas mattas, chegaram até onde as aldejavam os seus irmãos uaxirys, a que se

foram juntando em mutuo apoio. Assim, em desejando salarios, serviam ao seu patrão fazendeiro; [...] entregava suas tropas e rebanhos à fidelidade dos indios terenos, que os levavão ao ermo do Burity, [...] Esses factos_vêm abonar a conducta desses terenos, muito em desaccordo com a mais recente campanha de descredito, que tão injustamente lhes têm movido os actuaes interessados nas terras que elles occupam. [sic] [...] (HORTA BARBOSA, 1927, SPI, Filme 224, p. 266-7)

As informações contidas nesse relatório evidenciam como ocorria o processo de demarcação das terras indígenas e como se formavam os grandes latifúndios existentes na região. Corromper a imagem dos Terena era outra tentativa de expulsá-los dali, pois continuavam como empecilhos para os não índios, que os ameaçavam, destruíam suas plantações, roubavam seus animais e os espancavam constantemente, entre outras formas de violência contra eles praticadas. Em meio a essa situação conflituosa, ocorreu a demarcação das terras da fazenda Correntes, legitimando a posse dos não índios sobre as terras onde os Terena se encontravam.

Fosse movido por um natural escrupulo de consciencia, fosse porque em verdade reconhecesse que o alto Burity, onde se alojavam os indios, não fazia parte da posse registrada, o certo foi que, por ocasião da demarcação das Correntes, o proprietario concordou em que aquellas terras ficassem fora do seu perimetro. A planta levada por ocasião da revisão e divisão judiciaria das Correntes – repitio a exclusão, em obediencia aos documentos legaes. E desse modo foi que, sem mais nenhuma contestação, sobraram as terras onde os terenos habitavam, em ambas as margens do Burity, óra sob a denominação de ‘Invernada’, óra e mais geralmente, sob a de ‘Colonia’ [sic] (HORTA BARBOSA, 1927, SPI, Filme 224, p. 267) (grifo no original)

As contestações do proprietário da fazenda Correntes cessaram em razão de que todos os hectares cuja compra havia solicitado ao governo foram concedidos; apenas as “sobras” daquelas terras ficaram para a posse dos Terena.

Mesmo com essas vantagens, os recém-chegados não se contentaram com a quantidade de terras devolutas que sobraram, as quais poderiam requerer para si; cobiçavam mesmo as terras indígenas, porque já se encontravam trabalhadas, com plantações e pastos formados pelos Terena; a intenção era expulsá-los dali. E, para isso, passaram a solicitá-las junto ao Estado:

[...] Amedrontar a chegar com o demarcador, que afinçou os marcos dentro mesmo das Aldeias, por entre os ranchos e roçados, em nome de um irrisório direito conferido por um título provisório dolosamente obtido do Governo, pois que systematicamente allegaram em seus requerimentos uma cultura que não tinham, ocupação que não faziam sino por esbulho; ao mesmo tempo que occultavam a circunstancia de existirem nas terras requeridas as aldeias indígenas com suas roças e mais trabalhos! [sic] (HORTA BARBOSA, 1927, SPI, Filme 224, p. 267-8)

Os métodos que utilizaram apontaram as arbitrariedades cometidas contra os índios e suas terras. A partir dali, os regionais começaram uma campanha contra eles, distorcendo todas as qualidades que até então lhes eram úteis para trabalharem nas fazendas. Os valores que os Terena possuíam eram como trabalhadores braçais para o desenvolvimento econômico da região. Essa condição não lhes dava direitos às reivindicações territoriais junto ao Estado brasileiro. A sua participação na Guerra do Paraguai era o principal argumento dos Terena para obterem a legalização das terras que ocupavam e, no entanto, os seus feitos anteriores e o fato de serem “amigos” do Império não justificam suas ações junto ao Estado.

[...] elles, que foram os braços para a fundação e cultura das fazendas; elles que abriram as carreiras e carrearão para seus accusadores; elles, que trabalham na farinha, no assucar, na rapadura e nos alambiques dos seus detractores; elles, que lavraram e serraram as madeiras para as casas destes; finalmente, elles, que foram – sósinhos – os constructores da única estrada de autos da região [sic]. (HORTA BARBOSA, 1927, SPI, Filme 224, p. 268)

Essas ações eram fundamentais para o desenvolvimento local, no entanto os novos colonizadores tentaram ignorar as contribuições indígenas para o desenvolvimento da região. Isso não foi possível, porque os índios não permitiram, pois era por meio dessas ações que reivindicavam os seus direitos sobre os territórios. Ainda que de forma insuficiente, conseguiram garantir parte deles:

AREA – Considerando, não a area effectivamente occupada pelos indios, mas sim apenas o restante apos as compras feitas ao Estado por particulares, e definimos limitando 1 – ao norte com as terras do Varjão, já demarcadas e pertencentes a Reginaldo Lemes da Silva 2- ao poente com as terras demarcadas da fazenda das Correntes 3 – ao nascente com as terras demarcadas do Alegre de José Diogo de Souza, as de Adelino de Souza, S. Bento de Porfhirio de Britto 4 – ao sul com as mesmas terras demarcadas de Porfhirio de Britto, e as pretendidas por Agostinho Rondon. [...] Si

prevalecessem os desejos desse candidato, lhe caberia uma aldeia inteira do Buriti, a sede justamente da Colonia, com todas as suas benfeitorias e a area restante, apertada entre o correjo Barreirinho ao norte e a do Cortado ao sul não terá mais do que 2.200 hectares. [sic] (HORTA BARBOSA, 1927, SPI, Filme 224, p. 269)

O Decreto Estadual n.º 834, de 14 de dezembro de 1928, reservou 2 mil hectares para a “colônia de índios” do Buriti, e não as que foram estipuladas por Roberto Vieira dos Santos Wernek: uma área de cinco a seis mil hectares. Em 1927, Horta Barbosa sugeriu 2.200 e 2.600 mil hectares, no entanto prevaleceu a quantidade que o Decreto 834 estipulou, deixando fora dos seus limites territoriais a área em que se encontravam, os seus cemitérios e as suas roças, que passaram a pertencer às propriedades particulares.

Essa conquista territorial não resolveu a situação dos índios. Segundo Azanha (2001a) os Terena não se conformaram com essa delimitação, pois não correspondia nem a 1/10 de sua ocupação e, mais uma vez, formaram um grupo de índios para solicitar das autoridades competentes uma solução para essa questão:

Não conformados com a delimitação proposta pelo SPI, uma delegação composta por três lideranças Terena do Buriti (Ernesto de Souza Filho, Sebastião Delgado e André Patrocínio), se dirigiram ao Rio de Janeiro, na esperança de levar seu protesto ao coronel Horta Barbosa, então Diretor Geral do SPI. Porém, segundo dizem, não lograram êxito, pois encontraram a capital convulsionada pela “revolução” (não foram sequer recebidos pelo coronel Horta Barbosa, segundo afirmam). É difícil os índios hoje precisarem a data desta viagem; algumas indicações dadas por eles [...] nos levam a estimar essa data ao redor de 1935 (intentona comunista) ou 1937 (golpe para a implantação do “Estado Novo”). (AZANHA, 2001a, p. 30)

Essa atitude das lideranças Terena se deslocarem para o Rio de Janeiro era um processo comum a eles, em virtude de sua movimentação no século XIX, no entanto dessa vez eles levaram consigo um “mapa” elaborado em um pedaço de papelão (ANEXO A e B) onde estabeleciam os seus limites territoriais. Esse objetivo não se concretizou, pois aquelas terras haviam sido requeridas por Agostinho Rondon. Aos índios sobrou o despejo delas, inclusive com a contribuição do chefe do posto de Buriti, Alexandre Honorato Rodrigues, conforme consta no seu relatório encaminhado para o Inspetor Regional do Ministério do Trabalho em Cuiabá, em 1937:

Terras do Sr. Agostinho da C. Rondon – Tendo este Sr. Apresentado os documentos comprobatórios de sua propriedade ‘Recurso’ que limita com as terras do Posto, nomeei uma comissão para verificação dos limites. Concluída foi lavrada a Acta, que junto acompanha. Verificado que um grupo de índios habitam uma parte das terras desse Sr. proporcionei a desocupação das mesmas terras, dando a elles índios o prazo de 45 dias para terminação das colheitas e mudanças [...]. Terras. A área de terras destinada a este Posto é de 2.200 hectares, mais ou menos, não se podendo afirmar ao certo por não existir documento algum, aqui e nem no Cartório em Aquidauana, onde já procurei. Si existe documentos devem esta no archivo da Repartição onde outrora estava afeto o S.P.I – Rogo vosso empenho junto a autoridade superior, para conseguir esses documentos acerca de terras deste Posto, pode ser documentada, com existencia de terras devolutas em seus limites. Para este fim e verificação de nossas terras julgo conveniente a vinda de um official engenheiro do H.B.S aquartelado em Aquidauana. [sic] (RODRIGUES, 1937, SPI, Filme 2, plan. 22, DEDOC, FUNAI, Brasília)

Rodrigues utilizou-se da falta de documentos que comprovassem a posse dos Terena naquela localidade. Era ele o responsável pela garantia e preservação dos direitos indígenas, e não o fez. Mesmo sob protesto dos índios, não tomou atitude alguma a seu favor e os índios foram obrigados a deixar parte do território. Essa situação se manteve nos anos seguintes.

A reserva de 2 mil hectares para o seu patrimônio, definida em 1928, foi demarcada somente em 1945. Para ela foi estabelecida uma superfície de 2.140 hectares, mas não foi registrada em cartório, como determinava a lei, o que significou que esse problema territorial ainda não estava resolvido com a demarcação. Em 1951, os Terena encaminharam um abaixo-assinado para o General Cândido Mariano da Silva Rondon denunciando as arbitrariedades que continuavam a acontecer com eles e acreditavam que essa atitude resultaria nas providencias a respeito das irregularidades que permaneciam no posto de Buriti. A razão do abaixo-assinado eram os problemas para enterrarem os seus mortos no cemitério, pois, por ficar fora de seus limites, eram impedidos de fazê-lo, conforme os Terena informaram:

Os índios abaixo nomeados, todos do Posto do Burití, vêm mui respeitosa e apelar a vossa excelências, como seus legítimos defensores, no sentido de serem tomadas providências, a fim de que possam os habitantes – dêste Pôsto continuar a se servirem do cemitério do Pôsto, no qual vêm sendo sepultados seus antepassados desde 1922, cemitério êsse que, atualmente, se acha abusivamente fechado com cêrca de arame sem

passagem ou acesso para os índios dêste Pôsto, não havendo nem porteira para isso [sic]. (FILME 355, Fotg. 392, SPI, DEDOC, FUNAI, Brasília)

Mesmo com essas informações e os protestos por parte dos índios, nada foi feito pelas autoridades a seu favor, restando a eles continuarem suas reivindicações pelas terras de Buriti, uma vez que a sua população continuava aumentando e a situação territorial não se resolvia, resultando ainda hoje em protestos, reivindicações e na revisão de seus limites territoriais.

Retoma-se aqui algumas questões fundamentais para a compreensão do processo de territorialização Terena: constata-se que eles, assim como as demais etnias indígenas do estado, já se encontravam na região muitos anos antes da Guerra do Paraguai. Concentraram-se em determinadas regiões, onde as cercas das propriedades particulares ainda não existiam, mas havia entre eles um entendimento dos seus limites territoriais, ou seja, reconheciam que, em determinados locais, não poderiam circular, porque pertenciam a outros povos indígenas. As suas ações reivindicatórias junto às autoridades brasileiras desde o final da guerra foram determinantes para as demarcações territoriais no início do século XX, em lugares em que eles já se encontravam. Esses processos ainda hoje estão em discussões nas aldeias e tramitando na justiça pública estadual e federal. Enquanto os Terena aguardam o seu resultado, permanecem firmes no propósito de recuperarem suas antigas áreas. Nesse sentido, importa compreender como eles se reorganizaram em aldeias dentro das reservas federais. Assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A REORGANIZAÇÃO TERENA NAS RESERVAS FEDERAIS: PROTEÇÃO, APROPRIAÇÃO E TRABALHO

O século XX começou com mudanças significativas para os índios Terena, pois, a partir das suas reivindicações por direitos, somadas às necessidades do Estado brasileiro de resolver as disputas territoriais entre índios e não índios, iniciou-se, em 1904, o processo de demarcação territorial, no então sul de Mato Grosso. Foi nesse período que Cândido Mariano da Silva Rondon, responsável pelas instalações das linhas telegráficas na região, começou a demarcação das terras onde se encontravam os índios Terena, estabelecendo, a princípio, as reservas federais de Cachoeirinha, Bananal e Ipegue. Processo semelhante ocorreu com os demais núcleos Terena e também resultou na formação das reservas de Brejão, Buriti, Limão Verde, Passarinho e Moreira (Pilad Rebuá), todas sob a administração do SPI, como foi demonstrado anteriormente.

A criação das reservas federais pelo governo brasileiro atendia sobretudo aos interesses dos não índios, uma vez que estabelecia os limites do território indígena, que consistia em uma parcela de terra demarcada para os índios permanecerem em lugares determinados, que não correspondiam aos territórios que ocupavam antes desse processo. Essa ação consistia na liberação de maior quantidade de terras para as posses de particulares e, conseqüentemente, as constituições das fazendas que se multiplicavam pela região. Assim, ainda que a intenção do governo fosse resolver o problema da terra para os índios, isso implicava resolver o problema da terra para os não índios que estavam de posse delas, ou solicitar sua compra para o Estado, que, por sua vez, para atendê-los e dar continuidade a esse

processo, tinha a necessidade de estabelecer o lugar do índio e possibilitar terras para a compra de particulares. Dessa forma, os Terena passaram a viver em limites territoriais definidos pela lógica dos não índios. Esses desconheciam ou não aceitavam a concepção Terena sobre o território ocupado, porque se encontravam orientados pelo sistema capitalista em pleno desenvolvimento, não reconhecendo o território indígena.

A demarcação de uma área reservada aos índios dependia do atendimento de algumas condições para ser legitimada. Somente era reconhecida quando as partes envolvidas, índios e não índios, concordavam com os critérios adotados para sua realização. Os índios não poderiam reclamar que as terras destinadas a eles eram insuficientes para a sua sobrevivência, e os não índios não poderiam sentir-se prejudicados quanto à quantidade de terras recebida do Estado. Mediante essas condições, legitimava-se a demarcação: o lugar do índio era estabelecido, assim como as cercas das fazendas em terras que antes lhes pertenciam.

Embora as demarcações das reservas indígenas tenham sido conquistas significativas para os Terena – por meio delas, conseguiram o direito de permanecer nas terras em que se encontravam, bem como o seu reconhecimento junto ao Estado brasileiro –, isso não resolveu os seus problemas territoriais³⁸. Estes apenas adquiriram outra dimensão e exigiram nova compreensão, articulação e reorganização dos Terena em face da política indigenista vigente, que consistia primordialmente em transformá-los em mão de obra e promover a sua assimilação pela sociedade nacional.

Diferentes códigos sociais foram apresentados aos Terena, que deles se apropriaram de acordo com sua própria compreensão, atualizando suas relações com o Estado brasileiro, na busca pela garantia de direitos. Nesse sentido, pretende-se mostrar as ações exercidas pelos Terena junto aos órgãos oficiais do Estado que foram instituídos dentro das reservas federais, para evidenciar como eles se apropriaram dos novos mecanismos administrativos ali instalados e como esses foram revertidos em benefício próprio, sobretudo nas suas reivindicações territoriais. Dessa maneira, interagiram com a política indigenista e com a “proteção” proporcionada pelo SPI. Essas ações provocaram uma nova territorialização dos

³⁸ Estes se estenderam por todo o século XX e ainda persistem nesse início do século XXI. Em Mato Grosso do Sul, os índios Terena atualmente se encontram em embates com o Estado brasileiro para a demarcação e a ampliação de suas terras. Esse é o caso dos índios Terena da Terra Indígena Buriti, da Terra Indígena Taunay Ipegue, da Terra Indígena de Cachoeirinha, entre outras. Sobre essas questões, constam os estudos realizados por Azanha (2001a, 2001b), Coutinho (2000), Mariz (1997), Eremites de Oliveira, Pereira (2003), Vargas (2003).

Terena, que implicou sua reorganização e uma nova relação dos índios com o território. Daí resultaram transformações socioculturais que mostram a perspectiva indígena no processo de reorganização dos Terena dentro das reservas e a formação de novos núcleos populacionais. Nesse sentido, destacam-se as reservas Taunay/Ipegue, onde se encontravam as aldeias Bananal e Ipegue, em razão dos documentos do SPI e do acesso às aldeias, porém outros núcleos, como os da reserva Buriti, também são abordados para exemplificar situações semelhantes vividas pelos Terena de outras localidades.

Reservas e a “proteção” do SPI

A reserva era o local onde os Terena poderiam permanecer legalmente sob os cuidados e a “proteção” do SPI. Dessa perspectiva, as atividades do SPI foram sendo desenvolvidas de várias maneiras entre os povos indígenas, sobretudo a partir das instalações dos postos indígenas, onde o poder de Estado constituído dentro das reservas indígenas era exercido por funcionários do SPI.

As atividades do órgão tutor eram desenvolvidas em conformidade com as intenções do Estado, que consistiam em controlar as terras indígenas e ampliar a formação de sua mão de obra. Dessa forma, seriam supridas as necessidades locais por meio de uma força de trabalho que garantiria o desenvolvimento econômico da região. Essas intenções atendiam às expectativas do SPI tanto no que se referia à “localização dos trabalhadores nacionais”, quanto na garantia de trabalhadores para resolver o problema da falta de mão de obra. Isso ocorria sob a conveniente “proteção” do Estado³⁹. Daí o incentivo de procurar e abrigar os índios que se encontravam espalhados pela região do então sul de Mato Grosso, nas reservas federais.

Segundo Lima (1995), um “grande cerco de paz” se delineou sob a administração do Estado brasileiro, que estabeleceu normas fundamentadas na ciência dos positivistas para legitimar suas ações sobre as populações indígenas, e não mais na religião, que tinha sido amplamente utilizada nos séculos anteriores para “civilizar” os índios. O SPI prosseguia com o firme propósito de centralizar e manter o monopólio sobre o exercício de diversos poderes sobre os povos indígenas. Sob os moldes da “ordem e progresso” administrava as reservas,

³⁹ Sobre a mão de obra indígena Terena na região do então sul de Mato Grosso, entre meados do século XIX e primeira metade do século XX, ver o estudo realizado por GARCIA (2008).

lugar onde os índios seriam “protegidos”, desde que aceitassem a administração do Estado brasileiro.

Se por um lado são claras as intenções do Estado brasileiro, por outro, é pouco explorada a questão do posicionamento dos Terena frente à política oficial. Nesse sentido, torna-se fundamental entender as formas através das quais eles construíram respostas para os problemas oriundos das suas relações com a sociedade envolvente. Usando a noção de apropriação indígena, buscou-se mostrar esse processo entre os Terena, particularmente em relação à apropriação indígena dos códigos que regiam o SPI.

Pode-se dizer que, para os Terena, a “proteção” significava garantia de permanecerem no território onde estavam estabelecidas as suas principais aldeias - aquelas constituídas antes mesmo da Guerra do Paraguai – e que, embora com os limites reduzidos, foram reconhecidas pelo Estado brasileiro, legalmente responsável pela “proteção” dos índios contra os abusos causados pelas constantes disputas de terras com os não índios. Nessa situação o Estado tornava-se um aliado importante para ajudar os Terena a manter os limites que havia definido como área indígena. As terras onde se encontravam os índios eram, com frequência, invadidas pelos não índios que não respeitavam os limites estabelecidos para eles permanecerem. Tal fato era constantemente denunciado pelos Terena às autoridades brasileiras, que, no entanto, na maioria das vezes, não tomavam nenhuma providencia.

Sobre essa questão, as denúncias feitas pelo Capitão Daniel, da aldeia Limão Verde⁴⁰, às autoridades responsáveis pela sua “proteção” são elucidativas, tanto no que se refere às violências contra os índios, em decorrência das disputas territoriais com os não índios, quanto pela busca da garantia de seus direitos junto ao órgão tutor. Esses fatores foram demonstrados no relatório de viagem realizado pelo então chefe de posto da reserva de Brejão⁴¹, Enoch Alvarenga Soares:

Ele [capitão Daniel] expoz-me o motivo que levara a fazer tal queixa: mediante os sofrimentos que a muito vem suportando por parte de individuos civilizados intruzos, que já conquistaram quasi todas suas terras, e ainda mais procurando fazer toda maldade com suas criações e plantações. Atemorizando-os, dizendo que teem direito, por quanto já tiraram titulos

⁴⁰ Localizada no município de Aquidauana.

⁴¹ Localizada no município de Nioaque.

provisório, do Governo Municipal de Aquidauana. [...] E disse que fosse queixar-se a policia, dizendo mais: Eu quero ver o que tu vaes arranjar bugre velho. O velho indio sofrendo toda afronta ainda se manteve em silencio. Contou por ultimo o que o seu mau visinho fez: arrancou o aramado que fazia diviza com ele, dizendo que tinha ordem das autoridades, para aumentar sua chacara, deixando assim as suas plantas em aberto, ou chamando para si, com uma cerca mais acima do seu limite. Disse-me o capitão Daniel, que não suportando mais tal insulto, reuniram-se em numero de 35 indios e se dispuzeram a fazer a cerca arrancada por seu inimigo; e assim foi feito. O Sr. Francisco Sá segundo disse-me o Capital Daniel, foi pessoalmente em sua casa avisar-lhe que iria em Aquidauana dar parte dêle, ao prefeito e ao delegado de policia. Terminou dissendo-me é este o motivo meu chefe, que eu e minha criançada, pedimos as garantias dos nossos chefis, por intérmio do Sr. [sic] (SOARES, 1947, SPI, p. 168)

Pode-se dizer que esperavam, por meio das informações concedidas por eles às autoridades responsáveis por sua “proteção”, que estas pudessem tomar providências a seu favor e, assim, garantir os direitos sobre os territórios que ocupavam. Essas denúncias feitas pelos Terena às autoridades brasileiras eram muito comuns, como demonstraram os vários documentos da DGI e do SPI citados no capítulo anterior.

Outro sentido que a “proteção” representava para os Terena está relacionado à obtenção de utensílios e ferramentas para a realização de trabalho em suas lavouras, bem como à obtenção de roupas e medicamentos oferecidos aos índios pelos agentes do SPI que se encontravam nas reservas, com o objetivo de agradá-los e manter, com eles, bons relacionamentos⁴².

É possível considerar ainda que a “proteção” para os Terena era vista por eles como possibilidade de estabelecer novas relações políticas com o Estado brasileiro, ocupando espaços em suas instituições, como, por exemplo, tornando-se “funcionários” do SPI. A partir dessa “proteção”, os Terena se reorganizaram, reelaboraram e atualizaram seus códigos culturais. Cumpre observar que os benefícios da “proteção”, tais como terras, ferramentas, empregos, remédios, roupas, eram restritos aos índios que se encontravam nas reservas, isto é, os aldeados. Os benefícios não se estendiam aos índios que se encontravam nas fazendas ou nas cidades, os desaldeados. Índios que não estavam sob a administração e o controle do

⁴² Contexto semelhante ao do século XIX, quando os militares brasileiros realizavam essas mesmas doações aos índios que com eles colaboravam, como demonstram os documentos da DGI, em especial o Livro de Registro da DGI, 1848-1860, n.101, APMT, e o Livro de Registro da DGI, 1860-1873, n.191, APMT.

Estado não recebiam a “proteção”. Era uma maneira do SPI obrigar os índios que se encontravam fora das reservas a retornarem para elas e viverem sob os “cuidados” do Estado brasileiro.

Essa política contribuiu para ampliar as ações discriminatórias em relação aos Terena que se localizavam nas cidades e nas fazendas⁴³, pois os agentes do SPI não os reconheciam como índios, já que não estavam nas reservas. Essa atitude não foi, no entanto, aceita pelos Terena que se encontravam naquela situação, os quais passaram a realizar ações reivindicatórias junto ao órgão tutor para também obterem os benefícios proporcionados pela “proteção”, afirmando sua identidade étnica perante os agentes do SPI. Azanha (2001a) afirma que o reconhecimento da identidade Terena passa também pelo compartilhar da solidariedade étnica: mesmo que residam há anos fora das aldeias, seja nas fazendas ou nas cidades, essa condição não significa perda de sua identidade, posto que muitos dos *troncos velhos*⁴⁴, dos quais descendem os Terena que vivem nas aldeias atuais, nasceram em fazendas da região.

A condição de índios aldeados, índios desaldeados ou índios de fazendas mostra as novas relações estabelecidas com os diferentes setores da sociedade envolvente e a reelaboração das identidades. Era diante dessas situações de contato com o “outro”, com o diferente, que existia a necessidade de se identificar como índio, como Terena, quando a sua identidade era reafirmada. Barth (2000) enfatiza que as diferentes relações mantidas entre os grupos étnicos não significavam perdas culturais e, conseqüentemente, perdas de identidades, mas, no momento do contato social entre pessoas de diferentes culturas, suas identidades eram reafirmadas e um novo processo se iniciava, ocasionando a construção de identidades que eram mantidas diante de sua reelaboração cultural.

Barth (2000) reconhecia a ação política que implicava a organização complexa do comportamento e das relações sociais, bem como o sentimento de pertencimento ao grupo como fatores fundamentais nos processos de sua formação. Nessa perspectiva, compreende-se que as identidades são constantemente reelaboradas por meio das apropriações e

⁴³ Destaca-se que as ações discriminatórias não se limitavam aos índios que viviam fora das reservas, mas com estes eram mais acentuadas, como uma forma de obrigá-los a viver dentro das reservas.

⁴⁴ Essa denominação é utilizada pelos Terena para se referir aos familiares mais velhos dos quais são descendentes.

ressignificações culturais nas vivências entre grupos e indivíduos que interagem. (Almeida, 2010).

Dessa forma, pode-se dizer que o fato dos Terena residirem ou não nas reservas não significa “perda” de identidade, conforme indica a professora Edineide (2010)⁴⁵:

Esse nosso jeito de ser indígena, a gente nunca vai perder eu digo, a gente pode perder a língua, perdemos um pouco. Mas o jeito de ser Terena não se perde, porque o jeito de ser Terena é diferente, é diferente do homem branco, é diferente de outras etnias, cada etnia tem a sua e isso a gente carrega, não deixa aqui na aldeia, pra ir pra a cidade, leva junto. (Entrevista Edineide Bernardo Farias LHIN/UFMS/CPAQ)

As relações que os Terena mantinham entre si não foram rompidas pelo fato de se encontrarem em lugares diferentes, como as reservas, as cidades e as fazendas. Por meio de sua movimentação pela região, renovavam seus vínculos e sua rede de alianças. Tais relações permaneceram por intermédio dos seus parentes que se mantinham nas aldeias e formavam a sua rede de contatos, fortalecendo alianças políticas diante do ir e vir dos índios pela região. A atuação política dos Terena pode ser percebida nas relações que as lideranças indígenas – nesse caso, o “Capitão” Terena, como foi denominado pelos agentes do SPI – mantinham com o seu entorno e com o Estado brasileiro na defesa dos interesses de seu povo.

Os postos indígenas e os seus funcionários

A instalação de postos indígenas nas reservas significou a permanência na aldeia de funcionários do governo, agentes do SPI, responsáveis pela fiscalização das ações indígenas, cuja função era auxiliar no processo de assimilação desses últimos, mediante o ensino e a prática da cultura dos não índios em detrimento de sua própria cultura. O poder de Estado constituído dentro das reservas era exercido pelos chefes de postos responsáveis pela sua administração e pelo cumprimento dos seus objetivos junto aos índios. Entre esses, eram priorizados e incentivados o desenvolvimento do trabalho, da prática da agricultura, da criação de gado e de outras atividades que gerassem renda para ser revertida em benefício dos próprios índios, visando suprir suas necessidades. Essa situação propiciou aos Terena uma

⁴⁵ Índia Terena residente na aldeia Buriti, professora na Escola Alexina Rosa de Figueiredo, licenciada em Letras pela Universidade Católica Dom Bosco/UCDB.

nova condição dentro da estrutura do SPI, pois vários índios passaram a ocupar postos no SPI, tornando-se os “índios funcionários”⁴⁶, conforme definição de Pacheco de Oliveira (2006). Tal situação pode ser compreendida como uma das respostas indígenas à estrutura tutelar, o que demonstra as inserções dos Terena junto à administração do SPI. Nesse sentido, havia a necessidade desse órgão nomear auxiliares para os afazeres gerais do posto e outros para o cumprimento de suas ordens dentro das reservas. Sobre as atividades desenvolvidas pelos auxiliares, que consistia na manutenção e no cuidado com os animais que pertenciam ao posto e formavam o seu patrimônio, o índio Terena Abadio Batista (2008)⁴⁷, ex-funcionário do posto indígena de Buriti, informa:

Aqui não tinha estrada de Sidrolândia era trieiro, nós varava ali no córrego atolando, nós ia a cavalo mesmo, no tempo do SPI, eu fazia viagem para lá, primeiro a sede era lá em Aquidauana. Eu saía daqui [Buriti] de cavalo, eu ia lá para levá correspondência e trazer de lá a cavalo, que não tinha estrada. [...] ganhava 50 mil reis, aquele reis grande por mês a seco, aí fiquei 34 anos de funcionário aí ficou, ficou aí acabou SPI, passou para FUNAI. O que comandava nós era o Ministério da Agricultura, até hoje eu fiquei no Ministério, aposentei no Ministério da Agricultura. [...] Esses dias o Ministério mandou me chamar não acreditaram que eu estava vivo ainda. Já não queria mandar o dinheiro mais. No tempo do SPI aí ficemos trabalhando, o pessoal morava aqui, ficemos trabalhando. Aí fizeram a casa aí, quem mandava lá em Campo Grande naquela época era o coronel Nicolau Horta Barbosa, ele era do Exército. É um bom homem, ele veio aí nós limpamos tudo o mato, roçamos e soquemos. Aí fizemos um campo de aviação aqui, pegava desde aqui até lá em baixo, descia avião aí. Aqui parecia uma fazenda moderna, tinha de tudo vaca, tinha porco, eu cuidava de tudo, ajudava no campo, cuidava dos porcos, tinha horta era bonito. [...] Eu casei aqui na sede. E aí casei lá no civil em Campo Grande, lá no Cartório Luiz Santos [...] é para enquadrá no posto precisava casar no civil, aí eu fui lá casei lá. Para ser contrato não podia ser casado no posto. [...] com o documento indígena não deu para ser contrato, tinha que ser civil. (Entrevista, Abadio Batista, LHIN/UFMS/CPAQ).

⁴⁶ Segundo Pacheco de Oliveira (2006), em face da estrutura tutelar, os índios se encontravam diante de três alternativas concretas. A primeira diz respeito aos “índios funcionários”, quando os índios tornaram-se parte da sua estrutura administrativa e passaram a participar das relações clientelistas estabelecidas com os indigenistas, encontrando assim canais de acesso ao uso de recursos coletivos e à acumulação de bens materiais e de prestígio. A segunda, as “assembléias indígenas”, refere-se à mobilização por terra e assistência. A terceira, “organização indígena”, busca criar mecanismos modernos e coletivos de gestão territorial e desenvolvimento.

⁴⁷ Índio Terena da aldeia Buriti, 98 anos.

Como indica Abadio, os funcionários índios cuidavam das plantações que tinham por finalidade o abastecimento da reserva com os gêneros alimentícios ali produzidos. Ainda eram de sua responsabilidade os cuidados com os animais, que incluíam cavalos, gados, porcos, entre outros, além dos afazeres para o funcionamento do posto, como a abertura de estradas e construção de pontes, e, no caso de Buriti, a abertura de um campo de aviação para a circulação dos funcionários do SPI e das autoridades brasileiras.

O trabalho doméstico do posto ficava sob a responsabilidade das mulheres Terena, como informou a índia Veriana Alves (2010)⁴⁸, que trabalhou no posto desde criança. A princípio, tinha por função cuidar de outras crianças menores que ela, crianças não índias, filhos e filhas dos chefes de posto que se instalavam em Buriti. Depois de adulta, continuou a trabalhar no posto e assumiu outras funções, em especial a de cozinheira, como ela própria informou:

[...] trabalhei bastante no SPI, no começo mesmo eu era pequena aí comecei a cuidar criança, aí eles foram embora fiquei. Aí apareceu outro chefe de posto ele chamava Dilermano Silva a mulher dele chamava Adir aí eu voltei outra vez, aí já tava mais grandinha, aí fiquei, dez anos ou mais. [...] Aí eu cresci lá com eles, [...] aí eles me criavam assim como deles. Eles queriam me levar, mas meu pai não deixou [...] foram embora eu chorei bastante, eu queria ir embora com eles. Aí veio outro chefe de posto Jose Mangelor aí que fiquei com ele também [...] trabalhei muito tempo com ele também, já tava grande aí eu sabia cozinhar, [...] sou aposentada, mas não pelo SPI, aposentei pela idade [...] trabalhei muito aí, no posto aí, não era aí ainda, era mais pra baixo um pouco, eu e esse velho Abadio que tem aí [...] ele se aposentou pelo SPI. Eu casei com 24 anos e continuei ainda trabalhando depois [...] e passou do SPI, passou muito, muito tempo ainda, só que não era em seguida, era só chegar gente, vinha doutor, pessoas aí fazer vacina, de noite aí fazer janta, eu nunca tive preguiça de cozinhar, foi o que mais gostei de fazer cozinhar. [...] vinha muita gente aí do Rio de Janeiro, de São Paulo, eu trabalhava. (Entrevista, Veriana Alves, LHIN/UFMS/CPAQ)

Por meio de informações obtidas com os índios Terena Abadio Batista e Veriana Alves, ambos funcionários do posto indígena de Buriti, pode-se compreender um pouco mais sobre as atividades desenvolvidas pelos índios dentro das reservas. Veriana mencionou várias

⁴⁸ Índia Terena da aldeia Buriti, 89 anos

vezes, em sua entrevista, as relações amistosas que mantinha com os chefes de posto e seus familiares, afirmando que foi “criada como um deles”, como membro da família, e não foi embora, não se mudou da aldeia, porque seu pai não permitiu. Essas relações são bastante valorizadas pelos índios e evidenciam as amizades construídas e as trocas de favores que delas decorriam para ambos. Porém essas relações nem sempre foram amigáveis como foram postas anteriormente, na maioria das vezes elas eram bastante conflituosas, principalmente entre o chefe de posto e a liderança indígena, nesse caso mais especificamente o “capitão”.

Assim, entre os funcionários do posto, destaca-se, o *Nâti*, como era denominado o chefe, o líder Terena, juntamente com sua família (Baltazar, 2010), que, entre os não índios, recebeu a denominação de “capitão”⁴⁹. Este, por sua vez, tornou-se o responsável por auxiliar o SPI em suas atividades administrativas junto aos Terena, razão pela qual precisava exercer a liderança sobre os demais índios da reserva e fazer cumprir as ordens do chefe de posto. O capitão era, portanto, a própria liderança Terena local, o *Nâti*, porque era reconhecidamente a pessoa mais indicada pelos índios para ocupar a função junto ao órgão tutor. Ainda que fosse para manter o controle da reserva, o SPI permitiu que lideranças Terena ocupassem funções em sua estrutura administrativa. Assim, nomear um Terena para exercer a função de “capitão” fazia parte de sua política. Embora sob a ótica do Estado isso não significasse atribuição de poderes aos Terena, seus líderes eram reconhecidos pelo órgão oficial. Para os Terena, era o momento de negociar com as autoridades brasileiras e estabelecer políticas de alianças.

Essa relação pode ser percebida em diferentes momentos da história Terena, como foi evidenciado anteriormente. Por exemplo, quando o capitão Daniel, da aldeia Limão Verde, apresentava suas reivindicações para os agentes do SPI, solicitava que estes, na condição de chefes junto aos não índios, intercedessem a seu favor contra os abusos desses últimos. Isso também se verificava em outras situações, quando as autoridades indígenas negociavam pessoalmente com as autoridades não índias responsáveis por sua “proteção”. Demonstrando

⁴⁹Essa denominação foi amplamente utilizada pelo Exército brasileiro durante o século XIX, por ocasião da Guerra do Paraguai, quando muitos Terena receberam o título de “capitão do Exército brasileiro”, em virtude dos serviços prestados em defesa do território nacional, título que o próprio governo não reconhecia como legítimo depois desse conflito e de que os Terena se apropriaram para as reivindicações territoriais junto ao governo brasileiro, como já foi mencionado. Assim com o SPI, esse título novamente se fortalecia entre os Terena e mais uma vez era apropriado por eles e utilizado para demonstrar as relações de amizade que mantinham com o Estado. Esse contexto era mais evidente quando de suas reivindicações por terras e demais direitos junto ao governo brasileiro.

compreender os mecanismos políticos do Estado, aos poucos os Terena foram-se inteirando das atividades do posto, apropriando-se de sua forma administrativa e rebelando-se sempre que se sentiam prejudicados por ela. Denunciaram abusos, provocaram afastamentos e, em alguns casos, as transferências dos agentes do SPI das reservas, a exemplo do que ocorreu em Bananal⁵⁰, quando o capitão Terena Marcolino Wollily se indispôs com o encarregado do posto, Manoel de Oliveira Cravo, em decorrência de disputas políticas dentro da aldeia Bananal:

O capitão Marcolino Lili, chefe de mais prestígio e protestante, a propor ao governo a emancipação do Posto e retirada dos funcionários do Serviço, que no dizer delle nada tem feito pelos terenos. Poucos dias depois de empossado recebi, transmittida [...] snr. Lindolpho Azevedo uma carta de índio do Bananal denunciado falas contra a moralidade do Posto comitidas pelo encarregado Manoel de Oliveira Cravo. Assignavam-na protestantes e catholicos. Mesmo que fossem falsas, as acuzações o numero de signatarios denotava que este senhor não estava mais em condições moraes de dirigir os índios. Dispenseio simplesmente, sem inquérito, e aos demais empregados por elle colocados. Pude verificar mais tarde que as acusações eram verdadeiras. (sic). (WERNEK, 1922, SPI, Filme 379, fotog. 1439).

As informações contidas nesse documento demonstram as ações políticas dos Terena junto ao SPI. Marcolino Wollily foi nomeado capitão da aldeia Bananal em 1915, quando foi instalado o Posto Indígena em Bananal, e o SPI, nesse mesmo ano, reconheceu-o como tal. Segundo Cardoso de Oliveira (1976), esse índio destacou-se na defesa dos interesses dos Terena junto ao SPI e aos seus vizinhos fazendeiros.

Tais informações provocam reflexões sobre as ações dos Terena que precisam ser melhor compreendidas. Ao afirmar que o índio Terena Marcolino Wollyli era o chefe de maior prestígio da aldeia Bananal, o documento indica que era reconhecido pelos Terena e pelos agentes do SPI como uma importante liderança indígena. Esse índio estava propondo ao Estado brasileiro, em 1922, a emancipação do posto indígena e a retirada dos funcionários do SPI que ali se encontravam, afirmando que eles não faziam nada pelos Terena. Essa ação indicava que os índios se reconheciam capazes de administrarem nos moldes do SPI, pois apropriaram-se das incumbências do órgão tutor. As denúncias dos indígenas foram realizadas sob a forma de documento escrito, o que demonstrava o conhecimento e a apropriação de

⁵⁰ Localizada no município de Aquidauana.

mecanismos administrativos utilizados pelos agentes do SPI. Foi por meio de uma carta redigida pelo capitão Terena que informaram e formalizaram as denúncias sobre o encarregado do posto indígena para as autoridades brasileiras, de que resultou à saída de Manoel de Oliveira Cravo da chefia do Posto de Bananal.

Essas ações demonstram a organização política dos índios, apontam os seus problemas e, ao mesmo tempo, as soluções que eles julgavam necessárias para resolvê-los de acordo com a percepção e a compreensão de suas lideranças, que, embora estivessem ligadas à estrutura do SPI, não se submetiam às suas ordens quando essas eram divergentes de seus interesses.

Os agentes do SPI, quando perceberam essas situações, intensificaram suas ações para enfraquecer as lideranças indígenas nas reservas. Essa não foi, no entanto, tarefa fácil, pois o capitão, liderança indígena, estava vinculado a uma família de líderes, cuja função exercida entre os Terena na aldeia era passada de geração a geração de forma hereditária. Essa família exercia o controle sobre os núcleos com os quais se relacionavam.

Esses vínculos eram fortes e permaneceram por muito tempo entre os Terena e não foram rompidos facilmente, como desejava o SPI, que até procurou adotar várias estratégias para provocar o rompimento desses laços. Seus agentes incentivaram divisões internas nos grupos, que provocaram separações e levaram à formação de novos núcleos Terena dentro das reservas. Destaca-se, no entanto, que essas ações entre os Terena, de juntar e depois dividir formando novos grupos independentes entre si, era prática comum entre eles desde quando habitavam o Chaco paraguaio, como será visto adiante. Esses processos implicavam o reconhecimento de novas lideranças Terena pelo SPI e a reorganização interna dos grupos, o que provocava o fortalecimento, não o enfraquecimento de suas lideranças indígenas.

Percebe-se, pois, que, mesmo diante daquele novo contexto das reservas, os Terena encontraram formas de desenvolver suas práticas culturais de convívio, adaptando-as às situações que vivenciavam, apropriando-se dos códigos e de mecanismos da sociedade envolvente para revertê-los a seu favor nas disputas por direitos que lhes eram oferecidos naquelas novas condições.

As lideranças Terena e a reorganização em novos núcleos dentro das reservas

As lideranças Terena eram responsáveis pela organização do grupo ao qual pertenciam. Essa organização ocorria basicamente pela rede de relações que cada uma das lideranças indígenas mantinha com o seu entorno. Era a partir dessas relações que se formavam novos núcleos populacionais – posteriormente conhecidos como aldeias – dentro da mesma área, nesse caso, dentro das reservas federais.

Essa situação, do ponto de vista do SPI, ocasionava o fracionamento e, por isso, o enfraquecimento das lideranças entre os Terena e, conseqüentemente, de sua influência junto aos índios. Do ponto de vista Terena, era o contrário: eles estavam reorganizando-se naquele território a partir da sua lógica, de acordo com as redes de alianças políticas formadas pelas habilidades do seu líder. Essas ações implicavam o reconhecimento de novas lideranças, tanto pelo SPI quanto pelo capitão Terena da aldeia. Isso porque, embora houvesse a criação de novos núcleos entre os índios, eles estavam todos submetidos à chefia de um único capitão, que elegia e reconhecia uma nova liderança local, quando houvesse a necessidade de indicar um representante no novo núcleo constituído. Essa liderança, por sua vez, estava submetida ao capitão, que permanecia liderança máxima entre os Terena e também continuava sob o comando do chefe de posto da reserva. Nesse primeiro momento, os núcleos formados não eram independentes das chefias da reserva, pois eram uma extensão deles, a exemplo de Colônia Nova, que era lugar de roças dos Terena e constituía-se em núcleo, em decorrência de várias famílias passarem a viver lá, conforme informações a seguir do Terena Antônio Francelino (2007) ⁵¹:

Colônia Nova desde que me entendi por gente, era mesmo aqui o Ipegue, porque lá era roça, o pessoal foi fazer roça. Inclusive minha família daqui, a minha avó por parte da minha mãe tinha roça lá. Eles contavam que iam daqui passar o dia pra lá, na roça e a tarde eles vinham embora. Mas já tinha gente que morava lá. [...] eu era guri então ia com minha avó pra roça. [...] E lá tinha uma família, a família Pio, eu cheguei de conhecer essa família, [...] conheci um senhor, tudo velho também [...] então no caso a Colônia, era o pessoal do Pio, chamava Olímpio, Querininho, e o Pio, esse Pio nem sei também o nome dele. [...] aí tinha duas velhinhas que era irmã, minha avó chamava uma delas de dindinha, eram duas velhas e quatro homens tudo solteiro, [...] viviam em grupo na casa, já viviam lá na Colônia. Pio resta pouco. Família Pio e a família Eloy, o velho ainda existe, Arlindo Eloy ele era Kinikinau. Colônia era considerada roça [...] João Batista era cacique e

⁵¹ Índio Terena da aldeia Ipegue.

comandava tudo aqui no Ipegue e lá na roça. (Entrevista, Antonio Francelino, LHIN/UFMS/CPAQ).

Essas formações nucleares eram comuns entre os Terena e não significavam rompimento entre eles; ao contrário, refletiam a sua reorganização dentro dos limites territoriais que foram estabelecidos pela reserva. O local destinado às suas roças tornou-se também o local de suas moradias e, quando um determinado número de famílias passava a conviver, instituía-se um líder para auxiliar o capitão nas suas atividades, ou seja, no cumprimento de suas ordens. Como informou Antonio Francelino, era, no entanto, o cacique quem comandava tudo: ele era a liderança máxima para os índios que se encontravam sob o seu comando.

Arlindo Eloy (2007)⁵², em entrevista, informou que voltou para a aldeia Ipegue em outubro de 1948, período em que deixou o trabalho nas fazendas para se dedicar ao cultivo de roças na aldeia. Estabeleceu-se com sua família no lugar denominado *poxokú*⁵³, lugar de roças dos Terena da aldeia Ipegue e que, posteriormente, tornou-se a aldeia Colônia Nova⁵⁴.

O índio Terena Manoel Amado (2007)⁵⁵ informou que, além de Colônia Nova, outros núcleos se formaram na região. Nesse caso, no posto indígena do Bananal, também já existiam os núcleos de Lagoinha e Água Branca, porém “não tinha ainda cacique. Bananal dominava tudo lá. Mesma coisa aqui, porque aqui também quem dominava tudo aqui era Ipegue, era tudo Ipegue”. (Entrevista, Manoel Amado, LHIN/UFMS/CPAQ). Assim, esses núcleos existiam, mas ainda não eram aldeias, pois não possuíam lideranças próprias e estavam subordinados ao capitão de Bananal – Lagoinha e Água Branca – e ao capitão de Ipegue – Colônia Nova.

Na reserva Buriti, ocorria processo semelhante, de acordo com as informações do índio Terena Abadio Batista:

⁵² Índio Kinikinau da aldeia Colônia Nova, na Terra Indígena de Ipegue.

⁵³ Na Língua Terena, significa ‘do outro lado’. Segundo Antonio Francelino (2007), havia uma vazante de água que separava a área, por isso era denominado de *poxokú*, “do outro lado da vazante”. Lugar de roças dos Terena.

⁵⁴ Essa questão será desenvolvida no próximo capítulo.

⁵⁵ Índio Terena aldeia da Colônia Nova, na Terra Indígena de Ipegue.

Eu fui nascido e criado aqui, fui nascido na aldeia Córrego do Meio. É naquela época não tinha ninguém aqui. Aqui era campo de começo, em 1902. Joaquim Figueiredo foi o primeiro cacique daqui, ficou muitos anos, depois dele ficou o filho dele, o João Batista de Figueiredo. Desde que começou aqui eu já vim pra cá. Foi tudo igual, Córrego do Meio, Água Azul, Buriti (Entrevista, Abadio Batista, LHIN/UFMS/CAPQ).

De acordo com as informações mencionadas, é possível perceber que havia uma organização interna entre os Terena que, ao lado de outros fatores, consistia na existência e na formação de novos núcleos populacionais de acordo com as suas necessidades. O que interessa destacar, no entanto, é que os núcleos de povoados que se formaram entre os Terena dentro das reservas eram compostos por índios de diferentes localidades. Incluíam-se entre eles índios de outras aldeias, ou seja, de outras reservas, índios que se encontravam nas fazendas ou nas cidades, ligados por interesses próprios que se foram constituindo ao longo de sua história. Entre eles, destaca-se a religião que foi implantada pelos missionários católicos e evangélicos ou crentes, como esses últimos eram conhecidos pelos Terena⁵⁶, bem como as escolas implantadas tanto pelo SPI, quanto pelas missões religiosas. Essas instituições contribuíram para a reorganização dos Terena dentro das reservas e também em suas relações com a sociedade envolvente.

A religião e a reorganização interna Terena

Segundo Moura (2009), os Terena se autodenominavam cristãos desde o final do século XIX, portanto desde período anterior à instituição das reservas pelo Estado brasileiro. Por isso, essa afirmação pode ser compreendida também como o domínio pelos Terena dos códigos da sociedade envolvente. Ser cristão significava fazer parte daquela sociedade e usufruir de suas relações com os não índios. As missões religiosas instaladas dentro das reservas Terena, nesse caso em Bananal, são apontadas a partir de 1912, quando os missionários da Inland South American Mission Union/ISAMU estabeleceram contato com os índios. Segundo Moura (2001), “para os Terena a Missão representava uma agência assistencialista que supriria em parte suas demandas, principalmente a demanda da educação. Para a Missão, os indígenas eram o alvo por onde ela poderia começar o processo de evangelização no Brasil”. (MOURA, 2001, p. 39). As relações entre os índios e os

⁵⁶ Sobre esse assunto, ver os trabalhos desenvolvidos por Carvalho (1996), Acçolini (1996, 2004), Moura (2001, 2009).

missionários estenderam-se por muito tempo. Pode-se dizer que os Terena se apropriaram da sua condição de “católicos” ou de “evangélicos” para se situarem e se posicionarem diante de muitas situações vividas nas reservas, assim como fora delas.

Por isso, a religião pode ser compreendida como um mecanismo de apropriação pelo qual os índios ampliaram suas relações político-religiosas com a sociedade envolvente. Sua opção religiosa propiciou a sua inserção em novos contextos políticos, o que lhes possibilitou acesso a novas informações, como demonstrou Moura (2009). Dessa perspectiva, compreende-se que os Terena se reorganizaram internamente e passaram a identificar-se como “católicos” ou “protestantes”, de acordo com os grupos formados ou fortalecidos a partir da apropriação desse mecanismo religioso, que contribuiu para a formação de novos núcleos populacionais dentro das reservas.

Embora as missões religiosas estivessem estabelecidas nas aldeias, os Terena continuaram a praticar a sua própria religião, recorrendo constantemente aos *koixomuneti*⁵⁷. Estes eram lideranças religiosas, respeitadas pelos demais índios por seus poderes de cura, seus conhecimentos religiosos e por se comunicarem com os espíritos de seus antepassados. Segundo Carvalho (1996), os Terena buscavam o tratamento de cura com os *koixomuneti* quando julgavam necessário. Isso se dava quando acreditavam que as doenças que os envolviam eram de ordem espiritual e o médico dos não índios não resolveria o problema. Essa situação demonstra que o tratamento institucional – medicina, mais especificamente o médico do posto indígena –, ou tradicional – com os *koixomuneti* –, ou ainda os dois eram procurados pelos Terena de acordo com as suas compreensões e suas necessidades.

Os estudos desenvolvidos por Acçolini (1996, 2004) corroboram essa questão ao demonstrarem a apropriação do protestantismo pelos Terena da aldeia Bananal. Seus estudos evidenciam que, mesmo ao adotar outra prática religiosa diferente daquela realizada pelos *koixomuneti*, eles continuaram a praticar o seu sistema xamânico, que não se perdeu com a secularização, tendo adquirido “novas roupagens”, uma vez ressignificado pelos Terena para o contexto em que viviam. Moura (2001, 2009) demonstrou que, na segunda metade do século XX, os Terena utilizaram sua condição de protestantes como instrumento político-

⁵⁷ Sobre essa questão, ver os estudos realizados por Carvalho (1996), Acçolini (1996, 2004), Moura (2001, 2009).

religioso de inclusão e ascensão social na sociedade brasileira. Considerou que esta foi uma das alternativas que as lideranças religiosas encontraram para se projetarem em diferentes espaços sociais e políticos dentro e fora de suas aldeias. Afirmou ainda que, a partir desse mecanismo, os Terena estabeleceram o seu “passaporte cristão”, ou seja, sua entrada e saída da aldeia com novas experiências, tanto junto aos não índios, nas cidades, quanto com outras etnias indígenas. Experiências que eram bastante valorizadas pelos Terena, pois significavam o domínio de outros códigos sociais.

A questão religiosa abordada entre os Terena deve ser compreendida nesse texto como a apropriação de mais um mecanismo para a realização de suas ações políticas reivindicatórias junto ao Estado brasileiro. Era por meio das igrejas que as articulações políticas ocorriam dentro das aldeias, fosse para realizar denúncias contra o SPI, fosse para realizar suas reivindicações junto ao governo, ou ainda para obter vantagens pela conversão religiosa. A instituição religiosa concorria para a concretização dessas ações, e a construção de seus templos dentro das reservas permitia aos missionários maior contato com os Terena. Por outro lado, essa situação proporcionou novas apropriações por parte dos índios, que passaram a exercer funções administrativas nas igrejas. Alguns até de se tornaram pastores, que eram lideranças máximas em suas comunidades religiosas e, por isso, constituíram-se em novas formas de lideranças dentro das reservas; lideranças essas que, na maioria das vezes, se indispunham com os agentes do SPI, como se evidenciou anteriormente, porque não concordavam com a forma segundo a qual a reserva era administrada, ou melhor: com quem administrava a reserva.

Esses fatores podem ser demonstrados nas disputas entre o capitão Marcolino Wollyli e o SPI pela administração da reserva. Essa disputa estava vinculada ao controle do patrimônio indígena que ali se encontrava, especialmente suas terras. Era o controle político desse patrimônio e de todos os meios empregados para a sua gestão e exploração, incluindo a polícia indígena, os engenhos, os rebanhos, os arrendamentos das terras que eram realizados pelo posto indígena, “objetos” que estavam sendo disputados entre as lideranças Terena e o SPI. (Ferreira, 2007).

Dessa ação contra o SPI, resultou o afastamento temporário de Marcolino Wollily como capitão da aldeia Bananal. E uma nova forma de administração foi implantada na reserva:

A administração propriamente dita passou, como sabeis, a ser exercida por uma junta de três índios, governando sucessivamente, cada um durante um mez. Essa providencia de que vínhamos cogitando desde algum tempo, foi precipitada pelo constante antagonismo dos índios protestantes encabeçados pelo nome Marcolino Lili, com os auxiliares nomeados pela Inspectoria para dirigirem o Posto. [sic] (RELATÓRIO de 1927, SPI. Filme 341, fotog. 1011)

Nesse novo modelo, faziam-se representar os três principais grupos que se encontravam na aldeia: o SPI, os protestantes e os católicos; porém esse sistema não deu certo, e Wollily voltou a exercer a chefia dos índios. Esse episódio demonstra a organização dos Terena diante das disputas políticas que envolviam os seus interesses. Marcolini Wollily era a liderança indígena local desde antes da implantação do SPI em Bananal; após sua implantação, o órgão tutor reconheceu-o como capitão dos Terena, tornando-o responsável pelo diálogo entre os índios e o agente do Posto para evitar atritos com os Terena, que já possuíam a sua liderança própria e que não passava pelo chefe de posto que ali se encontrava.

As disputas políticas pelo controle da aldeia entre os Terena e o SPI permaneceram. Essa situação foi resolvida quando Wollily deixou aquela aldeia para formar o núcleo de União, localizado no município de Miranda – mais tarde aldeia União –, considerado desde então protestante e nele se estabelecer. Quando saiu de Bananal, levou com ele os índios que faziam parte do seu grupo e formavam a rede de alianças que se estabeleciam com os demais Terena e com a sociedade envolvente. Pode-se dizer que essa atitude foi apoiada e incentivada pelos missionários norte-americanos, que fundaram a Escola Evangélica de União para continuar ensinando os índios a ler e escrever, pois a leitura dos textos bíblicos era o principal recurso utilizado para evangelizar os índios. Além disso, contribuía para a formação de pastores índios, segundo os padrões das escolas bíblicas. Assim, propiciaram ao índio Terena Patrício Lily estudar no Instituto Norte-Americano da Missão Presbiteriana. Segundo Cardoso de Oliveira (1976):

União é um caso especial. Nasceu em 1946, como decorrência de um descontentamento existente na aldeia Bananal, que resultou na saída dos dois

principais líderes protestantes da comunidade, que, com suas famílias, passaram a ocupar um lote de 73 hectares por eles mesmos adquirido. Contou-nos o filho do líder principal, Patrício Lily ou Wollily – atual líder da pequena comunidade de União – que, em 20 de novembro daquele ano, as famílias se instalaram naquelas terras e lá fundaram, meses depois, em 1947, a Escola Evangélica União. Em 1948, o informante foi estudar no Instituto Bíblico Eduardo Lany, em Minas Gerais, onde permaneceu quatro anos, três dos quais em curso regular para formar-se Evangélico e um ano dedicado a um curso de professor rural. Esclareceu-nos, com visível satisfação, que foi o primeiro índio a ir estudar naquele Instituto Norte-Americano da Missão Presbiteriana – e que a ele se seguiu outro Terêna, Hermes Baltazar, hoje seu melhor colaborador na escola da aldeia. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 74)

A criação do núcleo de União demonstra as articulações políticas que os Terena possuíam entre si. Considera-se que essa ação era reflexo da sua organização interna. Ao provocar a sua territorialização na região de Miranda, os índios estabeleciam um novo lugar para suas negociações com o Estado brasileiro. A denominação “protestante” implicava evidenciar não só a denominação religiosa a que pertenciam, como o grupo político a que estavam ligados. Considera-se que as missões religiosas também proporcionavam benefícios, como escolas e formação profissional para os índios exercerem a função de professores e também de pastores em suas comunidades religiosas. A conversão para o protestantismo ou para o catolicismo não significava rompimento entre os Terena que optavam por um credo ou outro, porque os mesmos índios que se diziam católicos logo depois mudavam sua opção religiosa para o protestantismo e vice-versa, como demonstrou Cardoso de Oliveira:

Os indivíduos que passam do grupo “católico” ao “protestante”, ou vice-versa, são em regra levados por uma multiplicidade de razões, das quais uma teria conteúdo religioso. [...] Entre estes, as religiões penetram, mas de maneira muito formal – através de seus cerimoniais – do que como instrumentos novos de interpretação do mundo. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 98-99)

Cardoso de Oliveira (1976) observou ainda que a conversão dos Terena ocorria muito mais por motivos políticos do que por religiosos. Moura (2009) demonstrou as várias ações dos Terena nessa direção, construindo, junto com os templos físicos, novos espaços políticos valorizados pelas lideranças Terena que se constituíam naqueles contextos.

Seguindo essa orientação político-religiosa, outros núcleos se formaram entre os Terena, na própria reserva de Bananal. O núcleo de Morrinho, por exemplo, constituiu-se por famílias que se identificaram como católicas e optaram por se juntar em torno de parentes que congregavam as mesmas práticas políticas e religiosas. O mesmo ocorreu em outros lugares da região onde os Terena se encontravam.

Esses fatos podem ser constatados em registros do SPI e sobretudo pelos depoimentos dos índios, como informou o Terena Abadio Batista (2008) , quando firmou que, na reserva de Buriti, existiam três núcleos: Buriti, onde se localizava o posto indígena, Córrego do Meio e Água Azul e que era tudo igual, ou seja, já existiam na condição de núcleos familiares, regidos, cada um, por uma liderança que, naquele momento, estava submetida ao capitão da aldeia Buriti, Joaquim Figueiredo, e ao chefe de posto. A aldeia Terena de Água Azul era denominada de protestante e era chefiada, segundo Cardoso de Oliveira (2002), por um líder religioso de respeito: Benedito Reginaldo.

O estabelecimento e o desenvolvimento das instituições religiosas nas reservas contribuíram para a movimentação interna dos Terena, de um núcleo para outro, e também externa, de uma reserva para outra, sob a perspectiva de fortalecer interesses comuns para a formação e manutenção de sua rede e de alianças políticas. Assim:

Os índios continuam a afluir mas já estão sentido que o Bananal e Ipegue não os poderão conter por muito tempo; e se vão passando para Cachoeirinha . Informa o snr. Roberto Wernek que essa afluência é também devida ao desgosto pela invasão do protestantismo, aliás limitada só ao Bananal. [...] o mais forte grupo [protestantes] terena está concentrado no Bananal e no seu arrebalde Ipegue em terras demarcadas pelo General Rondon e capitão Horta Barbosa. [sic]. (RELATÓRIO de 1922, SPI. Filme 379, fotog. 1439-1440).

É possível perceber que havia uma constante movimentação dos Terena entre as aldeias, entre as aldeias e as fazendas e entre as aldeias e as cidades. Uma das razões apontadas aqui foi a questão religiosa, no entanto esse processo ocorria também por outros motivos, que envolviam os interesses dos Terena em manter e estabelecer outras relações que não eram percebidas pelos agentes do SPI. No que se refere à constituição do núcleo de

Lagoinha na reserva Bananal, os Terena apontaram a necessidade de cuidar de suas roças, como informou o índio Terena Rosalino da Silva (2010):

Ali fizeram roças onde plantava feijão, arroz, mandioca, abóbora, maxixe e outras. Era longe Aldeia Bananal cansava muito, né? A caminhada depois do dia de serviço...

A primeira família foi do senhor Guilherme Moreira. Construiu uma casa em seguida foram Julião Guilherme e família, Julio da Silva, Paulo Miguel, Germano Maranhão e Vitoriano Cece que era meu tio, né? Tudo com família assim nasceu a pequena Aldeia em 1950.

Naquela época era boa, colhia muita coisa, né, boa, índio faz farinha, sempre nós faz farinha só parei de fazer quando minha esposa morreu... também nós caçávamos e pescávamos, tinha bastante caça neste mato, é tinha muito peixe, a gente seca pra comer na matula na roça, né... o arroz era socado no pilão tudo tinha, a gente escutava a batida de longe né... de 1960 já tem ajuda da FUNAI através de sementes, combustível e máquina pra gente plantá né? (Entrevista, Rosalino Silva, LHIN/UFMS/CPAQ)

A necessidade de cuidarem de suas roças fez os Terena se estabelecerem junto delas, reunindo a sua parentela, como lhes era comum, porém, segundo o depoimento de Rosalino Silva (2010), a maioria dos moradores na aldeia Lagoinha era adepta do protestantismo, “com uma base forte desde sua fundação” (Alves, 2010). É perceptível a necessidade dos Terena em se reorganizar internamente e nessa organização, incluir os mecanismos político-religiosos para compor a rede de alianças que os Terena mantinham. Era de acordo com ela que se desenvolviam, e essa era uma das razões para a sua constante movimentação pela região do sul de Mato Grosso. Na década de 1970, o índio Terena Reginaldo Miguel, pastor da igreja UNIEDAS (União das Igrejas Evangélicas da América do Sul), deixou a cidade de Campo Grande e, junto com sua família, voltou para a aldeia Lagoinha, assumindo suas atividades como pastor e líder religioso entre os Terena.

A relação reserva, cidade, fazenda e escola

As reservas indígenas, quando estabelecidas entre os Terena, tornaram-se lugares de reorganização sociopolítica. Como já foi mencionado, os agentes do SPI incentivaram o retorno dos Terena que se encontravam esparramados pela região para as reservas, incentivando-os a permanecer sob os cuidados do Estado. A maneira que os agentes encontraram para realizar o seu objetivo foi limitar o atendimento aos índios que nelas se encontravam.

Em decorrência dessa ação, muitos Terena retornaram para as aldeias (embora nem sempre tenham permanecido nelas) e adotaram uma nova dinâmica para manter os benefícios providos pelo SPI. Cardoso de Oliveira (1968) apontou que, para resolverem essa imposição, os Terena passaram a manter lotes de terras nas reservas, sem deixarem as cidades ou as fazendas: Assim:

Manutenção de lotes na Reserva, como um mecanismo de conservação de vínculos ao grupo local e, conseqüentemente, como símbolo – concreto e seguro – de pertinência tribal ou de “cidadania Terena”, sempre que esta necessitasse ser evocada pelo índio (seja diante de seus patrícios, seja diante de funcionários do SPI ou de outras autoridades). (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p.227)

Essa foi uma das soluções encontradas pelos Terena para resolver a questão de ter que pertencer à reserva para ter direitos junto ao Estado brasileiro. A posse desse lote de terra lhes permitia livre acesso à aldeia, à cidade e à fazenda e contribuía para a manutenção de sua identidade étnica, quando questionados sobre ela. Isso demonstra a apropriação pelos Terena de novos códigos, impostos, sobretudo, pelo órgão tutor. Essa situação também contribuía para as práticas políticas dos Terena, exercidas de acordo com o contexto que se formava, apropriando-se e englobando os novos elementos existentes, na busca por benefícios.

Sobre esse período, os Terena apontaram que as saídas das reservas para as cidades de Aquidauana e Campo Grande estavam ligadas às suas necessidades, na busca por trabalho e também por escolas. Segundo entrevista com o índio Terena Antônio Francelino, na aldeia Ipegue foi possível perceber sua movimentação entre aldeia, cidade e fazenda na busca por melhores condições de vida, que implicavam em trabalhar e estudar:

Quando foi em 60, eu tinha uma tia que morava em Campo Grande, que é irmã de minha mãe, e aí ela casou por lá e me convidou pra morar com ela, eu fui. [...] Queria conhecer a cidade, morei com minha tia 5 anos, comecei a estudar lá em Campo Grande. A primeira escola que estudei era salesiana, era a escola do Oratório São José. Lá fui aprofundando mais os conhecimentos católicos. A educação católica com refinamento. Eu já gostava e fui aprofundando mais, pegando mais experiência, estudando mais. Estudei três anos lá. Minha tia resolveu mudar pra Anastácio, [...] depois pra São Paulo e aí eu vim pra cá [aldeia Ipegue], em 63, [...] pra cuidar da minha mãe. Parei de estudar e fiquei com a quarta série, eu já estava com 14 anos,

[...] naquela época já tinha professor indígena por aqui, mas era por parte do SPI, aí não voltei a estudar porque não tinha mais condições de estudar, tinha que ir me sustentar. Aí voltei para Campo Grande de novo, tinha um tio lá e fui morar com ele e ele trabalhava numa firma lá numa pedreira e fui trabalhar com ele lá na pedreira. Chamava Novo Horizonte, que fica na Mata Segredo. (Entrevista, Antonio Francelino LHIN/UFMS/CPAQ)

Acompanhando a trajetória de Antonio Francelino, é possível perceber a movimentação dos Terena pela região: ele foi morar com uma tia que já estava estabelecida em Campo Grande, para estudar. Depois se mudaram para Anastácio, que, naquele período, era conhecida como Margem Esquerda e fazia parte do município de Aquidauana. Em 1963, ele voltou para a aldeia de Ipegue, porque os tios foram morar em São Paulo para trabalhar. Antonio Francelino saiu novamente da aldeia e voltou a Campo Grande para trabalhar. Em 1973, serviu o Exército, ficou um ano e deu baixa em 1974; com vinte e três anos de idade, retornou para a aldeia e começou a trabalhar em fazendas da região:

Dei baixa em 74 e fiquei por aqui, changuendo por aqui mesmo. Em 75 como ainda tinha um pouco de serviço na fazenda, fiquei changuendo por aqui, meu pai sempre trabalhou com ele [fazendeiro], né, desde guri. [...] Eu nunca pensei em sair e ir embora daqui, sempre morando em Ipegue. Saí pra trabalhar no contrato, nas usinas, na Jamic, nas fazendas até mais ou menos 1975, tinha trabalho em fazendas de lá pra cá diminuiu. (Entrevista, Antonio Francelino LHIN/UFMS/CPAQ).

Mesmo com suas constantes saídas para trabalhar fora da aldeia, sempre voltava para a casa de seus familiares que lá se encontravam, fazendo e refazendo o trajeto aldeia/cidade, cidade/aldeia, aldeia/fazenda, fazenda/aldeia. Isso de acordo com as necessidades e conforme o grupo ao qual pertencia, pois era de acordo com ele que os Terena circulavam. A possibilidade de morar na cidade de Campo Grande concretizou-se porque sua tia já havia se estabelecido por lá, casada com um não índio. Posteriormente, foram morar e trabalhar em São Paulo, graças às relações que mantinham com outros indivíduos, principalmente familiares de seu marido. Antonio Francelino informou que foi convidado para acompanhar os tios na mudança, mas preferiu voltar para a aldeia e cuidar de sua mãe, que estava doente. Depois retornou para a cidade de Campo Grande e foi morar com outro tio, fato que novamente tornou possível sua permanência na capital. Ao voltar mais uma vez para a aldeia,

começou a trabalhar nas fazendas e depois se integrou aos grupos de trabalhadores das usinas de álcool da região, situação comum a muitos outros índios Terena da região.

A índia Terena Miquelina da Silva (2007)⁵⁸, ao informar sobre a história de sua família e a fixação de seus parentes da aldeia Ipegue, esclareceu que, a princípio, seus avós viveram na região de Nioaque, próxima às margens do rio Urumbeva – atual aldeia de Brejão. Saíram de lá para o trabalho na fazenda, como também fizeram muitos outros índios da região:

Lembrei do tempo da minha Mãe, ela me contava, né. Eles morava na beira do Rio Urumbeva, aqui em Nioaque. Morava lá. Ela vinha de lá. Era os pais que morava lá, ela vinha pra cá, naquela época essa região não tinha cerca era tudo aberto, isso aqui. Eles vinham montado no boi, na garupa da mãe dela, de boi pra ir pruma fazenda que existe aqui - Santa Cruz. Eles saiam da beira do rio Urumbeva e vinha pra cá pra trabalhar. E aí eles vieram pra cá, né. Cada um fez um ranchinho, um ranchinho e depois veio o Coronel. O Coronel, parece Horta Barbosa, né. A minha mãe entrou nesse meio, meu pai, né parece que ela só tinha um filho, nessa época, levou né. Não sei quantas famílias o Cel mandou pra Icatu pra ensinar os índios trabalhar lá, em Icatu; esses dias eu tava lembrando isso aí, né. os índios Kaingang a trabalhar. Eles não trabalhavam. Eles ficaram um tempo lá. [...] ensinaram os índios trabalhar, cozinhar fazer roça, depois vieram pra cá. Era pra ficar no distrito, morar no distrito, mas como eles iam construir a linha de trem lá ele resolveu que não podia lá. (Entrevista, Miquelina Silva, LHIN/UFMS/CPAQ)

As informações de Miquelina ratificam as demais já registradas sobre a movimentação dos Terena pela região, entre as fazendas e as aldeias e indicam também a sua movimentação para outras regiões do Brasil. Nesse caso, o deslocamento foi para junto dos índios Kaingang que se encontravam no interior de São Paulo, para lhes ensinar o trabalho com a terra, entre outras atividades necessárias para o seu desenvolvimento econômico, segundo os moldes do SPI. Essa foi mais uma das maneiras pelas quais os Terena se relacionaram com as políticas indigenistas estabelecidas pelo Estado.

Na região de Buriti, onde atualmente se localiza o município de Dois Irmãos do Buriti e também a Terra Indígena Buriti, havia índios Terena que se encontravam nesse mesmo

⁵⁸ Índia Terena aldeia Ipegue.

processo de transição pela região, como demonstra o depoimento do índio Terena José Coreiro e Aureliano Jorge⁵⁹:

Porque eu [Zé Coreiro] morava na fazenda Conceição, morava o pai de meu tio Pedro, minha mãe, chegou lá meu irmão Neco novo ainda era rapazinho, ai meu irmão veio é disse que não ia vir agora porque vou fazer farinha, moer cana, pois tinha muita cana e muita mandioca plantada, quando assustei lá vinha a caravana [...] daqui foram eles iam para o Bananal, Cachoeirinha né, Cachoeirinha porque eu tinha um tio lá, agora minha filha, sua mãe dona Umbelina, no pensamento dela queria morar na Cachoeirinha que tinha os parente dela a tia de sua mãe. Dona Umbelina é a mãe de meu pai, irmã de Pedro Jorge meu pai. [...] Neco chegou com todos do Buriti desceu para a Cachoeirinha e Bananal, procurou o evangelho. (Entrevista, Zé Coreiro e Aureliano Jorge, LHIN/UFMA/CPQA).

A família do índio Terena Zé Coreiro estava na região do Buriti, porém ele se encontrava na fazenda Conceição, para onde sua família se deslocou e permaneceu trabalhando. Depois se estabeleceram na Margem Esquerda de Aquidauana – atual cidade de Anastácio. Sua família seguiu da fazenda para Anastácio, onde Zé Coreiro já estava e depois seguiu para as aldeias Bananal e Cachoeirinha para ver os parentes. Alguns permaneceram nessas aldeias, outros continuaram sua movimentação pela região. As informações registradas apontam ainda para o contexto das políticas indígenas que envolviam os índios que estavam fora das reservas. Dessa forma:

[Índios] nas fazendas é nessas fazendas agora quando Getúlio Vargas decretou para pegar os índios dos fazendeiros, então para adiar, então cada índio que trabalhava nas fazendas tinha direito de morar e passear na aldeia pelo governo então os índios trabalhavam na fazenda Conceição, meu pai trabalhava na Buriti, metade né, o outro no Limão Verde, outro em Cachoeirinha. (Entrevista, Zé Coreiro e Aureliano Jorge LHIN/UFMS/CPAQ.).

As informações dos índios Terena Zé Coreiro e Aureliano Jorge demonstram a movimentação dos Terena entre as aldeias e as fazendas. Na busca por trabalho, deslocavam-se para as fazendas, depois retornavam para as aldeias junto aos familiares, que, por sua vez,

⁵⁹ Índio Terena aldeia Aldeinha, município de Anastácio.

viviam em diferentes aldeias, para onde os demais membros da família se deslocavam constantemente. Essa era uma prática comum dos Terena. Essa situação provocava uma intensa movimentação desses índios no então sul de Mato Grosso.

As escolas implantadas nas reservas indígenas pelo SPI tinham por objetivo acelerar o processo de assimilação dos índios à sociedade nacional. Para os Terena, as escolas representaram mais um mecanismo pelo qual atualizavam as suas relações com o Estado. Foi preciso que os agentes do órgão tutor negociassem com os índios sua implantação dentro das reservas. Observa-se que os Terena foram os responsáveis pela construção e manutenção dessas escolas, já que a intenção do SPI era a de que os índios pagassem os professores com a produção de suas lavouras, como demonstra as informações do Inspetor Samuel H. da Silveira Lobo:

Tendo os índios iniciado a construção de uma casa que destinavam a escola da aldeia, e devido a emergência em que se encontrava a Inspectoria de ter a resolver uma nova questão de terras entre os índios e os fazendeiros seus vizinhos, que já haviam começado a invasão dos terrenos indígenas com o corte de uma das cercas, resolveu esta Inspectoria providenciar imediatamente, a fim de evitar a continuação dos factos que se estavam desenrolando e sob pretexto de ir ao encontro dos desejos indígenas, alli estabelecer uma pessoa que ocupando o cargo de professor e representasse indiretamente a Inspectoria neste centro indígena. [sic] (LOBO, 1920, SPI, p. 31)

Essa situação aponta para as relações que os Terena mantinham com o órgão tutor, que, nesse contexto, se via na necessidade de negociar com os Terena para desenvolver uma de suas ações dentro da reserva, tanto para a construção da escola quanto para a permanência de um professor, que também faria às vezes o papel de fiscalizar os índios.

As escolas religiosas, em especial as evangélicas, também foram instaladas nas reservas indígenas, segundo Antonio Francelino:

Com idade de 8 anos comecei a estudar, [em] 1958, comecei a estudar, nessa época, o Chefe de Posto era o Gerônimo. Na época o João Batista e o Pedro Batista era o Cacique. [...] A época que comecei a estudar era ele o cacique, morava lá em Colonia Nova, tinha roça lá, mas ele comandava tudo, era o cacique de tudo. A professora era a filha do Chefe de Posto, [...] ela dava

aula num grupo só, não tinha série. O nome dela era Cidinha. Comecei a estudar ali [...] naquela época [...] já existia a tal [escola da Missão] na divisa com a fazenda Esperança, a escola evangélica. [...] Estudei dois anos aqui com a professora Cidinha. Aí entendi um pouquinho e aí meu pai e minha mãe resolveu me passar lá para os americanos, passei pra lá, tinha muitos alunos já estudando lá. Porque no tempo do SPI era só mesmo para passar o tempo e os americanos ensinavam melhor, aí passei pra lá. Ali [escola do SPI] era só para passar tempo. (Entrevista, Antonio Francelino, LHIN/UFMS/CPAQ)

Essas informações demonstram a preferência dos Terena pela educação que as escolas evangélicas ministravam por meio dos missionários, ao afirmar que o seu sistema de educação era melhor que o implantado pelo SPI, definido pelos índios como “um passatempo”. Essa definição pode ser compreendida pela falta de professores nas escolas no SPI, em que essa função pedagógica era, na maioria das vezes, exercida pela família do chefe de posto, que residia na aldeia. Também pode ser compreendida como reflexo dos conflitos que havia entre os índios e os agentes do SPI.

Nas escolas evangélicas, havia uma preocupação com a alfabetização dos índios. Pode-se dizer que essa era uma de suas principais ferramentas para a evangelização dos Terena, como demonstram as informações de Rosalino Silva (2010)⁶⁰:

Comecei a falar em português em 1960 quando converti em igreja aprendi a ler a bíblia, tudo mundo mesma história não falava muito Português só Terena nossa língua, não sei que ano professora índia começo a ensinar o Português [...] (Entrevista, Rosalino Silva, LHIN/UFMS/CPAQ).

O interesse dos Terena pelo ensino oferecido nas escolas das reservas contribuiu para a volta dos índios às aldeias. Essa questão também está presente nas informações obtidas. Assim informa Donato Rondora (2007)⁶¹:

Em 1950 viemos pra cá, pra aldeia [Ipegue]. Um primo-irmão meu falou vamos pra lá. Tem escola, é grátis a escola, não paga nada [...] tinha um guri e uma menina já [...] Argemira Rondora, falecida também. Só dois um guri e a menina. Trabalhava na Fazenda Esperança de seu Ênio Corrêa. Não tinha

⁶⁰ Índio Terena aldeia Lagoinha, Terra Indígena Taunay/Ipegue.

⁶¹ Índio Terena aldeia Ipegue.

energia e só tinha uma estrada. Tinha umas famílias, também falecido hoje. (Entrevista, Donato Rondora LHIN/UFMS/CPAQ)

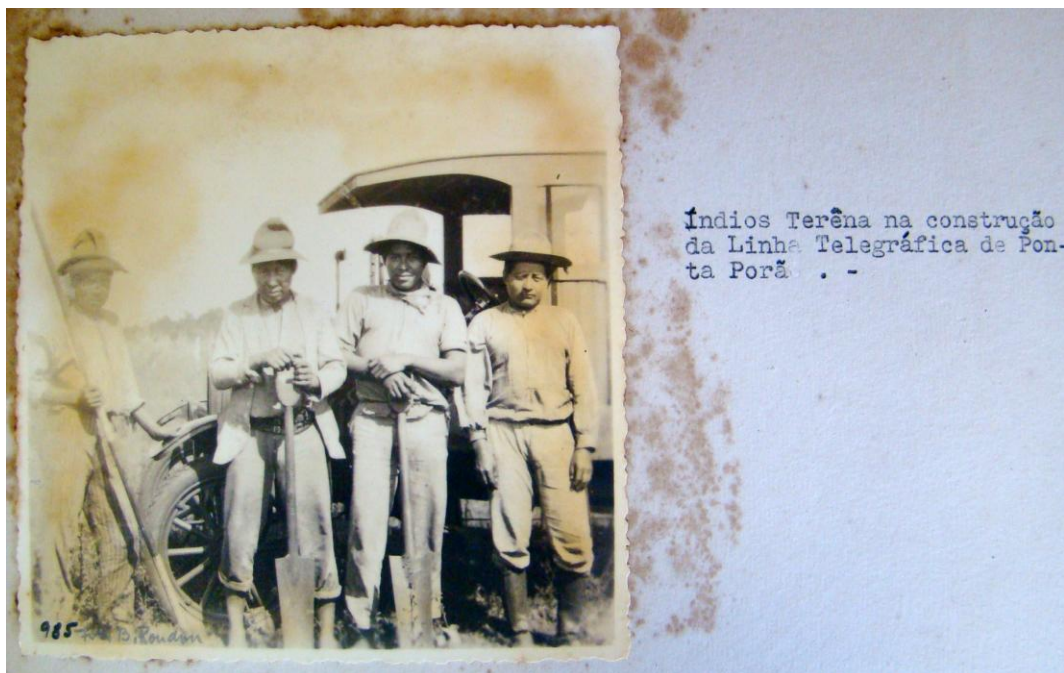
A partir de então, iniciou-se uma nova movimentação entre os índios para que pudessem frequentar as escolas. Sobre essa questão, o índio Terena Manoel Amado (2007) informou que:

Na fazenda é bom pra quem tem pouca família um, dois, três filhos ainda está bom. Porque se tem quatro ou cinco filhos têm que procurar perto de escola. É como agora temos que procurar escola. [...] na fazenda não tem escola. Cresceu o moleque, a menina ou menino tem que mandar estudar, fica na casa da avó, para estudar e os pequenos ficam com o pai. Eu sou analfabeto, eu não sei escrever, eu não sei ler, meu pai me botou no serviço. Em 1937 eu estava na fazenda ajudando meu pai a trabalhá, em 1942 eu estava no serviço não sabia o que era escola. Eu fui para o cacique, aprendi um pouquinho, estudei um pouco lá à noite em 1949, estudei um pouco. (Entrevista, Manoel Amado, LHIN/UFMS/CPAQ)

A volta dos Terena para as aldeias não significou sua permanência nelas, pois as atividades nas fazendas continuaram a ser desenvolvidas pelos índios. Assim, a fazenda, a aldeia e a escola tornaram-se atividades que se complementavam na medida em que os Terena elegiam as suas necessidades.

O trabalho Terena na região

A busca pela mão de obra Terena era intensa no sul de Mato Grosso, pois esses índios foram reconhecidos como os melhores trabalhadores da região. No início do século XX, os Terena e demais índios iniciaram o trabalho da construção das linhas telegráficas chefiadas por Rondon, atividade que também contribuiu para a sua circulação como trabalhadores e proporcionou novas experiências junto ao Estado brasileiro. As fotografias a seguir foram registradas pela Comissão Rondon durante a instalação desse processo e demonstram as atividades indígenas.



Índios Terêna na construção
da Linha Telegráfica de Pon-
ta Porã . -

IMAGEM 12: Índios Terena na construção das linhas telegráficas
Fonte: Comissão Rondon, acervo do Forte de Copacabana Rio de Janeiro.



Índios Terêna e Cuiuá da turma de Levantamento de Pôstes -
Construção da Linha Telegráfica de Ponta Porã . -

IMAGEM 13: Índios Terena na construção das linhas telegráficas
Fonte: Comissão Rondon, acervo do Forte de Copacabana Rio de Janeiro



IMAGEM 14: Índios Terena na construção das linhas telegráficas
Fonte: Comissão Rondon, acervo do Forte de Copacabana Rio de Janeiro.

Os Terena tornaram-se conhecidos pelas autoridades brasileiras como índios “dóceis” e “pacíficos”, como foram classificados durante o Império, prestadores de várias formas de serviços, tais como: a plantação de gêneros alimentícios para o abastecimento do Exército, o ensino da prática da agricultura para os demais índios que dela não faziam uso, buscar índios para conduzi-los a “civilização”, entre outras atividades por eles desenvolvidas. Sua disposição em negociar e estabelecer alianças com as autoridades brasileiras permaneceu durante o século XX.

O SPI, com a intenção de desenvolver o trabalho indígena e aumentar a produção de suas aldeias, incentivava o trabalho na agricultura, tanto interna quanto externa à aldeia, chegando a transferir os índios Terena para outras regiões do Estado. Foram enviados para junto dos Guarani, na região de Dourados e do interior de São Paulo, sob a perspectiva de “ensinar” o trabalho agrícola para os demais índios que não praticavam a agricultura. Como demonstrou Miguelina Silva em seu depoimento anteriormente registrado, essa foi mais uma das atividades que permitiram aos Terena interagir com a política indigenista do Estado, dentro do contexto do SPI.

Nos relatórios de atividades realizados pelo SPI, constantemente aparecem informações referentes à qualidade do trabalho realizado pelos Terena e a sua contribuição para o desenvolvimento econômico da região, a exemplo da aldeia Bananal, considerada “modelo” para as demais aldeias indígenas em virtude do trabalho que os Terena desenvolviam, satisfazendo as expectativas do SPI no que se referia à produção e à manutenção dos instrumentos agrícolas ali existentes:

Os índios que habitam o “Bananal” que como sabeis são os Terenas, são ordeiros, merigerados, ordenados e trabalhadores, vivem do cultivo de suas terras, onde plantam mandioca, milho, arroz, feijão. Cana de assucar, batatas doces, bananas, abacaxis e outras fructas, e pode-se dizer, que no município de Aquidauana, são elles os maiores e melhores agricultores [sic]. (RELATÓRIO de 1918, SPI. Filme 379, Fotg. 1118)

Essas informações sobre o trabalho e a índole pacífica dos Terena foram amplamente utilizadas pelo SPI para o desenvolvimento de seus objetivos junto aos índios, pois visavam transformá-los em “trabalhadores nacionais” para serem inseridos no mercado de trabalho e contribuírem diretamente para o seu processo de assimilação pela sociedade nacional. Os trabalhos desenvolvidos pelos Terena da aldeia Bananal eram constantemente elogiados pelos encarregados do posto indígena, que incentivavam o desenvolvimento de sua produção, como demonstram as informações do Relatório do SPI de 1924:

Aqui, o caso é diferente. O índio trabalha com sua família, a qual se aliam parentes ou mesmo estranhos que se colocam sob a chefia do patriarca. Sua industria é domestica e não se mistura com o visinho. Quando lhe toca a moer sua canna, toma conta do engenho, atrela os bois ás almanjarras e installa-se lá com todo o seu pessoal, e age e cuida elle mesmo com se tudo fosse de suas propriedade. Termina a moagem, entrega tudo, perfeito e limpo e armazena em casa a sua riqueza, que será conforme lhe conveio, rapadura, assucar ou melado, dando conta da quantidade, apenas para o registro. É assim que eles querem, e como os resultados vão sendo bons, assim vamos fazendo. [...] além disso temos verificado que não perdem tempo, trabalhando dia e noite, os que estão de posse do engenho, apressados pelos que pretendem, aliás muito cortezmente, como é da indole terena. [sic] (BARBOSA,1924, SPI, Filme 379, fotog. 1507)

As informações sobre o trabalho Terena apontam primeiramente para a sua organização familiar e para a formação de suas redes por meio de seus parentes e de outros que se submetiam à liderança do grupo. A forma de organização do trabalho era realizada pelos Terena, organizada de tal forma que os agentes do SPI não se intrometiam, afirmando que era assim que os índios desejavam. Obviamente esse processo não ocorria apenas porque os Terena desejavam, mas porque a sua organização e a sua produção atendiam às expectativas do SPI. Essa situação demonstra a sua reorganização dentro das reservas: permaneciam com os núcleos familiares, obedeciam a sua estrutura patriarcal, as suas plantações não se misturavam com as de outros grupos familiares e utilizavam a estrutura oferecida pelo Posto para finalizarem a sua produção.

Os Terena se reorganizaram dentro dos limites da reserva e fora deles também, para a venda de seus produtos. O desenvolvimento do trabalho Terena ocorria em toda a região do sul de Mato Grosso; eles abasteciam as várias cidades próximas às suas aldeias, como Aquidauana, Miranda e Nioaque. Sobre suas atividades comerciais desenvolvidas na cidade de Nioaque, consta que:

A comercialização dos produtos da roça, como o milho, a farinha de mandioca, o polvilho, além da abóbora, da melancia e da moranga, é realizada com Nioaque e com fazendas vizinhas. [...] No comércio com Nioaque é quando os Terena mais se assumem como camponeses, isto é, quando suprem a cidade com os seus produtos em lugar de suprirem apenas o mercado de trabalho com a mão de obra barata; e parece ser a modalidade mais comum de relacionamento do índio com a sociedade regional. Mas na medida em que eles vendem na cidade, nela eles compram tudo o que não produzem. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002, p. 93-94)

A relação entre os Terena e a cidade também foi estabelecida pelos vínculos comerciais que havia entre eles, tanto como abastecedores de gêneros alimentícios, quanto como consumidores dos produtos de que necessitavam, comprados nos antigos bolichos – pequenos mercados – da região.

O Terena Abadio Batista menciona o tempo em que trabalhava em fazendas da região e as atividades nelas desenvolvidas:

[aos] 66 anos já, eu conheci Campo Grande tinha só dês casas, e tinha só três armazéns lá, tinha o José Mario e o outro que era o Chagas tinha ali para baixo do penitenciário de Campo Grande, dez casas, eu conhecia lá. Tinha um índio aqui, que veio pra cá naquela época, eu trabalhava com ele, puxava lenha de lá para fazenda Boa Vista, puxava carreta. Nós pousava lá no Embiruçu, onde tinha aquele barraquinho da turma, agora tem esses da gleba ali, nós pousava ali. Aí nessa época o pessoal trabalhava todos aí com o Barbosa em São Pedro, um pouco na Fazenda Esperança, [aquela] que vai para Nioaque, na descida lá, aquela descida grande que tem lá, tem uma fazenda a esquerda é ali que eu trabalhava. Naquela época tocava boi [...]
(Entrevista Abadio Batista LHIN/UFMS/CPAQ)

O trabalho realizado pelos Terena era constantemente solicitado pelos fazendeiros, sobretudo cuidar do gado. Na região do Buriti, prevaleciam os mesmos elogios às atividades por eles realizadas:

Vaqueiros e roceiros de todas as fazendas do sul do Estado, não tardou que os índios terenos viessem em varias turmas servir ao fazendeiro das Correntes; e, intermando-se pouco a pouco pelo seu natural pendor de procurar a tranqüilidade nas mattas, chegaram até onde se aldejavam os seus irmãos uaxirys, a que se foram juntando em mutuo apoio. Assim, em desejando salários, serviam ao seu patrão fazendeiro: mas, tangidos pela nostalgia da vida livre e selvatica, buscando os ermos do Burity, e muitos annos se passaram assim. Sobrevindo as luctas civis, o fazendeiro entregava suas tropas e rebanhos à fidelidade dos indios terenos, que se levavão ao ermo do Burity, onde facilmente se salvavão dos abusos próprios a taes epochas. Dahi a denominação da Invernada para o local; como a de Colonia em referencia aos indios. Esses factos vêm abonar a conducta desses terenos, muito em desacordo com a mais recente campanha de descrédito, que tão injustamente lhes têm movido os actuaes interessados nas terras que elles occupavam. [sic] (HORTA BARBOSA, 1927, SPI. Filme 224, p. 266-267)

As informações registradas nesse Relatório novamente demonstram a importância e a procura dos fazendeiros pela mão de obra dos Terena. Eram os responsáveis por cuidar das terras e dos gados das fazendas. Como afirma Arlindo Eloy, “trabalhava na fazenda Piqui, fazia de tudo um pouco, trabalhava no campo com o gado andava de cavalo. [Esposa] ficava em casa cuidando da criançada”. (Entrevista, Arlindo Eloy, LHIN/UFMS/CPAQ). Inúmeras eram as atividades desenvolvidas pelos Terena. Segundo Esselin (2003), eles desenvolveram

trabalhos como vaqueiros e outras atividades necessárias por toda a região, como a lavoura e a colheita, entre outras.

Vários são os registros nos Relatórios de atividades do SPI que apontam para a exploração do trabalho indígena nas fazendas. Cardoso de Oliveira (1968) evidencia que, entre as estratégias usadas pelos fazendeiros para obter o trabalho indígena, constavam as relações de “compadrio”, estabelecidas entre eles e os Terena. Essa relação era formalizada quando os fazendeiros batizavam os filhos dos índios e tornavam-se os seus padrinhos. Na maioria das vezes, eram os padrinhos que escolhiam os nomes para as crianças Terena. Muitos adotavam inclusive o seu sobrenome. Tais relações consistiam na lealdade e na obediência dos índios aos seus patrões, que passavam à condição de compadres e de padrinhos, enquanto esses últimos proporcionavam aos Terena ferramentas para o desenvolvimento do trabalho agrícola, roupas, remédios e outros utensílios que esses julgavam necessários. Essa também foi uma das formas que os Terena estabeleceram políticas de alianças com os não índios para obterem possíveis vantagens, apesar da exploração de seu trabalho.

A relação de “compadrio”

Segundo o índio Terena Zé Coreiro⁶², ele era afilhado do fazendeiro Manoel Leandro da Costa, com quem possuía relações de amizade e para quem trabalhou muito tempo na fazenda Conceição, que era de sua propriedade. Quando se mudou para a Margem Esquerda de Aquidauana, desenvolveu leiteria, o que significava que possuía gado leiteiro para a retirada e venda do leite pela região, como ele mesmo informa:

Meu pai de criação o nome dele era Manoel Leandro Costa, pai do Ovídio Costa, aí eu tocava a leiteria lá, mais ou menos ali pela Ponte Velha tinha leiteria ali, falei pra Neco, o Neco chegou com todos que vieram de Buriti desceu pra Cachoerinha e Bananal e procurou o evangelho [...] chegou em minha casa [...] quando foi na outra semana lá vinha caravana, fui com ele lá fora e disse tem lugar o lugar para o meu gado, minha vacada de leite é onde moro porque a vida era pra lá da Ponte Velha, pra cá era sertão, mato e trieiro de gado. [...] Foi 1932, 1933 coisas assim eu sei que quando assustei veio o Estevão Alves Correa cortando terra pra lá e pra cá, não sei o que ele viu comigo que ficava me apurando pra comprar, eu comprei, comprei ali dois quadro de 400 m cada um, a quarta quadra e a oitava quadra e ficou o

⁶² Índio Terena morador da aldeia Aldeinha no município de Anastácio.

restante onde ficou esta parte que até hoje está. (Entrevista, Zé Coreiro e Aureliano Jorge, LHIN/UFMS/CPAQ)

Várias são as informações contidas nesse depoimento; primeiramente, destaca-se a relação que o índio possuía com o seu padrinho, de que resultou o trabalho realizado na fazenda Conceição, tanto por ele quanto pelos demais membros de sua família. Em segundo lugar, fica claro que essa relação também permitia o trânsito entre a fazenda, a aldeia e a cidade. Em terceiro lugar, pode-se inferir que, dessa relação, terá resultado a possibilidade de compra das terras que possuía – que mais tarde se tornaram a aldeia Aldeinha –, do gado e do desenvolvimento da leiteria. Estevão Alves Correa também era proprietário de terras na região e aconselhou o índio Terena Zé Coreiro a comprar terras. Em suas palavras: “não sei o que ele viu comigo que ficava me apurando pra comprar” [referindo-se às terras onde se encontravam]. Essa situação também pode ser explicada pela proximidade do índio Terena com o seu padrinho Manoel Leandro Costa. Essas relações eram mantidas e lembradas pelos Terena em diferentes contextos em que viviam.

Situação semelhante viveu o índio Terena Donato Rondora, que, depois de ter sido dado pelo irmão ao fazendeiro Ovídio Costa, tornou-se seu afilhado, segundo suas informações:

Sou da família Rondora. Quando eu nasci eu não conheci mais meu pai nem minha mãe, minha mãe faleceu no meu parto; morava em Nioaque e uma irmã mais velha minha me criou. A gente trabalhava com um fazendeiro, minha irmã me deu pro Ovídio Costa, fui pra fazenda dele trabalhar, fazenda Várzea Alegre foi lá que me conheci por gente, estudava, andava de cavalo, foi lá que conheci minha patroa que faleceu. Ela era de São Luiz de Cáceres, Alcida Benedito [...] começemos a palestrar, né, e casamos [...] eu tava com 18 anos e ela com 14 anos [...] não existia cartório, não existia igreja, nada [...] casamos na fazenda. Foi o padrasto dela. O pai morreu em São Luiz de Cáceres e a mãe foi e ficou com o cunhado, irmão do pai, Gregório Benedito, e a mãe Firmina Corrêa; pra não extraviar a família... as crianças...ficou cuidando a cunhada... foi e casamos. Uma época, chegou um padre lá, chamado Padre Henrique, na fazenda do pai do Ovídio Costa, Fazenda Conceição, celebrar missa pra Nossa Senhora da Conceição e procissão e daí casamos na Capela lá...na Igreja; hoje tô com 72 anos [...] (Entrevista, Donato Rondora LHIN/UFMS/CPAQ)

Donato Rondora viveu na fazenda Várzea Alegre, onde trabalhou se casou e teve os filhos e, como ele mesmo afirmou: “foi lá que me conheci por gente”. Situação comum a muitos outros índios na região.

Essas relações de compadrio também foram evidenciadas pelo índio Terena Antônio Francelino:

Meu pai já trabalhava aqui nesta Fazenda Esperança, mudaram pra lá, meu pai e minha mãe, inclusive minha mãe na época já era doente, começou ficar doente e o fazendeiro que era Sr. Enio, que hoje não mora mais aí. E levaram pra Aquidauana, fazer um tratamento, tudo por conta da fazenda, né e quando minha mãe sarou depois de ter tomar medicamentos ficar de repouso, levou pra fazenda pra morar lá. Aí eu fui morar lá também. É na fazenda esperança. E continuei a estudar na Missão [que ficava nas terras dessa fazenda]. (Entrevista, Antonio Francelino LHIN/UFMS/CPAQ)

As relações mantidas entre a família de Antônio Francelino e o fazendeiro permitiram a realização do tratamento de saúde de sua mãe, como ele mesmo afirmou: “tudo por conta da fazenda”. Essa e outras situações faziam parte das relações de compadrio na região. As relações de amizade com o fazendeiro permitiram também que Antonio Francelino realizasse o cursilho pela Igreja Católica, capacitando-se para assumir as atividades religiosas na aldeia de Ipegue.

Como tinha conhecimento com o fazendeiro, Sr. Enio, e ele era um dos colaboradores na igreja, veio aqui em casa me convidando pra fazer parte do cursilho. Ele me incentivou, porque desde sai da escola nunca participei mais da igreja, assim nunca participei mais de igreja de 64 a 70, seis anos né, não participei mais da igreja; e quando seu Enio chegou aqui me convidando me incentivando e eu falei vamos. E aí ele me levou pra lá e fui fazer esse curso e aí comecei fui me aprofundando, aprofundando e quando completou o curso e peguei prática fui conhecendo o sistema. E comecei a trabalhar aqui na comunidade como eu já gostava muito, [...] Assumi o trabalho e fui trabalhando e o pessoal me colocaram como coordenador, dirigente da igreja. (Entrevista, Antonio Francelino, LHIN/UFMS/CPAQ)

As informações registradas apontam para a importância das relações entre índios e fazendeiros. Antonio Francelino deixou evidente que o seu conhecimento com o fazendeiro permitiu que ele realizasse o cursilho e se tornasse um dos representantes da Igreja em sua comunidade, relação que mantém até os dias de hoje. Essas situações que envolveram os

Terena também contribuíram para o seu constante trânsito pela região. Esses fatores estavam ligados entre si. Os índios das reservas, das cidades e das fazendas estavam, de uma forma ou de outra, conectados pelas relações que mantinham entre si e com o seu entorno.

Essas relações amistosas mantidas entre os Terena e os fazendeiros não foram, entretanto, suficientes para impedir as disputas pelas terras entre eles. Nesse sentido, predominaram três concepções sobre os Terena: a primeira, no século XIX, quando o Império destacava a sua docilidade em servir, auxiliar, contribuir com o Exército brasileiro em defesa do território. Nessa ocasião, foram considerados “civilizadores” de índios, por irem buscar índios de outras etnias para a “civilização”. Tratava-se especificamente de ensinar-lhes o ofício do trabalho agrícola, pois os Terena eram conhecidos pelas suas habilidades de trabalhar a terra, por serem produtores de alimentos, bons para se negociar e “amigos” do Império. Quanto à segunda concepção que prevaleceu sobre os Terena no século XX, pode-se dizer que foi uma extensão da do século anterior: de “civilizadores e amigos”, tornaram-se índios “modelos”, segundo os propósitos do SPI. Essa concepção sobre os Terena predominou enquanto eles permaneceram como trabalhadores das fazendas e não como possuidores das terras sobre as quais elas se instalavam. Ao questionarem e disputarem as terras com os fazendeiros suas qualidades foram esquecidas, o que resultou na terceira concepção sobre eles: a de índios preguiçosos, bêbados, desobedientes, passando do “índio ao bugre”, que resumia todos os termos pejorativos pelos quais passaram a ser identificados pelos fazendeiros.

A definição de “bugre” era carregada de preconceito: retirava dos índios as suas qualidades como trabalhadores e até mesmo a sua identidade. Essa ação por parte dos proprietários de terras da região tinha o firme propósito de justificar a posse e a ocupação das terras indígenas pelos não índios. As informações sobre suas contribuições para o desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso foram excluídas de sua história pelos órgãos oficiais. Enfim, perderam todas as qualidades que até então possuíam e eram exaltadas pelo órgão tutor. Eles, que foram considerados pelo Estado brasileiro exemplo da potencialidade “militar do índio e de seu possível papel de guarda das fronteiras pelos eventos e representações relacionadas à Guerra do Paraguai” (Lima, 1992, p. 266), tornaram-se ameaças à paz e ao bom convívio da sociedade regional, por questionarem a perda das terras que ocupavam.

Essas concepções foram adotadas pelos fazendeiros e amplamente divulgadas e intensificadas, com a intenção de impedir os direitos dos índios sobre as terras que reivindicavam como suas. Essa foi uma das soluções encontradas pelos fazendeiros para se apropriarem das terras indígenas. O Relatório do inspetor Nicolau Bueno Horta Barbosa realizado em 1927 informou que:

Despertaram elles, [os Terena] porem, quando os intrusos providenciaram sobre as demarcações, precedidas alias de um período em que os índios foram perseguidos em suas roças, onde soltavão aquelles as suas criações; ameaçados em suas vidas, accusados de vícios e crimes que nunca haviam commetido, etc.; tudo como preparativo da espoliação prestes a effectivar-se. (HORTA BARBOSA, 1927, SPI. Filme 224, fotog. 267)

Mesmo de posse dessas informações, o SPI não impediu as inúmeras espoliações que ocorreram contra os índios. Ao contrário, muitos funcionários contribuíram diretamente para a aceleração desse processo, pois as terras tomadas dos índios, que até então constituíam suas aldeias, formadas por suas plantações, eram vendidas para os não índios e passavam a fazer parte das propriedades particulares, como demonstram o Relatório de 1927 do SPI realizado por Nicolau Bueno Horta Barbosa e as informações registradas pelo Terena Abadio Batista:

Naquela época o chefe de posto, aí o fazendeiro foi pegando tudo, a aldeia era para ter muita terra, agora que resolveram requerer as terras de novo. Tocando questão vai para Brasília, vai para São Paulo. Mas eu vou dizer a senhora, porque o que manda fazer esse requerimento das terras é uma mulher, aí os fazendeiros chega dinheiro nela, aí fala que tal dia termino mais vai passando, já foi um ano, já foram 2, 3 sabe lá quando vai acaba. Os fazendeiros tem dinheiro, nós não temos dinheiro para tocar a questão, o que acontece aqui é isso, mas eu sei tudo daqui. Essa terra aí do fazendeiro [...] tudo é daqui. (Entrevista, Abadio Batista, LHIN/UFMS/CPAQ).

Com as informações do Terena Abadio Batista, fica registrada a sua compreensão sobre o processo que os índios viveram junto ao SPI e as novas relações existentes entre eles. O SPI deixou de existir na década de 1960; nesse mesmo período, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI.

A mudança institucional não mudou a relação do Estado brasileiro com o índio, nem os problemas que envolviam as disputas territoriais com os não índios proprietários de terras.

Por outro lado, as ações reivindicatórias dos índios por mudanças nas suas relações com o Estado adquiriram uma nova conjuntura com o apoio de setores sociais e cujos desdobramentos levaram à Constituição Brasileira de 1988, que passaria a assegurar esses direitos. Essas mudanças permitiram o estabelecimento de novas relações entre os índios com o Estado brasileiro, que serão apresentadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

AS ALDEIAS, MEMÓRIA, HISTÓRIA, PODER E POLÍTICAS DE ALIANÇAS ENTRE OS TERENA

No passado a aldeia era vista como local para convívio e que dali, da própria comunidade da aldeia, tirava o próprio sustento, ainda não tinha essa grande preocupação de ir buscar lá fora, porque aqui tudo que se plantava dava e outra tinha mais espaço físico, hoje não tem mais. No passado a preocupação ainda era menor na questão da retomada de terra, porque a população estava de acordo com o tamanho que tinha na área, hoje não. Hoje a preocupação é maior e cada vez mais está aumentando, primeiro pelo fato de que a população está cada dia mais aumentando. E a nossa aldeia vai para onde?! As pessoas que aqui estão vão morar aonde?! Porque se não tem mais terra, na questão de plantação algumas famílias plantam, não é que os outros tenham preguiça, é que já não tem mais locais para se plantar. Por exemplo, meu avô plantava antigamente, hoje não planta porque lá onde ele plantava já vai construir casa, aqui não tem mais roça. (Entrevista, Edineide Bernardes Farias LHIN/UFMS/CPAQ)

O texto em epígrafe evidencia que as aldeias Terena sobreviveram ao contato com outras sociedades e passaram por profundas transformações decorrentes da convivência com outras formas de organização social. Essas mudanças foram pensadas, entretanto, para além das perdas culturais, compreendidas de acordo com as ações desenvolvidas pelos índios diante do que estavam vivenciando para adaptar-se às novas condições que lhes eram impostas, como mostrou Almeida (2003). Desse ponto de vista, as aldeias Terena foram construídas, reconstruídas, fortalecidas de diferentes maneiras pelos índios, como demonstraram suas trajetórias, sobretudo entre o final do século XX e o início do século XXI, quando os índios deixaram evidente que não perderam sua identidade étnica e, a partir dela, reivindicaram direitos territoriais, denunciaram os abusos e as explorações que viveram ao longo dos séculos e que serviram como instrumentos para as suas solicitações de direitos junto ao Estado brasileiro.

Nessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é mostrar o desenvolvimento e o fortalecimento das aldeias Terena, guiadas pela memória indígena, que informa sua história, compreendida dentro de novas dinâmicas e demandas ditadas pelas apropriações, compreensões, alianças e reivindicações indígenas, pautadas em direitos reconhecidos, porém não cumpridos pelo Estado. Este, por sua vez, provoca os Terena a novas e constantes ações políticas para manter e ampliar a área em que se encontram atualmente. Dessa maneira, o território permaneceu como a principal reivindicação indígena, considerado lugar sagrado, onde viveram os seus ancestrais, lugar de produção e reprodução física, religiosa, econômica, cultural e social, formado por um conjunto de fatores compostos por esses e outros tantos aspectos fundamentais para os povos indígenas.

As questões políticas que envolvem os Terena e suas lideranças foram exploradas para mostrar as ações políticas exercidas pelos índios dentro e fora da aldeia, onde formam uma complexa rede de relações na perspectiva de solucionar as necessidades que possuem nesse contexto atual: trabalho remunerado, educação, saúde, acesso às tecnologias e ampliação do território.

As aldeias Terena no século XXI

Os núcleos de povoamento constituídos e organizados pelos Terena dentro das reservas indígenas, mencionados anteriormente, tornaram-se aldeias, situação que implicava a constituição e o reconhecimento de novas lideranças indígenas. A sua organização interna permaneceu de acordo com as famílias que ali se encontravam e as redes sociais que mantinham em torno de si. Segundo informações registradas pelo Terena Wanderley Dias Cardoso:

A distribuição das famílias no espaço da aldeia se dá por sistema piramidal. O pai tem posse territorial que é simbolizada pelas árvores e pela plantação, e o filho, ao se casar ou emancipar, recebe um pedaço de terra onde, também, vai plantar suas árvores e sua roça, começando, então, a ter posse sobre este pedaço. Como a aldeia vivia exclusivamente da terra, todas as suas atividades eram voltadas para a terra e para a produção vinda dali. Hoje esta situação já se alterou, [...] no entanto, o referencial continua sendo a terra para a produção e a organização familiar. (CARDOSO, 2004, p. 31)

Dessa forma, as aldeias seguem esse preceito para a sua organização, observando-se, porém, que, mesmo existindo mais de uma aldeia dentro da mesma terra indígena, elas são independentes entre si. Estão submetidas ao mesmo Chefe de Posto, porém cada aldeia possui liderança própria, a saber: o Cacique, eleito pelo voto direto dos demais índios que a compõem. Depois de eleito, o Cacique indica outros índios para a formação do Conselho Tribal, para juntos exercerem mandato de quatro anos. Existem situações em que as lideranças eleitas permanecem por mais de quatro anos; em outras, menos, de acordo com o desenvolvimento e aprovação do seu trabalho pelos demais índios:

O Conselho Tribal é composto de presidente, vive-presidente e conselheiros, variando o número de componentes de aldeia para aldeia. Este conselho tem o papel de ajudar o cacique em sua administração. Caso este não corresponder aos anseios da comunidade, o presidente pode substituí-lo, ou convocar nova eleição para o cacicado. (CARDOSO, 2004, p. 41).

As relações que envolvem a escolha da liderança da aldeia na maioria das vezes são conflituosas, pois exercer a função de Cacique significa ser sua autoridade máxima. Embora o Cacique e os membros do Conselho Tribal não recebam remuneração financeira para exercerem suas funções, eles se tornam detentores de “poderes” que resultam em situações de privilégio para si e sua família. A situação mais comum é empregar membros da família em empregos com salários fixos dentro e fora das aldeias, de acordo com a rede de alianças políticas que cada Cacique estabelece. Na aldeia, praticamente todos os trabalhos remunerados estão ligados à educação, à escola e à saúde.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Cacique, constam as autorizações para que os Terena saiam de suas aldeias para trabalhar nas usinas de álcool da região. Segundo o índio Anderson da Silva Gonçalves (2010), professor de geografia e ex-cortador de cana, os contratos de trabalho firmados entre os Terena com as usinas de álcool da região são realizados com a autorização do Cacique, do Chefe de Posto e organizados pelo “cabeçante”, índio responsável pela contratação dos Terena dentro das aldeias. É com ele que os responsáveis pelas usinas negociam o número de trabalhadores índios de que necessitam e que deverão ser liberados para executar o corte da cana, bem como o pagamento pelos serviços realizados e o tempo que passarão fora das aldeias. Esses contratos são, em média, de 70 dias. Ao seu fim, retornam para a aldeia, onde recebem o seu pagamento, “rendendo alguma

porcentagem aos líderes indígenas por cada trabalhador contratado” (Gonçalves, 2010, p. 33). Essa situação é comum na região e os Terena permanecem como mão de obra para executar essas e outras atividades braçais.

Os caciques Terena estão inseridos no contexto político regional de várias maneiras, destacando-se que são eles os responsáveis pela indicação e permanência do administrador regional da FUNAI com sede na cidade de Campo Grande, capital do estado. Sua influência para a indicação do administrador regional pode ser percebida entre os Terena, de diferentes formas, segundo o índio Wanderley Dias Cardoso (2004): “recentemente fui indicado como Administrador Regional da FUNAI, em Campo Grande, com o aval das lideranças de minha comunidade”; nesse caso, as lideranças da aldeia Limão Verde. Essa situação permite compreender as relações entre os índios, uma vez que Wanderley assumiu o cargo respaldado na permissão e no apoio recebido das lideranças indígenas da aldeia, portanto foi reconhecido pelos demais índios para liderar. Essa situação mostra ainda as habilidades políticas dos Terena para nomearem o seu próprio representante regional junto ao Estado brasileiro.

A importância da participação dos caciques Terena nesse processo pôde ser percebida quando Wanderley Dias Cardoso precisou deixar a função de administrador regional para se dedicar às atividades acadêmicas no Programa de Pós-Graduação - Doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica/PUC, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Nessa ocasião, em 2007, indicou o candidato a seu sucessor, o índio Terena Claudionor do Carmo Miranda. Esse processo ocorreu por meio de várias reuniões com as lideranças Terena (nesse caso com os caciques) em suas aldeias, ocasião em que discutiam as propostas e as necessidades de cada aldeia, as vantagens e as desvantagens de ter um índio Terena na chefia regional da FUNAI, isso porque havia outro candidato não índio vinculado ao estado, disputando a eleição⁶³. Os caciques, depois de estabelecerem várias negociações, decidiram apoiar Claudionor, que logo depois assumiu a administração da FUNAI.

Essas relações possuem vários desdobramentos políticos regionais, que envolvem lideranças indígenas e não indígenas. Essas e outras tantas situações em que os Terena estão envolvidos deixam-nos em constante evidência, tanto no contexto regional, quanto no nacional. A situação mais comum que envolve as lideranças indígenas é a busca pela

⁶³ O contexto das reuniões e negociações entre as lideranças Terena foi presenciado e acompanhado durante a realização das entrevistas com os índios Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue em 2007.

demarcação e ampliação das áreas em que se encontram atualmente, como informa o cacique da aldeia Colônia Nova na Terra Indígena de Ipegue, Manoel Amado:

Levamos 27 Caciques do Mato Grosso do Sul foi tudo para uma reunião [em Brasília], [...] em julho ano passado. [2006] Fomos levar o documento para entregar para o presidente. Pra apurá a demarcação. Apurá, porque tá demorando a demarcação. Isso é pressão dos caciques para apurá a demarcação. Assim que foi esse documento que o cacique pediu assinado 27 caciques. Tá demarcada, mais a gente queria que passe na onde era, onde tava o mapa, a gente tava levando. Porque na demarcação de 1905, não é esse aqui onde tá. Tá no campo de fazenda que está aquela demarcação 1905. [...] E vai cair lá na cidade. Tá no mapa, [...] na cidade, no rio, na mata. [...]. No mapa da terra, o mapa da reserva”. [...] Esse mapa, mais quando eu entrei já tem o mapa da reserva, já tem esse mapa da demarcação de terra”. (Entrevista, Manoel Amado, LHIN/UFMS/CPAQ)

Esse movimento de reivindicação territorial, baseado nas informações e nas memórias dos índios mais velhos, está sendo cada vez mais ampliado dentro das aldeias, sobretudo pelas ações dos professores Terena formados nas mais diversas áreas do conhecimento e que se apropriaram da educação escolar, que até bem pouco tempo era administrada pelos não índios. A introdução das discussões em sala de aula sobre os direitos indígenas está contribuindo significativamente para que informações circulem entre os jovens alunos que são levados a discuti-las com seus familiares, ampliando e fortalecendo essas discussões, nas quais prevalecem as memórias dos mais velhos, que entre as suas informações constam outros limites territoriais, diferentes daqueles em que vivem atualmente. Essa situação tem proporcionado novas relações entre os índios e a aldeia e, sobretudo, entre os índios e a sociedade envolvente.

Novas lideranças indígenas

No contexto atual Terena, além do Cacique e do Conselho Tribal, novas referências de lideranças se constituem e se destacam nas aldeias, entre elas os professores indígenas, que, com suas ações político-educacionais, tornaram-se importantes interlocutores entre a aldeia e a sociedade envolvente. Junto dessas lideranças, outras estão constituindo-se e contribuindo diretamente para essa situação, como é o caso dos acadêmicos indígenas esparramados pelas

universidades, como alunos da graduação e da pós-graduação, proporcionando discussões em torno da sua história e dos direitos indígenas nas instituições em que se encontram.

Os professores indígenas têm contribuído, em suas aldeias, para a formação de um novo processo para a discussão por direitos, fortalecendo-o à medida que ampliam o diálogo entre aldeia/universidade, universidade/aldeia. Nesse movimento, os Terena estão se apropriando dos conhecimentos indígenas e não indígenas, revertendo-os para a legitimação por direitos, em especial os territoriais. Embora haja diferenças e divergências entre as lideranças indígenas, em decorrência dos diversos grupos internos que fazem parte da aldeia, elas se unem para as discussões em torno do bem-comum, sobretudo as disputas territoriais com os fazendeiros pela ampliação das áreas em que se encontram, como já foi mencionado.

O conhecimento adquirido fora da aldeia é bastante valorizado pelos Terena, e, dessa forma, os professores e estudantes universitários tornaram-se referência de liderança na sua comunidade por se apropriarem de novos códigos da sociedade envolvente sem deixar de praticar os seus próprios. Segundo o Terena Cardoso (2004), os índios mais velhos “percebem com orgulho essas relações com o *purutuya* – não índio – pois acreditam ser necessário o Terena esta cada vez mais inserido no mundo não índio e que este fato não representa deixar de ter sua identidade étnica” (Cardoso, 2004, p. 13-14). Pelo contrário, essa situação permite que os Terena tornem-se detentores de novos códigos para que possam ser usados nas disputas por direitos. Rappaport (1998) mostra que essa situação é comum a outros povos indígenas, como os Paez, na Colômbia e que as experiências vividas fora de suas comunidades somam-se aos seus conhecimentos e os instrumentalizam para lidar com a burocracia estatal. Portanto, as experiências adquiridas pelos índios fora de suas aldeias tornaram-se importantes mecanismos para as reivindicações junto ao Estado.

No que se refere à liderança dos professores indígenas e às táticas por eles desenvolvidas na busca por soluções das disputas territoriais vividas e intensificadas nas últimas décadas, a professora Edineide informa:

Até pelo fato que aquela vez, não que a gente desistiu, mas terem saído daquela terra que a gente estava lá na fazenda, pelo fato que os professores chegaram e falaram: nós não temos força não adianta ficar insistindo, porque vai acabar em morte e a gente não quer que isso aconteça e vamos voltar

para aldeia, vamos ficar lá e vamos esperar até o julgamento [das terras em questão]. É a melhor coisa que a gente faz porque se a gente ficar aqui pressionando, vai causar mais violência do que já causou. Então foi assim uma questão de conversa e aí tem os professores que realmente tem suas reuniões com o Cacique e assim se faz. Aí às vezes ele consulta para fazer essas retomadas [de terras] ou às vezes ele vem com idéias aí fala nós vamos tal dia aí vai fazer isso e aquilo os professores devem ir. (Entrevista, Edineide Bernardo Farias LHIN/UFMS/CPAQ)

Essa situação evidencia a organização política dos Terena posta em prática para garantir os direitos conquistados. Ora utilizam o confronto direto, que implica na saída da aldeia e a permanência na área em disputa, ação que envolve toda a aldeia e que, na maioria das vezes, ocorre para acelerar os processos judiciais que se vêm arrastando na Justiça; ora optam pela ampliação do diálogo e pelo fortalecimento das relações internas, orientadas pelas experiências adquiridas pelos professores indígenas nas relações estabelecidas com os não índios. São essas relações e o comprometimento que os índios possuem com a aldeia que os tornam também referência de liderança.

Dessa forma, o líder precisa possuir algumas habilidades estabelecidas pelos Terena, como: conduta exemplar entre os demais índios e também entre os não índios, como evidenciou Pereira (2009). Essa situação é perceptível na aldeia, onde os Terena são bastante receptivos e, dependendo das circunstâncias, bastante cerimoniosos⁶⁴. Professora Edineide informa ainda:

É que nós professores somos como se diz, somos vigiados pela comunidade, eles ficam olhando qual professor chega atrasado, qual o professor que não. Quem fica até o final e quem não fica, se o diretor esta ou se o diretor sai.

⁶⁴ Nesse caso especificamente, fala-se sobre o processo das gravações das entrevistas na aldeia, momento de reunião entre alguns membros da família, quando o mais velho, ou aquele que é autorizado a falar em nome do grupo, concede a entrevista que, na maioria das vezes, torna-se coletiva, pois, quando um índio começa a falar sobre sua história e suas memórias, sempre um ou outro índio, que também foi autorizado a falar, detalha um determinado acontecimento. Outro momento em que essas práticas ficavam evidentes entre eles era quando ocorria reunião na escola: é notória sua organização e a cerimônia entre os professores e também com os não índios que dela participavam. Essa experiência foi vivida várias vezes devido aos constantes trabalhos de pesquisas desenvolvidos na aldeia Buriti desde 2005. Cabe, no entanto, destacar a experiência propiciada com o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Memória, percepção e sentido do aprender dos Terena das aldeias Córrego do Meio e Buriti: subsídios para uma proposta de etnoeducação”. Esse projeto foi desenvolvido em parceria com os professores da Escola Alexina Rosa de Figueiredo, onde os encontros para as reuniões de trabalho aconteciam, sempre com a total participação dos professores Terena para, a partir de seus conhecimentos, de suas necessidades e da realidade da aldeia, desenvolver-se uma cartilha didática para o uso dos professores na escola.

Então da mesma maneira que estamos aqui sentadas, o que elas estão fazendo, porque só a professora Edineide esta e cadê os outros? Então assim nós somos avaliados pela comunidade, tudo norma. (Entrevista, Edineide Bernardo Farias LHIN/UFMS/CPAQ)

É pré-requisito para o exercício da liderança entre os Terena que o líder seja capaz de convencer as pessoas que estão sob a sua chefia de que ele é capaz de liderá-las, pautando-se no código de conduta estabelecido pelo grupo, sobre o qual a liderança precisa exercer controle, demonstrando bom senso e bom exemplo para os demais. Caso isso não ocorra e a liderança não seja capaz de convencer os demais membros do grupo de que está apta para exercer essa função, não conseguirá estabelecer-se como chefia. “Disto resulta que quem se comporta como chefe deve ser tratado como chefe, realçando a importância do comportamento como constitutivo do líder”. (Pereira, 2009, p. 86-87).

As informações do professor Gerson corroboram essa questão; segundo ele, os Terena da aldeia:

[...] tem esse respeito muito grande pelos professores, muito, muito mesmo, entre as crianças, entre os adultos, entre os irmãos e a comunidade. Porque são convidados realmente a participar e na fala do professor todos ficam muito atentos que geralmente o professor passa ali na fala dele ou uma orientação ou um pedido para a comunidade e acabam fortalecendo esse respeito que tem pelos professores que continua muito forte. (Entrevista, Gerson Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ)

Como já foi mencionado os Terena valorizam o conhecimento tanto aquele adquirido dentro da aldeia, quanto aquele adquirido fora dela, nesse caso nos bancos das universidades. São novas experiências que os professores levam para a aldeia, porém sua liderança é legitimada de acordo com suas ações em prol do grupo, do coletivo. A aldeia é, portanto, lugar que reconhece e legitima lideranças indígenas que são autorizadas ou não a falar pelo grupo, ou pela “comunidade” (como eles se referem à aldeia). Daí a preocupação de manter os vínculos com ela, sobretudo aqueles que se encontram fora dela.

Esse mesmo processo aplica-se aos Terena que disputam os demais cargos na aldeia, entre eles os vinculados à escola, como diretor, professor, coordenador, entre outros, e também os vinculados à área da saúde e à própria administração da FUNAI. Esses cargos são

remunerados. Diante da falta de perspectiva com o trabalho agrícola, decorrente da insuficiência de terra para as plantações, entre outros fatores vividos pelos Terena, ocorre uma disputa interna para ocupar os cargos, em especial os existentes na escola, embora, para os exercerem, dependam da autorização do Cacique. Como é ele quem indica os Terena para a realização do trabalho, torna-se necessário demonstrar competência para exercê-los; questão que passa pela conduta e pelo cumprimento dos códigos estabelecidos pelos Terena. Esses fatores são visíveis no cotidiano da aldeia, como já foi mencionado. Nesse sentido, concorda-se com Pereira quando afirma que:

Muitos líderes políticos mais velhos se empenham em que alguns de seus parentes próximos mais jovens adquiram habilidade na manifestação dos códigos de conduta associados ao exercício da chefia. Para isto, procuraram inseri-los gradativamente em funções nas quais possam exercitar atributos já adquiridos e aprender novos conhecimentos. Ao mesmo tempo, ficam de olho em seus concorrentes políticos, pois é importante não perder a oportunidade de evidenciar para a coletividade qualquer desvio de comportamento considerado inadequado. Tanto o empenho na conduta adequada quanto o apontamento de condutas inadequadas parecem desempenhar uma função pedagógica nos processos de instituição e manutenção da liderança. Em sua formação, a liderança vai aprendendo aos poucos a lidar com esse complexo sistema, que exige o acúmulo de vários conhecimentos e habilidades, imprescindíveis para a correta condução dos processos sociais nos quais possa, legitimamente, se apresentar como liderança. (PEREIRA, 2009, p. 87)

Essa complexidade das relações estabelecidas entre os Terena, em especial as que envolvem a liderança na aldeia, passa por vários setores existentes, como foi mencionado; as lideranças tradicionais, portanto, são reconhecidas por todos, mas também existem as lideranças que, mesmo não ocupando posições de chefia, permanecem líderes, quer para consultas e conselhos, quer para apoio às próprias ações dos líderes. Dentro desse contexto se inserem, especialmente, os ex-caciques, os velhos, cuja memória informa e orienta a conduta dos demais. Entre os mais velhos estão às práticas das tradições, ainda que em muitos aspectos modificadas; são eles os legítimos representantes dos “tempos antigos”, como eles mesmos denominam. Esse tempo é visto pelos Terena como o período da exploração dos índios na região, marcado pelas dificuldades de locomoção, decorrentes da falta de transportes e pela necessidade dos trabalhos nas fazendas. Ao mesmo tempo, concorre para a valorização das experiências que viveram, o respeito ao conhecimento indígena. As informações de

Juscelino Bernardo evidenciam esse momento; por um lado, as dificuldades por falta de acesso; por outro, o conhecimento dos Terena sobre a cura e os cuidados com a saúde, o uso de sua própria medicina, o conhecimento das tradições:

A aldeia era um pouco enrolada né, porque quando foi na minha, nessa criação, na minha época principalmente na parte da educação, na saúde e a agricultura, era muito difícil e nosso passado até hoje. [...] Nós não tinha outro lado para gente ir, a não ser SPI e a FUNAI, a parte saúde também era a mesma coisa, nós não tinha a viatura, nós não tínhamos dinheiro para ir para cidade trata da saúde, então nós tínhamos que vive com o remédio caseiro, isso era nossa vida, os nossos médicos do passado. Nós tomava remédio si for para uma febre, folha de laranja ou nós tomava é casca de imburana, nós tomava casca de jatobá, principalmente para gripe e tosse, isso é o remédio né e pra a febre nós tomava é raiz de fedegoso, era o remédio. (Entrevista, Juscelino Bernardo LHIN/UFMS/CPAQ)

Entre os jovens, esses fatores são distantes de sua realidade, marcada basicamente pela apropriação dos conhecimentos acadêmicos dos não índios, pela possibilidade de ir e vir da cidade para estudar e trabalhar, pela obtenção e uso das tecnologias na aldeia, pelo trabalho assalariado e por se revestirem do exercício desafiador das reivindicações para a conquista de direitos. A professora Edineide afirma:

[...] A gente tem que fazer uma análise do que é bom e do que é ruim. [...] Nós não queremos só depender do governo, queremos aqui um posto de saúde maior, queremos uma escola de qualidade. Queremos ser atendidos por médicos especialistas e isso eu digo que praticamente que não tem isso pode até ter em papeis, mas realmente atendendo a população indígena isso não está acontecendo. (Entrevista, Edineide Bernardo Farias LHIN/UFMS/CPAQ)

A nova conduta dos professores Terena tem contribuído significativamente para a apropriação da escrita de sua história. Nela se destacam as disputas e reivindicações territoriais de outros tempos como táticas para legitimar as atuais reivindicações. Isso traz, para as discussões do presente, as histórias contadas pelos mais velhos da aldeia, pois muitos deles vivenciaram aquelas situações que estão sendo discutidas pelos professores na escola e que envolvem diretamente os seus descendentes indígenas. A professora Edineide afirma ainda:

Assim não é marcado hoje você vai vir aqui que eu vou te dar um ensinamento, não é uma conversa ali de repente ele [avô] me ensina algo, numa visita que eu vou lá ele lembra do passado e começa a me ensinar como era e como deve ser, os ensinamentos ainda são passado oralmente e aí a gente coloca. Aí a gente coloca, a gente tem que escrever, mas porque somos pressionados pelo homem branco que pra ele acreditar tem que estar escrito, agora para nós não, a gente às vezes não se preocupa com isso, às vezes não, nem se preocupa com isso tanto é que muito sabem historia que estão guardadas, só que não escreveu, mas a gente tem que escrever para os nossos filhos ser conhecedor dessas histórias, desses conhecimentos, dessas aprendizagens. (Entrevista Edineide Farias LHIN/UFMS/CPAQ)

Dessa forma, as informações das escolas juntam-se aos conhecimentos dos velhos índios e, por meio deles, estão reconstruindo seus próprios conhecimentos e saberes, situando-os nos diferentes contextos vivenciados, apropriando-se cada vez mais de sua história. Essas experiências vividas são tratadas na escola, ampliando consideravelmente a discussão entre os índios, que, diante de novos desafios, também estão preocupados em registrar a oralidade de seus velhos. Muitos já morreram levando consigo suas memórias. Muitos detalhes se perderam ante as profundas mudanças vivenciadas por eles, porém os professores e estudantes universitários estão recuperando essas informações. Por meio de pesquisas realizadas por eles e que resultam em monografias de graduação e pós-graduação, têm buscado compreender o seu passado e a sua história pela memória de seus velhos. Entender esse passado significa compreender o seu presente, quando estão a reivindicar o território e outros direitos dele decorrentes, instrumentalizando-se para os embates com o Estado brasileiro. Nesse sentido, mais uma vez recorre-se a Rappaport (1998), que, quando trata da questão da consciência histórica dos Paez, evidencia como, para eles, a história era constantemente reformulada a partir das experiências estabelecidas no presente, quando esses índios usavam o passado para rever suas ações e instrumentalizar-se para conquistas futuras. Para os Terena, a convivência com os não índios e a compreensão dos códigos que regem a sociedade nacional estão conduzindo-os ao registro de suas memórias, como tática, para que, ampliando sua consciência histórica, possam ser transformadas em documentos⁶⁵ que legitimem suas ações reivindicatórias por direitos. De acordo com o professor Gerson:

⁶⁵ Pode-se afirmar que a preocupação dos Terena em registrar sua oralidade tem alguns objetivos, entre os quais se destaca a compreensão da importância de conhecer o seu passado. Essa situação se deu muito provavelmente pelo envolvimento direto nos processos de demarcação territorial, quando antropólogos e pesquisadores

[...] devido nossa tradição oral, não nos preocupamos em registrar as histórias contadas pelos nossos velhos, porque a gente aprendia com eles constantemente, diariamente até que também tivéssemos condições de contar aquelas histórias para os nossos filhos e assim por diante, não era preciso estar no papel, o nosso registro era outro. Agora que estamos registrando e escrevendo o que eles nos ensinaram, para que os mais jovens aprendam já que muitos dos nossos velhos não existem mais (Entrevista, Gerson Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ).

Complementando essas constatações, o professor Ramão (2008)⁶⁶ diz que: “nós éramos analfabetos, não sabia ler nem escrever em português, nossas histórias eram contadas pelo meu avô, ele sentava na beira do fogo, fazia um cigarro e ficava ali contando histórias, era assim”. Portanto, não havia necessidade do registro escrito; os Terena pertenciam à tradição oral, meio pelo qual aprendiam e ensinavam suas histórias, sua cultura, suas memórias.

Esses ensinamentos realizados pelos Terena foram modificados ao longo de sua história de contato com os não índios, em decorrência das várias circunstâncias que vivenciaram e que resultaram nas alterações de seu cotidiano, nas saídas das aldeias para os trabalhos na região, na conseqüente perda da língua Terena, agravada pela proibição da prática de seu idioma nas escolas que foram implantadas em suas reservas pelo SPI. A proibição do uso de seu idioma, entre outros fatores, contribuiu para esse processo de mudanças, inclusive de ensino e aprendizagem.

No final do século XX, os professores indígenas começaram a recuperar as informações referentes à sua história e às contribuições dos Terena para o desenvolvimento do então sul de Mato Grosso, para ensinar os demais a valorizar sua condição atual, incluindo os benefícios que lhes podem trazer o estudo: conhecer as dificuldades anteriores para se instrumentalizarem e revertê-las em estímulos para as atuais reivindicações. Pode-se dizer que, nesse momento, os professores indígenas se tornaram “os guardiões da memória” e, por meio dela, contribuem diretamente para incentivar a formação dos jovens Terena, cada vez

passaram a registrar a história desse grupo, ancorando-se nas informações concedidas pelos índios. Foi nesse momento que os próprios Terena reconheceram-nos e apontaram-nos como autoridades para falar sobre a história da aldeia. Essa situação demonstrava a importância das memórias dos velhos índios para as reivindicações atuais, pois, devidamente registradas e analisadas, tornam-se importantes documentos para a defesa de seus direitos territoriais.

⁶⁶ Professor de Língua Terena na Escola Alexina Rosa de Figueiredo.

mais conscientes de sua história, de suas perdas, das transformações ocorridas, buscando, por meio desses aprendizados, a defesa do território, entre outros direitos. É esse objetivo que move os Terena para enfrentar as muitas dificuldades com as quais têm deparado na busca pelo conhecimento de seu passado, via instituições de ensino, para melhor desenvolverem suas atividades dentro e fora das aldeias.

Assim, os jovens índios que saem de suas aldeias para estudar e trabalhar nas cidades não rompem com a sua cultura, mas atualizam-na mediante as suas necessidades atuais, entre as quais destacam-se a de defender, preservar e recuperar o território. Por isso, vêm insistentemente solicitando a legalização, a revisão, a ampliação das áreas em que se encontram, bem como buscando trabalhos fixos que lhes garantam salário mensal, como é o caso das funções de professor e agente de saúde dentro das aldeias. Esses são fatores que contribuem para a busca ou ampliação de conhecimentos fora delas, de modo que estes possam ser revertidos a seu favor, de forma individual ou coletiva, como nas disputas com o Estado brasileiro.

As experiências vividas pelos Terena são lembradas com o intuito de fortalecer suas ações reivindicatórias no presente. Para isso, contam com uma memória histórica sobre as lutas pelas terras que ocupavam; nesse sentido, as memórias referentes ao seu apoio ao Exército brasileiro em inúmeras situações, especialmente em duas delas, na defesa do território nacional na Guerra do Paraguai durante o século XIX e a sua participação na Segunda Guerra Mundial na primeira década do século XX. Os Terena destacam que foi com o resultado desse apoio que emergiram as relações de “amizade” entre as suas lideranças indígenas e as autoridades brasileiras, que, no entanto, não impediram suas perdas territoriais, que ainda hoje geram situações conflituosas entre os índios e o Estado brasileiro. É por meio da cultura histórica compreendida como o posicionamento que os índios têm sobre o seu passado e o uso que fazem dele para fazer frente aos desafios vivenciados no presente, que eles reivindicam os direitos ao território e as suas demais necessidades, ao mesmo tempo em que reforçam uma cultura política própria vinculada à sua cultura histórica para o estabelecimento de novas táticas junto ao Estado brasileiro. (Almeida, 2007).

Quando os Terena estão nessa ação e nesse movimento em busca de soluções para os seus problemas, os não índios imediatamente negam a sua identidade indígena. Afirmam que

esses índios, diante das informações adquiridas e pelas transformações vividas, “perderam” a sua cultura, a sua identidade étnica e, por isso, não são mais “índios de verdade”. Segundo essa concepção, não possuiriam os direitos que estão reivindicando, especialmente o territorial. Essa é a principal disputa entre índios e não índios em Mato Grosso do Sul. Os argumentos utilizados pelos não índios para tais afirmações residem em algumas questões, como no fato de muitos índios não falarem mais a língua Terena; muitos índios estão vivendo nas cidades⁶⁷, estudando ou trabalhando; outros, mesmo vivendo nas aldeias, possuem tecnologias comuns à sociedade envolvente. Na concepção dos não índios, esses fatores não dizem respeito à cultura indígena e, portanto, “não são mais índios”, de modo que, por essas mesmas razões, não possuem direitos sobre as terras que estão a reivindicar.

Quanto a essas alegações dos não índios, os Terena argumentam que essas situações e essas perdas por eles vivenciadas foram criadas pelos não índios, desde que se apropriaram das terras indígenas. Essa situação levou os Terena a buscar outras formas de sobrevivências, como a saída das aldeias para trabalhar e estudar nas cidades. Explicam que a principal razão para isso consiste justamente na falta de condições de permanecerem nas aldeias, limitados em uma terra que não é suficiente para suprir suas necessidades básicas, não sendo possível possuir roças para desenvolver sua principal atividade, a agricultura, por meio da qual tinham possibilidades de cultivar alguns produtos para a sua subsistência e ainda comercializá-los nas feiras das cidades. Essa atividade já não é mais possível; na maioria das vezes, para comercializar seus produtos agrícolas, torna-se necessário primeiramente comprá-los dos sítios da região para então revendê-los nas cidades. A falta de recursos para garantir sua permanência nas aldeias gera a necessidade das suas saídas tanto para estudar quanto para trabalhar nas cidades⁶⁸, obrigando-os a buscar novas soluções para os velhos problemas existentes.

⁶⁷ Na casa de parentes ou de amigos mais próximos; na cidade de Campo Grande, os Terena vivem principalmente nas aldeias urbanas Marçal de Souza, Água Bonita, Darcy Ribeiro. Em Aquidauana, recentemente fundaram a primeira aldeia urbana da cidade – como eles mesmos a identificam.

⁶⁸ Lembrando que essa atividade de saírem de suas aldeias em busca de empregos, tanto nas fazendas quanto nas cidades da região, não é uma atividade nova; ela já faz parte do cotidiano Terena há bastante tempo, como já destacaram os trabalhos realizados por Roberto Cardoso de Oliveira, em especial “Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes”, publicado em 1968, demonstrando a saída das aldeias para trabalhar nas cidades. O trabalho de pesquisa desenvolvido por Galan (1994), que evidencia a importância do trabalho agrícola e a venda dos produtos pelas mulheres nas feiras das cidades. Essas atividades permanecem; no entanto, outras modalidades de trabalho foram incorporadas pelos Terena.

Essa nova situação vivenciada pelos índios foi definida pelo Terena Claudionor do Carmo Miranda (2006) como o “tempo do despertar”, que consiste na busca pela autonomia, quando estão realizando a sua “viagem da volta”, mediante a apropriação de sua história. Aquela transmitida de geração para geração, pelos velhos índios, somada às informações adquiridas pelos registros realizados pelos não índios, formando um contexto no qual os Terena exercem o controle de sua história e de sua memória.

Esse período correspondente ao “tempo do despertar” é marcado pela inserção dos Terena nos espaços que, anteriormente, eram ocupados apenas pelos não índios nos diversos setores da sociedade envolvente, na qual passam a exercer cargos públicos nas esferas local, municipal, estadual e federal, como profissionais liberais, entre outras funções, que lhes permitem transitar entre a aldeia e a cidade. Some-se a isso a presença dos jovens estudantes índios nas universidades, buscando compreender a ciência dos não índios, para então traçar novas formas de sobrevivência sociocultural, novas táticas para se relacionarem com a sociedade envolvente. Miranda (2006), para exemplificar essa nova fase dos Terena, demonstra as atitudes dos professores da aldeia Água Branca, localizada no município de Nioaque, onde registrou o depoimento do professor Valmir Brites Rocha⁶⁹:

Sempre fomos pesquisados, sempre o branco procurou conhecer nossa ciência de lidar com a natureza, com o nosso território e sempre nos sentimos prejudicados, porque eles nos estudam, mas, parece que quanto mais estudam nosso povo, mais dificuldades temos de melhorar de vida. Deveria ser o contrário, nos ajudar. Então vejo que é o “despertar de nosso povo” agora. Queremos conhecer a ciência dos brancos, estudar e se formar para poder ajudar nossa população indígena. Somos capazes de em pouco tempo, formarmos doutores, especialistas indígenas para falar por nós mesmos, mas dentro de uma realidade indígena e não pensando de fora para dentro. Portanto, tenho incentivado muitos jovens a estudarem, pensando no futuro de nosso povo (Valmir Brites Rocha, *apud* MIRANDA, 2006).

Assim, os Terena estão vivendo o seu “tempo do despertar”, apropriando-se de novos mecanismos da sociedade envolvente, como o conhecimento científico produzido pelos não

⁶⁹ Professor na aldeia Água Branca na Terra Indígena de Nioaque, no município de Nioaque. Entrevista realizada e incluída na dissertação de mestrado de MIRANDA, Claudionor do Carmo. *Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*. Campo Grande, 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

índios, participando diretamente de uma série de funções dentro e fora das aldeias, ampliando os conhecimentos e as discussões em torno de sua história, de seus direitos. Esses fatores, entre outros, permitem-lhes desenvolver sua própria história. Atualmente, a maioria das escolas indígenas é administrada por eles mesmos, a maioria dos professores são índios formados pelas universidades, portanto adequadamente habilitados pelas normas dos não índios para exercerem a função de professor. Essa nova realidade tem proporcionado mudanças significativas dentro das aldeias, tem incentivado as discussões políticas e ressaltado a importância das lideranças indígenas para a conquista e a garantia de direitos, que passam especialmente pela posse e ampliação do território. Somada a essa reivindicação, consta a melhoria da educação e da saúde.

Entre outras formações profissionais alcançadas pelos Terena, encontram-se também as de advogados, enfermeiros, administradores, pedagogos, geógrafos, graduados e pós-graduados nas instituições superiores de ensino dos não índios⁷⁰. Todos se encontram tecendo sua própria história, que é bem diferente daquela que estava e está posta para a sociedade envolvente; essa “nova” história indígena tem a participação direta dos pesquisadores índios, investigando, questionando e reescrevendo sua história. (Monteiro, 1999b).

Cabe retomar o contexto específico da escola indígena⁷¹, mais especificamente a escola Alexina Rosa de Figueiredo⁷², localizada na aldeia Buriti, que tem contribuído com as discussões políticas na aldeia, tanto pelo uso do seu espaço físico, para as reuniões e discussões com a sua população, quanto pelo envolvimento dos professores nas questões de interesses da aldeia, em especial as vinculadas às disputas territoriais.

⁷⁰ Em 2009, o Programa Rede de Saberes realizou uma pesquisa (que está sendo atualizada) com os acadêmicos indígenas matriculados nas universidades do Estado de Mato Grosso do Sul e registrou 243 índios Terena matriculados em diferentes cursos, predominando aqueles voltados para as licenciaturas.

⁷¹ A compreensão sobre a escola indígena também vem despertando interesse entre os pesquisadores e sobretudo entre os próprios Terena: entre as oito dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação da UCDB, quatro delas fazem parte do Mestrado em Educação. Essas pesquisas foram mencionadas no primeiro capítulo deste trabalho, destacando suas experiências na escola indígena, que, por outro lado, também vem sendo estudada pelos não índios; entre os trabalhos realizados, constam: Mangolin (1999), Carvalho (1998), Cruz (2009), Seizer da Silva (2009).

⁷² A escola Alexina Rosa de Figueiredo é composta por professores Terena, a maioria habilitada pelas universidades, ou seja, pela educação formal dos não índios, para exercer a função de professor, ministrando aulas a partir de suas especializações. Essa situação ainda não é comum em todas as escolas indígenas.

A escola tornou-se lugar de apropriação de conhecimento pelos Terena. Nesse novo contexto, a educação escolar tornou-se fundamental para os índios. É por meio do conhecimento científico, somado ao conhecimento histórico, que eles estão garantindo as conquistas dos direitos à terra, à saúde, à educação, priorizados entre outros tantos interesses dos Terena.

Entre as atividades proporcionadas pela escola que contribuem diretamente para esse momento vivenciado pelos Terena consta o fortalecimento da educação dentro da aldeia, por meio de um quadro de professores habilitados para ministrar aulas e de professores envolvidos com questões políticas e que reivindicam, das secretarias municipais de educação, melhores condições de trabalho e de ensino para os seus alunos.

Dentre as ações estabelecidas, priorizaram o ensino da língua Terena, uma vez que a maioria dos alunos não é mais falante. Para o professor Ramão, essa questão é fundamental para os índios, pois, segundo ele, a língua não pode perder-se; ao contrário, ela precisa ser fortalecida:

Eu acho é o seguinte que não só a escola, por exemplo, onde eu trabalho, mas como a comunidade inteira precisa buscá novamente a língua Terena que já tá no esquecimento há muito tempo. Olha, eu quando era criança em 1954 a aldeia inteirinha falava a língua Terena, aí a partir de 1965 pra cá aí já começou [...] A língua Terena ir sumindo devagarzinho, com aquele povo antigo foram falecendo, e aí os novos pais não botaram em prática aquilo que era necessário pra nossa comunidade. Hoje a gente tem que buscar, incentivar as crianças, talvez os pais, as mães pra levá os seus filhos a escola aprender falar a língua Terena. Pra mim é muito importante a língua Terena, mas talvez pra muitos não tem valor, mas tem [...] E muito valor; porque muitas vezes a gente vai fazer uma reunião, por exemplo, com o branco em Campo Grande, a gente faz o acerto na língua Terena aí depois leva prá platéia lá né, e já em português já tudo combinado porque aí pelo menos o branco não sabendo o que você combinô com o seu patrício e agora a gente não falando a nossa língua não, a gente vai ter que falar igual a eles e aí se a gente tá montando algum sistema prá ganhá o poder por exemplo eles vai ficar sabendo e vai aplicar a defesa, né ?[...] E agora sendo na língua Terena não tá sabendo nada do que tá falando. (Entrevista, Ramão Pinto LHIN/UFMS/CPAQ)

Essas informações apontam que, a partir da segunda metade do século XX, os pais não ensinavam mais os seus filhos a se expressarem na língua Terena, por isso a explicação de que

ela desapareceu “devagarzinho” com a morte dos mais velhos. Uma das razões dos pais não ensinarem a língua Terena para os seus filhos era para protegê-los dos maus tratos nas fazendas enquanto empregados, pois aqueles que tinham dificuldade para entender o português eram humilhados pelos não índios, já que não entendiam as ordens recebidas pelo patrão e por isso também não as cumpriam. A herança desses maus tratos perpetuou-se como um estigma entre os Terena, que, após se tornarem pais, optaram por assumir a língua portuguesa. Assim, eles o fizeram para proteger seus filhos dos mesmos constrangimentos pelos quais haviam passado nas fazendas onde trabalhavam e também dentro da aldeia com as escolas implantadas pelo SPI, onde eram proibidos de se comunicar em Terena⁷³: tinham que adotar o português para falar, ler e escrever.

Outra questão destacada na informação do professor Ramão é que, atualmente, escola e família vêm incentivando as crianças a aprender a língua Terena. Isso é importante para que ela não se perca, e suas ações já demonstraram resultados: as crianças começaram a falar em Terena, provocando outro movimento junto aos pais e professores índios que ainda não sabem comunicar-se em Terena. Isso tem conduzido os professores índios a buscar esse conhecimento, e eles o fazem contando com a colaboração dos índios mais velhos, que, por sua vez, sentem-se valorizados, já que constantemente são procurados pelos mais jovens, interessados em aprender com eles. Dessa forma, participam ativamente das pesquisas solicitadas pelos professores, propiciando a integração entre escola e aldeia.

Outro fator importante nas informações mencionadas pelo professor Ramão reside na necessidade de os Terena voltarem a falar na sua língua como tática para as negociações por direitos com os não índios. O uso da língua Terena fortalece as relações entre os próprios índios para que possam relacionar-se com a sociedade envolvente e instrumentaliza suas ações políticas.

⁷³ As dificuldades com a língua Terena são comuns em todas as aldeias; porém em algumas ela é mais falada do que em outras, a exemplo da aldeia Cachoeirinha, localizada no município de Miranda, onde a maioria dos habitantes é falante da língua. Nessa aldeia, ocorreu uma situação inusitada: Dois índios Terena, pós-graduandos do Programa de mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, em Campo Grande MS, defenderam suas dissertações na escola da aldeia. Talvez tenha sido o primeiro caso no Brasil de a defesa ocorrer na aldeia e não na própria universidade. A pós-graduanda Maria de Lurdes fez sua explanação em Terena, justificando para a Banca e para os presentes que, por sua emoção e o seu nervosismo, ela não conseguia pensar e raciocinar em português e, em respeito à presença dos velhos Terena no local, ela se comunicaria em Terena e não na língua Portuguesa.

E foi nesse contexto que o professor Ramão, responsável pelo ensino da língua Terena na escola Alexina Rosa de Figueiredo, deparou-se com uma situação de caráter pessoal: ele mesmo não havia ensinado seus filhos a falar a língua Terena. Essa situação indica dois momentos distintos vividos pelos índios. O primeiro, quando deixaram de ensinar a língua Terena aos seus filhos como forma de protegê-los dos preconceitos vividos e das demais ações por eles geradas pela sociedade envolvente; o outro, inverso, quando retomam sua cultura histórica procurando fortalecer as relações mantidas com o grupo e elegem a prática e o ensino da língua Terena para evidenciar a sua identidade étnica (Barth, 2000). Dessa forma, reforçam sua cultura política, na busca pela legitimação de direitos junto ao Estado brasileiro.

Nesse movimento, os Terena têm somado esforços para avançar no ensino da língua Terena entre os mais jovens, como demonstra o professor Ramão ao afirmar:

Eu já tenho aluno formado, esse [professor Rafael] tá dando aula hoje a tarde, foi meu aluno. O ano passado ele terminou o ensino médio, aí me pediu uma vaga, eu dava aula pro estado no ensino médio, aí eu dei as aulas pra ele. Hoje ele tá junto com nós na prefeitura. Eu dou aula um período ele dá outro período. Então esse pra mim foi o crescimento mais grande que já tive. (Entrevista, Ramão Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ)

Entre as discussões externas à aldeia constam os embates com a Secretaria Municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti, pois entre os cursos de capacitação de que os professores são convidados a participar, nenhum é realizado na língua Terena⁷⁴. Assim, o professor dessa disciplina acaba tendo que se “encaixar” no grupo de professores de língua estrangeira. Nesse caso, da língua inglesa. Essa realidade não atende às necessidades da escola e uma das alternativas que o professor Ramão encontrou para amenizar esse problema foi produzir junto com os seus alunos um material didático para o ensino da língua Terena, uma vez que na aldeia não existe nada realizado nesse sentido para auxiliar as crianças na sua compreensão⁷⁵. As informações registradas e organizadas pelo professor Ramão foram socializadas com outros professores que ministram as mesmas aulas e que também vivenciam

⁷⁴ Trabalhos mais pontuais sobre a Língua Terena foram desenvolvidos por Nincao (2003, 2008), Ladeira (2001), Antônio (2009).

⁷⁵ O professor Ramão faleceu no início do ano de 2010; o material didático que ele havia elaborado para ser publicado e contribuir com o ensino da língua Terena para os seus alunos ainda não está publicado, encontrando-se em posse de sua família, que deverá disponibilizá-lo para ser utilizado no ensino da língua Terena na escola Alexina Rosa de Figueiredo, na aldeia Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

problemas semelhantes, na perspectiva de incentivá-los a realizar o mesmo procedimento e criar subsídios para auxiliarem-se a si próprios, aos outros colegas e aos alunos.

No movimento da busca pelo conhecimento de sua história, o uso da memória se faz presente na história Terena; é também por meio dela que os índios constroem táticas políticas que legitimam suas atuais reivindicações por direitos. Novamente, os conhecimentos dos mais velhos da aldeia tornam-se importantes para o fortalecimento do movimento indígena, sendo os próprios índios os atores sociais responsáveis pelo seu desenvolvimento e a escola indígena é um dos principais instrumentos desse novo momento vivido pelos índios.

A escola indígena Alexina Rosa de Figueiredo

De acordo com a memória dos Terena a escola da aldeia Buriti iniciou suas atividades em 1887, de acordo com o histórico constante em seu Projeto Político Pedagógico/PPP. Ano em que um grupo de índios Terena formado pelas famílias Teófilo, Alcântara, Figueiredo e Bernardo, juntamente, com o índio Kaiowá Ubiratan⁷⁶ reuniram-se para a formação de uma sala de aula na aldeia. As famílias mencionadas reuniram-se e cada uma delas ficou responsável pela venda de cavalos com o objetivo de patrocinar a viagem de um grupo de lideranças Terena para a cidade do Rio de Janeiro, então a capital nacional, para obterem junto às autoridades brasileiras autorização para o funcionamento da primeira sala de aula na aldeia. Iniciando sua construção no ano seguinte em 1888, quando também iniciaram as aulas ministradas pelo professor Ubiratan. Essa situação permaneceu até 1910 (Cruz, 2009).

Com o desenvolvimento das ações do SPI junto aos Terena, a situação da escola se modificou e ela passou aos cuidados e ao controle do órgão tutor. De acordo com Cruz (2009), uma nova sala de aula foi instituída com o nome de XV de Novembro e passou a funcionar na sede do Posto, com aulas ministradas pelas esposas dos chefes. Essa situação permaneceu durante o período do SPI, em 1960, o índio Terena Ramão Pinto Alves tornou-se professor da escola da aldeia Buriti, considerado o primeiro índio professor daquela aldeia. Retomando a história da escola em Buriti o professor Ramão Pinto Alves afirma:

⁷⁶ De acordo com os Cruz (2009) “Ubiratan – índio Kaiowá, chegou à aldeia com o grupo de Terena que vieram se instalar nas terras Buriti, junto com o grupo de Joaquim Teófilo. Era o único índio alfabetizado do grupo e por isso, assumiu as aulas como professor. Há também quem afirme que ele era uma pessoa que tinha a incumbência de trazer de volta os Terena para as terras Buriti, que estavam vivendo nas fazendas dos arredores em situação de quase escravidão”. (Cruz, 2009, p. 125).

Na época essa escola não tinha cadeira, não tinha mesa, não tinha caderno, não tinha lápis, não tinha giz ... o índio fez um quadro negro, feito de madeira, de tábuas, depois tingiu com jenipapo e uma madeira que se chama Moreira... Passou naquela madeira, aí não sei como ele conseguiu uma cera que dava pra escrever no quadro. Aí meu avô [Joaquim Teófilo] teve no Rio de Janeiro, de lá ele fez um pedido, aí veio uns bloco de pedra né, espécie [...] era um caderno, vamos supor que ali os alunos escreviam [...] aí na hora de ir embora, os alunos deixavam aquela pedra, aquele bloco, não levava nada, só ia pegá amanhã de manhã de novo, aí os alunos que vinham pela parte da tarde usavam aquele lá, a mesma [...] o mesmo material. E [...] professor não tinha salário, professor ganhava alimento em troca de dar aula, arroz, feijão, as coisas, [...] até a chegar o primeiro Chefe de Posto nessa aldeia. Aí o primeiro Chefe de Posto e já trouxe professora, já mudou porque aí a professora já veio ganhando do SPI um salário, então desde aí pra cá, mudou o regime da escola, vamos supor assim, só vinha branca dando aula, às vezes ela vinha dar aula aqui quinze dias e ficava sessenta fora ou dava aula trinta dias e ficava seis meses sem aparecer na sala de aula; até 1960 a escola indígena foi conduzida pelo branco, pelo chefe de posto, a esposa de chefe de posto. Aí, quando foi em 1960, um cacique chamado João Batista foi a Campo Grande, foi ao quartel general, reclamá que já “tava” cansado de professor branco ou branca, não dava aula direito pra comunidade dele né; aonde o Major Elídio Pinheiro que é desse comando militar ali, resolveu dá mão pra ele, aonde eu comecei a dar aula pra o SPI, em 1960 [...] aí eu fui o primeiro de todos, depois de Ubiratan eu fui o primeiro professor índio a dar aula na reserva indígena. (Entrevista, Ramão Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ).

Nesse depoimento é possível identificar a importância da escola para os índios Terena, que estão recuperando suas memórias no âmbito da escola. Como demonstra o professor Ramão Pinto Alves, ao evidenciar as ações dos Terena ainda no século XIX para iniciar as aulas em Buriti. Bem como as relações mantidas pela escola a princípio com o Posto Indígena e depois com a sua comunidade, cada vez mais fortalecidas pelas ações desenvolvidas pelos professores Terena.

Atualmente a escola Alexina Rosa de Figueiredo na aldeia Buriti é composta por um quadro de professores indígenas com formação em distintas áreas, habilitados pelas universidades brasileiras para exercerem as funções de professores em sua aldeia. Oferece o ensino fundamental e o médio com cerca de 349 alunos, possui nove salas de aula, uma cozinha, banheiros masculino e feminino para os alunos, possui uma sala para os professores com banheiro, quadra de esportes e uma grande “oca”, lugares de socialização na aldeia. (Alcântara, 2007).



IMAGEM: 15 “Oca” Terena Escola Alexina Rosa de Figueiredo
Fonte: Vera Lúcia Ferreira Vargas LHIN/UFMS/CPAQ



IMAGEM: 16 Construção prédio da biblioteca da Escola Alexina Rosa de Figueiredo
Fonte: Vera Lúcia Ferreira Vargas LHIN/UFMS/CPAQ

De acordo com o regimento escolar, a unidade funciona com a seguinte estrutura administrativa: Direção, Coordenação Pedagógica, Corpo Docente, Secretária, Associação de Pais e Mestres, Conselho de Classe e Auxiliares de Serviços Gerais (limpeza e merendeira). A biblioteca ainda esta em construção na escola. O cargo de Diretor é exercido por um índio da própria aldeia, que precisa atender alguns critérios como formação em Pedagogia, ser professor do quadro efetivo, ter sido professor por no mínimo 2 (dois) anos em unidade escolar indígena, ser aceito pelas lideranças indígenas, somente depois de atender esses pré-requisitos é designado por ato próprio da entidade mantenedora (Cruz, 2009). Essa situação evidencia a apropriação da escola pelos índios Terena e a instituição de um mecanismo próprio para regê-la de acordo com a sua compreensão e interesses.



IMAGEM: 17 Professores Terena da escola Alexina Rosa de Figueiredo na Conferência De Educação em 2008, aldeia Buriti.

Fonte: Vera Lúcia Ferreira Vargas LIHN/UFMS/CPAQ.

O corpo docente da escola é composto por 21 professores indígenas que atendem ao ensino fundamental e o médio. A faixa etária dos professores é em torno de 25 a 35 anos. São selecionados pela liderança da aldeia, somente depois desse processo os seus nomes são indicados à Secretaria de Educação do município de Dois Irmãos do Buriti, para serem

contratados, entre esses professores nove são concursados pelo município, esses também passam pelo mesmo processo de seleção dos demais, ou seja, a aprovação da liderança indígena. (Cruz, 2009).

Situação que provoca disputas internas entre os Terena para exercerem essas funções, tanto por significar a garantia de salários fixos, quanto pela referência de liderança na aldeia, como afirma o professor Gerson (2008) “ser professor ou agente de saúde representa uma liderança na comunidade”, (Entrevista, Gerson Pinto Alves, LHIN/UFMS/CPAQ), como já foi mencionado anteriormente. Os professores Terena fortalecem suas ações políticas reivindicatórias por meio do registro de suas memórias, reconstruindo sua história e evidenciando a sua participação no desenvolvimento econômico e político da região.

Memórias de velhos, história de índios contadas na escola

A memória Terena está vinculada, principalmente a alguns fatores fundamentais para a compreensão de sua história: a sua organização e a perda dos territórios que ocupavam anteriormente à formação das fazendas no atual Mato Grosso do Sul. Segundo informações do professor Ramão (2008):

[...] A minha avó ela contava para mim, para nós, era um lote de criança, que eles vieram do Paraguai. [...] eu acabei um curso que fiz lá no CNBB em Campo Grande, uma historiadora lá [...] contou sobre o índio [...] eu fiquei só ouvindo lá na sala, olha minha avó tá certinha. A palavra que ela usava é vem dizer assim Pantanal, no que dá para entender, no Terena dela. [...] Quer dizer, assim eu vim do Chaco do pantanal, que ela contava. Ela contava história de que passou em vários lugar, em tal lugar eu parei em uma murraria, nós fazia fogo a noite, não podia fazer fogo de dia porque o inimigo vinha pegar, era tanta história bonita que ela contava.[...] Eu conto para os meus alunos na escola e então ela disse assim que deu certo porque quando os índios chegaram do Paraguai cada um agarrou em parte do rio. Tem gente que saiu e caiu em cima do rio Paraguai, que são os Guarani que estão lá em cima e aí vem os Terena que caiu mais pra cá, que saiu em Maracajú, que é esse povo que vem vindo pra cá. Esses que desceram para o lado da Bolívia são os que estão lá em Miranda. Então uma família sai pra cá, outra sai pra ali, outra sai pra lá e vai formando a tribo. Assim minha avó contava. [...] eu peguei um livro que tem, aquele livro de história Terena, andei lendo e eu falei: olha aqui a história da minha avó tá aqui. Eles contam a história no livro, vem outras pessoas que exemplificam aquilo como aconteceu. (Entrevista, Ramão Pinto Alves LHIN,UFMS/CPAQ)

As lembranças dos tempos antigos, como os Terena costumam definir o passado e suas memórias, permaneceram entre os índios. Não deixaram de ser transmitidas e ensinadas aos seus descendentes, porém essas histórias adquiriram um novo sentido; estão sendo cada vez mais lembradas para os mais jovens na aldeia. Nesse sentido, a escola foi legitimada pelos índios como o lugar de compreender essas histórias, ampliando esse conhecimento, demonstrando a relação entre o passado e o presente. Cardoso evidencia a preocupação dos Terena em:

Construir uma proposta pedagógica que tenha condições de fazer frente ao que fora colocado pelo sistema educacional oficial, até pouco tempo atrás, propondo como objetivo o conhecimento da realidade local, valorizando o saber acumulado tradicionalmente, que, juntamente com a consciência sobre o entorno e a articulação entre esses dois contextos, possibilitaria alternativas viáveis de etnodesenvolvimento. Assim a escola, seria um canal importante para essa interação em que os índios assumiriam o protagonismo na construção do seu destino, por meio da reflexão, de escolhas conscientes e da autodeterminação, em todos os âmbitos da vida comunitária. (CARDOSO, 2004, p. 62)

A escola tornou-se um importante mecanismo para as reflexões políticas dos Terena; nela os professores estão incentivando os alunos indígenas a se interessarem pelas discussões que envolvem os seus direitos, evidenciando que o território é de suma importância para eles, que o controle sobre ele é uma tradição herdada dos antepassados e tanto a sua defesa quanto a sua ampliação são direitos adquiridos pelas inúmeras ações prestadas ao Estado brasileiro. Com base na sua memória histórica, os Terena fortalecem as ações dos professores e legitimam a escola como um local político.

O professor Ramão (2008) mostra a importância das informações transmitidas na escola e alerta seus alunos: “você têm que aproveitar o momento que estou aqui, prestar muita atenção no que estou falando para vocês”. Isso porque ele é um dos detentores dessa memória: professor da língua Terena eleito pelos índios para demonstrar o seu conhecimento, ensinando e ampliando a consciência histórica dos demais. Dessa forma, as histórias, as memórias e a língua Terena são ensinadas na escola com o objetivo de contribuir para a construção de táticas para legitimar o direito sobre a terra que estão disputando com os não índios; é por meio dessa memória histórica que estão se fortalecendo para os embates com o Estado brasileiro e estão se tornando cada vez mais índios, cada vez mais conscientes de suas ações, de suas perdas e de suas reivindicações por direitos.

Essa perspectiva adotada pelos Terena passa pelo reconhecimento e a valorização cultural indígena, processos nos quais predominam os diálogos com os velhos das aldeias, especialmente com aqueles que formavam as antigas lideranças, seja como cacique, liderança política, seja como *koixomuneti*, liderança religiosa. Nos registros realizados por meio das entrevistas nas aldeias de Bananal, Ipegue, Colônia Nova e Buriti, são essas duas lideranças que se destacam por suas falas e memórias.

Os *koixomuneti*⁷⁷ são os responsáveis, principalmente, pelas curas espirituais; também são conhecidos por “padre que chocalha purungo, que dá remédio, é adivinhador, vamos falar assim, adivinhador”. (Entrevista, Manoel Amado, LHIN/UFMS/CPAQ) Eram considerados importantes referências no seu cotidiano, homens sábios, respeitados nas aldeias e fora delas; as histórias que os envolvem são mencionadas com respeito e admiração por seus préstimos nas mais diferenciadas situações; segundo a memória indígena em todas, foram bem-sucedidos.

Segundo informações obtidas com os índios das aldeias Buriti, Ipegue e Colônia Nova, eram homens procurados até pelos não índios. Em suas memórias, constantemente estão registrados o quanto eram procurados nas suas aldeias, como demonstra Juscelino Bernardo (2010), filho do *koixomuneti* José Bernardo na aldeia Buriti:

Olha quando nós via um doente, era muito preocupante, o Terena né, era muito preocupante. Quando via um doente ali, o vizinho já ia lá, dizia fulano faz um remédio aí. Que remédio? tal coisa com tal coisa, qualquer um podia fazer o remédio. Agora se o caso não era a raiz da casca do pau, de folha da madeira, hoje é diferente fulano vai chamar o sicrano lá, vem fazer oração pra ele, vem benzer ele, vem fazer um trabalho, se é algum caso de espírito, porque o médico não cura essas doenças, porque muitos fala que não existe feitiço. Existe sim, no passado existia muito, porque tem os padres que a gente fala que é o purungueiro, que é o pajé, o que acontece se ele não se dá com a professora, um exemplo, mas mata a professora com 24 horas, a senhora vai morrendo sem saber a troco do que. Agora quando é boa pessoa, só faz o bem, ele só faz o bem, então isso acontece, aconteceu aqui mesmo na aldeia, aqui a população era pouca ainda, e meu pai é um deles, entendia muito. José Bernardo, ele era o homem mais respeitado daqui, dessa região sobre isso, era o homem mais respeitado. Vinha muitas pessoas, vinham pedir socorro né. Só sei que o dom dele era mais acima que dos outros, vinha as pessoas de longe, pessoas que nós falava que não é índio, vem de longe, fazer o tratamento com o meu pai, ele curou até gente louco, pessoas louco,

⁷⁷ Sobre essa questão ver Carvalho (1996), Acçolini (1996, 2004), Moura (2001, 2009).

louco, louco, mesmo, ele curou, até poucos tempos, tinha um tio que morava aí onde mora o Ramão aí, eu vi ele curando ainda louco, louco. (Entrevista, Juscelino Bernardes LHIN/UFMS/CPAQ)

O índio José Bernardo ainda é lembrado pelos Terena como homem de muita sabedoria. Foi *koixomuneti* muito respeitado entres esses índios e por toda a região, como lembra Fátima Bernardo⁷⁸ (2008): “meu avô sabia quando ia chegar pessoas de longe pra tratar com ele, minha avó contava, ele falava pra minha avó, hoje vai chegar gente de tal lugar, vai vim, ele pedia pra arrumar comida, arrumar cama, podia esperar que chegava mesmo as pessoas. [...] *Koixomuneti* daqueles forte mesmo”. Além de curar índios e não índios, por meio da manipulação das ervas e das rezas que realizavam, em que estabeleciam contato com os espíritos de seus antepassados, que lhes informavam o que ainda iria acontecer, sua sabedoria era considerada “sagrada”. Eram esses os fatores que os diferenciavam dos demais, constituindo-os em lideranças religiosas entre os Terena.

Uma de suas ações de cura ainda hoje é lembrada pelos índios de Buriti, que, na década de 1920, viveram a epidemia da febre amarela na aldeia; muitos índios morreram vitimados por essa doença que se instalou entre eles. Segundo Juscelino Bernardo, mesmo seu pai – José Bernardo – preparando os remédios e cuidando dos doentes, não conseguiu controlar a febre na aldeia, morrendo vários índios no mesmo dia. Diante daquela situação, José Bernardo “fez um pedido pra Deus, uma promessa pra acabar com essa epidemia, e acabou. Hoje virou uma tradição” (Entrevista Juscelino Bernardo, LHIN/UFMS/CPAQ). A promessa em questão foi realizada para São Sebastião, aproximadamente em 1924. Desde então, no mês de janeiro, é realizada a Festa de São Sebastião na aldeia, configurando-se, assim, a tradição a que se refere o entrevistado, como uma forma de agradecimento pelo desaparecimento da febre amarela entre eles.

A Festa de São Sebastião é realizada pela família de Juscelino Bernardo. Essa festa é um dos acontecimentos religiosos mais importantes da aldeia Buriti⁷⁹. Reúne os católicos devotos de São Sebastião que moram na aldeia e região. Isso evidencia a presença do catolicismo na aldeia, São Sebastião é bastante comemorado em toda região; os fazendeiros e

⁷⁸ Índia Terena, neta de José Bernardo e filha de Juscelino Bernardo que participava da entrevista mencionada.

⁷⁹ Existem outras comemorações religiosas na aldeia, entre elas: São João, Nossa Senhora Aparecida, com festa no mês de setembro, e não em outubro, como é costume dos não índios, católicos no Brasil. Sobre esses eventos,

criadores de animais – principalmente o gado bovino – em geral são devotos desse santo e celebram a sua data no dia 19 de janeiro, com festa, quando oferecem almoço para os devotos em comemoração à proteção obtida; provavelmente a presença desse santo entre os Terena está vinculada à convivência com os fazendeiros nas relações de trabalho e às ações dos padres dentro das aldeias. Fazer promessa para santo é uma prática católica, enquanto o ato de agradecer a graça da cura da febre amarela também está associado à sabedoria dos *koixomuneti*, que era a referência da religiosidade Terena, conforme demonstrado anteriormente.

A festa de São Sebastião é aberta a todas as pessoas, como informa Juscelino Bernardo (2010). As pessoas vêm de toda parte, desde os regionais, trabalhadores das fazendas, alguns fazendeiros que vivem por ali, pessoas das diferentes cidades do estado, até as lideranças indígenas e as lideranças não indígenas, como o prefeito de Dois Irmãos do Buriti, vereadores, entre outras. Provocando um encontro de autoridades políticas, esse evento demonstra as relações políticas internas e externas à aldeia. Permite a manutenção das relações políticas com a sociedade envolvente, sem deixar de atender a orientação de José Bernardes:

Olha, ele mesmo falou para minha mãe, em tal tempo eu vou me acabar, só que aí, ele chegou para minha mãe e falou: já vou falá para você duas coisas: pessoas me atrapalhou, é eu vou morrer, não vai ter jeito, essas pessoas me pegou de traição, me pegou dormindo, falou para minha mãe, falo só tem uma coisa, quando eu morre, você não importa comigo não, se eu morre no dia 19 de janeiro, porque é o dia da festa. Me deixa de um lado aí, vai atender o compromisso. (Entrevista, Juscelino Bernardes, LHIN/UFMS/CPAQ).

Esse fato está presente na memória dos mais velhos; sempre que mencionam a epidemia, mencionam também a promessa feita para São Sebastião. A festa é realizada anualmente, e o responsável por sua realização é a família de Juscelino Bernardo, que cumpre com a questão religiosa Terena, pois é a memória do poder dos *koixomuneti* – em especial de seu pai, José Bernardo – que permanece entre eles nessa data. Memória que se refere a outros tempos em que os Terena eram reconhecidos pelos seus poderes de cura, de adivinhação, entre os índios e os não índios, conforme mencionado. Memória que se refere ainda à procura dos não índios pelo Terena José Bernardo em sua aldeia, para que este tratasse de suas doenças, aquelas que os médicos não conseguiam curar. Um tempo em que os índios eram respeitados pelos seus saberes indígenas.

A relação de respeito com esse tempo está no fato de que os não índios precisavam dos índios; eram eles que os procuravam em suas aldeias e respeitavam os seus conhecimentos; era assim com os *koixomuneti*, era assim com o trabalho das parteiras, tantas vezes realizado pelas índias Terena, que atendiam também as esposas e as filhas dos fazendeiros da região. Essa situação aponta para um período das práticas culturais realizadas pelos Terena de diferentes formas, inclusive da apropriação do catolicismo mediante a promessa a São Sebastião. Em virtude dessas ações, os Terena estabeleciam relações amigáveis e de respeito com os não índios, em diferentes setores, prevalecendo os do campo espiritual e da saúde, pois eram eles que curavam os não índios; eram as Terena, com suas atividades de parteiras, que saíam de suas aldeias para auxiliar as mulheres nas fazendas a terem seus filhos. Essas práticas fazem parte da memória da maioria dos velhos na aldeia, mencionadas para demonstrar as relações estabelecidas com os fazendeiros antes das disputas pelas terras. Os professores Terena Ramão e Cledeir Pinto Alves (2009) chamam atenção para essas atividades desenvolvidas pelas mulheres Terena não só fora, como também dentro da aldeia Buriti:

Alguns anos atrás quando o acesso as cidades era quase impossível, as mulheres quando engravidavam tinham seus filhos em casa, a responsabilidade durante a gestação até a hora do parto não era de médico nenhum. Mas sim de outras mulheres sábias, corajosas as chamadas parteiras, era responsável pelo acompanhamento, tinha papel de arrumar os bebês que estivessem mal posicionado na barriga, faziam diversos banhos, remédios e simpatias para que a mulher tivesse um bom parto. Depois do parto elas cortavam o umbigo, cuidavam a mulher durante a sua dieta, para família de quem ajudou a partejar era uma gratidão e respeito por toda a vida. Que aqui existiu, infelizmente só sobrou uma que é a nossa anciã Olinda Mendes, segundo ela “trazer uma vida ao mundo é algo inexplicável, simplesmente fantástico” (ALVES, PINTO ALVES, 2009)

Essas informações estão sendo retomadas a partir da memória dos mais velhos, que, ao mencionarem as atividades religiosas desenvolvidas na aldeia, acentuam que as atividades das parteiras também estão vinculadas a elas. Pelas práticas que realizavam, as simpatias, os chás, que exigiam o conhecimento das ervas para a manipulação e elaboração dos remédios, entre outras funções exercidas, como pontuou Gonçalves de Lima (2008) pode-se dizer que se

aproximavam das práticas religiosas realizadas pelos *koixomuneti*. Ainda sobre a festa de São Sebastião e a relação estabelecida com a religiosidade Terena, Ramão Pinto Alves afirma:

Ela aconteceu porque aqui havia uma epidemia de febre amarela, morria 6,7 ou 8 pessoas por dia. Ai o pai do festeiro [José Bernardo] que é hoje, o festeiro [Juscelino Bernardes] atual era a gente fala padre né, quer dizer, pajé, ele era um homem muito sabido, benzia muito bem, ai ele viu aquela mortandade e ai ele resolveu fazer essa promessa para São Sebastião, ai ele fez a promessa para São Sebastião, daí para cá. Todo ano. E o dia em que a gente parasse essa festa vai começar tudo de novo aquela mortandade da febre amarela, então ela virou uma tradição, virou uma devoção que a gente não pretende parar. (Entrevista, Ramão Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ)

Assim, do ponto de vista Terena, eles encontraram as soluções para resolver o seu problema com a febre amarela na aldeia; essa festa de São Sebastião tornou-se tradição entre eles, traduzindo-se como um período em que a aldeia renova os votos com o santo de devoção, cumprindo as promessas que foram feitas para ele na igreja que tem o seu nome⁸⁰. Os Terena sempre mencionam a quantidade de pessoas, tanto da aldeia quanto da região e até mesmo de outras localidades do Brasil, que participam da festa em agradecimento ao pedido atendido. Dessa forma, prevalece à devoção ao santo, porém a ele se associam os poderes dos *koixomuneti*, segundo Ramão:

Naquela época, eles [koixomuneti] não estavam preocupados a catequizar ninguém, nem ensinar ninguém a rezar. O trabalho deles mesmo era curar, tá doente ali, vai lá sabe fazer benzeção, chacoalhar purungo, vai lá faz o trabalho, benze, benze um copo de água e dá para o vivente tomar. Daqui 15, 20 minutos a pessoa tá levantando e andando. Por isso que a igreja veio depois, quando teve alguém que já falou que precisava da igreja e o povo comentava, então vamos fazer a igreja. (Entrevista, Ramão Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ)

Sua afirmação mais uma vez esclarece as atividades dos *koixomuneti*, registrando que eles não estavam preocupados em catequizar os índios como os padres da igreja católica faziam. Os *koixomuneti* eram a referência da religiosidade dos Terena; eles estavam na aldeia

⁸⁰ Em decorrência do aumento dos fiéis e dos convidados para prestigiar a festa de São Sebastião, iniciou-se, em 2011, um momento liderado pela família de Juscelino Bernardo para a ampliação da igreja para atender os seus adeptos. Pode ser compreendida também como uma forma de manter e relembrar as tradições religiosas dos Terena.

antes das igrejas, como lembra o professor Ramão, no entanto essa sabedoria ostentada entre eles ficou no passado; ela não os acompanhou:

Hoje vou falar a verdade, que não existe mais. Não existe mais. Tem sim, mas é muito fraco não é que nem eu conheci na minha época de criança. Na minha época de criança eles juntavam dez, doze padres em uma casa, eles faziam uma casinha de lençol, casinha branca e trabalhava ali, a gente que era criança eles mandavam ir deitar, vai deitar, nem olha para cá. A gente era proibido de olhar, mas a gente escutava barulho de penacho parecia que vinha assim, mas não é, é no penacho deles que fazia barulho. [...] Esse eu vi. Muitas vezes. Aqui tinha bem uns trinta, a gente chama de feiticeiro, porque é mesmo. (Entrevista, Ramão Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ)

As explicações do professor Ramão corroboram as informações de Juscelino Bernardo sobre as atividades realizadas pelos *koixomuneti* na aldeia Buriti. Segundo ele, o seu poder e suas práticas permaneceram na memória dos índios, pois não existem mais pessoas com aquelas habilidades nos tempos atuais, como foi mencionado anteriormente. Chama atenção para as atividades que o seu tio João Batista também realizava como *koixomuneti*, sobretudo quando essas atividades extrapolavam os limites da aldeia. Novamente prevalecem nas suas memórias as relações mantidas com os não índios, como demonstra a seguir:

Às vezes eles [não-índios] pegavam esse meu tio João Batista, sumiu uma criança na fazenda lá em Nioaque, ele foi chamado lá, saci tinha carregado a criança, ele foi lá fazer o trabalho, ele foi cedo, de tarde ele tava aqui. Aí ele chegou e foi lá para uma cacimba, antigamente a gente chamava de cacimba, a mina onde a gente tomava banho, ele foi tomar banho e dizia que ali morava um saci e falou eu vou lá conversar com meu amigo, eu vou lá buscar essa criança. Daí um pouquinho ele ó meia-noite a criança vai chegar na casa do pai, disse para um pessoal da criança que vieram aí. Assim que a criança chegou lá na casa eles vieram para cá agradecer. Olha meu filho chegou são e salvo. Eles olham na gente assim e sabe o que a gente tem, não precisa de falar nenhum, só o olho, é o dom. (Entrevista, Ramão Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ)

Quando questionados sobre a existência dos *koixomuneti* na atualidade, rapidamente respondem que não existem mais. Afirmam que alguns falam que são *koixomuneti*, mas não são reconhecidos pelos Terena. Isso porque, na maioria das vezes, estão vinculados a outros contextos e a novas relações políticas, entre as quais as igrejas e as suas opções religiosas, que determinam o grupo de que fazem parte. Nessa situação os Terena afirmam que aqueles que

atualmente se intitulam *koixomuneti* não possuem as características do “verdadeiro”, que implica o conhecimento dos códigos sociais de conduta dos índios e das suas relações com a sociedade envolvente. Dessa maneira, segundo os Terena, os *koixomuneti* de hoje não possuem a sabedoria dos antigos e por isso não possuem o respaldo necessário dos índios para se intitularem assim.

Essas memórias estavam distantes dos contextos atuais vivenciados pelos índios, no entanto passaram a ser constantemente revisitadas pelos professores Terena e retomadas na escola, onde são compartilhadas entre os alunos para que tomem ciência da prática religiosa e da importância que os *koixomuneti* exerceram no cotidiano da aldeia e somem a essas informações outras adquiridas junto aos seus familiares. Trata-se da lembrança de um tempo em que as tradições Terena eram praticadas e respeitadas por todos, inclusive pelos não índios, uma vez que também os procuravam para resolver os problemas de saúde. Assim, as doenças existentes na aldeia eram tratadas pelos *koixomuneti*, a exemplo da febre amarela. A partir dessas memórias, os professores indígenas incentivam e proporcionam aos alunos relacionar as festividades atuais da aldeia com as suas práticas religiosas tradicionais, estabelecendo um elo entre o passado e o presente. As memórias dos velhos se atualizam por meio do diálogo com os professores da escola, ampliam-se entre os mais jovens e orientam as ações reivindicatórias por direitos.

A valorização dessas informações, desse conhecimento e do jeito de ser Terena tem sido amplamente discutida e incentivada pelos professores indígenas na escola, acreditando ser esse um dos caminhos para a autovalorização sociocultural pelos jovens índios, gerando, com tais procedimentos, sentimentos de orgulho por serem índios e não de vergonha, como ocorreu com seus pais e como ocorre com eles próprios quanto estão a questionar as ações do Estado brasileiro. Essas ações, segundo Rita Gomes do Nascimento (2010), são geradoras de conflitos, pois implicam ações discriminatórias aos índios e em outras situações na negação dessa condição por legitimar direitos, conduzindo os índios a buscar novas soluções, novas táticas para que possam usufruir dessa condição.

Nesse sentido, a professora Edineide evidencia a importância da ação dos professores na escola para mudar essa situação e incentivar os jovens índios, principalmente aqueles que

estão se preparando para deixar a aldeia e estabelecer-se nas cidades para estudar e enfrentar o preconceito que ainda existe:

A nossa aldeia no fundo a gente tem que saber trabalhar, eu digo aqui na escola com os nossos alunos, fazer realmente eles valorizarem a nossa cultura, fazer com que eles gostem de ser índio, valorizem o ser índio, não tenha vergonha de dizer tanto aqui na escola quanto eles chegarem a universidade e dizer eu sou índio por inteiro. Tem que fazer valer isso. Porque isso é o nosso ponto forte. Por mais que nós não somos falante mais de nossa Língua Terena, da nossa língua materna. Mas ainda temos o nosso espaço. Ainda temos um pouco de nossa cultura, do nosso artesanato, do nosso jeito de ser, esse nosso jeito de ser indígena, a gente nunca vai perder eu digo, a gente pode perder a língua, perdemos um pouco. Mas o jeito de ser Terena não se perde, porque o jeito de ser Terena é diferente, é diferente do homem branco, é diferente de outras etnias, cada etnia tem a sua, e isso a gente carrega, não deixa aqui na aldeia, pra ir pra a cidade, leva junto. E quando a gente chega lá, nós somos analisados por esse jeito de ser. A gente tá tentando trabalhar dessa forma com os nossos alunos, para que a nossa comunidade ainda seja assim, voltada realmente para a nossas questões indígenas (Entrevista, Edineide Bernardo Farias LHIN/UFMS/CPAQ).

O trabalho dos professores da aldeia Buriti está voltado para o fortalecimento da identidade indígena, esclarecendo e incentivando os alunos mais jovens a valorizar sua cultura, fator fundamental na busca por melhores condições de vida. As preocupações desses docentes passam pela retomada do território indígena; entre as razões que mencionam, constam: a falta de espaço para a plantação agrícola, decorrente da necessidade de construir casas nesses lugares por força do aumento populacional de Buriti, que, por sua vez, ocasiona também a saída dos índios da região em busca de trabalho e de oportunidades que a aldeia não consegue mais proporcionar. Assim, pode-se afirmar que os Terena vivem na aldeia, mas não da aldeia, no entanto os professores reforçam que não importa para onde vão; sempre levarão consigo suas características identitárias: elas não ficam na aldeia, vão junto com eles. E esse fato contribui de forma positiva para os Terena; é diante dessa situação que eles se fortalecem para garantir o cumprimento de direitos.

Atualmente, os índios Terena de Buriti encontram-se numa disputa com os fazendeiros para reaver territórios que ocupavam, ou, como eles mesmos denominam, a retomada de uma área que corresponde a, aproximadamente, 17 mil hectares de terra. Essa ação tem

movimentado a aldeia de diferentes maneiras; os professores tornaram-se interlocutores dessa questão entre os alunos, a comunidade como um todo e, sobretudo, com a sociedade envolvente. A escola ampliou o diálogo com a universidade, o que se configura como importante mecanismo de comunicação utilizado para incentivar o debate sobre a retomada, que é assunto discutido em sala de aula, como evidencia o professor Gerson:

Essa questão da terra é realmente um assunto que é conversado dentro da sala de aula e na casa com os pais da criança. No sentido que nós temos sustentação que sai da terra e inclusive hoje, por exemplo, a sua casa você acaba tendo que ir lá tirar as coisas que tem lá. As crianças hoje os conceitos que se dá escola é que eles são os responsáveis pela terra. Então antes já vinha isso natural, cada indígena que tinha que cuidar e cuidar porque a terra dá nossa vida e hoje foi levado isso mais forte na sala de aula, você mostra realmente para as crianças o quanto que ela é importante. Aí a gente acaba mostrando outras coisas também, percebemos que para equilibrar a natureza, não é que a aldeia não vai consegui, nós tiramos sim algumas coisas da natureza, mas hoje tem essa preocupação, hoje tem consciência tem dez árvores eu não posso chegar lá e cortar as dez. Eu chego e tiro duas desse grupo de dez e deixo lá, a terra tá precisando disso. E quando se trata de plantio, hoje com esse cuidado já não precisa mais ficar derrubando mata pra poder fazer, vou ter que reaproveitar o que já foi derrubado antes, para não engrandecer essa derrubada que existiu ali. Temos uma boa vivência com a terra, isso é geral dentro da comunidade. Esse respeito, esse amor pela terra. (Entrevista, Gerson Pinto Alves LHIN/UFMS/CPAQ)

A reformulação entre o passado e o presente, registrada pela memória histórica dos Terena, torna-se fundamental para mediar as disputas pela ampliação do território. A importância que a terra exerce no cotidiano da aldeia é constantemente destacada entre os índios. Nesse processo, os Terena apropriam-se de discursos, rearticulam táticas de acordo com as suas necessidades, contexto comum a outros povos indígenas, como apontam os estudos realizados por Albert (2002) sobre os povos amazônicos.

Outra importante função dos professores é a de reforçar, entre os alunos e entre as lideranças indígenas, a ideia de que o uso da força física não resolve os seus problemas territoriais. Exemplificam com situações reais vividas por outros Terena, como os da aldeia Cachoeirinha⁸¹, que passaram por esse processo recentemente, ponderando sobre as violências

⁸¹ Os índios Terena da aldeia Cachoeirinha invadiram uma propriedade particular na região de Miranda, onde formaram casas e plantações que, segundo os Terena, foram edificadas em suas terras; no entanto foram

que essas ações geram, informando que esse não é o caminho que devem percorrer para a conquista e a manutenção de direitos. Nesse caso, a professora Edineide chama atenção e afirma:

A nossa única arma é se afirmar na educação, no estudo, porque é lá, aí sim que nós vamos se formar um advogado que realmente voltado para causas indígenas. Agora enquanto a gente ficar aqui vou desistir de estudar, falar em retomada aí não adianta, porque ainda nós não temos força para medir com o poder público. Porque às vezes nós não somos nem atendidos, porque nós não temos nenhum advogado aqui dentro. [...] A gente espera que os alunos possam ter essa noção de lutar, a gente diz assim: na lei. Porque sabemos que existem leis que muitos de nós não somos conhecedores e como faz para ela sair do papel e entrar em vigor. (Entrevista, Edineide Bernardes Farias LHIN/UFMS/CPAQ).

Esse é o momento atual que os Terena estão vivendo, capacitando-se nas mais diversas áreas vinculadas à educação, saúde, administração e direito, apropriando-se dos conhecimentos acadêmicos para reivindicar e garantir direitos, embasados nas leis que o próprio Estado estabeleceu. Os Terena seguem firmes em seu propósito de gerir seu próprio destino, na busca pela sua autonomia, sem abrir mão de sua identidade. Na aldeia ou na cidade, não importa; a busca de soluções não os impede de ser índios; ao contrário, é esse sentimento de pertencimento ao povo Terena que possibilita e reforça mais ainda a complexa dinâmica de suas ações:

A gente não deixa de reforçar aqui na escola [...] que eles [alunos] consigam levar em paralelo a cultura do branco com a cultura do indígena, porque também não adianta falar assim, você não pode aceitar nada que é do branco, não adianta, não tem como, hoje não se tem, ou seja, nós temos que saber fazer essa análise, saber trabalhar levar em conjunto essas duas coisas, porque daqui pra frente é isso que sempre vai acontecer, você adquirir algo que não é do indígena (Entrevista, Edineide Bernardes Farias LHIN/UFMS/CPAQ).

Transitar nesses dois mundos não é tarefa fácil para os índios; no entanto os Terena estão conseguido avanços significativos nesse meio, no qual as atividades realizadas pelos professores indígenas muito contribuem para evidenciar essa nova situação apresentada e

retirados dali pela polícia federal, cumprindo o mandado judicial de reintegração de posse ao proprietário da fazenda, no dia 17 de maio de 2010. Essa situação foi filmada, e as imagens veiculadas entre os Terena e a sociedade nacional.

legitimada pelos próprios Terena. As ações dos índios têm provocado mudanças significativas em sua história, marcando-a de forma positiva, demonstrando mais uma vez – já que essas ações não são novas – que são capazes de gerir o seu destino e a sua história. A apropriação da escola pelos Terena permitiu que ela se tornasse o principal núcleo de discussão e de fortalecimento de suas ações reivindicatórias junto à sociedade nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa evidenciou que a aldeia é o centro das ações políticas dos índios, mantenedora dos saberes e das tradições. Legitimadora das ações indígenas. A partir dela, os Terena organizam e reorganizam o território, de acordo com as suas necessidades.

Esse processo pode ser percebido ao longo dos séculos e do contato com os não índios, a princípio com os colonizadores europeus espanhóis e portugueses, militares, missionários, entre outros responsáveis pela administração colonial. Neste estudo, considerou-se que os Terena, a partir de suas pautas culturais de convívio, entraram em contato com a sociedade colonial e passaram a reproduzi-las e, ao mesmo tempo, atualizá-las, em face das diferentes situações vividas.

Para melhor compreender as relações que os Terena mantinham com os não índios, ao longo da sua história de contato, tornou-se necessário retomar alguns pontos fundamentais acerca da constituição do território indígena, da defesa e fortalecimento das aldeias, especialmente entre o final do século XX e início do XXI.

Por isso, foram retomadas as informações registradas ainda no Chaco paraguaio, quando Kalervo Oberg (1949) confirma que a aldeia significava a unidade política e o centro da vida cerimonial dos Terena, sendo organizada em unidades domésticas e cada uma delas possuía suas próprias plantações, responsáveis pela subsistência do grupo. O território que ocupavam era por eles organizado e administrado, de acordo com as suas necessidades, e, as aldeias esparramadas pela região legitimavam o domínio sobre ele. Nesse sentido, Susnik (1978) informa que as aldeias Terena eram independentes e divididas por bairros: em uns

ficavam as lideranças, os caciques; em outros, viviam os demais índios que a elas estavam submetidos.

Com o avanço dos colonizadores europeus pela região, os Terena espalharam-se pelo Chaco paraguaio, na perspectiva de proteger o território que ocupavam, bem como conquistar outros. Em face dessa situação e das constantes locomoções que realizavam, na expectativa de esquivarem-se do contato com os colonizadores que se encontravam por toda parte, suas aldeias tornaram-se móveis.

Os Terena, com a intenção de resolverem aquela situação e permanecer onde estavam, solicitaram catequese às autoridades paraguaias. Essa foi uma das soluções que encontraram para interagir com o processo de colonização cada vez mais intenso pela região e proteger suas aldeias. Não alcançaram, todavia, sucesso com essa iniciativa e, a partir do século XVIII, iniciaram sua transferência para o território brasileiro, onde suas aldeias foram construídas às margens dos rios Aquidauana e Miranda, tornando a viver situações semelhantes às de quando se encontravam no Chaco, pois a colonização luso-espanhola também se desenvolvia pela região do então sul de Mato Grosso.

A princípio estabeleceram relações com os militares que se encontravam nos fortes da região, principalmente com o Forte Coimbra, localizado na região de Albuquerque/Corumbá. As relações com os não-índios basicamente eram mantidas por meio das trocas de seus produtos agrícolas, pelos tecidos, ferramentas e remédios, oferecidos pelos militares, que também tinham interesses de manter boas relações com os Terena. Por esse motivo, entre outros, transitavam constantemente pela região.

Suas aldeias ainda não se encontravam sob o domínio do Império, embora existissem os aldeamentos controlados pelas autoridades brasileiras. Os vários documentos da DGI informam que os Terena recusavam-se a fazer parte deles; embora transitassem entre eles, viviam livres em suas aldeias. Pode-se dizer que os Terena foram paulatinamente compreendendo os códigos do “outro”, atribuindo deveres e formas de organização elaboradas dentro das novas relações. Entre elas prevaleceram aquelas pautadas nas trocas de favores e serviços. Para o Estado, a compreensão é a de que lidava com índios já civilizados e, para os indígenas, o Estado era um aliado nas disputas pelas terras.

Essa situação foi intensificada com a Guerra do Paraguai, quando o território nacional tornou-se campo de batalha e os Terena contribuíram com o Exército brasileiro: tornaram-se soldados, informantes, guias ou agricultores que abasteciam os militares com a produção de seus gêneros alimentícios. Nesse período, suas aldeias serviram de base para a permanência dos militares, lugar de proteção para índios e não índios que se encontravam pela região.

Com o fim da guerra, os Terena voltaram para o território que ocupavam antes do conflito, porém encontraram suas aldeias destruídas e o local tomado pelos não índios. Nesse período, intensificaram-se os conflitos entre índios e não índios pela posse do território. Com a perspectiva de resolverem essa situação, os Terena adotaram táticas para reestabelecer as relações de “amizade” desenvolvidas com o Império brasileiro durante a guerra.

Para isso, as lideranças indígenas, de posse dos títulos de “capitão”, recebidos durante a guerra, solicitavam às autoridades a posse e a legalização do território em que se encontravam. Esse processo estendeu-se até o início do século XX, já na República, quando ocorreu a demarcação das reservas territoriais realizada pelo Estado brasileiro.

Ainda assim, muitas de suas aldeias foram perdidas para a constituição das propriedades particulares; entre elas, as aldeias de *Naxedaxe*, *Coxi*, *Kamakuê*, bem como outras que compunham o território Terena. Outras aldeias foram reconquistadas, como Bananal, Ipegue, Cachoeirinha, Limão Verde, Moreira, Brejão e Buriti. Embora o território que ocupassem tenha sido reduzido drasticamente e organizado sob a lógica capitalista dos não índios, que não compreendiam e não aceitavam a lógica indígena sobre ele, os Terena adquiriram o direito legal de nele permanecerem. Dessa forma, concretizaram o seu processo de territorialização.

Dentro das reservas, os Terena voltaram a se reorganizar e a constituir suas aldeias. A princípio estavam sob a chefia de um único cacique e eram administradas pelo Chefe de Posto, funcionário do Estado que tinha por função “cuidar” dos índios, ou seja, proteger os interesses do Estado, interesses que consistiam na liberação de terras para a posse de particulares e em disponibilizar mão de obra para os trabalhos na região.

Os Terena, com a sua dinâmica territorial, passaram a se reorganizar dentro das reservas, situação que implicava a constituição de novas aldeias. Essas ações, a princípio eram

incentivadas pelo Estado, que acreditava estar contribuindo para o enfraquecimento das lideranças indígenas, porém o que proporcionava era o movimento inverso, ou seja, o seu fortalecimento, pois a criação de aldeias entre os Terena significava o reconhecimento e a legitimação de novos líderes, sendo, portanto, uma ação política para controlar o território por eles ocupado. Tal ação não significava uma fragmentação da liderança indígena, como acreditavam as autoridades brasileiras. Esta era uma tática político-territorial dos índios sobre o território.

A hipótese que norteou essa discussão foi a de que os Terena, ao se reorganizarem dentro das reservas, apropriaram-se dos mecanismos ali estabelecidos pelo Estado brasileiro e que foram instituídos dentro das aldeias para o controle do SPI. A partir deles, novas lideranças se constituíram entre os Terena, dentre as quais se destacam os pastores das igrejas evangélicas e os responsáveis pelas atividades religiosas nas igrejas católicas, índios que se tornaram referências de liderança. Nesse primeiro momento, as igrejas eram os principais mecanismos político-religiosos de projeção interna e externa às reservas. Foram um dos meios pelos quais os Terena estabeleceram novas relações com a sociedade envolvente e realizaram suas reivindicações pela manutenção e legalização do território.

Esse processo persistiu e intensificou-se durante o século XX, quando os Terena garantiram a demarcação das reservas indígenas e denunciaram, para as autoridades, as invasões do seu território pelos proprietários de terras da região. Essa situação contribuiu para o trânsito dos Terena entre as aldeias e as cidades, as cidades e as fazendas, as fazendas e as aldeias. Essa movimentação ocorria constantemente, principalmente pelas atividades econômicas que desenvolviam; deslocavam-se para trabalhar nas fazendas, nas cidades, nas usinas de álcool e em várias outras atividades. Tal situação permaneceu por todo o século XX e estendeu-se para o século XXI, com as suas singularidades.

Neste século, as reivindicações por terras continuam entre os Terena. As aldeias são cada vez mais fortalecidas pelas ações político-reivindicatórias dos índios. Por meio dos documentos consultados e das entrevistas realizadas com os Terena em suas respectivas aldeias, de Bananal, Ipegue, Colônia Nova e Buriti, pode-se afirmar que as aldeias legitimam as ações das várias lideranças indígenas, sendo lugar de reconhecimento, pois somente quando pertencem ao grupo e agem de acordo com os códigos que o regem estão habilitados

para representá-lo e para se pronunciarem pelo grupo a que pertencem. Dessa forma, o Cacique e o Conselho Tribal, bem como as outras referências de liderança existentes nas aldeias, como os dirigentes das igrejas, os presidentes das associações e, nesse contexto, mais especificamente os professores indígenas, destacam-se, uma vez que eles são os responsáveis pela ampliação do diálogo entre os índios e a sociedade envolvente nesse novo momento vivido pelos Terena. Isso permite afirmar que, quanto mais conhecimentos adquirem, mais índios se tornam.

Esse processo de apropriação de sua história e de suas memórias continua de forma acelerada, porque história e memória são fundamentais para suas reivindicações atuais, à medida que denunciam os esbulhos, as violências, as arbitrariedades vividas e, principalmente, legitimam as ações no presente, quando os Terena continuam a solicitar a reparação do Estado. Essas reivindicações se fazem com base nos préstimos que esses índios “ofereceram” para as autoridades brasileiras em vários momentos da história. Esses fatores foram omitidos pela historiografia, que excluiu a presença e participação indígena no desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso.

Esse contexto tem sido, no entanto, revisitado constantemente pelos pesquisadores dos índios e, ainda que lentamente, novas abordagens têm sido escritas. Nelas, os índios sujeitos das investigações foram inseridos no processo de desenvolvimento do Estado e nas conquistas diante dos conflitos armados. Essas discussões se fortaleceram quando os índios pesquisadores, além de ler os registros realizados por outros pesquisadores, também passaram a registrar suas histórias, inserindo-se nesse processo, legitimando suas ações enquanto sujeitos. Nesses estudos, é retomada a sua participação na Guerra do Paraguai, na Segunda Grande Guerra, no desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso, nas inúmeras atividades que desenvolveram junto às fazendas, na construção de estradas, das linhas telegráficas, da estrada de ferro, no comércio de seus produtos agrícolas nas cidades da região.

Essas informações são cada vez mais discutidas e ampliadas entre os Terena nas suas aldeias, por meio das ações dos professores índios que desenvolvem esses estudos nas escolas com os seus alunos. Nesse movimento, eles próprios têm registrado sua história, meio pelo qual estão ampliando as discussões em torno do território. Entre os estudos realizados, priorizam-se as memórias dos índios que, direta ou indiretamente, participaram das ações

mencionadas anteriormente, intensificando os diálogos com os anciãos das aldeias, entre eles aqueles que possuem autoridade para falar sobre a história do grupo.

A escola tornou-se, atualmente, mecanismo de apropriação indígena pelo qual os Terena realizam suas ações reivindicatórias, ampliam os seus conhecimentos, dentre os quais incluem-se aqueles adquiridos nas universidades. Dessa forma, procuram unir o conhecimento acadêmico com o conhecimento tradicional e, por meio deles, intensificam suas relações com a sociedade envolvente. Os acadêmicos indígenas que se encontram nas universidades contribuem com esse processo à medida em que provocam um novo debate dentro delas. Mostram o seu ponto de vista sobre a história, desconstroem os estereótipos até então vigentes sobre eles, entre os quais prevalece o do índio como bêbado, desocupado e incapaz. Dessa maneira, conquistam adeptos para a sua causa, como afirmou o Terena Luiz Henrique Elóy Amado, Bacharel em Direito e especialista em direitos indígenas pela Universidade Católica Dom Bosco/UCDB.

Essa situação continua sendo fortalecida pelos alunos indígenas da pós-graduação, que, com suas pesquisas voltadas para a realidade em que vivem, estão registrando a sua percepção da história. Índios cada vez mais cientes de sua história, de suas memórias, como eles próprios afirmaram, estão realizando a sua “viagem da volta” e, por meio dela, buscando a garantia de direitos para que estes venham a ser cumpridos.

Para isso, articulam-se constantemente, cada vez mais organizados e habilitados, segundo as exigências dos não índios, para exercer funções na sociedade envolvente. Os Terena estão vivendo o seu “tempo do despertar” e, com isso, um renovado diálogo se estabelece com as aldeias. Renovado no sentido de que ele ocorre entre os índios que estão fora das aldeias e os índios que nelas permanecem. Essa foi a tática adotada pelos Terena para garantir o vínculo com as aldeias.

Dessa perspectiva, os Terena estão se organizando entre aqueles que voltarão para as aldeias e nelas desenvolverão o seu trabalho, sendo esse o caso dos professores. Segundo as entrevistas realizadas nas aldeias de Bananal, Ipegue, Colônia Nova e Buriti, depreende-se que as áreas ligadas à educação e às licenciaturas estão praticamente supridas pelos índios em suas aldeias. Nesse caso, na aldeia Buriti já existe uma orientação por parte dos professores

para que os alunos do ensino médio se dirijam para outras áreas, principalmente a da saúde e a do direito.

Os Terena, quando questionados sobre tal posicionamento, respondem que, no caso da saúde indígena, essa orientação é importante para que eles possam unir a sua medicina tradicional àquela vinculada aos saberes dos *koixomuneti*, e que ainda é praticada nas aldeias, com a medicina dos não índios. Para resolverem essa questão, é necessário, primeiramente, que formem médicos índios, mas esse movimento tem que partir deles próprios. Quanto à necessidade de advogados índios, justificam que, dessa forma, eles próprios defenderão os direitos garantidos na Constituição brasileira, entre os quais se sobressai o direito ao território. Desse ponto de vista, os Terena justificam a presença dos índios nas cidades, onde precisam garantir o diálogo com a sociedade envolvente e os direitos adquiridos. Nesse movimento, reivindicam melhores condições de vida para eles, fortalecendo suas relações com as aldeias.

Na lógica indígena, o território é fundamental para o desenvolvimento desse processo, por isso a necessidade de mantê-lo e ampliá-lo de acordo com as suas necessidades, que não foram consideradas quando o Estado brasileiro reservou e legalizou as terras em que se encontram. Esse discurso é corrente entre as lideranças indígenas. Na busca de resolverem essa questão, os Terena atualmente contam com cinco índios formados no curso de Bacharel em Direito, aguardando o exame da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB. Alguns possuem especialização em direitos indígenas, oferecida pelo Programa Rede de Saberes, e outros ainda estão sendo especializados nessa área.

Esse processo demonstra que é a partir da aldeia que os Terena se reorganizam no território e se fortalecem na busca pela garantia e legitimação de direitos delas provenientes. Esse movimento dos índios confirma que a aldeia é lugar de ressocialização, de fortalecimento de suas ações político-reivindicatórias. Corroborando com essa situação, constam as saídas dos índios de suas aldeias para as cidades. Nesse movimento, ocorreu o fortalecimento das denominadas aldeias urbanas. Entre elas, Marçal de Souza, na cidade de Campo Grande, tornou-se referência para os índios, bem como as aldeias Água Bonita e Darcy Ribeiro, que, embora ainda não tenham sido reconhecidas pela FUNAI, foram reconhecidas e legitimadas pelos índios.

Essa situação pode ser compreendida porque, na maioria das vezes, os índios ao deixarem suas aldeias, se estabelecem na casa de familiares, que geralmente se encontram nas aldeias urbanas. Essas relações evidenciam as redes em que os índios estão inseridos e que a sua saída para as cidades não significa rompimento com as aldeias de origem, mas sim uma atualização das relações que com elas estabelecem. Embora seja outro contexto que envolve os Terena, deixa-se registrado que, quando eles saem de suas aldeias, voltam a procurar as relações que mantinham com elas, pois é a partir delas que eles se movimentam e se posicionam no território. Nesse movimento, reforçam as relações de identidade étnica e de pertencimento à aldeia, reelaboram, a partir dela, táticas para a conquista de direitos, entre os quais é crucial, para os índios, a “retomada” do território. Nesse sentido, os Terena justificam suas ações, fortalecem o movimento dos professores indígenas e se reorganizam politicamente para as reivindicações e defesa de direitos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ACÇOLINI, Grazielle. *A Adoção de um novo mito*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UNESP – Araraquara.

_____. *Protestantismo à moda Terena*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UNESP Araraquara

ALBERT, Bruce. *O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami)*. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita. (Orgs.) **Pacificando o branco: Cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Editora da Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE DE VARGAS, Icléia. (el al.) *Os Terena da aldeia Buriti: saberes e fazeres*. Campo Grande: Ed. Oeste, 2011.

ALCANTARA, Genildo. *O processo de escolarização na aldeia Buriti*. 2007. 39p. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), UCDB, Campo Grande.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. *Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX)*. In: GONTIJO, Rebeca (Orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política*. In: SHOHET, Rachel. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. III, p. 271-379, 1949.

ALVES, Adriana Paiva Faustino. *Aldeia Lagoinha*. 2010. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), UFMS, Aquidauana.

AMADO, Luis Henrique Eloy. *O Supremo Tribunal Federal como “construtor” da Constituição Federal: análise das condicionantes impostas para a demarcação de terras indígenas*. 2011. TCC (Trabalho Conclusão de Curso) UCDB, Campo Grande.

ANTONIO, Nilza Leite. *Raízes na Língua: identidade e rede social de crianças Terena da escola bilíngüe da aldeia Bananal*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) UCDB, Campo Grande.

BALDUS, Herbert. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

BALTAZAR, Paulo. *O processo decisório dos Terena*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PUC, São Paulo.

BARTH, Frederick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BERNARDO, Antônio Fernandes. *Visão cartográfica da Terra Indígena Buriti*. 2008. 49p. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), UCDB, Campo Grande.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. *A história do Povo Terena*. Brasília: MEC, 2000.

CARDOSO, Wanderley Dias. *História dos Terena de Limão Verde*. 2001. 30 p. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) UCDB, Campo Grande.

_____. *Aldeia indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) UCDB, Campo Grande.

_____. *A história da educação escolar para o Terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde*. 2011. Tese (Doutorado em História) PUC, Porto Alegre.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e Tribalismo : a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro : Zahar, 1968.

_____. *Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. 2. Ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976, [1960].

_____. 1957 *Preliminares de uma pesquisa sôbre a assimilação dos Têrena*. **Revista de Antropologia** vol. 5, n. 2, 1957.

_____. *Estudo de uma comunidade Terena*. In: Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia. Bahia: Artes Gráficas, 1957.

_____. *Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Têrena*. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, n.18, 1958.

_____. *Urbanização sem Assimilação: estudo dos Têrena desbribalizados*. **Revista Ciência e Cultura**, vol. 10 n. SP, 1958.

_____. *Matrimônio e solidariedade Tribal Terena*. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v.7, n.1/2, 1959.

_____. *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARVALHO, Ieda Marques de. *Professor indígena: um educar do índio ou um índio educador*. Campo Grande: UCDB, 1998.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco : encruzilhada de povos e “melting pot” cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras : Secretaria Municipal de Cultura ; FAPESP, 1992. p. 457-474.

CARVALHO, Fernanda. “*Koixomuneti*” e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – USP – São Paulo.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul (1845)*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Tomo II. São Paulo : Ed. Nacional, 1949.

CASTRO, Iára Quelho de. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. 2011. 349 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRUZ, Simone de Figueiredo. *A criança Terena o diálogo a educação indígena e a educação escolar na aldeia Buriti*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) UCDB, Campo Grande.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio : ensaios e documentos*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

_____. Introdução a uma história indígena. In : CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo : Campanha das Letras : Secretaria Municipal de Cultura : FAPESP, 1992a, p.09-24.

_____. Política indigenista no século XIX. In : CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo : Campanha das Letras : Secretaria Municipal de Cultura : FAPESP, 1992b, p. 133-154.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-matogrossense (1830-1910)*. 2003. Tese (Doutorado em História), PUC, Porto Alegre.

FARIAS, Edineide Bernardo. *Mitos Terena da aldeia Buriti*. 2007. 41p. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) UCDB, Campo Grande.

FERMINO, Ramão da Silva. *As dificuldades de aprendizagem das crianças Terena nas séries iniciais da escola Alexina Rosa Figueiredo*. 2006. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – UCDB, Campo Grande.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e resistência indígena: Etnografia e história das relações entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

FERREIRA DA SILVA, Márcia. *A territorialização dos índios Terena em Campo Grande*. 2004. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), UCBD, Campo Grande.

GALAN, Maria Cristina. *As Terena*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PUC, São Paulo.

GARCIA, Adilso Campos. *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*. 2008. 145p. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

GELATTI, Iasson Preste. *Os índios Terena a reconquista de seu território: a constituição da aldeia Buriti*. 2007. TCC (Trabalho de conclusão de Curso) UCDB, Campo Grande.

GONÇALVES, Anderson da Silva. *Trabalho nas usinas de álcool como fonte de renda para o jovem Terena da aldeia Ipegue: perspectivas futuras*. 2010. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) UFMS, Aquidauana.

GONÇALVES DE LIMA, Eliane. *A pedagogia Terena e a criança do PIN Nioaque: as relações entre família, comunidade e escola*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), UCDB, Campo Grande.

HONÓRIO, Marcelo. *Os Terena de Limão Verde: a reconquista de seus territórios*. 2005. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) UCBD, Campo Grande.

LADEIRA, Maria Elisa Marins. *Língua e história: análise sociolinguística em um grupo Terena*. 2001. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) USP, São Paulo.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *O governo dos índios sob a gestão do SPI*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo : Campanha das Letras : Secretaria Municipal de Cultura : FAPESP, 1992.

_____. *Um grande cerco de paz : poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1995.

MANGOLIM, Olívio. *Kixoku ihikaxeovi ne hopú'ití ya ihikauvoti âha ne terenoe: kahá'ati UTI NE únati ihikauvoti*. Da educação que o branco faz à escola que o índio necessita e quer: uma educação indígena de qualidade. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) UCDB, Campo.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. *Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) UCDB, Campo Grande.

MONTEIRO, John Manuel. *O Desafio da História Indígena no Brasil*. In: SILVA, A L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.) **A temática indígena na escola : novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-228

_____. *Os Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1999a [1994].

_____. *Armas e armadilhas: História de resistência dos índios*. In: NOVAES, Adauto. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b.

_____. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudo de história indígena e do indigenismo*. 2001. UNICAMP. Tese (Livre Docência) UNICAMP, Campinas.

MOURA, Noemia dos Santos Pereira. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*. 2001. 136 p. Dissertação (Mestrado em História) UFMS, Dourados.

_____. *O processo de terenização do cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX*. 2009. Tese (Doutorado Ciências Sociais) UNICAMP – Campinas.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. *A Dinâmica da Organização social dos Terena, da Aldeia ao Espaço Urbano de Campo Grande – MS*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) INISINOS São Leopoldo.

_____. *As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)*. 2006. Tese (Doutorado em História) UNESP, Assis.

NASCIMENTO, Rita Gomes. *Performances e experiências de etnicidade: práticas pedagógicas Tapeba*. In: LUCIANO, Gersem José dos Santos. OLIVEIRA, Jô Cardoso de Oliveira. HOFFMANN Maria Barroso. **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília: Centro Indígena de Estudo e Pesquisa, 2010.

NINCAO, Onilda Sanches. *Representações de professores indígenas sobre o ensino da Língua Terena. na escola*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) PUC, São Paulo.

_____. *Kóhoyoho Hovôvo/ o tuiuí e o sapo: biletamento, identidade e política lingüística na formação de professores Terena*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) UNICAMP, Campinas.

OBBERG, Kalervo. *A economia Terena no Chaco*. Trad. Silvia M. S. Carvalho. **Terra Indígena**. UNESP, Araraquara, n.55, p. 20-39, abr./jun. 1990. [1949].

_____. *Terena Social Organization and Law*. **American Anthropologist**, Menasha Wiscontn, USA: vol. 50, n. 2, 1948. P. 283-291.

OLIVEIRA ALCANTARA, Eder. *Os rituais Terena no processo de reconstrução de sua história*. 2006. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – UCDB, Campo Grande.

PACHECO DE OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1999a.

_____. *Uma etnologia dos “índios misturados” : situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. In : PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org.) **A viagem da volta : etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 1999b.

_____. *Hacia una Antropología del indigenismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Centro Amazónico de Antropología y aplicación Práctica, 2006.

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: UFGD, 2009.

RAPPAPORT, Joanne. "Introduction: interpreting the past". In: _____. *The Politics of Memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp.1-25.

_____. *Introdução. Cumbe renaciente: uma historia etnográfica Andina*. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropología e História, 2005.

SANT'ANA, Graziella Reis. *História, espaço, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UNICAMP, Campinas.

SCHUCH, Maria Eunice Jardim. *Xaray e Chané : índios frente à expansão espanhola e portuguesa no alto Paraguai*. 1995. 87 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS.

SEIZER DA SILVA, Antônio Carlos. *Educação escolar indígena na aldeia Bananal: prática e utopia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) UCDB, Campo Grande.

SILVA, Verone Cristina da. *Missão, aldeamento e cidade : os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*. 2001. 162 p. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá.

SUSNIK, Branislava. *Interpretacion etnocultural de la complejidad Sudamericana Antigua : formacion y dispersion etnica*. Asuncion : Museo Etnografico “Andres Barbero”, 1994.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay : etnohistoria de los chaqueños – 1650 - 1910*. Asuncion : Museo Etnografico “Andres Barbero”, 1981.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay : etnologia del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*. Asuncion : Museo Etnografico “Andres Barbero”, 1978.

TAUNAY, Visconde de. *Campanha de Matto Grosso : cenas de viagem*. 2 ed. São Paulo : Livraria do Globo, Irmãos Marrano, 1923.

_____. *Entre os nossos índios*. São Paulo : Companhia Melhoramento, 1931.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira Vargas. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e opção*. 2003. 161p. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

XIMENES, Lenir Gomes. *Os índios Terena e o Estado brasileiro*. 2007. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) UCBD, Campo Grande.

Fontes Manuscritas

ALVES, Ramão Pinto; PINTO ALVES, Cledeir. *Manuscrito sobre as mulheres Terena da aldeia Buriti*. 2009. LHIN/UFMS/CPAQ.

Lata 1873A, APMT. Mappa das Aldeias de Indios actualmente existentes na Provincia de Matto Grosso, organizado pela Directoria Geral para servir de supplemento a Synopsis das Nações aborígenes da mesma Provincia mencionada no Mappa n.º 1. Directoria Geral dos Índios em Cuiabá, 20 de Janeiro, 1873, Antônio Luiz Brandão – Diretor Geral dos Índios.

LATA 1873 A, APMT. Mappa e Synopsis das Nações aborígenes na Provincia de Mato Grosso classificados na direção de Norte para Sul, e por Comarcas, Municipio e Freguesias. Directoria Geral dos Índios em Cuiabá, 20 de Janeiro, 1873, Antônio Luiz Brandão – Diretor Geral dos Índios.

LATA 1875, APMT. Officio ao Ilustríssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca – Presidente da Província, do Diretor Geral dos Índios Antônio Luiz Brandão. Documento Avulso, 29 de outubro.

LATA 1878, APMT. Officio ao Ilustríssimo Senhor Doutor João José Pedrosa – Presidente da Província, do Diretor Geral dos Índios Antônio Luiz Brandão. Documento Avulso, 24 de agosto.

LATA 1886 C, APMT. Officio ao Ilustríssimo Senhor Doutor Joaquim Galdino Pimental – Presidente da Província, do Diretor Geral dos Índios. Documento Avulso, 06 de março.

LATA1893, APMT. Correspondência da Directoria dos Indios do Município de Miranda, na povoação de Aquidauana, 22 de julho de 1893 – Ilustre cidadão Antonio Joaquim de Faria Albernaz, Dignissimo Director Geral dos Índios – o Director Theodoro Paes da Silva Rondão, conforme o Engenheiro Raymundo d’Assis Monteiro.

LATA 1902 D, APMT. Correspondência da Directoria dos Indios aldeados no Comarca de Miranda. Aquidauana, 3 de Fevereiro de 1902. Para o Ilustrissimo Senhor Coronel Antonio Pedro Alves de Barros Dignissimo Presidente do Estado, de Manoel Antonio de Barros – Diretor.

LIVRO DE REGISTRO DA DGI, 1848-1860, n.101, APMT.

LIVRO DE REGISTRO DGI DA, 1860-1873, n.191, APMT.

RONDON, Candido Mariano da Silva. Caderneta 16, Forte de Copacabana, Rio de Janeiro.

Impressa

AZANHA, Gilberto. Resumo do relatório circunstanciado de revisão de limites da Terra Indígena de Buriti. 2001a. In: PROCESSO 0465/93. 12p.

_____. *Dados gerais e história sobre os Terena do “Buriti”*. Volume I, 2001b. In: Processo 0465/93 87p.

_____. A Lei de Terras de 1850 e as terras dos índios. *Centro de trabalho Indigenista*, 2001c. Disponível em: < www. Trabalhoindigenista.org.br. Acesso em: 30 mar. 2003.

CALIXTO DA SILVA, José. *Relatório referente a Área Indígena de “Cachoeirinha”*. In : PROCESSO 981/82a, p. 13-5, DAF, FUNAI, Brasília.

CALIXTO DA SILVA, José. *Relatório a Área Indígena de “Nioaque”*. In : PROCESSO 1059/82, p. 38-40, DAF, FUNAI, Brasília, 1982b.

_____, *Relatório a Área Indígena de Ipegue e Taunay*. In : PROCESSO 1147/82, p. 02-04, DAF, FUNAI, Brasília, 1982c.

COUTINHO. Walter. *Identificação e delimitação da TI Buriti (MS)*. Brasília, 2000. In: Processo 0465/93 87p.

EREMETIS, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena de Buriti*. Justiça Federal, Campo Grande, 2003.

FILME 355, fotg. 392, SPI. Abaixo-assinado do índios Terena do Posto de Buriti, em 1951. DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

HORTA BARBOSA, Nicolau Bueno. *Memorial relativo á demarcação das terras do Brejão*. Campo Grande, 1924. 27p. SPI, Filme 379. In : PROCESSO 1059/82, CGAF, FUNAI, Brasília.

HORTA BARBOSA, Nicolau Bueno. Termo de Audiência, referente a demarcação da terra de Cachoeirinha. Aldeia de Cachoeirinha, 11 de setembro de 1905. In : PROCESSO 0981/82, p. 78-9, DAF, FUNAI, Brasília.

HORTA BARBOSA, Nicolau. *Relatório de 1927*. SPI, Filme 224, fotg. 265-269, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

LOBO, Samuel H. da Silveira. Relatório de 1920, apresentado pelo Inspector Samuel H. da Silveira Lobo, para o Senhor Doutor Luiz Bueno Horta Barbosa – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Filme 379, fotg. 1349-1371, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

MARIZ, Alceu Cotia. *Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena do Limão Verde*. Brasília, 1997. In Processo 3348/97. DAF, FUNAI, Brasília.

Relatório de 1915, realizado pelo ajudante Raimundo (...) para José Bezerra Cavalcante - Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 379, fotg. 1093, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

RELATÓRIO de 1918, SPI. Filme 379, Fotg. 1118.

RELATÓRIO de 1919, realizado pelo ajudante Raimundo (...) para Luiz Horta Braboza - Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 379, fotg. 1117, 1118, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

RELATÓRIO de 1920, apresentado para o Senhor Doutor Luiz Bueno Horta Barbosa – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 379, fotg. 1201-1247, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

RELATÓRIO de 1922, SPI. Filme 379, fotog. 1439-1440.

RELATÓRIO de 1924, apresentado para o Senhor Doutor José Bezerra Cavalcanti – Director do Serviço de Proteção aos Índios. Pelo Auxiliar da Inspectoria de Índios G. Pimentel Barboza. Filme 379, fotg. 1503-1514, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

RELATÓRIO de 1927, SPI. Filme 341, fotog. 1011

RODRIGUES, Alexandre Honorato. Relatório de 1937 apresentado pelo Chefe do Posto de Buriti Alexandre Honorato Rodrigues para o Inspector Regional do Ministério do Trabalho em Cuiabá, 1937. Filme 2, plan. 22, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

SOARES, Enoch Alvarenga. Relatório de viagem 1947, apresentado pelo encarregado do Posto Indígena Capitão Vitorino, Enoch Alvarenga Soares, para o Senhor Doutor Carlos Olimpio Paes – Chefe da 5ª Inspetoria Regional em Campo Grande. In : PROCESSO 3348/97, p. 77-82, DAF, FUNAI, Brasília.

TITULO DE USO-FRUCTO do lote de terras devolutas, pastas e lavradas de 2917 hectares, situados no município de Nioac, lugar denominado “Brejão”, conferido aos índios Terenos. Campo Grande, 1931. In : PROCESSO 1059/82, p. 09-10, DAF, FUNAI, Brasília.

WERNEK, Roberto Vieira dos Santos. Relatório de 1922, apresentado pelo encarregado do Posto de Cachoeirinha Roberto Vieira dos Santos Wernek, para ao Ilustríssimo Senhor Doutor Antonio Martins Vianna Estigarribia - D. D. Inspector do Serviço de Proteção aos Índios, 1922. In : PROCESSO 465/93, p. 617-665, DAF, FUNAI, Brasília. Filme 379.

Fontes Orais

Entrevista Edineide Bernardo Farias, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas, aldeia Buriti, 2010, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Gerson Pinto Alves, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas e Simone Figueiredo Cruz, aldeia Buriti, 2008, depositada no acervo do Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Ramão Pinto Alves, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas e Simone Figueiredo Cruz, aldeia Buriti, 2008, depositada no acervo do Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Ramão Pinto Alves, realizada por Simone Figueiredo Cruz, aldeia Buriti, 2008, depositada no acervo do Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Abadio Batista, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas, aldeia Buriti, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Veriana Alves realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas, aldeia Buriti, 2010, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Juscelino Bernardo, por Vera Lúcia Ferreira Vargas, aldeia Buriti, 2010, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Antonio Francelino, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas e Noêmia dos Santos Pereira Moura, aldeia Ipegue, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Arlindo Eloy, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas e Noêmia dos Santos Pereira Moura, aldeia Colônia Nova, 2007, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Manoel Amado, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas e Noêmia dos Santos Pereira Moura, aldeia Colônia Nova, 2007, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Rosalino da Silva, realizada por Adriana Paiva Faustino Alves, aldeia Lagoinha, 2010, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

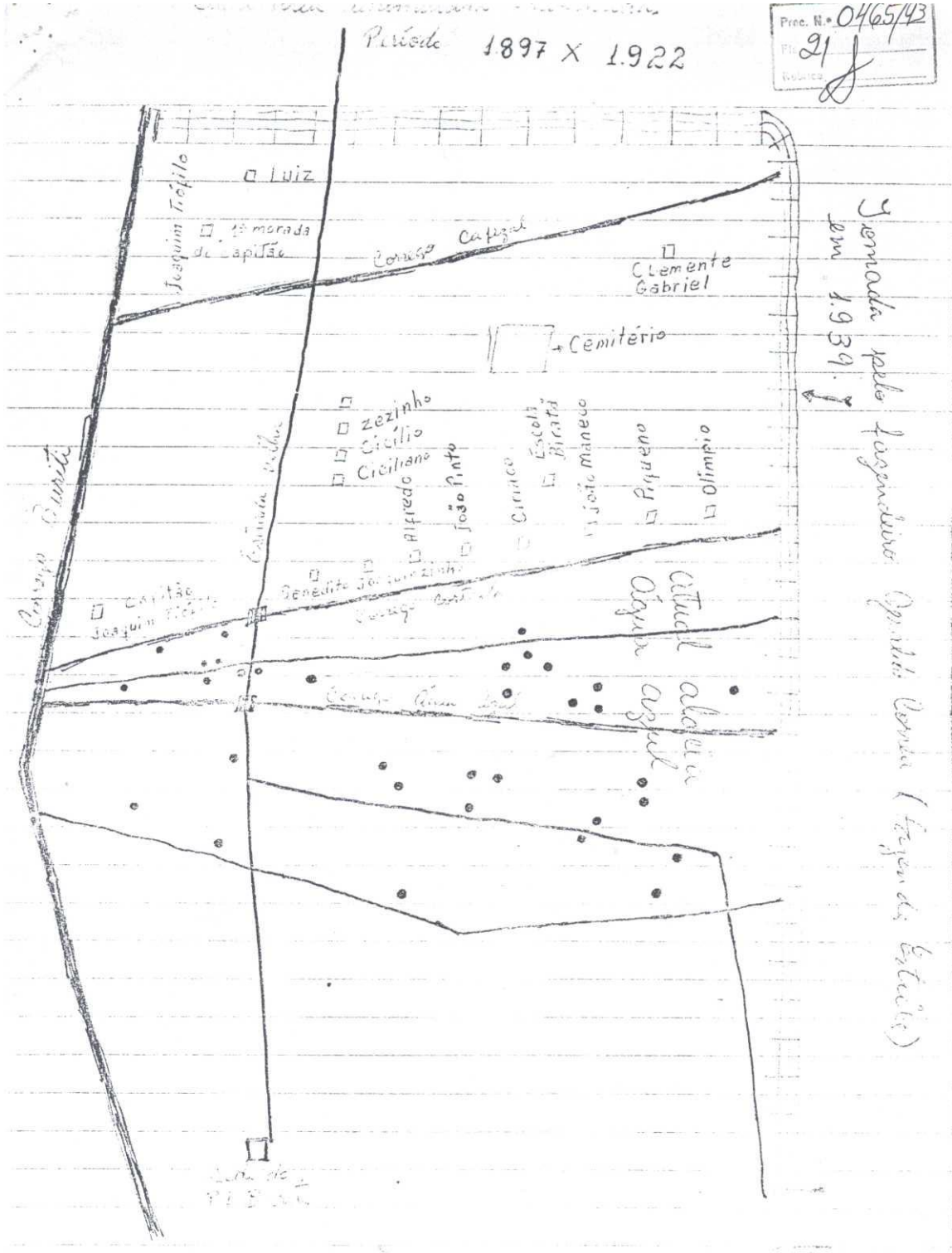
Entrevista Miquelina Silva, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas e Noêmia dos Santos Pereira Moura, aldeia Ipegue, 2007, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Donato Rondora, realizada por Vera Lúcia Ferreira Vargas e Noêmia dos Santos Pereira Moura, aldeia Ipegue, 2007, depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Entrevista Zé Coreiro e Aureliano Jorge, realizada por Noêmia dos Santos Pereira Moura, aldeia Aldeinha, (s/d) depositada no Laboratório de História Indígena/LHIN/UFMS/CPAQ.

Anexos

Anexo A



Anexo B

